

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DARCIO RUNDVALT

A TERRA, O TRABALHO E A NATUREZA NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL DO
SÉCULO XIX: ANDRÉ REBOUÇAS E VISCONDE DE TAUNAY

CURITIBA

2025

DARCIO RUNDVALT

A TERRA, O TRABALHO E A NATUREZA NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL DO
SÉCULO XIX: ANDRÉ REBOUÇAS E VISCONDE DE TAUNAY

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área História, Cultura e Sociedade, linha Arte, Memória e Narrativa da Universidade Federal do Paraná como requisito final para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Hector Rolando Guerra Hernandez

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Rundvalt, Darcio

A terra, o trabalho e a natureza na construção do Brasil do século XIX:
André Rebouças e Visconde de Taunay. / Darcio Rundvalt. – Curitiba, 2025.
1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação do Doutorado em História.
Orientador: Prof. Dr. Hector Rolando Guerra Hernandez.

1. Rebouças, André, 1883-1898. 2. Taunay, Alfredo d'Escagnolle Taunay,
Visconde de, 1843-1899. 3. Brasil – História – Séc. XIX. 4. Propriedade
Territorial – Brasil – Séc. XIX. I. Guerra Hernandez, Hector ,1969-
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do
Doutorado em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **DARCIO RUNDVALT**, intitulada: **A TERRA, O TRABALHO E A NATUREZA NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL DO SÉCULO XIX: ANDRÉ REBOUÇAS E VISCONDE DE TAUNAY**, sob orientação do Prof. Dr. HECTOR ROLANDO GUERRA HERNANDEZ, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 10 de Setembro de 2025.

Assinatura Eletrônica

10/09/2025 13:25:49.0

HECTOR ROLANDO GUERRA HERNANDEZ

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

10/09/2025 21:12:45.0

WESLEY OLIVEIRA KETTLE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

10/09/2025 13:35:33.0

RAFAEL FARACO BENTHIEN

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

10/09/2025 17:10:41.0

ALESSANDRA IZABEL DE CARVALHO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica

10/09/2025 15:34:44.0

CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RESUMO

Investiga-se nessa tese as relações e projetos sobre a propriedade da terra, as tensões entre trabalho livre e trabalho cativo e a natureza brasileira durante o século XIX em dois autores, André Rebouças e Visconde de Taunay. Para tanto, reúne-se documentos produzidos a partir da Independência em 1822, que fundaram os debates nacionais relativos às questões, tais como manuais de agricultura, discursos políticos e tratados de três autores do período, José Bonifácio, Antônio Pereira Rebouças e Carlos Taunay; estes autores alicerçaram os debates sobre os temas nos dois autores principais. Em seguida, procura-se entender como os eventos principais do período em que atuaram André Rebouças e Visconde de Taunay direcionaram suas investigações e projetos, com destaque para a Guerra do Paraguai. Conclui-se que eles atuaram na tentativa de ordenar o capitalismo brasileiro em bases como o trabalho livre, a assimilação indígena, a imigração europeia, a propriedade da terra em pequenos lotes rurais e o uso racional dos recursos naturais visando potencializar suas características inatas; porém, subjaz a eles o princípio de que era necessário modificar o mundo natural de modo irreversível, haja visto que as relações já estabelecidas com o meio eram tidas como atrasadas. Assim, é latente uma tensão nesses dois autores entre a valorização do meio natural e necessidade de romper os elos culturais estabelecidos, seja entre indígenas, caboclos ou fazendeiros, pois ao dar muito e exigir pouco, estabelecia-se uma “rotina de preguiça” (indígenas e caboclos) ou superexploração (latifundiários e escravos). A imigração exclusivamente europeia era então tomada como solução para romper esses elos para que as forças produtivas fossem liberadas.

Palavras-chave: Terra; Trabalho; Natureza brasileira; André Rebouças; Visconde de Taunay.

ABSTRACT

This thesis investigates the relations and projects concerning land ownership, tensions between free labor and captive labor, and Brazilian nature during the 19th century in two authors, André Rebouças and Visconde de Taunay. For this purpose, documents produced from Independence in 1822 that founded national debates related to these issues are gathered, including agricultural manuals, political speeches, and treatises by three authors of the period: José Bonifácio, Antônio Pereira Rebouças, and Carlos Taunay; these authors laid the foundation for debates on these themes in the two main authors. Subsequently, the research attempts to understand how the main events of the period in which the authors operated directed their investigations and projects, with emphasis on the Paraguayan War. It is concluded that André Rebouças and Visconde de Taunay acted in the attempt to organize Brazilian capitalism on foundations such as free labor, indigenous assimilation, European immigration, land ownership in small rural plots, and rational use of natural resources aimed at maximizing their innate characteristics; however, underlying them is the principle that it was necessary to modify the natural world irreversibly, given that the relations already established with the environment were considered backward. Thus, there is a latent tension in these two authors between the valorization of the natural environment and the need to break established cultural bonds, whether among indigenous groups, caboclos, or farmers, because by giving much and demanding little, a routine of laziness (indigenous and caboclos) or overexploitation (landowners and slaves) was established. Exclusively European immigration was then taken as the solution to break these bonds so the productive forces could be liberated.

Keywords: Land; Labor; Brazilian nature; André Rebouças; Visconde de Taunay.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — A bacia do Prata.....	127
Figura 2 — A queimada (Lavadeiras), Alfredo Andersen, s/d.....	156

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
CAPÍTULO 1 — No princípio, um espectro rondava as Américas, o espectro de São Domingos	20
1. 1 O patriarca: José Bonifácio (1763-1838).....	24
1. 1. 1 <i>O comércio de carne humana</i>	25
1. 1. 2 <i>O patriarcado da reprodução</i>	30
1. 2 O fiador: Antônio Pereira Rebouças (1798-1880).....	38
1. 2. 1 <i>Elitismo, mérito e propriedade: quando a cor da pele não deveria importar</i>	39
1. 2. 2 <i>O capital e o trabalho</i>	45
1. 3 O senhor: Carlos Taunay	49
1. 3. 1 <i>Uma fazenda grande é um pequeno Reino</i>	51
1. 3. 1 <i>Terra inculta, homem inculto: natureza e agri-cultura</i>	61
CAPÍTULO 2 — A terra, os homens	73
2. 1 Quem eram os índios do Brasil?	78
2. 2 O Visconde de Taunay: entre a Justiça e a Nostalgia	94
2. 2. 1 <i>Entre o esquecimento e a escrita</i>	95
2. 2. 2 <i>Natureza brasileira</i>	104
2. 3 O filho do Conselheiro: André Rebouças e o liberalismo progressista	106
2. 3. 1 <i>A ideologia do trabalho</i>	112
CAPÍTULO 3 — A “maldita guerra” e o (re)nascimento dos Sertões	118
3. 1 Rios, água e navegação	124
3. 2 Cavalos e bois	143
3. 2. 1 <i>Os Campos Gerais do Paraná</i>	148
CAPÍTULO 4 — Imigração.....	161
4. 1 Imigrar	171
4. 1. 1 <i>A Sociedade Central de Imigração</i>	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
REFERÊNCIAS	197

APRESENTAÇÃO

Atribui-se à Chico Mendes a frase: “Ecologia sem luta de classes é jardinagem”¹, sentença que implica a luta ambiental, especialmente no seu caso a preservação da floresta amazônica, na compreensão da dinâmica da expansão capitalista, na acumulação de capital.

As classes sociais se forjam e são forjadas nas disputas pela organização da vida social em torno das condições materiais tanto já encontradas quanto produzidas, de suas forças produtivas, da divisão do trabalho e do intercuro interno. Ou seja, muito além de uma dicotomia maniqueísta vulgarmente imaginada entre burgueses e proletários, uma classe é antes tecida a partir da divisão de trabalho, pelas funções que lhe são atribuídas no desenrolar dos processos históricos, pelos instrumentos de que dispõe e pelos seus produtos: o que um grupo de pessoas possui em uma determinada sociedade? A complexa resposta a essa questão circunscreve esse grupo em uma classe social: a posse de ferramentas e de meios de produção, o conhecimento técnico que possibilita a transformação de um recurso natural, o controle da circulação de dinheiro, a organização de grupos armados, etc. De modo que, como afirmavam Marx e Engels, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”². Chico Mendes entendia a partir de experiências anteriores praticadas no país quais as implicações da agressiva devastação ambiental que combatia, e que, nas palavras de Marx e Engels: havia uma “concepção interesseira, que leva a transformar em leis eternas da natureza e da razão as relações sociais oriundas do modo de produção e de propriedade.”³.

Um jardim é um espaço de luxo, um recorte contranatural, privilégio do Senhor, produto e fruição da classe alta.⁴ Ambiente cercado, selecionado, controlado e restrito, do qual apenas o proprietário e seus convidados podem fruir, o jardim sintomatiza a grande transformação fundiária operada na Inglaterra no final do século XVI: os famosos cercamentos.

¹ RODRIGUES, Gomercindo. Ecologia sem luta de classes é jardinagem. In: <https://jacobin.com.br/2020/12/ecologia-sem-luta-de-classes-e-jardinagem/>. Acesso em 30/06/2024. Há, com efeito, polêmica sobre a autoria da frase. Argumenta-se que a sentença não teria sido proferida pelo acreano, sendo antes uma simplificação da análise crítica de Eduardo Galeano sobre Chico Mendes. Com efeito, a frase, quase um aforismo, entrou no mercado das frases de efeito e, atualmente, estampa camisetas, bandeiras, canecas e demais objetos, ajudando a divulgar o nome Chico Mendes. MACHADO, Altamiro. “Ecologia sem luta de classes...”, o que realmente disse Chico Mendes?. In: <http://www.historiaenatureza.com/2024/08/ecologia-sem-luta-de-classes-o-que.html>. Acesso em 02/06/2025.

² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 94.

³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 55.

⁴ BARTHES, Roland. *Como viver junto: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos: cursos no Collège de France, 1976-1977; texto estabelecido, anotado e apresentado por Claude Coste*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 168.

Operação fundamental no desenvolvimento capitalista, a transformação da terra em propriedade privada e em mercadoria empurra uma massa de pessoas antes ocupada em seu cultivo e completamente envolvida em seus ciclos quase eternos para cidades severamente regulamentadas, convertendo essas pessoas em simples reserva de força de trabalho livre.

Marx, segundo afirma Foster, ao se debruçar sobre a luta de classes, as condições de vida do proletariado e a economia política burguesa compreendeu que era necessário reconectar o destino dos homens ao mundo natural. Reconectar em aparência aquilo que era inseparável em essência. Certamente Marx entendia que o destino dos homens, ou da humanidade, e o destino do mundo eram inseparáveis.⁵

A frase atribuída à Chico Mendes sintetiza tanto os primórdios do capitalismo na Europa, e que se expandia naqueles anos 1970-80 para as florestas tropicais brasileiras, como também a nova face desse modo de produção: a sustentabilidade ecológica. Se se fazia urgente combater a conversão da floresta em pastagens e latifúndios de monocultura, também era necessário enfrentar o preservacionismo que fazia de indígenas, seringueiros e caboclos figuras anacrônicas e grotescas em um santuário da vida selvagem.

A falsa opção entre devastação e preservacionismo sem pessoas que se colocava ao ambientalista acreano não se distinguia muito daquela gestada ao correr do século XIX quando da produção de legislações referentes à terra, aos indígenas e aos escravizados.

Nesse sentido, a análise que se segue tentará compreender o entrelaçamento complexo que se produziu durante o período monárquico no Brasil entre a formação de uma massa de força de trabalho heterogênea oscilando entre o trabalho escravo e livre, a propriedade da terra (e sua conseqüente mercadorização) e o mundo natural brasileiro em dois autores: André Rebouças e Visconde de Taunay.

Ao se fazer a intersecção de duas trajetórias distintas, que se encontram visando determinados projetos em comum, que atuam conjuntamente em benefício de certas ideias para potencializá-las, busca-se fugir de determinadas armadilhas nas quais as individualidades tendem a nos apanhar. Não se ignora de modo algum o fato de que se trata de dois homens de estado, figuras públicas e notórias, um negro e um branco; que esses marcadores sociais são deveras importantes para que se possa compreender de que modo agiram no mundo social a que pertenciam e moldavam. Porém, o que se busca entender é o modo como esses dois homens deixaram em suspenso certas particularidades, características, embates e lutas (e possíveis desavenças) para construírem e atuarem conjuntamente em projetos de longo alcance,

⁵ FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Tradução de João Pompeu. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.160.

definidores do carácter nacional brasileiro. Se o Visconde de Taunay jamais encarou de modo explícito o problema da escravidão no Brasil; André Rebouças, por sua vez, tornou-se um notável abolicionista, enfrentando inclusive preconceitos propagados e articulados décadas antes por Carlos Taunay, tio do Visconde; essa notória diferença não se revela nos textos e ações conjuntas. Taunay foi um defensor da separação entre igreja e estado, anticlerical; discursou constantemente em torno deste tema e ao final de sua carreira política propusera no Senado projetos que visavam esse fim. Rebouças foi um abolicionista combativo e em finais de sua vida, já auto exilado, denunciou a existência de relações de trabalho escravo no continente africano. Estas atuações particulares, ainda que notórias, não nos interessam aqui.

*

Durante a primeira metade do século XIX um espectro rondava o Brasil: o fantasma de São Domingos. Essa famosa e mistificada revolta de escravos no continente americano foi retomada com frequência em discursos políticos e tratados nacionais. É o caso dos três personagens estudados no primeiro capítulo, *No princípio, um espectro rondava as Américas, o espectro de São Domingos*: José Bonifácio, Antônio Pereira Rebouças e Carlos Taunay.

Os três autores abrem a análise por sua importância na construção do Estado nacional. José Bonifácio foi um dos protagonistas da Independência em 1822, evento que dá início a temporalização da tese. Ministro de Pedro I, deputado constituinte e peça-chave no reconhecimento inglês do novo país chamado Brasil, José Bonifácio ficou conhecido como “patriarca da Independência”. Antônio Pereira Rebouças e Carlos Taunay estiveram pessoalmente envolvidos em combates no período de afirmação da Independência e, no caso de Rebouças, na repressão da revolta regencial conhecida como Sabinada. Antônio Pereira Rebouças soube cobrar a dívida que o Brasil lhe devia e ascender socialmente: tornou-se deputado, advogado por decreto imperial e conselheiro de Estado. Carlos Taunay, por sua vez, teve uma vida bastante agitada e atuante, servindo nas forças napoleônicas e, posteriormente, com a derrota e o exílio de Napoleão, a família Taunay estando implicada na política de Restauração da monarquia francesa, mudou-se para o Brasil através do esforço diplomático da corte portuguesa no Brasil com a Missão artística francesa; em solo brasileiro, os Taunay instalaram-se no Rio de Janeiro e Carlos participou dos combates de Independência na Bahia em 1823 e então dedicou-se ao cultivo de café na propriedade familiar; com a abdicação de Pedro I em 1831, juntamente com políticos importantes do chamado Regresso conservador, Taunay divulgou ideais reformadores da agricultura na Sociedade Auxiliadora da Indústria

Nacional (SAIN), sendo sua principal obra nesse sentido o tratado *Manual do agricultor brasileiro*.

Se para José Bonifácio e Antônio Pereira Rebouças a revolução de São Domingos foi mobilizada para reforçar seus argumentos favoráveis a políticas menos rígidas ou abolicionistas quanto ao trabalho escravo, para Carlos Taunay, São Domingos serviu de argumento favorável a reforçar e endurecer a vigilância a esses mesmos escravos, em uma palavra: segregar.

Assim, por exemplo, José Bonifácio associava diretamente o atraso do sistema agrícola brasileiro e a devastação ambiental à escravidão. Os efeitos mais sensíveis do “atraso” brasileiro eram derivados da “praga social” que a escravidão representava: o amor ao luxo, a indolência, o embrutecimento geral população e a falta de perspectiva e aprimoramento eram consequências da enorme quantidade de escravizados que cumpriam todas as tarefas e ainda movimentavam um comércio particular: o escravo-mercadoria.

Antônio Pereira Rebouças, em discurso relativamente conhecido na historiografia brasileira, tentava despir de racismo um projeto de reforma da guarda nacional. A revolução que deu origem ao atual Haiti foi por ele usada como exemplo para causar temor entre os parlamentares quanto aos possíveis efeitos do projeto, entre eles uma revolta racial; como alternativa, o parlamentar propunha então que os critérios utilizados para seleção desses agentes fossem de mérito e de riqueza.

Carlos Taunay, por sua vez, compusera um conhecido manual de agricultura de forte caráter racista, ao sabor das elites escravistas que comandaram o governo a partir do Regresso conservador, em que associava estereótipos raciais ao trabalho escravo, alicerçando em bases ideológicas a exploração da força de trabalho cativa.

Todos esses projetos e atuações rejeitavam categoricamente a necessidade de repouso, descanso e assistência. Aposentadoria, férias, folgas e feriados aos trabalhadores sequer foram concebidos como práticas plausíveis por esses autores, assim como também por seus continuadores André Rebouças e Visconde de Taunay. Não havia entre eles qualquer senso ou perspectiva de lazer, qualquer noção de folga ou mesmo de tempo livre. Apenas o sono para a recuperação das forças vitais era aceito. José Bonifácio insistia na necessidade de leis contra a vadiagem. Antônio Rebouças sequer cogitou a possibilidade de compreender o tempo livre e o descanso como direitos comuns, mesmo como necessidades humanas. Mas, sobretudo, foi Carlos Taunay que afirmou a obrigação do trabalho constante: em sua disciplina militaresca, escravizados deveriam apenas ter algum tempo de não-trabalho para frequentar missas e exercitar danças; o autor, inclusive, rejeitava a prática de alguns senhores de escravos que permitiam o trabalho para fins pessoais aos domingos, para impedir que escravizados

possuíssem bens pessoais ou dinheiro e, com isso, no limite pudessem comprar a própria alforria ou a liberdade de outrem.

Em sua descrição, Sérgio Buarque de Holanda diz que “numa produção de índole semicapitalista, orientada sobretudo para o consumo externo, teriam de prevalecer por força critérios grosseiramente quantitativos.” Conforme o autor, “só com alguma reserva se pode aplicar a palavra ‘agricultura’ aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana.” A grande lavoura, “conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável.”⁶

Essa lógica já havia sido denunciada por José Bonifácio em seus discursos na Assembleia Constituinte, em 1823, porém sem qualquer efeito prático ou legislativo até as leis de 1845, o Regulamento das Missões, e de 1850, a Lei de Terras, normas que de algum modo ensaiavam formalizar uma preocupação com a derrubada das matas. Também Carlos Taunay associou a expansão da cultura cafeeira no vale do Paraíba e os desmatamentos decorrentes dessa prática e do processo de reocupação do Rio de Janeiro com o aumento de temperatura e a diminuição das fontes de água na capital do império.

Porém, foi apenas com os herdeiros desses problemas administrativos que soluções políticas e práticas seriam testadas.

Tanto o engenheiro André Rebouças quanto o militar e político Visconde de Taunay empenharam-se em projetos de reforma urbana, imigração estrangeira e inventariamento das potencialidades naturais e produtivas do país para além dos centros urbanos litorâneos e grandes cidades. No entanto, aquelas preocupações ambientais de seus predecessores foram substituídas por uma visão mais utilitarista e progressista. A imagem difundida por viajantes estrangeiros do início do século XIX do Brasil enquanto “paraíso terrestre”, de prodigalidade e de disponibilidade, tomou contornos científicos e capitalistas com a ideia de importação tanto de mão de obra europeia, que encontraria ambientes semelhantes (até mais propícios) aos do Velho mundo para desenvolver culturas agrícolas mais interessantes e, especialmente, para o aprimoramento (e no limite substituição) da natureza brasileira com a introdução sistemática e cientificamente conduzida de uma infinidade de novas plantas e animais, diversificando e recompondo culturas nativas tidas como pouco atraentes ao gosto e ao mercado europeu. Daí a quase obsessão tanto de Carlos Taunay quanto de André Rebouças pelas sociedades de

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 49.

aclimação e pela importação de espécies de todo o mundo; do inventariamento de climas, solos e pela tentativa de criar uma disponibilidade de força de trabalho em todo o Império. A noção de que pequenas modificações ambientais a partir da introdução de espécies exógenas que se tornam invasoras, desencadeando grandes alterações, ainda não estava completamente desenvolvida no século XIX. Portanto, a extinção de espécies, a devastação de florestas ou a introdução descontrolada de seres vivos estranhos aos complexos ambientais nativos não soavam como um problema, eram antes tidos como soluções diante da crença do aprimoramento humano da criação divina. Assim, por exemplo, ideias como a de “pastagens naturais” para criação de gado ou “florestas intermináveis” são repetidas abundantemente nos textos de André Rebouças e do Visconde de Taunay. Monoculturas de cana de açúcar, café, algodão e fumo não foram tomadas como problema ambiental pela redução da biodiversidade, mas como elementos de atraso por associarem grande propriedade e uso de força de trabalho escrava, em um circuito fechado pouco produtivo e irracional.

No segundo capítulo, *A terra, os homens*, é discutida principalmente a terra e a posse da terra.

A questão indígena ganha força no período inicial do segundo reinado diante da tentativa de (re)organização econômica do país. A afirmação do poder central face às elites cafeeiras do Sudeste e dos decadentes senhores de engenho nordestinos, a tentativa de tornar a autoridade monárquica efetiva e o executivo a força dirigente do país, fez com que se confrontasse de modo mais direto o escravismo. Consequentemente, retomou-se com força a tentativa de findar o tráfico transatlântico de escravos, já proibido por Lei desde 1831, a Lei Feijó, mas largamente praticado à revelia da lei. Essa impotência do poder executivo, essa incapacidade de fazer valer a lei, diante dos tratados firmados com a Inglaterra e dentro do território brasileiro gestou aquilo que Wilma Peres Costa definiu como “zona de sombra”⁷: um cotidiano que se desenrolava ao arrepio da lei. As legislações de 1850 (com suporte logístico britânico) e de 1871, a Lei Eusébio de Queirós e a Lei do ventre livre, tentaram dar fim à escravidão no país tanto a partir da proibição do tráfico transatlântico quanto com o fim da reprodução interna da escravizados. A partir destas leis e do fortalecimento do poder executivo, o movimento abolicionista encontrou brechas legais para atuar de modo mais incisivo e bem-sucedido.

⁷ COSTA, Wilma Peres. O Império do Brasil: dimensões de um enigma. *Almanack brasileiro*, nº01, maio, 2005, p. 32.

Luiz Felipe Alencastro⁸ propõe que em um sentido muito específico o século XIX reflete uma atitude do século XVII: havendo uma crise de força de trabalho escrava africana, no passado mais distante decorrente das invasões e domínios marítimos holandeses e no período do Brasil imperial com o fim do tráfico transatlântico de escravos, os brasileiros voltam-se aos indígenas enquanto potenciais substitutos.

José Bonifácio ensaiara uma tentativa nesse sentido em discurso à Assembleia constitucional, em 1823: civilizar os indígenas para o trabalho, deculturá-los no sentido de ampliar suas necessidades na mesma medida em que se restringia o acesso a sua satisfação. Porém, apenas com a fundação de seções de etnografia na SAIN e no IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) os indígenas serão inseridos em uma narrativa nacional e em uma teleologia brasileira. Especialmente a historiografia de meados do século XIX atribuiu aos povos nativos um sentido de decadência: desbravadores originais do Brasil, construtores das fronteiras naturais do país, os indígenas compunham uma raça degenerada, fraca, arruinada em um passado distante e anterior aos contatos com europeus e, conseqüentemente, destinada à extinção ou a incorporação enquanto elemento periférico na raça brasileira em construção.

Os contatos e as extremas violências a que foram submetidos os povos originários, a introdução de patógenos e toda uma nova fauna e flora estrangeiras, reduziram as populações nativas consideravelmente, senão à extinção como ocorreu com algumas etnias, à diminuição drástica de seus contingentes. As constantes desqualificações morais a que foram submetidos — ainda que nos círculos letrados do IHGB e da corte uma figura mitificada do indígena fosse erigida enquanto símbolo nacional e oficialmente a política adotada fosse de brandura, um lenitivo à consciência das elites — e a impossibilidade real de organização e disputa política por representatividade fizeram dos povos nativos estrangeiros em seu próprio mundo, incapazes de oposição sistemática às práticas de devastação que lhes desambientava e lhes negava a reprodução de seus modos de vida. As poucas oposições que se faziam foram constantemente suprimidas através de perseguições e assassinatos, semelhante, por exemplo, àquela que muito tempo depois ceifou a vida de Chico Mendes. No limite, as descrições pejorativas dos indígenas serviam como pretexto para roubar-lhes a terra e inseri-la na lógica capitalista da mercadoria.

Ainda é apresentada nesta seção a trajetória e a apropriação particular de algumas das ideias e projetos anteriores a partir do Visconde de Taunay e de André Rebouças. O problema da memória e da justiça é tratado a partir da ótica de Paul Ricœur⁹ e de Roland Barthes¹⁰, para

⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁹ RICŒUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp 2007.

¹⁰ BARTHES, Roland. *Diário de luto*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

quem lembrar é fazer justiça e combater a dilaceração do esquecimento; escrever e rememorar são gestos para o futuro, já que o presente dos autores estaria de todo comprometido devido ao republicanismo vigente. Subjazia tanto a Taunay quanto a Rebouças a ideia de que a República era uma injustiça particular, uma ofensa direta ao imperador D. Pedro II, ao seu sonho de nação e ao seu círculo mais próximo, daí seus esforços constantes em organizar seus diários, memórias, cartas, textos, publicações em jornais e revistas enquanto arquivos que contrapunham a visão republicana. Também se esboça nessa seção um aprimoramento do par de problemas ideologia e utopia, conforme pensa Paul Ricœur¹¹ (já apontado no primeiro capítulo a partir de Carlos Taunay) e a ser mais explorado no quarto capítulo. André Rebouças compusera seu tratado de *Agricultura Nacional* enquanto uma resposta ao *Manual do agricultor brasileiro* de Carlos Taunay. O par de conceitos explorados pela tradição marxista e depurado por Ricœur permite esclarecer as disputas dentro do governo e das elites imperiais no interior do ainda em formação capitalismo brasileiro. Se a ideologia é conservadora e está voltada para a manutenção do *status quo* e do passado, a utopia se quer uma abertura para o futuro; no entanto, como denunciara a crítica marxista, tanto a ideologia quanto a utopia participam do mesmo processo conformação social das classes, sendo a utopia também uma ideologia, uma dissimulação.

Os projetos de Carlos Taunay e de André Rebouças eram essencialmente reformistas, partiam das elites para as elites, conformando as classes despossuídas em rígidos papéis numa teleologia do progresso humano: a cada um cabia um lugar e um destino; não havendo qualquer abertura para concepções revolucionárias e/ou representação popular. Tanto o racista Carlos Taunay, quanto o abolicionista André Rebouças eram membros da classe dominante e é necessário retomar a já clássica, porém às vezes esquecida, lição de Marx e Engels de que “as ideias da classe dominantes são, em todas as épocas, as ideias dominantes”¹².

No terceiro capítulo, *A “maldita guerra” e o (re)nascimento dos Sertões*, a guerra é estudada em sua força de reordenamento tanto da estrutura produtiva brasileira como em seu traço revelador aos agentes de estado das dimensões “sombrias” dos sertões brasileiros. No mundo do trabalho, escravizados que lutaram na guerra foram libertados de seu cativeiro e incorporados no reformado exército, com nova identidade política que, por fim, destronaria a monarquia. A depreciação dos indígenas que habitavam o interior se acentuou diante da constatação de que a maioria dos nativos não se integravam a nação e se recusavam a participar

¹¹ RICŒUR, Paul. *A ideologia e a utopia*. Tradução de Sílvio Rosa Filho e Thiago Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2017

¹² MARX; ENGELS, op. cit., p. 46.

da comunhão nacional. A natureza brasileira toma contornos dramáticos no Visconde de Taunay a partir da malfadada expedição do exército ao Mato Grosso e da revelação de que o interior brasileiro não conhecia visos reais de transformação do meio natural.

No aspecto econômico, o reordenamento do capitalismo a partir do final da guerra se mostrou dramático com a entrada daquilo que Marx e Engels definiam, ainda de modo incipiente, capital-fictício¹³. Para saldar as dívidas e cobrir os custos da guerra, uma guerra lutada quase que solitariamente pelo Brasil em terreno estrangeiro e com recursos comprados e alugados dos aliados platinos, o Estado, a partir do ministério da Fazenda sob direção do Visconde de Itaboraí, emitiu grande quantidade de papel-moeda, reordenando tanto a função do Estado com a dívida-pública quanto dos bancos em seu capital-monetário: o Brasil abriu-se irreversivelmente ao capital especulativo e o “bando de ideias novas” — movimento muito semelhante àquele estudado por Marx em seu 18 de Brumário¹⁴.

Como nos ensina Rui Guilherme Granziera, na década de 1850, com a efetiva proibição do tráfico transatlântico de escravizados, o capital comercial adquiriu “novos impulsos e formas” que estiveram “na origem da transformação global da economia mercantil”, ou seja, “o capital fixo empregado no tráfico [realizado em sua grande maioria por armadores portugueses], além de ser elevadíssimo, possuía características óbvias que forçariam sua reconversão dentro da própria atividade comercial”¹⁵. Com a guerra do Paraguai, nova transformação se operou: “o papel-moeda em São Paulo e o título da dívida pública no Rio de Janeiro, ambos gerados pela Guerra do Paraguai, serão, [...], as mais lídimas expressões financeiras de duas economias que começam a se diferenciar”¹⁶. Isso significou um reordenamento na estrutura econômica do país, consequentemente no mundo do trabalho. O oeste paulista, como um complexo cafeeiro distinto daquele do vale do Paraíba, tornou-se o grande polo atrativo de força de trabalho, onde conviviam, não sem conflitos, o trabalhador livre imigrante e o trabalhos escravo.

André Rebouças, vivendo quase exclusivamente na capital do Império, ateu-se a essa dinâmica a qual identificava nos “bancos de papelão”. O engenheiro, a partir de 1870, já um capitalista bem-sucedido, em seus tratados tentava alertar para esse movimento especulativo tanto a partir de sua análise de garantia de juros como a partir do projeto de promoção de crédito

¹³ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 469.

¹⁴ MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2017.

¹⁵ GRANZIERA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1979, p. 13.

¹⁶ Ibidem, p. 110.

para a pequena agricultura; no entanto, ele próprio reconhecia que “o capital privado, seja dos fazendeiros, seja das classes urbanas, estava, pois, ‘seguro e acautelado’ sob a dívida pública”¹⁷. De modo que tanto Rebouças quanto outros personagens da monarquia foram arrastados com a República e o sistema financeiro, tendo bens confiscados ou vivendo sérias contrariedades no acesso ao patrimônio. De fato, André Rebouças, auto exilado na Europa desde fins de 1889, ressentia-se profundamente com os rumos do país, reclamava constantemente de falta de dinheiro e denunciava o governo republicano enquanto corrupto, improdutivo, promovedor de jogatinas e especulações.

Ainda nessa seção são discutidas as complexas relações entre seres humanos e animais, particularmente cavalos e bois, essenciais para as operações logísticas e de combate no modelo de guerra do período. A guerra e os homens devoravam insaciavelmente esses quadrúpedes comercializados aos milhares e transferidos de ambientes de maneira abruta. As duas frentes abertas durante o conflito, a do Mato Grosso e a de Corrientes, criaram situações bastante distintas: enquanto na província brasileira escasseavam os animais, a ponto da cavalaria brasileira não combater montada; na província argentina que sediou a invasão das tropas aliadas ao Paraguai, e posteriormente na ocupação do país inimigo, a oferta desses animais através de um intenso comércio com a Argentina os tornava praticamente descartáveis. Ao fim do capítulo um subtópico é apresentado: os Campos Gerais do Paraná. A província paranaense era preconizada desde o início do século XIX como uma das mais propícias à imigração europeia e uma das mais férteis do país, com imensas reservas de araucária e campos naturais propícios à pecuária. No entanto, para o Visconde de Taunay essa região representava uma grande decepção tendo em vista seu pretenso estado de imobilidade em termos produtivos e de relações sociais. Para o autor, essa parte do território precisaria sofrer um grande movimento de transformação impulsionado pela imigração europeia; no entanto, como se verá, tanto a província do Paraná quanto a região dos Campos Gerais se prestaram a experimentos fracassados e fraudes imigratórias.

No quarto capítulo, *Imigração*, são retomados problemas anteriormente levantados para aprimorá-los. O par ideologia/utopia é recuperado para uma análise mais sistemática do tratado de André Rebouças, *Agricultura nacional* — a questão suscitada por Lévi-Strauss ganha força na análise nesse momento que nos ensina que “o homem não realiza sua natureza numa humanidade abstrata, mas em culturas tradicionais onde as mudanças mais revolucionárias deixam subsistir lances inteiros, e se explicam em função de uma situação estritamente definida

¹⁷ Ibidem, p. 126.

no tempo e no espaço”¹⁸. As questões da força de trabalho livre versus força de trabalho escravizada, propriedade da terra e natureza brasileira como reserva inesgotável e aprimorável são cotejados a partir de um grande projeto em comum de André Rebouças e do Visconde de Taunay: a Sociedade Central de Imigração, instituição voltada ao estímulo da imigração estrangeira, essencialmente europeia e, especialmente, ítalo-germânica. O problema da raça e do racismo é reordenado a partir da polêmica por eles gestada sobre a introdução de trabalhadores chineses. André Rebouças e Visconde de Taunay encamparam uma luta ferrenha contra asiáticos, particularmente chineses, aos quais se referiam a partir de termos depreciativos regularmente: a utopia fecha seu ciclo tornando-se ideologia.

Por fim, algumas considerações sobre as fontes e os autores.

O material que alicerça a tese é constituído de textos diversos como tratados, discursos, literatura, manifestos, manuais, memórias e diários. Essa miscelânea que pode parecer disforme e desconexa possui na verdade um elã fundamental: a manutenção da memória e da história da classe dominante do país. Os textos sobreviveram e foram conservados tanto pela vontade particular dos autores, Antônio Pereira Rebouças ditou suas recordações ao filho André para que fossem publicadas e divulgadas, André Rebouças e Visconde de Taunay recolheram e reuniram incansavelmente depois de proclamada a República suas anotações, diários e correspondência de modo a preservá-las e torná-las acessíveis no futuro; também alguns desses documentos resistem à ação do tempo por comporem parte do acervo e da autoridade dos poderes estabelecidos, anais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Um nó ata todos os documentos: a vontade de afirmação e de manutenção que alicerça todo poder e toda classe dominante. Se todos se distinguiam aparentemente através de seus capitais simbólicos — da farda ao terno, das bibliotecas ao vocabulário — era, essencialmente, na materialidade que esses poderes se faziam sensíveis: propriedades de bens e escravaria, fazendas, casas, empresas, negócios, influências e contatos pessoais, acesso direto ao Imperador e à família real para concessões particulares e privilégios. Outros nós ligam os autores: os sobrenomes indicam os laços de sangue, Rebouças e Taunay, o pai Antônio e o filho André, o tio Carlos e o sobrinho Alfredo. José Bonifácio, embora esteja deslocado por esse critério de sangue, fundamenta, por sua vez, uma tradição de reflexão sobre a natureza brasileira e os elos entre trabalho e mundo natural. Todos os autores o conheceram e de algum modo beberam de sua influência em algum dos temas a serem discutidos.

¹⁸ LÉVI-STRAUSS, Raça e História. In: COMAS, Juan (et all). *Raça e Ciência*, I. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 238.

Os textos todos tiveram suas grafias atualizadas para fins de legibilidade e efeito de real, apenas alguns títulos tiveram sua grafia original mantida por questão de fidelidade documental.

CAPÍTULO 1 — No princípio, um espectro rondava as Américas, o espectro de São Domingos

Se “o medo da repetição do fenômeno que levou à formação do Haiti sempre esteve presente nas preocupações dos senhores e das autoridades coloniais”¹⁹, essa preocupação fora frequentemente reforçada em discursos de autoridades, de políticos e de pensadores do recente Império do Brasil até pelo menos metade do século XIX.

Constantemente mobilizada, a revolução que resultou na independência haitiana servira ora como argumento a favor da abolição da escravidão, ora como justificativa para repressões e severa desconfiança em relação aos escravizados em um país feito à sombra do Império português, “à sombra do trono de um príncipe nascido em Portugal e cercado de portugueses”²⁰, com “um milhão de escravos e numa população total inferior talvez a quatro milhões”²¹.

Esse lugar-comum mobilizava afetos os mais diversos, de temores e angústias à esperanças e objetivos; homens brancos e negros, políticos e agitadores, autoridades e pessoas comuns, articulavam-no aos seus discursos seja para que de algum modo o evento se repetisse ou sumamente não tornasse a acontecer²² — essa irrepetível “revolução que o mundo esqueceu”²³. Depois de São Domingos, a política foi modificada nos territórios americanos, nas ainda colônias, nas metrópoles e nos incipientes países; fato é que a Revolução iniciou ou acelerou processos legais cada vez mais complexos de produção desse Outro, do negro

¹⁹ GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 53.

²⁰ SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil, vol. I — José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal, 2018, p. 243.

²¹ Ibidem, p. 225. Não à toa o famoso informante anônimo francês descoberto por Luiz Mott aconselhava a não mais se falar em liberdade no Império, pois aconselhava ele tudo “acabará no Brasil com o levante dos escravos, que quebrando suas algemas, incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos, e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos”. MOTT, Luiz. Um documento inédito para a história da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 482.

²² “Os efeitos da revolta foram tais que provocaram o fim das ambições coloniais da França nas Américas. Pouco depois, este país venderia o vastíssimo território da Louisiana aos Estados Unidos, desligando-se quase totalmente da região. Produto singular da mistura de guerra colonial e revolução, a revolta de São Domingos havia sido um caso único na história das Américas, o mais violento e o de maiores repercussões de todos os tempos. [...] Durante toda a década de 1790, circularam rumores de que a revolução que acabou na independência do Haiti poderia se espalhar do Caribe para as outras regiões escravistas das Américas. Os boatos eram espalhados pelos proprietários que deixavam a ilha rumo à Louisiana e às Antilhas, mas também pelos grupos de libertos e negros livres que atuavam no comércio da região. Como uma pedra que, ao cair na água, forma círculos cada vez maiores, os rumores provocavam aspirações e medos em grande escala naqueles que tinham interesses pessoais no acontecimento.” GRINBERG, op. cit., p. 51.

²³ TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016, p. 123.

enquanto estranho, ameaça: perigo — um processo de contração da imaginação cultural e histórica e de “enclausuramento do espírito”²⁴.

Como sintetiza Trouillou:

[...] tanto apologistas como detratores, abolicionistas e racistas convictos, intelectuais liberais, economistas e senhores de escravos utilizaram os eventos de Saint-Domingue para sustentar suas posições, sem se dar conta da história haitiana como tal. O Haiti importava para todos eles, mas apenas como um pretexto para falar de alguma outra coisa.²⁵

Carlos Taunay, em seu *Manual do agricultor brasileiro* de 1839, realiza um trabalho constante de adjetivações pejorativas para com os africanos escravizados no Brasil. O ex-combatente das guerras napoleônicas reitera uma profunda e constante desconfiança — beirando a paranoia — com a escravatura; os termos por ele empregados soam antes de qualquer coisa como um forte ressentimento (ou melhor: são apenas fruto do ressentimento diante da perda francesa de “um apêndice interessante de seu corpo social”²⁶), ainda que disfarçados de “observação desinteressada” e que visariam apenas fixar a “opinião de que devemos ter da escravidão dos pretos”.²⁷ Taunay compreendia que a escravidão atacava “igualmente as leis da humanidade e da religião”; porém, em terras em que o mal já se achava estabelecido, o autor projetava que era “mais fácil acabar com a existência nacional” do que com a escravidão. A nação era para ele um projeto das elites proprietárias, essencialmente escravista; daí sua conclusão de que em São Domingos “a libertação simultânea dos escravos deu cabo do sistema político [...] e um povo preto se improvisou inesperadamente em um lugar em que jamais a ordem natural das coisas destinaria para sede de uma potência africana.”²⁸ Não é de se estranhar que a partir dessa conclusão — em um manual de agricultura —, rapidamente os argumentos morais e religiosos sejam abandonados e substituídos então por uma particular noção de natureza: ou seja, para Taunay, os negros constituíam uma “raça inferior” na grande economia da mundo e, por isso, eram incapazes de práticas racionais e de formas de organização social tidas como superiores.

²⁴ “A Revolução Haitiana resulta de uma insurreição de escravos. A ela se deve, em 1805, uma das mais radicais constituições do Novo Mundo. Esta constituição interdita a nobreza, instaura a liberdade de culto, critica os conceitos de propriedade e de escravatura — algo que a Revolução Americana nunca ousara fazer. A nova Constituição do Haiti não pretende somente abolir a escravatura. Autoriza o confiscar de terras dos colonos franceses, decapitando, pelo caminho, grande parte da classe dominante; vai abolir a distinção entre os nascimentos legítimos e ilegítimos e leva até às últimas consequências as ideias, na altura revolucionárias, de igualdade racial e de liberdade universal”. MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014, p. 36.

²⁵ TROUILLOT, op. cit., p. 162-163.

²⁶ TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. Coleção Retratos do Brasil. Organização de Rafael Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 51.

²⁷ Ibidem, p. 54.

²⁸ Ibidem, p. 51.

Antônio Pereira Rebouças, em discurso de 1832 sobre a Lei dos Guardas nacionais, tido como exemplar de sua atuação parlamentar por Keila Grinberg e Hebe Mattos²⁹, menciona as violências do Haiti: “cenas de horror e de atrocidade, que fazem arrepiar as carnes apenas se nos afiguram à imaginação!!!”³⁰. O deputado mobilizava ardilosamente essas “cenas” para defender seu argumento em defesa do direito de propriedade e em reação a medidas restritivas, no caso em questão às cláusulas que proibiam o acesso de libertos aos quadros de oficiais da guarda nacional. Como argumenta Mattos: “a noção de raça foi uma construção social do século XIX — estreitamente ligada, no continente americano, às contradições entre os direitos civis e políticos inerentes à cidadania estabelecida pelos novos estados liberais”³¹; neste sentido, a atuação de Rebouças enquanto parlamentar é definida pela pesquisadora como “elitista”, calcada em um “liberalismo possessivo”; ou seja, o deputado atuava no caso da Guarda Nacional no sentido de desracializar a questão — haja visto que os libertos eram em sua esmagadora maioria negros ou pretos³² —, tratando-a sob a perspectiva dos bens e posses, que considerava méritos individuais e que concediam direito à plena cidadania, independentemente de que qualquer outro aspecto, inclusive da condição de liberto nascido no Brasil³³. Por isso, conforme o deputado, qualquer tentativa de implicar a “cor” ou o passado escravo em medidas restritivas mostrava-se “explosiva”, reavivando a chama rebelde da Revolução haitiana.

Se comparada a Taunay e Rebouças, a argumentação de José Bonifácio sobre a escravidão é mais sofisticada. Ele argumentava abertamente contra a “praga social” e insistia, sobretudo, na racionalidade econômica e técnica. Se em seu conhecido discurso sobre a escravatura, Bonifácio fez uso primeiramente de uma argumentação moral, “cristã e filantrópica”, apelando para a “compaixão e ternura”, insistindo nos “princípios eternos do direito natural” e nos “divinos preceitos da religião”; logo em seguida, ele afirmava que “o habitante livre do Brasil, e mormente o europeu, é não só, pela maior parte, surdo às vozes da

²⁹ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

³⁰ REBOUÇAS, Antônio Pereira. *Recordações da vida parlamentar*, volume I. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1870, p. 117.

³¹ MATTOS, op. cit., p. 18.

³² Sobre a existência de “escravos brancos” no Brasil, o historiador Marcus Vinícius de Freitas Rosa no diz que os documentos por ele consultados “sugerem que os parâmetros visuais, isto é, as características corporais observáveis, fundamentais para a classificação racial, funcionavam naquele momento como marcadores das fronteiras entre a escravidão e a liberdade, coexistindo e reforçando os estatutos jurídicos que estabeleciam as diferenças e as hierarquias entre cidadãos e não cidadãos”, ou seja “a pele branca era associada à liberdade”. Ao longo do século XIX, estabeleceu-se uma linha “que separava brancos *livres* e negros *escravos*”, uma linha racializada: “a liberdade não estava diretamente associada à cor branca, já que o estatuto jurídico dos livres e libertos abarcava pretos e pardos, contudo, o branco estava diretamente associado à liberdade.” ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Escravos brancos no Brasil oitocentista: tráfico interno, distinções raciais e significados de ser branco durante a escravidão*. *Afro-Ásia*, n. 64, 2021, p. 93.

³³ Para Rebouças, “renda e propriedades podiam ser adquiridas com ‘talentos e virtudes’, consistindo, portanto, na única medida legítima dos mesmos”. *Ibidem*, p. 41.

justiça, e aos sentimentos do evangelho, mas até cego aos seus próprios interesses pecuniários, e a Felicidade doméstica da família”³⁴. Este argumento visa especialmente afirmar uma flagrante irracionalidade tirânica da escravidão em terras brasileiras, o que resultava, segundo o autor, em uma espécie de “luxo inútil”, de evidente mau uso da força de trabalho e consequente corrupção daqueles que dela se apropriavam. Práticas que implicavam na impossibilidade de existência de um modo de vida ativo e empreendedor entre os donos de escravos: da parte dos escravizados crescia o sentimento de revolta e de amargura que se potencializava pelos seus “naturais costumes bárbaros” e desconhecimento dos valores da religião — o perdão é um valor essencialmente cristão e as sevícias cometidas pelos escravos rebelados em São Domingos provavam para muitos dos observadores que esse preceito não era universal³⁵. Esse modo de vida gerava no interior da sociedade brasileira um estrangeiro no corpo social; consequentemente, o africano escravizado, que pela falta de perspectiva e esperança podia tão somente se revoltar e destruir tudo aquilo que lhe oprimia. José Bonifácio argumentava que:

[...] o mal está feito, não o aumentemos, senhores, multiplicando cada vez mais o número de nossos inimigos domésticos, desses vis escravos, que nada tem que perder, antes de tudo que esperar de alguma revolução como a de São Domingos. Ouvi, pois, torno a dizer, os gemidos da cara pátria, que implora socorro e patrocínio: pelejemos denodadamente a favor da razão e humanidade, e a favor de nossos próprios interesses.³⁶

Porém, como se não bastasse rememorar a Revolução haitiana, ele pretendia (como se sabe em nota avulsa coletada posteriormente) retomar em discurso a revolta de Palmares — “Tema o Brasil que se formem novos Palmares de negros!”³⁷: um fantasma doméstico, um acontecimento interno, ainda que distante no tempo, mas que com força espectral reforçaria sua tese. Essa nota que não compõe o discurso, elucida a intenção de José Bonifácio: despertar temores para que se desse fim à escravidão com certa celeridade, mas não imediatamente; atentar para uma revolta de escravos semelhante a do passado doméstico e que poderia agregar

³⁴ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Representação à assembleia geral constituinte e legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In: _____. *Projetos para o Brasil*. (organização Miriam Dolnikoff) São Paulo: Companhia das Letras/Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 26.

³⁵ C. R. L. James descreveu os “atos de vingança” dos escravos rebelados em São Domingos como “surpreendentemente moderados”, o que lhe rendeu seguidas críticas. JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos*. Tradução de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 94. Independentemente do juízo que se possa (ou se deva) estabelecer sobre a reação dos oprimidos frente a seus algozes, a violenta e impiedosa atuação dos escravizados em São Domingos orientou, ou serviu de pretexto para orientar, repressões inclementes às revoltas escravas no Brasil, dentre elas a Sabinada e a dos Malês, das quais Antônio Pereira Rebouças participou.

³⁶ SILVA, *Representação...*, op. cit., p. 41.

³⁷ Ibidem, p. 45.

novos valores como liberdade e igualdade. Como ele próprio argumentou: “pela sábia política de não ter inimigos caseiros”³⁸

Como propõe Keila Grinberg, as revoltas de São Domingos “fizeram com que defensores da igualdade dos homens passassem a ser mais cautelosos”³⁹. No Brasil, a Revolução francesa e a Revolução haitiana causaram entre os proprietários a “guinada do flerte com o republicanismo para uma aceitação mais otimista da monarquia”⁴⁰; transformando “a liberdade e a igualdade dos homens em abomináveis e destrutivos princípios fazendo com que o apreço dos proprietários a estas ideias diminuísse consideravelmente”⁴¹. Nesse contexto, o Brasil era uma síntese singular dos debates e exemplos europeus e estadunidenses sobre governo e sociedade, onde se instalou uma monarquia, sob um imperador nascido em Portugal, ainda que constitucional nos moldes liberais, porém com a manutenção dos privilégios dos antigos senhores escravistas e da própria escravidão.

1. 1 O patriarca: José Bonifácio (1763-1838)

A trajetória de José Bonifácio é particularmente interessante, rica em detalhes e percursos, estudos e viagens por ele realizados. No entanto, o que nos interessa aqui é o curto período de seu retorno ao Brasil e seus projetos, bem como a atuação política durante os anos de 1822 e de 1823, expressos em dois textos, a saber “Representação à assembleia geral constituinte e legislativa do Império Brasil sobre a escravatura” e “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil”, apresentados em discursos à Assembleia constituinte de 1823 e já há muito burilados pelo autor. Denominado “patriarca da Independência”, Bonifácio é reconhecido enquanto um dos articuladores desse processo; braço direito de Pedro I e deputado constituinte por São Paulo. Durante seu curto Ministério dos Negócios do Reino e Estrangeiro, incidiu-lhe a responsabilidade de encaminhar o reconhecimento da Independência brasileira por sua estima internacional adquirida durante suas três décadas de vida europeia: “Bonifácio teve papel fundamental na articulação da Independência, da construção de um estado nacional e da conquista de um Império brasílico”⁴²,

³⁸ Ibidem, p. 33.

³⁹ GRINBERG, op. cit., p. 53.

⁴⁰ MAXWELL, Kenneth apud GRINBERG, op. cit., p. 63.

⁴¹ Ibidem, p. 54.

⁴² DOLHNIKOFF, Miriam. Introdução. In: SILVA, *Projetos...*, op. cit., p. 6. “José Bonifácio formou a base triangular em que se apoia até hoje o *Ministério das Relações Exteriores*, composta de *Secretaria de Estado*, *Missões Diplomáticas e Repartições Consulares*.” CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*, vol. I. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009, p. 23.

empenhou-se na manutenção da unidade territorial, buscando impedir a fragmentação territorial: “dos seus escritos emerge um projeto nacional coerente e articulado embora não sistematizado”, estruturado em três pontos: unidade, centralização e monarquia. O monarquismo de José Bonifácio era uma reação aos eventos que ele havia acompanhado de perto na Paris dos anos 1790 e 1791; portanto, apesar da contradição em propor uma constituição liberal simultaneamente convivendo com uma figura identificada como despótica, a do imperador — uma espécie de presidente vitalício, inviolável e sagrado e dado *a priori* na Independência —, ele parecia acreditar que a existência de uma Constituição seria capaz de frear ambições tirânicas e personalistas.

A intensa proximidade com Pedro I (intensa em todos os sentidos, pois por ordem de Pedro I fora preso e exilado) e a personalidade descrita como conflituosa e arrogante lhe renderam grande quantidade de inimigos e desafetos; se, por um lado, a sombra do Império português jamais deixou de pairar sobre a figura do Imperador e de todos que o rodeavam; por outro lado, o Brasil de José Bonifácio era em grande parte “distante e livresco, o mesmo que estava disponível para tantos estudiosos europeus que consumiam avidamente relatos produzidos por viajantes naturalistas”⁴³. Nesse sentido, é fácil compreender sua pouca influência no rumo imediato do país que fundara, ficando sua influência restrita às questões de Estado. De seus discursos e projetos, restaram apenas esparsas influências, como o artigo da Constituição que trata da catequização dos indígenas⁴⁴, retomados fragmentariamente de modo esparso ao longo da história.

1. 1. 1 O comércio de carne humana

Nos escritos de José Bonifácio, a partir de uma primeira leitura, vislumbra-se uma modernidade e uma originalidade surpreendentes. Mas, de fato, o que se revela a partir de uma retomada crítica e mais bem informada de seu material é a sua ilustração europeia. Ele estava

⁴³ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 142.

⁴⁴ De sua iniciativa devem ter sido “os artigos sobre os projetos sobre a criação de ‘estabelecimentos para catequese e civilização dos índios, emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e industrial’, e sobre ‘os contratos entre senhores e escravos’ fiscalizados pelo poder público. Era de um lado a extinção do trabalho servil desde logo prevista e determinada, e, de outro, as relações entre os escravos e os seus donos elevadas ao plano jurídico dos contratos, da convenção entre partes, sob a vigilância do Estado.” SOUSA, op. cit., p. 239-240. Se, por fundamento, um texto constitucional não carrega autorias, marcas individuais, a verdade é que nenhum outro constituinte se dedicou com tamanho entusiasmo e erudição aos temas da força de trabalho e ao aldeamento indígena como fizera José Bonifácio. Escravidão negra e “civilização dos índios” foram questões intensamente debatidas pelo deputado à época: força de trabalho livre e controle da terra, a sua modernidade capitalista era crítica ao modelo senhorial vigente.

em sintonia com as teorias europeias e estadunidenses sobre economia, política e ciência naturalista. A partir disso, é mais fácil entender a originalidade de seu discurso sobre a escravatura. Em certo sentido, é possível afirmar que José Bonifácio, de forma consciente, compreendia um fator determinante ressaltado por Trouillou: reconhecer a resistência dos escravizados à escravidão moderna como um fenômeno de massa significava “reconhecer a possibilidade de que alguma coisa estivesse errada com o sistema”⁴⁵. Nesse sentido, é possível definir José Bonifácio como um reformista. Ele compreendia de modo bastante sistemático as contradições e as flagrantes falhas da administração colonial e, sobretudo, buscava livrar-se delas para que de fato a Independência se tornasse uma realidade.

Se, como já dito anteriormente, ele iniciou seu discurso contra a escravidão fazendo uso de argumentação moral, todo o resto de sua fala estava pautada na racionalidade econômica, na busca pela autonomia do sistema produtivo e na modernização da produção agrícola e das relações de trabalho. Assim, ele afirma: “a natureza próspera, e sábia em toda e qualquer parte do globo, dá os meios precisos aos fins da sociedade civil, e nenhum país necessita de braços estranhos e forçados para ser rico e cultivado.”⁴⁶ Porém, antes desmascara, de modo singular e realista, um *argumentum ad nauseam* dos defensores da escravidão:

[A cobiça] para lavar-se pois das acusações que merecia lançou sempre mão, e ainda agora lança de mil motivos capciosos, com que pretende fazer a sua apologia: diz que é um ato de caridade trazer escravos da África, porque assim escapam esses desgraçados de serem vítimas de despóticos régulos: diz igualmente que, se não viessem escravos, ficariam privados da luz do evangelho, que todo cristão deve promover, e espalhar; diz que esses infelizes mudam de um clima e país ardente e horrível para outro doce, fértil e ameno; diz por fim que, devendo os criminosos e prisioneiros de guerra mortos imediatamente pelos seus bárbaros costumes, é um favor que se lhes faz comprá-los, para lhes conservar a vida, ainda que seja em cativeiro.

Homens perversos e insensatos! Todas essas razões apontadas valeriam alguma coisa, se vós fosseis buscar negros à África para dar liberdade no Brasil e estabelecê-los como colonos; mas perpetuar a escravidão, fazer esses desgraçados mais infelizes do que seriam, se alguns fossem mortos pela espada da injustiça, e até dar azos certos para que se perpetuem tais horrores, é decerto um atentado manifesto contra leis eternas da justiça e da religião.⁴⁷

A retórica inflamada, a acusação de hipocrisia, a hipótese de estabelecer colônias de africanos livres e, sobretudo, o chamado à responsabilidade dos senhores de escravos — ele propunha, inclusive, que os senhores deveriam cuidar dos escravos velhos e doentes e que fossem obrigados a se casar com as escravas com quem tivessem filhos ou fossem amasiados — deve

⁴⁵ TROUILLOT, op. cit., p. 142.

⁴⁶ SILVA, *Representação...*, op. cit., p. 28.

⁴⁷ Ibidem, p. 25-26.

ter lhe custado muito mais inimizades do que seria capaz de suportar, fazendo com que muitos ouvidos se lhe tornassem moucos para os argumentos

O discurso de José Bonifácio tocou em um ponto sensível para as elites do recém-independente país: a propriedade privada. Ainda que ele tenha se adiantado e se defendido sobre este ponto — “não vos iludais, senhores, a propriedade foi sancionada para o bem de todos, e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais, e se tornar de *pessoa a coisa* [...]?” “Não é pois o direito de propriedade, que querem defender, é o direito da força, pois que homem, não podendo ser coisa, não pode ser objeto de propriedade.”⁴⁸ —, ele atacava diretamente o direito à propriedade de escravos, ainda acusava aqueles que praticavam comércio de escravos de mentirem e agirem contra as leis do evangelho: “é de espantar pois que um tráfico tão contrário às leis da moral humana, e às santas máximas do evangelho, e até contra as leis de uma sã política, dure há tantos séculos entre homens que se dizem civilizados e cristãos! Mentem, nunca o foram.”⁴⁹

Bonifácio sustentava que o comércio de escravos africanos já não mais visava abastecer a produção agrícola com força de trabalho, tornara-se por si só um comércio: um comércio de carne humana: homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda, nas palavras de Mbembe, os escravizados “passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando assim de ter nome ou língua própria”⁵⁰. O constituinte argumentava que esse tipo de comércio criara um escravo-mercadoria que sustentava um mercado em si e movimentava capitais, visando nada mais, ou talvez tão somente isso: movimentar capitais. Movimento especulativo antes de qualquer coisa, o comércio de escravos envolvia uma imensa rede de agentes e interesses. Fato era que a escravidão constituía “uma instância econômica de primeira importância”, “o tráfico de escravos não era apenas um meio atendendo a um fim: era também um fim em si mesmo.”⁵¹

⁴⁸ Ibidem, p. 30.

⁴⁹ Ibidem, idem.

⁵⁰ MBEMBE, op. cit., p. 12. “No que respeita à dominação, ela não consistia tanto em explorar o trabalho dos submissos como em transformá-los em objetos numa economia geral de uso e de sensações que o comércio mediava. Consumir era, de repente, a marca de um poder que não cedia aos seus desejos [...]. Os seres humanos, submissos ao potentado ou cativos de guerra, podiam ser convertidos em mercadorias de venda para negreiros. O seu valor era mensurado sob o ônus do valor de mercadoria que o potentado adquiria como recompensa da venda dos seres humanos. [...] Os objetos recebidos em troca eram depois investidos num duplo cálculo: o cálculo da dominação (na medida em que o comércio de escravos servia como base do poder político) e o cálculo dos prazeres (fumar tabaco, ver-se ao espelho, beber rum e outras bebidas alcoólicas, comer, vestir, copular, bater nas mulheres, nas crianças e nos filhos). Ibidem, p. 202. Porém, como destacou Eric Williams, “era inútil declarar que a atividade era ímpia ou pouco cristã. Era um comércio lucrativo, e isso bastava.” WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 84.

⁵¹ WILLIAMS, op. cit., p. 32, 66.

O objetivo de regenerar o novo país, alicerçando-o no trabalho livre, na iniciativa individual, em métodos agrícolas modernos, ambientalmente mais equilibrados e na pequena propriedade, confrontava-se diretamente com interesses reais e muito bem estabelecidos. José Bonifácio “mal adivinhava a reação surda e implacável dos traficantes de negros, uma vasta comparsaria que, ligada aos proprietários rurais, fazendeiros e senhores de engenho, continuaria a preponderar no Brasil.”⁵² E a escravidão continuou...

Para melhor compreender o discurso de José Bonifácio sobre a escravidão, a noção marxista de força de trabalho é importante — “o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.”⁵³ Bonifácio ensaiava modernizar as relações de trabalho, baseando-as em trabalho livre e contratos formais; ele entendia que o modelo vigente era, além de pouco rentável — um irracional desperdício das forças produtivas, pode-se concluir — também destrutivo, fazendo com que a natureza, o grande diferencial para o ideal de nação, estivesse entregue à sanha devastadora⁵⁴ — “as artes não se melhoram; as máquinas, que poupam braços, pela abundância extrema de escravos nas povoações grandes, são desprezadas.”⁵⁵

Em sua interpretação, a presença do trabalho escravo viciava todo o sistema produtivo, pois, além de criar um comércio improdutivo na própria figura do escravo-mercadoria, associava-se metabolicamente com o latifúndio e a “preguiça” entre aqueles que possuíam escravos. Nesse sentido, era irracional incentivar a imigração de trabalhadores europeus, como ele argumentou: os estrangeiros pobres que “venham estabelecer-se no país em pouco tempo, como mostra a experiência, deixam de trabalhar na terra com seus próprios braços e, logo que podem ter dois ou três escravos, entregam-se a vadiação e desleixo pelos caprichos de um falso pundonor.”⁵⁶ Este argumento, como se verá, foi também utilizado por Carlos Taunay e retomado de modo mais vigoroso e sistemático pelo Visconde de Taunay e por André Rebouças meio século depois.

Sobre essa questão, no entanto, é imperativo contrapor a constatação materialista de Eric Williams aos projetos de Bonifácio. O historiador afirma que quando se “adota a escravidão, não se trata de uma escolha em detrimento do trabalho livre; simplesmente não há

⁵² SOUSA, op. cit., p. 221.

⁵³ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 242.

⁵⁴ Esse tema foi discutido de modo primoroso por José Augusto Pádua, que admite que “é forçoso constatar que sua visão dos recursos naturais era essencialmente antropocêntrica e utilitarista.” PÁDUA, op. cit., p. 136.

⁵⁵ SILVA, *Representação...*, op. cit., p. 29.

⁵⁶ *Ibidem*, *idem*.

escolha”; onde o máximo que se exige em termos de conhecimento é “simples e rotineiro, é essencial que a mão de obra trabalhe de maneira constante e coordenada”, ou seja: o trabalho escravo. Interpreta Williams que as despesas da escravidão só superam o custo dos trabalhadores assalariados quando a terra disponível já tenha sido distribuída proporcionalmente e o crescimento vegetativo e a importação de novos engajados tenha alcançado seu ponto de densidade. Sua conclusão é de que o trabalho escravo só se torna mais caro do que o livre a partir do momento em que exista uma abundância de trabalho livre. E esse não era nem de longe o caso do Brasil de Bonifácio. Os *land-killer*, na expressão do historiador⁵⁷, ainda tinham muita terra para conquistar e assassinar, muitos cativos para explorar, e Carlos Taunay ensinara os fazendeiros como fazê-lo.

José Bonifácio pensava um amplo projeto de regeneração nacional, regeneração moral, cultural, econômica, política, social e racial. Nesse sentido, de modo inédito, ele insistia na necessidade da miscigenação racial, ainda que para ele o Brasil fosse uma “nação de sangue europeu”⁵⁸. Esse intento de miscigenação partia do pressuposto de que a raça europeia era superior e, conseqüentemente, ao se unir com indígenas e negros, inevitavelmente, predominaria, cedendo-lhes os valores de força e disciplina que lhe eram próprios. Até que isso ocorresse, fazia-se mister instituir uma legislação própria contra a vadiagem, tema caro ao país em sentido moral e econômico; pois, de fato, a economia é moral e, no capitalismo, moralizante.⁵⁹

⁵⁷ “Do ponto de vista do fazendeiro, a maior desvantagem da escravidão é o esgotamento rápido do solo. O abastecimento de mão de obra de baixa condição social dócil e barata, só pode ser mantido com a degradação sistemática e o esforço deliberado de sufocar a inteligência. Assim, a rotação das culturas e as práticas agrícolas científicas são estranhas às sociedades escravistas. Como escreveu Jefferson sobre a Virgínia, ‘é mais barato comprar um novo acre de terra do que adubar um antigo. O fazendeiro escravista, na pitoresca nomenclatura do Sul-americano, é um *land-killer*, um ‘matador de terra’. Pode-se contrabalançar e retardar essa grande desvantagem da escravidão por algum tempo, caso haja uma disponibilidade quase ilimitada de solo fértil. A expansão é uma necessidade das sociedades escravas; o poder escravista requer constantes novos avanços.” WILLIAMS, op. cit., p. 34.

⁵⁸ SILVA, *Representação...*, op. cit., p. 29.

⁵⁹ Como explica Marx: “para que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho como mercadoria no mercado, é preciso que diversas condições estejam dadas. A troca de mercadorias por si só não implica quaisquer outras relações de dependência além daquelas que resultam de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua força de trabalho”. MARX, *O capital*, vol. I, op. cit., p. 242. A formação do proletariado europeu nos séculos XVIII e XIX e a disponibilidade de mão de obra livre, as “condições dadas”, foram forjadas a partir do momento em que os camponeses “expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, formavam um proletariado inteiramente livre que não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que foi a trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Isso explica o surgimento, em toda a Europa ocidental no final do século XV ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os pais da atual classe trabalhadora foram

1. 1. 2 O patriarcado da reprodução

“O melhor método de amansar índios é casar as índias com os nossos”.
(José Bonifácio, *Projetos...*, p. 69)

Em sua tese sobre a formação do ambientalismo brasileiro, José Augusto Pádua propõe uma leitura sóbria da economia discursiva no texto de José Bonifácio sobre a “civilização dos índios”⁶⁰. Para o historiador, José Bonifácio “inaugurou no pensamento social brasileiro, mesmo que de forma incipiente, o elogio da miscigenação racial”⁶¹, uma confrontação audaciosa do “patriarca” aos nascentes princípios raciais e às tentativas de afirmação de pureza racial entre as elites econômicas; no entanto, essa miscigenação proposta por Bonifácio não fora feita pacificamente e não seria continuada de forma consensual. O cotejo de alguns dos preceitos do autor nos revela o forte caráter racista, patriarcal e pejorativo de sua percepção dos indígenas; seu projeto era, antes de tudo, o etnocídio e a aculturação, ainda que de forma benevolente e não-violenta — se tomamos a violência em seu sentido físico, direto, bélico de empreender guerras: “domesticá-los e fazê-los felizes”⁶².

Assim como na *Representação*, José Bonifácio sistematiza seu projeto em vários artigos. Os *Apontamentos* contêm quarenta e quatro itens de como se deve proceder no processo de “civilização” dos indígenas; revelando não apenas o sentido de tutela, mas, sobretudo, de posse. O corpo social da nova nação reservava ainda vários corpos singulares, grupos diversos, todos disponíveis aos legisladores.

Seu discurso começa pela clássica separação em duas categorias de índios, os “bravos” e os “mansos” — como bem explica Manuela Carneiro Cunha, uma terminologia que deixa subjacente “a ideia de animalidade e de errância”⁶³. Já de início, Bonifácio expressa a auto delegação do controle dos corpos e das vidas dos indígenas e, sobretudo, o evidente desejo de aniquilação cultural dos povos autóctones, não deixando qualquer ilusão sobre o futuro dos

inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes ‘voluntários’ e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes.” MARX, *O capital*, vol. I, op. cit., p. 805-806. Ou nos termos de Silvia Federici, no capitalismo sempre se “evitou a fuga do trabalho”. FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017, p. 117.

⁶⁰ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*.

In: SILVA, *Projetos...*, op. cit.

⁶¹ PÁDUA, op. cit., p. 148.

⁶² SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 47.

⁶³ CUNHA, Manuela Carneiro. *Índios do Brasil: história, direito e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 61.

indígenas na nação por ele sonhada: a decomposição étnica e cultural — “mudadas as circunstâncias, mudam-se os costumes”⁶⁴.

A miscigenação que propusera José Bonifácio, seria realizada especialmente pelo casamento entre homens brancos, mestiços, negros e mulheres indígenas; especificamente aos homens indígenas, reservava-se as seguintes funções:

[...] como os índios, pela sua natural indolência e inconstância, não são muito próprios para os trabalhos aturados da agricultura, haverá para com eles nesta parte alguma paciência e contemplação; e será mais útil a princípio ir empregando em tropeiros, pescadores, pedestres, peões, e guardas de gado, aos que forem mais frouxos e desleixados; como igualmente em abrir valas, derrubar matos, transportar madeiras dos montes aos rios e estradas, e abrir picadas pelo sertão, para o que são muito próprios, ou também ensinando-se-lhes aqueles ofícios para os quais tiverem mais habilidade jeito.⁶⁵

A definição de “patriarca da Independência” parece bastante adequada a José Bonifácio se tomarmos “patriarca” em um sentido de crítica feminista⁶⁶. O político, em sua fértil imaginação, dispõe dos corpos indígenas a seu bel prazer; em especial, guarda profundo ânimo em casar as mulheres para que procriem sua tão desejada raça mestiça forte, instruída e empreendedora⁶⁷. A mulher para José Bonifácio é tão somente o suporte corporal da nação e dos homens do futuro — “educar as mulheres para que estas eduquem os filhos e os maridos”⁶⁸ — de modo que para que as mulheres indígenas procriem mais e adequadamente, lhes era necessário, por exemplo, mudar o costume que “sucede muitas vezes que as índias dão leite a seus filhos por seis e sete anos, cuja lactação prolongada, além de fazer frouxas e pouco sadias

⁶⁴ SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 49. Em outros textos reunidos por Miriam Dolnikoff, na categoria “Índios”, José Bonifácio reitera a necessidade de proibir o uso de línguas nativas: p. 65: “acabar nas aldeias com a língua da terra, e ensinar aos rapazes o português, para acabar com a separação e isolamento e banir a ignorância e antiga barbárie de costumes.”; (p. 72): “adotar os meios de converter os índios dos jesuítas, mas não a sua política de ilhar os índios e conservá-los na sua língua”; e em ensinar o português, (p. 63): “de modo que nossa língua venha a ser geral”. Os costumes de que o autor fala são um inventário de estereótipos que beira à exaustão: infanticidas, canibais, preguiçosos, bêbados, voluptuosos, ignorantes, imbecis, carentes de imaginação, incapazes de contar, polígamos, promotores de divórcios voluntários, vingativos, fracos, covardes, ladrões, vis, ingratos, curiosos, impressionáveis, indolentes, inconstantes, viciosos, melancólicos, apáticos, indisciplinados, dorminhocos, pesados, desleixados, bárbaros, desonrados, passionais, entre outros.

⁶⁵ Ibidem, p. 57. O princípio é o mesmo supostamente constatado por Bernard Shaw e replicado não se sabe muito bem de onde pela feminista francesa Simone de Beauvoir sobre o racismo contra negros nos Estados Unidos da América: “O americano branco relega o negro ao nível do engraxate; e conclui daí que só pode servir para engraxar sapatos.”. BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 21.

⁶⁶ “A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como outro.” BEAUVOIR, op. cit., p. 199. Em um desdobramento da crítica marxista da “assim chamada acumulação primitiva”, Silvia Federici afirma que a procriação foi colocada à serviço da acumulação capitalista: “o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres”. FEDERICI, op. cit., p. 178.

⁶⁷ SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 61.

⁶⁸ SILVA, *Projetos...*, op. cit., p. 179.

as crianças, tem também o inconveniente de diminuir a procriação por todo o tempo de lactação”; necessário, consequentemente, que se vigie para que “as crianças não mamem por mais de dois anos, quando muito.”⁶⁹

Certo é que José Bonifácio não inventou preconceitos e estereótipos sobre indígenas, amalgamados no arquétipo “índios” (ainda que de “diferentes raças”⁷⁰); entretanto os reuniu sistematicamente e com vistas de um modelo de gestão e controle de seus corpos em um projeto apresentado à Constituinte (originalmente o texto havia sido apresentado em 1821 à Coroa portuguesa, demonstrando seu empenho quanto ao tema) compondo o Ato Institucional de 1834 — Art. 11, § 5º⁷¹. Essa sistematização, essa vontade de controle e assimilação já expressadas na própria formação da nação, será cada vez mais desdobrada no correr da história brasileira até a atualidade. O sentido de tutela, desnudado na posse — “os nossos índios do Brasil”⁷² —, lhe dá plenipotência de “tratar do modo de catequizar, e aldear os índios bravos: matéria esta de suma importância”⁷³.

Conforme Vânia Maria Losada Moreira, nos *Apontamentos*:

[...] três pontos merecem ser destacados, pois constituem a espinha dorsal de seu projeto civilizacional. Em primeiro lugar, a convicção de que os índios estavam no “estado selvático”. Mais ainda, nessa condição “primitiva”, os homens eram dotados do “lume natural da razão” e capazes, por isso mesmo, de civilizar-se. [...] Em segundo, a necessidade de criação de novos aldeamentos ou de reativação de antigos, onde os índios retirados dos sertões e das florestas pudessem ser reunidos, fixados, controlados e ressocializados (“civilizados”). Em terceiro, o entendimento que a melhor forma de civilizar os indígenas era por meio do método “brando”, que incluía um leque bastante variado de ações, como a educação, o trabalho, a agricultura, o comércio, o convívio com os brancos, os casamentos mistos, dentre outros.⁷⁴

A pesquisadora compreende que, se confrontado com os projetos anteriores e posteriores, os *Apontamentos* representam certo avanço ou mesmo desenvolvimento racional. De fato, se comparado aos projetos posteriores de Varnhagen, os *Apontamentos* de José Bonifácio soam muito mais benevolentes — o “Heródoto brasileiro” não teria buscado inspiração como também não teria aprofundado os termos de José Bonifácio? É o que se questionará no próximo capítulo —. A clássica escusa de “homem de seu tempo” faz com que essas ideias e projetos não sejam

⁶⁹ SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 59.

⁷⁰ Ibidem, p. 49.

⁷¹ “Bonifácio apresentou suas ideias sobre a civilização dos índios ‘bravos’ primeiro às Cortes de Lisboa, em 1821. [...] Consumada a Independência, ele reapresentou a proposta com algumas modificações, em 1823, à Assembleia Constituinte do Império, recebendo parecer favorável, que foi aprovado em 18 de junho do mesmo ano. Além disso, ficou decidido que o texto seria publicado para ‘discussão na Assembleia e para a instrução da Nação’.” MOREIRA, Vânia Maria Losada. De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836), *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 128.

⁷² SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 48.

⁷³ Ibidem, p. 47.

⁷⁴ MOREIRA, op. cit., p. 128.

postos à crítica merecida e seus preconceitos e projetos de dominação ainda ecoem sub-repticiamente por dois séculos.

Retomando o debate de Trouillou, podemos pensar que o adjetivo é o operador da racialização, é ele quem separa e difere. À medida em que a tolerância se estreita, a descrição se expande. E se, como ensina Bourdieu, dizer está ao lado do direito, e todo o processo de produzir uma visão é, conseqüentemente, um processo de di-visão, um ato de produção do Outro, nós e (quase sempre **contra**) eles⁷⁵, é fácil compreender a obstinação semântica de José Bonifácio.

Os *Apontamentos*, ainda que ordenados a partir dos três pontos descritos por Moreira, visavam a tomada de terras e a aniquilação indígena, seja pela assimilação ou pelo extermínio; haja visto que, no limite do discurso de José Bonifácio, o emprego da violência física (“castigos, tronco, açoites de varinhas, e dieta forçada”⁷⁶), o assassinato (ainda que virtualmente previsto para crimes violentos) e, em especial, o aldeamento como espaço de trabalho forçado, resultavam unicamente na extinção de grupos e etnias indígenas.

O “índio” representava uma questão particular para José Bonifácio; pois, como ele compreendia, diferentemente dos africanos escravizados que, cessado o comércio de escravos e abolida a escravidão, poderiam até mesmo retornar para suas antigas nações e/ou se integrarem à nação brasileira; aos indígenas, uma vez miscigenados e aculturados, nada mais lhes restava exceto a aceitação irrestrita da nacionalidade⁷⁷.

Para José Bonifácio, se os brasileiros tivessem juízo e manha para aproveitá-los, os indígenas representariam um “rico tesouro” para a composição da nação; bastaria tão somente ganhar-lhes a vontade, tratando-os com bom modo para que aos poucos adotassem os costumes e a sociedade brasileira e, “nas aldeias já civilizadas”, bastaria “introduzir brancos e mulatos morigerados para misturar as raças e ligar os interesses recíprocos dos índios com a nossa gente, e fazer deles todos um só corpo da nação”⁷⁸. A fórmula de José Bonifácio pressupunha já uma crença básica da superioridade racial europeia, que se manifestaria inevitavelmente com o passar do tempo, subjugando e até eliminando as outras raças. Para ele, um exemplo prático (retirado de um excerto posterior aos *Apontamentos*) dessa miscigenação eram os paulistas, do qual “devemos admirar a sua constância nos trabalhos, o sangue frio no meio dos perigos, e a

⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. *Sociologie générale*, volume 1. Cours au Collège de France 1981-1983. Paris: Seuil, 2015, p. 141.

⁷⁶ SILVA, *Projetos...*, op. cit., p. 71.

⁷⁷ Hebe Matos menciona que a Independência criou dois “estrangeiros” no corpo social: os portugueses e os africanos. MATTOS, op. cit. Os indígenas, por sua vez, não eram estrangeiros, porém eram estranhos à sociedade. Uma questão que ainda hoje não se resolveu.

⁷⁸ SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 61.

sua astúcia nos casos desesperados”; uma raça mestiça forte e ativa que “reuniu a paixão dos descobrimentos de seus pais europeus de então, e o sofrimento da fome e fadiga de suas mães indianas.”⁷⁹ Estranha nação essa sonhada pelo “patriarca”, que poderia esperar séculos até que se formasse completamente uma nova raça europeia nos trópicos... porém essa espera não fora expressada nos *Apontamentos*, o projeto de José Bonifácio era urgente, e essa urgência resultou em atropelos e falta de moderação, a consequência prática dessa urgência seria pura e simplesmente violência, assassinatos e estupros.

Conforme o autor, para dobrar os indígenas, fazia-se necessário catequizá-los e aldeá-los: domesticá-los. A catequização, a partir da doutrina católica romana, serviria de freio moral para as paixões desregradas e para instruí-los nos costumes e valores civilizados. O aldeamento, antes de qualquer coisa, visava a tomada das terras que ocupavam, a conversão em propriedade privada, para então imputar-lhes o valor do trabalho. Um duplo movimento que, simultaneamente, desapropriava e deculturava⁸⁰ o indígena, pois José Bonifácio compreendia, a seu jeito, o intrincado modo de vida indígena estabelecido com o rico mundo natural; portanto, para civilizá-los era preciso despersonalizá-los.

Os “índios”, entendia o autor, eram “preguiçosos” porque a natureza tudo lhes dava muito sem nada lhes cobrar — uma particular noção de “mata virgem” organizará todo o discurso sobre terras e natureza: a propriedade era o símbolo da nação, o sentido da (re)ocupação pelo homem que toma e modifica a natureza estava dado. Se confrontada com a compreensão atual mediana, essa ideia mostra-se bastante equivocada; porém, sabia-se muito bem à época que o progresso era filho da necessidade. Consequentemente, um projeto de civilização era um projeto de criação de necessidades materiais e de valores morais; necessidades atreladas a um modo de vida específico. Os *Apontamentos* indicam a maneira mais eficiente, “fruto da experiência e da razão”⁸¹, de inculcar essas necessidades desnecessárias aos indígenas.

⁷⁹ SILVA, *Projetos...*, op. cit., p. 69.

⁸⁰ Essa noção foi proposta pelo antropólogo Darcy Ribeiro. “A deculturação tem como elementos básicos: seu caráter compulsório expresso no esforço por inviabilizar a manifestação da cultura própria e por impossibilitar sua transmissão; e sua natureza de procedimento deliberado de incorporação de pessoas já integradas numa tradição em um novo corpo de compreensões comuns, tendente a cristalizar-se como uma nova cultura. A deculturação é uma primeira instância do processo mais geral, a aculturação, que opera tanto pelo desenraizamento como pela criatividade cultural, pelos quais as etnias se conformam e se transfiguram. ‘Esta transfiguração torna-se imperativa para as populações deculturadas dada a necessidade de plasmar novos corpos de compreensões comuns e co-participadas para viabilizar o convívio humano e a participação na vida social’.” GIAROLA, Flávio Raimundo. O povo novo brasileiro: mestiçagem e identidade no pensamento de Darcy Ribeiro. *Tempo e argumento*, v. 4, n. 1, jan/jun. 2012, p. 131.

⁸¹ SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 53.

No primeiro *front*, o da catequização, estão dois arquétipos fundamentais: a menoridade e o automatismo. A menoridade pressupõe a existência do “lume da razão”; portanto, os indígenas eram capazes de civilização e aperfeiçoamento. Essa noção, que à primeira vista soa benevolente, no entanto, carrega consigo todo o sentido de tutela, todo o preceito moderno de que os indígenas não eram donos de seus corpos e mentes e que suas organizações sociais eram ocasionais, atreladas apenas às necessidades imediatas. Um dos desdobramentos mais evidentes desta noção é a suposta incapacidade de autogestão dos povos indígenas, consequentemente, devia-se restringir-lhes ou mesmo impedir-lhes o acesso aos direitos políticos e à cidadania. Afirmava o autor:

São pois as paixões, que não podem ser satisfeitas cabalmente sem a reunião de novos braços, e vontades, as que obrigaram os selvagens a reunir-se em tais quais aldeias; mas como estas pequenas povoações sem magistrados, e às vezes até sem um chefe, ou cacique poderoso, não os obrigavam a formar de toda a sua energia um centro comum, bem como os raios dispersos da luz se reúnem no foco dos espelhos côncavos, a inteligência e atividade individual nunca ganhavam extensão e intensidade, para que fossem obrigados a criar governos regulares, que só podem reprimir as injúrias recíprocas dos sócios, e prevenir os futuros males.⁸²

O automatismo, a noção de que os indígenas se movem tão somente por instintos, serve para equipará-los aos animais, espécies de bestas selvagens. A partir deste conceito, fundamenta-se a ideia de que os “índios” se entregam às paixões mais sórdidas, aos prazeres mais elementares, são incapazes de respeito e, por fundamento, não são dignos de confiança. Esta noção dirige ações de aprisionamentos, de torturas e, no limite, de extermínio. Quando nos *Apontamentos* José Bonifácio menciona, por exemplo, que os indígenas são “canibais” e “infanticidas”, esses termos fazem emergir todo um pretense fundo de incivilidade, de falta de sentimentos e, até mesmo, da razão. Para ele, a noção de perfectibilidade deve mover ações de captura de “índios bravos”, uma missão sempre urgente.

Os jesuítas conheceram, que com presentes, promessas, e razões claras e sãs expendidas por homens práticos na língua podiam fazer dos índios bárbaros o que deles quisessem. [...] Com efeito o homem primitivo nem é bom, nem é mau naturalmente, é um mero autômato, cujas molas podem ser postas em ação pelo exemplo, educação e benefícios. [...] como já disse, eles nos odeiam, nos temem, e podendo nos matam, e devoram. E havemos de desculpá-los; porque com o pretexto de os fazermos cristão, lhes temos feito e fazemos muitas injustiças e crueldades.⁸³

A partir da dupla condição de paulista (legatário do bandeirantismo, que identificava na educação jesuítica e nos aldeamentos um inimigo) e herdeiro do modelo pombalino de administração, José Bonifácio expressava seu antijesuitismo em confronto aberto à atuação

⁸² Ibidem, p. 49.

⁸³ SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 50.

desses religiosos e seu princípio “apátrida”, destacando, porém, a falta de apreço com que se havia tratado até então a questão indígena. Consequentemente, não é de se estranhar que ele projete “entradas contínuas de bandeiras que explorem matos e campos, pacifiquem as nações nossas inimigas, e continuamente tragam índios bravos para as nossas povoações.”⁸⁴

No segundo *front* encontra-se a atuação mais direta e francamente mais hostil. O aldeamento é sem dúvida o método mais agressivo e a política mais deliberada de tomada de terras no sentido legal expressados por José Bonifácio. A máxima “muita terra para pouco índio” reencontra seus fundamentos na política de aldeamento proposta pelo “patriarca”. Para ele, o índio bravo do Brasil é preguiçoso “porque sendo vagabundo, na sua mão está arrancar-se sucessivamente em terrenos abundantes de caça ou de pesca, ou ainda mesmo de frutos silvestres, e espontâneos”⁸⁵, esse estado selvático é reiterado porque “exposto ao tempo, não precisa de casas, e vestidos cômodos, nem dos melindres do nosso luxo: porque finalmente não tem ideia de propriedade, nem desejos de distinções, e vaidades sociais, que são as molas poderosas que põem em atividade o homem civilizado.”⁸⁶ Para resolver esse problema, num sentido de completa desterritorialização e deculturação, ele propõe que “os missionários tenham todo o desvelo em os acostumando pouco a pouco a sustento mais sadio e nutritivo que o seu, procurando ao mesmo tempo introduzir maior asseio e luxo de vestido e ornato de suas casas”; mas, especialmente, que novas aldeias das raças menos preguiçosas e mais capazes dos trabalhos da lavoura “não se estabeleçam em país de muita caça, ou peixe, para que os novos colonos não se entreguem somente nas mãos da natureza, antes pelo contrário sejam forçados a ganhar e segurar o seu sustento à custa dos seus trabalhos rústicos.”⁸⁷ Prenúncio de uma pedagogia de campo de concentração, o aldeamento é, essencialmente, um espaço de trabalho forçado, um ambiente de carestia, de penúria e de sofrimento.

Se na *Representação* José Bonifácio atacou veementemente o trabalho escravo, em um excerto chamado “Os índios são preguiçosos e voluptuosos” ele chegou a considerar que “seria útil admitir que os pais dos índios bravos que quiserem reconhecer o domínio português [sic] possam sujeitar os filhos a uma espécie de domesticidade ou escravidão temporária que não deve ceder cinco anos”; ele julga esse “tempo suficiente para educar os filhos a uma vida mais laboriosa, e indenizar-se o patrão do preço, porque o ouve.”⁸⁸ O trecho é um claro resquício da primeira apresentação do projeto, remetendo ao domínio português. De fato, os *Apontamentos*

⁸⁴ Ibidem, p. 61.

⁸⁵ Ibidem, p. 48.

⁸⁶ Ibidem, Idem.

⁸⁷ SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 56.

⁸⁸ SILVA, *Projetos...*, op. cit., p. 68.

se confrontados com outros escritos pregressos do autor sobre o tema representam um claro amadurecimento de sua reflexão: no texto apresentado à constituinte, o deputado moderou algumas de suas ideias e preconceitos, como, por exemplo, o tema do casamento, em que imaginara “um prêmio pecuniário a todo cidadão brasileiro branco ou homem de cor que se casar com índia gentia”⁸⁹, ou incentivar a “mistura por casamentos entre brancos e índios, índios e mulatos, **mas não negros**”⁹⁰; até abandonou a premissa de que “os índios devem gozar os privilégios da raça branca”⁹¹. Nos *Apontamentos*, as críticas anticlericais ganharam o tom anti-jesuítico; no entanto, sempre foi conhecido seu anticlericalismo. Ao falar do passado e do futuro, ele dizia: “o clero é uma das classes mais corrompidas e desprezíveis que há, geralmente falando, no Brasil.”⁹² Também o autor abandonou projetos como a vacinação dos indígenas, críticas aos portugueses e seu modelo de descobrimento, novas dietas, introdução de lutas e atividades físicas e uma particular reflexão sobre “a língua geral no seu mecanismo”, que conforme o autor parecia “provir de uma antiga civilização; [...] singularmente rica e sonora”⁹³, tema caro a geração seguinte como se verá.

Com efeito, o que se encontra nos *Apontamentos* é uma fórmula racional e objetiva, um tanto imaginativa e radicalmente pejorativa de produção e controle desse Outro na nação: o indígena. O objetivo do texto era a redução dos nativos à condição de aculturado e ao dogma liberal de propriedade. Aos povos originários, enquanto permanecessem sendo quem eram, enquanto não fossem compulsoriamente inseridos nos delírios da civilização, do capital em sua gana insaciável, ser-lhes-ia recusado categoricamente o acesso à cidadania, aos direitos políticos, a autogestão e a autorrepresentação; negar-lhes esses direitos era fundamental para que a nova nação pudesse se apropriar de suas terras e corpos. Também, no campo da História, o lugar do indígena se gestava enquanto decadente, fraco e inculto. A solução para esse problema era sua integração, enquanto elementos secundários, e a desambientação sistemática de seus modos de vida.

Se José Bonifácio pode ser reconhecido como precursor da crítica ambiental brasileira, apontando as contradições que norteavam o sistema de cultivo predatório e devastador intimamente ligado à escravidão africana, uma herança maldita do jugo colonial, ele também deve ser lido enquanto um defensor da propriedade privada e de uma relação de domínio em espaços recortados e demarcados. Se, ao propagar uma relação mais íntima entre o homem e a

⁸⁹ Ibidem, p. 74.

⁹⁰ Ibidem, p. 65.

⁹¹ Ibidem, p. 64.

⁹² Ibidem, p. 65.

⁹³ SILVA, *Projetos...*, op. cit., p. 64.

terra, no modelo capitalista, ele compreendia que se poderia conter a sanha devastadora dos *land-killer* coloniais; José Bonifácio também alicerçaria sob as bases do etnocídio indígena e do preconceito contra os povos nativos. No Brasil já existiam diversas relações não predatórias entre humanos e seus meios, mas elas não eram modernas, não visavam à acumulação capitalista e, por isso, deveriam ser extirpadas do corpo social do novo Estado e dar lugar a modernas formas de cultivo. Os projetos de José Bonifácio eram, essencialmente, capitalista e etnocêntrico, ainda que apregoassem uma sensível percepção ambiental.⁹⁴

1. 2 O fiador: Antônio Pereira Rebouças (1798-1880)

Veterano dos combates da Independência na Bahia, Antônio Pereira Rebouças fez questão de afirmar sua atuação militar durante a formação da nação. Mais ainda: cobrou sempre que pôde essa e outras dívidas que o Brasil teria para com ele; não à toa ditou (possivelmente a seu filho André Rebouças) em fins de vida suas *Recordações da vida patriótica: compreendida nos acontecimentos políticos de fevereiro de 1821 a setembro de 1822; de abril a outubro de 1831; de fevereiro de 1832 e de novembro de 1837 a março de 1838*. Obra dedicada à “Sua Alteza o Príncipe Imperial Consorte Gaston de Orléans, Conde d'Eu”⁹⁵; obra que deveria “servir de testemunho ao menos a quem quer que seja a escrever da história da Independência e do Império do Brasil compreendendo aquela época.”⁹⁶ O pequeno paratexto inicial sem autoria menciona que a “presente Memória, ditada pelo Rebouças em agosto de 1868, já então sem vista para ler e escrever, [...], ficaria sem ser dada à publicidade, se não fosse para completar a

⁹⁴ Emília Viotti da Costa sintetiza o drama final de José Bonifácio que assistira nos últimos anos à derrota de seus ideais políticos e econômicos: “Sonhara com uma monarquia constitucional e o que tinha pela frente era o governo de uma oligarquia que sempre receara. Combatera o latifúndio e pregara uma nova política de terras que permitisse o melhor aproveitamento das áreas improdutivas e via o latifúndio afirmar-se cada vez mais como base da economia agrícola, à medida que as plantações de café se multiplicavam ao longo do Vale do Paraíba. Preconizara a cessação do tráfico e a emancipação gradual dos escravos e não obstante a lei de 7 de novembro de 1831 (fruto em grande parte da pressão inglesa) proibisse o tráfico, os africanos continuavam a ser despejados em massa nas costas brasileiras. O desenvolvimento da cultura cafeeira vinha contribuindo em muito para revalorizar o braço escravo. Tentara estimular a emigração estrangeira e vira fenecer os núcleos coloniais, incapazes de sobreviver dentro dos quadros de uma economia baseada no latifúndio autossuficiente e no trabalho escravo. Repelira os tratados de comércio e os empréstimos que colocavam o Brasil na dependência dos países estrangeiros, mas assistira à renovação dos acordos com a Inglaterra e vira sucederem-se os empréstimos no estrangeiro. Sonhava com um Brasil que mantivesse intactas algumas de suas tradições e costumes, recriminando os políticos que queriam transformar o Brasil numa Inglaterra ou numa França, mas assistira à invasão progressiva do mercado brasileiro por produtos e costumes ingleses e franceses. Repugnava-lhe os títulos e a nobreza improvisada, mas vira multiplicarem-se os barões, condes e marqueses. A derrota dos seus ideais era consequência das vitórias das oligarquias a quem apoiara no passado, temeroso das reivindicações democratizantes.” COSTA, Emília Viotti da. José Bonifácio: Homem e Mito. In: MOTA (org.), op. cit., p. 158.

⁹⁵ REBOUÇAS, Antônio Pereira. *Recordações patrióticas (1821-1838)*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger Filhos, 1879, p. 3

⁹⁶ Ibidem, p. 4.

resposta que à uma carta, [...], dera o Rebouças”⁹⁷; típico procedimento de herocização actancial do herói-narrador-escritor que, já de partida, expõe os perigos que ameaçaram a obra; ora, se a parturição do texto representa uma vitória, um embate contra as forças do destino ou a inimigos, a narrativa que se segue será ainda mais valorosa e digna de crédito. Os paratextos elucidam também grande parte do seu capital simbólico⁹⁸: “Antônio Pereira Rebouças do conselho de S. M. imperial, oficial da Ordem do Cruzeiro e antigo sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.”⁹⁹ Isso implicava em afirmar seu duplo caráter de autoridade política e intelectual: Rebouças se portava tanto como influente nos rumos da política imperial enquanto conselheiro imperial, também enquanto uma figura importante para a história e para a escrita da história brasileira enquanto membro do IHGB.

1. 2. 1 Elitismo, mérito e propriedade: quando a cor da pele não deveria importar

As memórias — recurso bastante usado por aqueles que foram derrotados durante e depois do Império — de Antônio Pereira Rebouças são narradas em terceira pessoa, referindo-se a si mesmo como “o advogado Rebouças” e se parecem efetivamente com um pequeno romance de aventura. Esses interessantes recursos, a produção de uma memória particular escrita e o artifício literário, visam a manutenção de seu status e de sua autoridade adquiridos arduamente durante sua vida, pois como ele fez questão de ressaltar: em 1821, “sem prestígio por família e riqueza, achando-se na idade de 23 anos, [...], era o advogado Rebouças tão somente acreditado por poucas pessoas que o conheciam de perto.”¹⁰⁰

Fato é que a Independência foi um momento singular de mobilidade social e abertura para novos agentes sociais, do qual Antônio Pereira Rebouças soube tirar proveito não sem grandes percalços e sofrer discriminação por ser mulato. Keila Grinberg afirma que “Rebouças não estava errado ao enfatizar a sua participação nas lutas pela independência na Bahia em suas memórias”:

⁹⁷ Ibidem, p. 3.

⁹⁸ Bourdieu reconheceu que as relações dentro de certos campos, como o intelectual, por exemplo, estão mais próximas do Antigo Regime que da moderna política econômica capitalista: “Le champ intellectuel est très intéressant à cet égard, parce qu’il ressemble beaucoup à ces univers précapitalistes où chacun lutte pour son honneur, tout à fait seul, triste, isolé, avec le regard de côté, etc. De tels univers donnent la forme pure du processus. Il y a donc un classement officieux (des grandes familles, des grands intellectuels, etc.) dont la représentation dépend à chaque fois de la position du classeur dans les classements : il faut être d’autant plus haut dans ce classement que personne ne connaît pour savoir le véritable classement. C’est très désolant pour les gens qui sont très haut, car dès qu’ils sortent de l’univers des quelques-uns qui connaissent les vrais classements, ils sont exposés à être confondus avec le premier venu.” BOURDIEU, op. cit., p. 147.

⁹⁹ REBOUÇAS, *Recordações patrióticas*, op. cit., p. 5.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 21.

Ele sabia muito bem que à sua atuação devia a singular carreira política e jurídica que construiu. Afinal, foi neste momento que o Imperador decretou liberdade para os escravos que defenderam a província, e foi a partir de então que surgiram as melhores possibilidades de mobilidade social e política para aqueles que conseguissem aproveitar as chances. As liberdades almejadas eram muitas, mas a realidade é que elas não eram possíveis para todos. Se a desordem política do momento abriu oportunidades de consecução de alguma notoriedade política antes impensáveis para mulatos como Rebouças [...], estas posições foram conquistadas a unha e dentes. Impossível destacar as oportunidades de mobilidade social abertas pela independência sem ao mesmo tempo reforçar o quão afuniladas elas eram.¹⁰¹

Esse prestígio social conquistado depois de muitos embates e perseguições se expressou exemplarmente em sua defesa eloquente e erudita de José Bonifácio quando do processo — que acusava o “patriarca” de participar do levante de 7 de abril de 1832 — para destituí-lo da tutoria do jovem Pedro II. Em dois discursos de julho desse ano, Antônio Pereira Rebouças acusou o ministro da justiça Diogo Feijó de estar “absorvido em suas paixões de ódio” e “insaciável ambição de um poder ilimitado”, o qual parecia “não ter em vista senão destruir todos os obstáculos, que porventura encontre”, para então surgir “bramindo contra um ancião inerme, contra um cidadão respeitável, nosso colega”¹⁰². As acusações do parlamentar contra o ministro da justiça e futuro regente, contidas especialmente no primeiro discurso, terminam de forma bastante severa: “Por mim, senhores, eu vos afirmo que no relatório encontro suficiente corpo de delito para ser acusado o Ministro da justiça”; e se o parlamentar não o acusava diretamente era porque previa “a inutilidade e inconveniência de o fazer”¹⁰³.

Já no segundo discurso, prevendo a derrota de José Bonifácio e visando resguardar sua própria reputação — Antônio Pereira Rebouças havia sido envolvido no ano anterior em uma conspiração política que visava acusá-lo de participação na revolta dos Malês —, o deputado destacou a figura e os méritos do “ilustre Tutor”, “autor da nossa independência”: “sim, senhores, o digo de íntima convicção, se José Bonifácio de Andrada não existira em 1822, talvez, talvez o Brasil não visse imediatamente rotos e despedaçados os vínculos coloniais, que nos arrochavam”¹⁰⁴. Ao se perguntar se não seria da essência dos negócios da política “subverter todas as leis naturais e morais”¹⁰⁵, Rebouças defendia a si mesmo das acusações e intrigas de que lhe pesavam — injustamente segundo suas memórias e as de seu filho André¹⁰⁶

¹⁰¹ GRINBERG, op. cit., p. 75.

¹⁰² REBOUÇAS, *Recordações da vida parlamentar*, I, op. cit., p. 70.

¹⁰³ Ibidem, p. 87.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 90.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 99.

¹⁰⁶ Em suas notas autobiográficas, André Rebouças dizia: “Meu bom Pai combatia sozinho na Baía os traficantes de escravos, os piratas classificados pela Lei de 7 de novembro de 1831, e os fabricantes de moeda falsa [...] O partido aristocrático da Baía era todo escravocrata e moedeiro falso... Os caudilhos mais importantes eram, então, João Maurício Wanderley, depois barão de Cotegipe, e Francisco Gonçalves Martins, que morreu barão de S. Lourenço e Senador pela província da Baía. O partido revolucionário, republicano, federalista e separatista, odiava Antônio Pereira Rebouças, pela sua dedicação à unidade do Império, efetivamente comprovada, em 1837 e 1838

— e afirmava um preceito que guiou toda sua atuação política: os méritos e conquistas individuais.¹⁰⁷ A câmara aprovou a destituição de José Bonifácio, porém o senado a rejeitou, o “patriarca” se manteve na tutoria de Pedro II até o ano seguinte, quando finalmente foi destituído.

Voltando às *Recordações da vida patriótica*, Rebouças as termina revivendo as “felizes recordações da causa da Independência em 1822” e afirmando que “atencioso e benévolo” tacitamente preveniu “qualquer irrupção do gérmen anárquico, inoculado em 1831, e contra toda a susceptibilidade de afecção à propaganda revolucionária, flagrante na capital da província [da Bahia]”. Por fim, com seu auxílio e prestimosidade, restaurada a ordem e a paz retornou a seu “domicílio na capital da província com a família, aumentada de um filho, dado à luz em 13 de janeiro de 1838, o bem conhecido engenheiro André Pinto Rebouças.”¹⁰⁸ Ou seja, face ao turbulento e complexo período regencial, Rebouças se colocara como um defensor incontestável da unidade territorial e do poder monárquico.

Na outra série de memórias, seleção de discursos referentes a sua atuação parlamentar, Antônio Pereira Rebouças afirma que “atento a todos os trabalhos da câmara, tomava sempre parte nas discussões ocorrentes ao alcance de seus conhecimentos”¹⁰⁹. Essa seleção particular de discursos é reveladora tanto de sua atuação (um elitismo liberal) quanto de sua trajetória.

O primeiro discurso selecionado por Rebouças data de 1830 e dizia respeito à inserção da pena de morte no código criminal brasileiro, contra a qual tomou posição e insistia que a pena capital havia sido retirada da própria Constituição. Além de afirmar a flagrante contradição existente, o deputado argumentava com copiosa erudição sobre a pena capital e sobre a condição humana e dos escravizados no país. Afirmava que “os homens têm direitos inauferíveis que constituem a humanidade e a excelência do seu ser a respeito das demais criaturas”; esses “direitos essencialmente próprios do ser humano, nada menos são que sua inteligência, liberdade e atividade”.¹¹⁰ Ao avançar em sua argumentação, ele propõe uma pergunta retórica reveladora de sua formação humanista, influenciada pelo Iluminismo francês, pergunta-se: “Os homens tão engenhosos, como são, para poderem conter e até domesticar as

pela sua enérgica reação contra a república do assassino Sabino... Conservadores e revolucionários mancomunaram-se para fraudar as eleições, e eliminar os votos de Antônio Rebouças... Na última eleição pela Baía, meu bom Pai teve mais votos do que nunca; mas os politicantes insuflaram por tal modo a votação, que o colocaram entre os suplentes.” REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas* (texto escolhido e anotado por Ana Flora e Inácio José Veríssimo). Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. 13.

¹⁰⁷ É a partir desse tipo de argumentação de Rebouças que Hebe Mattos define sua atuação enquanto “elitismo liberal” MATTOS, op. cit., p. 41.

¹⁰⁸ REBOUÇAS, *Recordações patrióticas*, op. cit., p. 104-105.

¹⁰⁹ REBOUÇAS, *Recordações da vida parlamentar, I*, op. cit., p. 4.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 6.

feras, só não poderão conter e corrigir aos homens da sua espécie?”¹¹¹. Mas, sobretudo, o que emerge desse discurso é uma forte defesa da liberdade, contra a tirania e do direito individual sobre o próprio corpo. Rebouças questiona:

Se, porém, por erro do processo, por um entusiasmo fanático, ou espírito de partido, cerra-se os olhos à razão, nega-se o necessário exame à verdade, ou deixa-se guiar por meros indícios — Quem é capaz de reparar a vida do inocente sacrificada? quem pode restituí-lo à vida julgando-se poder-lhe dar a morte?¹¹²

Contudo, o fato essencial é que não eram todos os seres humanos no país que gozavam da liberdade e, conseqüentemente, tinham direito sobre seus corpos. A escravidão era uma realidade que não se negava e Rebouças desdobra seu argumento de modo sagaz quando, prevendo a reação de seus adversários, menciona a escravidão: “Mas, diz-se, os escravos como se conterão sem a pena de morte; como abolir-se a pena de morte enquanto houvermos escravos”¹¹³. Ao que ele responde:

Mas a pena de morte nunca foi terrível, senão a quem teve em vista gozar os bens sociais, nos tormentos até os entes da melhor razão tem confessado o crime (não digo bem, porque confissão supõe que existiu o ato vedado), tem-se o homem muitas vezes atribuído a si o crime que não cometeu, para acabar com a vida sofrendo uma só vez, por não sofrer mais, sucessivamente atormentado.
Os escravos não podem assaz prezar a vida, porque assaz não a gozam; se para alguém a morte é menos repressiva, é para eles que, sem nem uma boa esperança, se insurgem e morrem brutalmente; os suicídios mais frequentes são os deles, que creem na transmigração; creem que morrendo passarão desta para a sua terra.
Faça-se para os escravos uma ordenança separada; e por eles não façamos tamanho mal aos cidadãos, aos homens livres.¹¹⁴

A vida, segundo essa concepção, só é vida quando livre; quando as faculdades puramente humanas, aquelas da inteligência, liberdade e atividade podem ser gozadas por um indivíduo livre e com autoridade sobre seu corpo. Na definição de Patterson, “a escravidão é apenas uma relação que repousa em última instância na força, pouco surpreende que em toda a sociedade escravista o senhor tem o poder de infligir castigos corporais.”¹¹⁵

O problema do suicídio entre os escravizados foi destacado por James: em São Domingos “era um hábito comum”, tal o desprezo que essas pessoas tinham pela sua condição que “tiravam a própria vida não por motivos pessoais, mas apenas para irritar seus donos.”¹¹⁶ Diante de uma existência tão pavorosa, degradada e sem qualquer esperança, o autor conclui

¹¹¹ Ibidem, p. 15.

¹¹² REBOUÇAS, *Recordações da vida parlamentar*, I, op. cit., p. 19.

¹¹³ Ibidem, p. 27.

¹¹⁴ Ibidem, p. 28.

¹¹⁵ PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2008, p. 276.

¹¹⁶ JAMES, op. cit., p. 30.

que a revolução (e o massacre de brancos que se sucedeu) que deu origem ao Haiti foi uma reação de exata medida diante do quadro de desolação que se vivenciava. As lideranças militares que se formaram e se apresentaram naquela antiga colônia francesa, tão somente congregaram um sentimento de indignação generalizada.

Devemos contrapor nesse aspecto Rebouças a José Bonifácio. O “patriarca” ensaiava em seus textos distinções e categorias sociais a partir da cor de pele, formas de discriminação racial; para ele “uma das causas, que concorre a perpetuar e piorar a escravidão dos negros, é a cor”, pois, enquanto “um escravo romano, apenas livre, podia confundir o seu sangue com seus primeiros amos; o negro conserva indelevelmente um sinal de separação e de desprezo. Não só o escravo que é inferior ao amo, mas o negro é também ao branco”¹¹⁷. Rebouças, por sua vez, se empenhou para que a única distinção vigente na sociedade brasileira fosse aquela entre livres e escravos, e que, ao fim da escravidão — que por muito tempo ele considerou equivocadamente fato em vias rápidas de acontecer; porém ele morreria sem ver consumada a abolição — os méritos e os talentos individuais fossem critérios seguros para distinguir os homens, essencialmente os homens.

Conforme assevera Keila Grinberg, a atuação de Rebouças “baseava-se na insistência em não admitir distinções sociais que não fossem oriundas do merecimento próprio”¹¹⁸, resultando na possibilidade da existência de uma sociedade liberal escravista que não fosse racista; não-racista a partir do momento em que, livre da escravidão, qualquer cidadão teria igualdade de oportunidades. Ele apregoava uma sociedade liberal, na qual o elemento mais importante seria justamente o compromisso com os direitos individuais que incluíam a segurança e o respeito à propriedade. Como afirma Grinberg, para Rebouças toda reivindicação deveria “ser feita no âmbito da lei e da ordem”, reforçando a hierarquia como princípio de organização social.

Rebouças acabava privilegiando critérios distintivos de exercício da cidadania, mas isso não parecia ser, para ele, um problema. É neste sentido que sua frase “todo homem pardo ou preto pode ser general” deve ser compreendida. Todos até podem chegar a ser gerais, se tiverem igualdade de oportunidades, leia-se, educação. Mas nem todos chegarão a ser gerais, ou melhor, nem todos devem chegar a sê-lo, sob pena de subverter a ordenação ideal da sociedade.

Nesse sentido, Mattos argumenta que o elitismo que marcou toda a trajetória do parlamentar ilustra “a forma como um campo de luta contra a discriminação racial pôde se organizar no Brasil oitocentista, mesmo que baseado num tipo específico de legitimação da

¹¹⁷ SILVA, *Projetos...*, op. cit., p. 44.

¹¹⁸ GRINBERG, op. cit., p. 185.

continuidade da instituição escravista.”¹¹⁹ Antônio Pereira Rebouças, ao contrário de seu filho André, jamais fora abolicionista e não há contradição alguma no fato de que ele próprio tivesse escravos domésticos: “o essencial de seu raciocínio é que, constitucionalmente, no Império do Brasil, ou se era escravo ou se era cidadão e, com base nesse princípio, quaisquer exceções abertas, aberrações.”¹²⁰

Hebe Mattos discute o conhecido discurso de Antônio Rebouças de 1832 sobre a reforma da Guarda nacional; discurso no qual o deputado combatia veementemente a emenda proposta pelo atuante e influente deputado regressista¹²¹ baiano Miguel Calmon Du Pin e Almeida que exigia que somente o cidadão eleitor poderia ser nomeado oficial. Conforme a historiadora, Rebouças compreendeu com severa irritação a astúcia jurídica do conterrâneo, pois só poderiam ser eleitores pessoas ingênuas, nascidas livres. Assim, Mattos argumenta que “Rebouças vai enfatizar a primazia do direito de propriedade, inclusive no que se refere ao estabelecimento de pré-condições para o acesso pleno à cidadania política, para justificar a tolerância para com a continuidade da escravidão em uma monarquia constitucional.” Para Rebouças, “as hierarquias sociais deveriam ser tomadas a partir de ‘virtudes e talentos’, e a capacidade para adquirir propriedades era o principal índice das realizações de que essas ‘virtudes e talentos’ eram capazes.”¹²² Vemos que no discurso de Rebouças as formas de restrição que ele propõe eram essencialmente econômicas e patrimoniais, calculando um custo mínimo para sustentar o estilo de vida desejável a um oficial da guarda nacional que, quando retomado o debate em 1846, incluía dois escravos “um em casa, outro de casa para a rua”¹²³.

Mas, com efeito, o fantasma de São Domingos agastava os legisladores imperiais, que diante das revoltas regenciais, viam aparecer com força o caráter racial desses conflitos. Acreditava-se, a partir do visceral exemplo haitiano, que lideranças mulatas e negras poderiam

¹¹⁹ MATTOS, op. cit., p. 36.

¹²⁰ Ibidem, p. 44.

¹²¹ Azevedo elenca alguns dos principais deputados regressistas: o mineiro Luiz Augusto May; o goiano Raimundo José da Cunha Matos; Bernardo Pereira de Vasconcellos, por Minas Gerais; Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, por São Paulo Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, por Pernambuco; Francisco de Paula Souza e Melo, por São Paulo; Miguel Calmon Du Pin e Almeida, pela Bahia; Manoel José de Souza França e José Clemente Pereira pelo Rio de Janeiro. Estes políticos compuseram o grupo do Regresso, “defensor do tráfico negreiro e da extinção da Lei que seria promulgada em 7 de novembro de 1831.” Segundo eles “o fim do tráfico feria interesses da nação, a medida que a extinção do tráfico causaria enormes prejuízos à agricultura, assim como a soberania e a independência nacional estariam ameaçadas, uma vez que o Tratado atendia a interesses ingleses, e não aos interesses brasileiros.” AZEVEDO, Victor Romero. A lei de 7 de novembro de 1831 e a defesa do tráfico negreiro no Brasil (1831-1837), *Revista Cantareira*, edição 29, jul-dez, 2018, p. 207. A presença de Vergueiro na lista não faz sentido se confrontada com as conclusões de LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Por um rosário de penitenciárias: ideário político de Nicolau Vergueiro, bacharel, parlamentar, fazendeiro e negociante de grosso trato (1811-1859)*. Curitiba: Editora UFPR, 2023.

¹²² MATTOS, op. cit., p. 47.

¹²³ Ibidem, p. 50.

emergir no quadro de instabilidade geral e congregar adeptos em uma guerra racial, fragmentando a partir de independências regionais o território. Para legisladores como Du Pin e Almeida, era vital que essas lideranças não fossem gestadas no interior das forças de segurança imperiais. Se Rebouças atuou política e militarmente no sentido de reprimir revoltas em sua terra natal, o fez sem sentido racial ou de irmandade para com os negros revoltosos; buscando, talvez ingenuamente, criar um ambiente de atuação amplo e sem cores, dando a si mesmo o título de “fiador dos brasileiros”.

1. 2. 2 *O capital e o trabalho*

“[...] para se tornar mercadoria, o produto não pode ser produzido como meio imediato de subsistência para o próprio produtor.”
(MARX, *O capital*, vol. I, p. 244)

Outra frente na qual Antônio Pereira Rebouças atuou, depois de suprimidas as revoltas do período regencial, e que será importante para a composição dos projetos de seu filho André, é a regulamentação do sistema de crédito, dos “alugadores de dinheiro”, daqueles “que levaram à maior extensão possível as doutrinas da escola de Quesnay, de Turgot, Benthan e Say”.¹²⁴ A compreensão do complexo sistema improdutivo de empréstimo à juros elevados, que conforme o deputado deixou “famílias inteiras desgraçadas, sem meios de subsistência, por ter sido o dinheiro a prêmio, não um instrumento de indústria, mas da cobiça de emprestadores, assim nocivos à causa pública”¹²⁵, fez com que Rebouças propusesse em 1843 a criação de uma lei específica fixando a taxa de juros em no máximo 5% sobre o valor total do empréstimo.

Se pode parecer conflitante que Rebouças imbuído de um espírito liberal se propusesse a legislar sobre o capital e o mercado, ele próprio se defendera afirmando que todas as nações, apesar de considerarem conveniente deixar a maior liberdade possível aos contratos, têm também “estabelecido uma garantia a todos os contratantes, de maneira que quando o contrato não é conforme aos princípios de direito natural, aplicado às conveniências sociais, não pode subsistir.”¹²⁶ O argumento do deputado era protecionista, visava defender os interesses e a

¹²⁴ REBOUÇAS, *Recordações da vida parlamentar*, I, op. cit., p. 369.

¹²⁵ Ibidem, p. 372. O problema dos juros e dos empréstimos teria certamente aproximado Antônio Rebouças e Carlos Taunay à época. Tema pungente no período (e ainda hoje), o capital especulativo foi também tratado pelo franco-brasileiro que afirmara em 1848 que “o domínio da força toma conta de nossas famílias; o espírito dos melhoramentos e de inovações esmorece; desdobra-se [...] a ação do homem sobre o mundo material; como desdobra-se também a ação dos cabedais sobre a produção à que são aplicados: pois não chegam a ela senão através de especulações vexatórias, de interesses usurários, de juros, cujo peso esmaga quase todos; e fica no entanto o país preso na sua organização aristocrática tão funesta ao seu desenvolvimento.” TAUNAY, Carlos. Reflexões sobre a escravidão e a colonização. *O auxiliador da indústria nacional*, no. 11, 1849, p. 447-448.

¹²⁶ REBOUÇAS, *Recordações da vida parlamentar*, I, op. cit., p. 370.

produção pátria. A ele importava o fortalecimento e a expansão da produção nacional em bases próprias, capazes de abastecer e suprir, antes de tudo, o mercado interno. Rebouças também se defende a partir do percurso que o tema já havia percorrido desde 1831, quando ele próprio propusera legislação semelhante; à época sua proposta fora derrotada e as consequências, conforme argumentava, se faziam visíveis, pois “deixando-se sem limite de natureza alguma o juro convencional, admitindo-se que o legal ficasse taxado em 6%” resultaram males e excessos previstos e imprevistos. Fazia-se mister, portanto, em 1843, retomar a contenda e buscar novos remédios — urgia controlar aquilo que Marx chama “capital usurário”, “o dinheiro que se troca por mais dinheiro”¹²⁷, o alicerce da famosa “aristocracia financeira”. A verdade, segundo o parlamentar, era que o dinheiro rendendo juros de até 10%, não era empregado “em estabelecimento de qualquer natureza, quer para a indústria agrícola, quer para a fabril”¹²⁸

Retomado em segunda discussão em 1847 — o texto havia sido apresentado em 11 de janeiro de 1843 e retomado apenas em 21 de agosto 1847, evidenciando a fraqueza política de Rebouças em suas articulações —, o projeto foi defendido com o mesmo entusiasmo pelo deputado, porém atacado ainda mais vigorosamente por seus opositores — dois ilustres deputados não nomeados, um representante de Pernambuco e outro do Pará. O segundo afirmara que a “taxação dos juros era um efeito do fanatismo e da superstição”, contrariando “os luminosos princípios dos economistas”, tais como “Smith, Say, David, Richard, José Grenier, etc”. Rebouças respondeu com uma pergunta retórica: se “concorrendo os capitais monetário e de indústria dão em resultado um interesse menor do que o preço do aluguel do capital monetário por si somente, não será uma iniquidade sacrificar o capital-indústria ao capital monetário?”; o orador concluiu questionando o adversário: “deste sacrifício, por muitas e muitas vezes repetido, poderá resultar abundância, prosperidade, e riqueza de alguma sociedade civil?”¹²⁹ A verdade é que Rebouças compreendia que, sem nenhuma regulação, a especulação inviabilizaria qualquer projeto produtivo no país e reafirmava o argumento de que:

[...] com as leis dos juros na Inglaterra, na França, na Bélgica e nos Estados-Unidos, tem esses países progressivamente prosperado e bem assim com a razão óbvia de que, dando os mutuantes preferência tanto por tanto aos mutuários mais bem [pre]parados e industriais, vem o seu capital monetário a ser instrumento de produção e riqueza, e não de destruição e ruína.¹³⁰

¹²⁷ MARX, *O capital*, vol. I, op. cit., p. 239.

¹²⁸ REBOUÇAS, *Recordações da vida parlamentar*, I, op. cit., p. 375.

¹²⁹ REBOUÇAS, Antônio Pereira. *Recordações da vida parlamentar*, volume II. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1870, p. 538.

¹³⁰ REBOUÇAS, *Recordações da vida parlamentar*, volume II, op. cit., p. 545.

Esse seu argumento é desdobrado a partir da seguinte sentença: “Estradas, canais, ninguém os empreende à custa de seus cabedais. Apesar dos subsídios dos cofres públicos e das loterias, muitas indústrias fenecem antes de dar os seus primeiros produtos, ou apenas depois disso.”¹³¹

Antes de terminar sua argumentação — que no segundo volume das recordações da vida parlamentar não expõe nenhuma continuidade; de fato, o tema dos juros só seria retomado e regulamentado em 1850 com o código comercial¹³² e, como constata Grinberg, nesta legislatura Rebouças já não era um mais um deputado expressivo e suas ideias eram consideradas antiquadas —; antes de finalizar, o deputado previne “a respeito da não adveniência de capitais estrangeiros à concorrência com os nacionais a juros” o que se explica pela “razão de se crer numa intermitente e quase habitual bancarrota do país, em que se dão e tomam de aluguel instrumentos de indústria por um preço superior a todo lucro possível”.¹³³

Precaver-se do capital especulativo e, sobretudo, zelar pelo sistema produtivo eram objetivos de Rebouças em seus últimos anos enquanto legislador. Essa consciência, esse conhecimento geral do sistema produtivo, será transmitido para os seus filhos. Tanto Antônio Pereira Rebouças Filho quanto André Rebouças inserir-se-ão com grande competência em uma ampla rede de contatos no nascente sistema produtivo brasileiro.

Ainda em 1843, após apresentar seu projeto sobre juros, Rebouças continuou:

Depois deste projeto tenho ainda outro a oferecer, Sr. Presidente; todo o Brasil sabe, e creio que está convencido, que não há ainda proveito algum entre nós da colonização de indivíduos de origem europeia; os que tem pretendido realizar este *desideratum* tem colhido um efeito bastante doloroso; por consequência devemos procurar um meio que não só seja a transição do trabalho, por braços escravos ao trabalho por braços livres europeus, como também o melhoramento à dolorosa situação em que nos achamos em consequência da proibição do comércio dos cativos sem se darem as providências convenientes. Creio que o remédio disto está em admitirem-se os Africanos como colonos a serviço, dadas todas as cautelas não só para que a agricultura não seja lesada, como vai sendo a respeito da introdução dos cativos de contrabando cujo lucro não pode corresponder ao preço por que são comprados; como para que o Brasil não continue a sofrer os excessos que já se tem dado com a importação de Africanos.¹³⁴

¹³¹ Ibidem, p. 549.

¹³² “Na fase colonial, a cobrança dos juros era extremamente restrita no Brasil, somente com a vinda da família real portuguesa no início do século XIX, os juros foram totalmente aceitos. O Alvará Real de 05/05/1810 liberou a contratação dos juros no Brasil, estabelecendo ainda a taxa legal de 6% ao ano, quando a taxa deixasse de ser convencionada. Após a independência, no Império, as regras principais do Alvará de 1810 foram mantidas com a Lei de 24/10/1832. Em 1850, o Código Comercial voltou a tratar dos juros, especialmente nos art. 247 e seguintes. A lei reconheceu o caráter especulativo das operações comerciais, e assim mandou incidir os juros no mútuo mesmo quando não estipulados, admitindo que a sua incidência deve ser a regra.” WALD, Arnoldo. *Curso de direito civil brasileiro*, 2: obrigações e contratos, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994, p. 79.

¹³³ REBOUÇAS, *Recordações da vida parlamentar*, volume II, op. cit., p. 546-547.

¹³⁴ REBOUÇAS, *Recordações da vida parlamentar*, volume I, op. cit., p. 379.

Já proibida por Tratado internacional em 1830 e reafirmada por lei em 1831, a partir de 1834, a entrada ilegal de cativos no Brasil havia recrudescido diante das forças política e econômica que se fundavam no comércio de carne humana e que haviam se rearticulado a partir do Regresso. Em 1837, Rebouças afirmara que a lei Feijó de 1831 não podia servir senão para mal, porque ao proibir o comércio de africanos “os meios que se empregaram, para que o comércio ficasse terminado, aos olhos de todos os conhecedores da matéria, deveriam ser absolutamente ineficazes.” Da lei resultou, ainda, que a fazenda pública ficou privada de dois interesses:

[...] o interesse direto dos direitos que se cobravam da importação de escravos Africanos; e o indireto das fazendas que vinham para o Brasil, e daqui iam para a África, além das outras produções do país, que eram cultivadas e fabricadas em maior porção para se entreter aquele comércio. Além deste mal, outro mal resultou da lei para a moral. Os importadores de escravos de má fé continuaram nessa importação; e, para a realizar impunemente, tiveram de mais o equivalente dos direitos que antes pagavam nas alfândegas, ficando exclusivamente neste comércio. Deste modo, não ficando evitado o comércio, com todos os males respectivos, apresentou-se mais um pouco de imoralidade, que vai estragar o Brasil inteiramente, se já não tem estragado de um modo irremediável.¹³⁵

Para esses problemas, a oferta de força de trabalho e o comércio ilegal de escravos (que enquanto comércio ilegal se livrara das taxas e cobranças, fazendo-se mais livre do fisco do que nunca), Rebouças irá propor uma solução de “evidente vantagem para o Brasil, não só para a sua agricultura, para a extração de seus produtos”: permitir que se vá aos portos da África “trocar as nossas mercadorias pelos africanos, que ali se cativam e que são mercadejados, e conceder-lhes carta de alforria antes que desembarquem e sejam empregados em nosso serviço.”¹³⁶ “Solução” que fora completamente ignorada. Um duplo problema pairava sobre a ideia de colonos africanos livres: a emergente noção de modernidade e de sujeito moderno — o homem europeu livre — e a possibilidade de dar fim ao lucrativo e influente tráfico de africanos escravizados. Ainda assim, um lugar-comum dos discursos políticos durante quase todo o período imperial aparece na fala de Rebouças: o despreparo do Brasil para receber colonos europeus.

Tema constantemente mobilizado, servindo, inclusive, como argumento para manutenção da escravidão e do trabalho escravo e, principalmente, para destacar a alegada incompetência do governo monárquico em organizar um sistema produtivo e reocupar as terras, a imigração europeia pautou acalorados debates durante o período imperial. Será como resposta

¹³⁵ Ibidem, p. 358-359.

¹³⁶ REBOUÇAS, *Recordações da vida parlamentar*, volume I, op. cit., p. 350-351.

a essas questões que André Rebouças e Alfredo Taunay irão atuar intensamente na década de 1880 na Sociedade Central de Imigração.

Sabendo-se derrotado e já sem voz na arena legislativa, a partir de 1847 Antônio Pereira Rebouças dedicou-se exclusivamente à advocacia, deixando os temas que lhe eram caros para as novas gerações de liberais. “O principal problema de Rebouças [...] era enfrentar a ascensão política de seus adversários justamente no momento em que a sociedade brasileira era percebida como perigosamente dividida em linhas raciais”¹³⁷. A partir da década de 1870, já distante da vida pública e recluso, compilou e ditou suas recordações. Um claro esforço por fazer-se conhecido e reconhecido: defender seu status social¹³⁸. O que Rebouças aparentava desconhecer era que em terras europeias e estadunidenses começava-se a operar o corte fundamental que dividiria o mundo, suportaria o racismo e calcificaria a nova ordem e sua divisão de classes: a ideologia liberal burguesa — a câmara escura que fez com que as coisas aparecessem de cabeça para baixo.

De absolutamente mais nada valia a palavra de Rebouças e sua fiança na união. Conquanto argumentasse em 1841 que provara a partir do exemplo e da devoção constitucional que sua “qualidade de mulato valia muito, como um grande elemento de ordem e de mútua confiança entre todos os brasileiros”: “sou e serei um fiador da união geral da família brasileira”¹³⁹; a verdade é que seu fim foi um tanto solitário. Rebouças sempre se mostrou favorável à moderação na política e à revolução pelo Direito. Algo jamais consumado e que, na realidade, se agravaria com a propagação do racismo em — pretensas — bases científicas.

1.3 O senhor: Carlos Taunay

“O paraíso terrestre” — o Brasil, país tão fecundo e variado, ameno em aspectos e ares, tão regado de águas, revestido de matas e aprazível à vista, é talvez o mais apropriado à agricultura: em sua vasta extensão acham-se praticamente todos os climas, os terrenos e as paisagens possíveis; de modo que dificilmente uma espécie vegetal ou cultura nele já não exista ou não se possa introduzir —, é com essas palavras que Carlos Taunay inicia seu *Manual do*

¹³⁷ GRINBERG, op. cit., p. 154. A autora ainda enfatiza que Rebouças, a partir da década de 1840, “não se identificava efetivamente com nenhum dos grupos políticos do Império de então: não se identificava com os regressistas e seu projeto de formação da ‘boa sociedade’, aquela cujo ‘sentimento aristocrático’ embasava justamente a divisão da sociedade de acordo com hierárquicas linhas raciais; não se identificava com os chamados liberais radicais, ou exaltados, por sua preocupação com a manutenção da ordem escravista, e, finalmente, distanciava-se cada vez mais dos liberais moderados por levar a sério a associação entre liberdade e igualdade que teoricamente caracterizava essa corrente política.” Ibidem, p. 181.

¹³⁸ Como define Bourdieu: “le capital symbolique est un statut social, une manière d’être social, d’être dans le monde social”. BOURDIEU, op. cit., p. 132.

¹³⁹ REBOUÇAS apud GRINBERG, op. cit., p. 150.

*agricultor brasileiro*¹⁴⁰. Esse conceito de “paraíso terrestre”, já tão debatido, remete há dois temas, ou tópicos, do discurso imperialista europeu do século XIX: prodigalidade e disponibilidade¹⁴¹.

Em contrapartida, sendo o Brasil um país vastíssimo e ubérrimo, “aonde a natureza dá muito, o homem se descuida”¹⁴². Ou seja, para compensar o excesso de generosidade da natureza, o autor do *Manual* acredita na necessidade de uma disciplina militar para controlar corpos e mentes de homens (ou quase isso para ele: negros escravizados, homens-mercadorias) que se acostumam facilmente a essa situação de conforto que gera “preguiça”, para então tirá-los o suor do corpo, trabalhar a terra e gerar riqueza. Nesse aspecto, revela-se uma tensão não resolvida no *Manual*, aquela da Independência: o Brasil, enquanto país independente, precisa romper com o passado colonial, “julgo do despotismo e da superstição”, que acanhou “debaixo dos grilhões da rotina e costume” ao “escasso passadiço de que por necessidade os descobridores se contentaram”; fato que “explica e desculpa a indiferença do brasileiro para qualquer aperfeiçoamento social”¹⁴³ — tópica reproduzida e ampliada por seu sobrinho Alfredo. No entanto, a “praga social” da escravidão é imperativa para o projeto de Carlos Taunay.

Os indígenas, por sua vez, representavam o passado distante, o passado místico daqueles que apresentaram o país aos europeus e deixaram o palco principal para se refugiarem no sertão; “o tempo dos indígenas”¹⁴⁴ na narrativa do Taunay está longe, muito longe; seus remanescentes estavam embrenhados nas matas selvagens, desertos interiores de uma nação ainda por se fazer, coadjuvantes na epopeia geral da civilização brasileira. Em algum momento de um futuro longínquo o Brasil chegaria até eles, mas isso estava ainda muito distante e não preocupava Taunay.

Dividido em ao menos duas partes, ou portando dois objetivos centrais, o projeto de Carlos Taunay é ensinar a administração das fazendas e propor um inventário dos recursos vegetais, dos mais corriqueiros aos mais complexos. Imbuído de uma racionalidade técnica e científica e de uma disciplina militar, seu tratado contempla aqueles elementos essenciais à

¹⁴⁰ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 33.

¹⁴¹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru, SP: EDUSC, 1999. Alfred Crosby comenta ironicamente que “Do século XV nas ilhas Canárias a meados do século XIX na Nova Zelândia, os intrusos europeus não cessaram de comentar a respeito da salubridade de seus novos lares [...] Publicidade imobiliária? Sim, mas não inteiramente enganosa.” CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. Tradução José Augusto Ribeiro; Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 298.

¹⁴² TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 215.

¹⁴³ Ibidem, p. 216.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 36.

produção dos gêneros básicos e cotidianos e daqueles de exportação; mas também — principalmente, é possível afirmar — do controle dos trabalhadores escravizados para esse processo e na calcificação de um imaginário racista e segregacionista. É basilar para o autor que se conheça de modo cientificamente orientado o mundo natural brasileiro com o qual se lida e do qual se extraem os produtos; mas, sobretudo, avaliar o caráter e o modo eficaz de disciplinar os trabalhadores para essas funções. Da organização de uma pequena horta à quantidade de chibatadas que se deve empregar no castigo de um determinado delito cometido por um escravizado, passando pelo método de construção de estradas às doenças que afligem a escravidão, Carlos Taunay tentará contemplar todos os aspectos que devem reger o microcosmo de uma fazenda escravagista brasileira do período.

O duplo caráter de tratado de trabalho escravista e inventário naturalista de riquezas vegetais faz do *Manual do agricultor brasileiro* um documento revelador: se o Brasil é uma terra de incontáveis riquezas e imensas potencialidades; em contrapartida, o brasileiro não o é. Carlos Taunay guarda um profundo pessimismo quanto aos brasileiros e, essencialmente, ao trabalho, para ele um mal que “já está feito”, sendo preciso então administrá-lo.¹⁴⁵

1. 3. 1 Uma fazenda grande é um pequeno Reino

[O senhor de engenho ou de fazenda] sentado no solar da sua casa, qual um desses reis pastores da história sagrada, ele, ao anoitecer de qualquer dos dias encantadores que um clima propício prodigaliza ao Brasil, olha o bom arranjo e abundância que o cercam, os celeiros e despensas recheadas, as searas risonhas, os rebanhos numerosos e nítidos, a família bem morigerada e feliz, os escravos fartos, sem cuidado da seguinte manhã, para o qual um senhor benfazejo providencia. Esta contemplação o enche de doce satisfação, de inocente orgulho; ele se regozija no foro de sua consciência, e, na exaltação de sua alma, levanta para o céu os olhos umedecidos pelo júbilo e gratidão.
(TAUNAY, *Manual...*, p. 306)

Carlos Augusto Taunay viveu uma vida bastante agitada e profícua. Em 1810, aos 18 anos, ingressou no exército napoleônico e serviu em quase todas as campanhas militares e

¹⁴⁵ Marquese narra o percurso do *Manual*: “a primeira edição integral do livro, em janeiro de 1839, foi uma iniciativa independente de Júlio Villeneuve, proprietário do jornal do comércio, do qual Taunay era assíduo colaborador. Todavia, impressa a primeira edição, a obra imediatamente caiu nas graças da elite política imperial. Ainda em janeiro desse ano, o ministro da Justiça e do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos principais artífices antes do Regresso Conservador iniciado em 1837, indicou oficialmente o livro para a SAIN, recomendando sua distribuição por todo o território nacional e o financiamento de uma eventual segunda edição. O patronato de Vasconcelos revelou-se decisivo para o sucesso editorial do livro. Em março de 1839, foi impressa sob os auspícios da SAIN a segunda edição”. MARQUESE, Rafael de Bivar. Introdução. In: TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 13-14. A edição aqui utilizada para análise foi organizada por Rafael Bivar Marquese, nela não estão incluídas tanto as ilustrações como também o extenso apêndice inserido por Taunay na segunda edição. Esses elementos, embora bastante elucidativos, não provocam nenhuma carência para o sentido de Tratado que se busca analisar, com exceção de um pequeno texto de autoria do próprio Taunay sobre colonização europeia. No entanto, esses peritextos revelam a tanto a erudição quanto as conexões científicas e políticas de Taunay, entre os quais os políticos Manuel José Pires da Silva Pontes e José Arouche de Toledo Rendon.

também no governo dos Cem Dias. Em 1816, a Missão Artística Francesa chegou ao Brasil por convite de Dom João VI e a família Taunay, liderada pelo patriarca Nicolas Antoine, um dos integrantes da missão artístico-diplomática, fixou-se na Tijuca. Em pouco tempo, os Taunay “deram início ao plantio de café em seu sítio, com o concurso de escravos. Nos primeiros anos de residência no Brasil, Carlos Augusto e Teodoro Maria foram os responsáveis pela gestão da propriedade.”¹⁴⁶ É a partir da experiência da administração da fazenda da família, das excursões à Bahia como major do exército brasileiro durante os combates da Independência e dos debates na SAIN que Carlos Taunay forjou seu projeto agrícola.

Após explicitar o plano geral de sua obra e produzir uma impressão genérica da natureza brasileira e do estado geral da agricultura no país (“o mais vergonhoso atrasamento”¹⁴⁷), Carlos Taunay, ao modo quase de um descobridor ou próximo ao de um senhor feudal, ensina como se deve escolher o local correto para o estabelecimento de uma fazenda. Baseado em três fundamentos — salubridade, recursos hídricos e comunicações por água ou terra —, a instalação de uma fazenda deve, sobretudo, considerar a comunicação com alguma cidade importante ou capital. Taunay descarta, já de partida, qualquer possibilidade de produção de subsistência ou de autonomia a pequenas comunidades de trabalhadores livres; de fato, no *Manual* rejeita-se a existência de trabalho livre e da pequena agricultura na produção agrícola. As fazendas, para o autor, devem ser microcosmos autossustentáveis — ele inclusive reserva uma parte de seu livro para ensinar a produção algodoeira e de tecidos para a confecção de roupas para a “escravaria” e insiste sumamente na necessidade de que todo alimento consumido pelos escravos deve ser produzido na própria fazenda —, visando tão somente a comunicação para exportação dos gêneros ali produzidos. O fazendeiro deve “adotar como base de conduta o princípio de tirar, quanto for possível, do próprio terreno tudo aquilo que nele está apto a produzir para o sustento, fartura e até ornamento, [...] tudo da existência e comodidade da família e escravatura”.¹⁴⁸

Para que possamos compreender o modo como Taunay concebeu a administração de uma fazenda e, sobretudo, o tratamento dispensado aos trabalhadores escravizados, faz-se necessário retornar a um pequeno tratado por ele escrito e apresentado à SAIN em 1834. O texto chamado *Algumas considerações sobre a colonização como meio de coadjuvar a substituição do trabalho cativo pelo trabalho livre no Brasil* é bastante revelador da mudança de postura do

¹⁴⁶ MARQUESE, op. cit., p. 10.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 34.

¹⁴⁸ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 303.

autor sobre a questão do trabalho: de uma postura liberal e crítica para outra postura conservadora e austera.

Partindo de dois problemas que considera determinantes para a organização da força de trabalho no país, a saber a grande massa de trabalhadores escravizados (dois milhões de pessoas) e o próprio sistema escravista que por si só impede o florescimento do trabalho livre no campo, e ciente da proibição imposta pela lei de 1831, Taunay concebeu um esboço para o estabelecimento de colônias de trabalhadores europeus.

O primeiro grande problema é talvez o mais importante, o mais difícil de ser resolvido, e está intimamente ligado ao segundo. Pois como ele descreve,

O projeto é imenso e pede para sua realização uns poucos de decênios. Perto de dois milhões de escravos são hoje empregados no trabalho manual da produção no Brasil. Cem mil colonos, número muito superior aos meios do governo, em dez anos, ainda que esgotasse todos os recursos, não influiriam de um modo bem apreciável em uma tal massa de trabalho por defeituoso que seja; porém, a colonização, [...], pode reabilitar pelo exemplo e incitativa a classe proletária, sobretudo, se se executar à risca a lei que proíbe a introdução de escravos novos, se se espalhar o conhecimento dos métodos aperfeiçoados que abreviam e multiplicam o trabalho, se se abrir estradas, se se promover a emancipação bem entendida e graduada, primeiramente dos homens de cor, e, por longos prazos, dos outros escravos; e, finalmente, se a sincera execução do pacto constitucional cortar os abusos que oprimem esta tão infeliz classe proletária, [...] a falta de cativos para continuar o atual sistema de produção, abrirá os olhos dos capitalistas e industriais de toda a espécie, e os obrigará a reconhecer que a metade dos fundos que atualmente saem do Brasil para comprar trabalho dos escravos na África, bastaria para obter da Europa igual porção de trabalho livre disponível.¹⁴⁹

O longo parágrafo suscita uma série de questões sobre a concepção de trabalho do autor, mas também sobre sua guinada conservadora e racista expressa cinco anos depois no *Manual*.

Taunay compreende, à maneira de um moderno capitalista em uma sociedade escravista, que o valor do trabalho não existe em si, que não pode ser calculado individualmente pelo desempenho de um indivíduo ou de um grupo restrito, não pode ser adquirido diretamente do trabalhador, mas é resultante de uma média social extraída de uma massa indefinida de trabalho humano; ou seja: quanto mais numerosa a força de trabalho, mais valor dela se extraí, independentemente de suas características e particularidades.¹⁵⁰ Sabendo disso, afirma que o

¹⁴⁹ TAUNAY, Carlos Augusto. *Algumas considerações sobre a colonização como meio de coadjuvar a substituição do trabalho cativo pelo trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839, p. 119-120.

¹⁵⁰ Marx, ao discutir a guerra civil americana, declarou que “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro” (MARX, *O capital*, vol. I, op. cit., p. 372). Nesse sentido, o pequeno ensaio de Taunay é esclarecedor do pensamento brasileiro em seu debutar capitalista. Um documento explícito e sóbrio na análise do complexo sistema de exploração da força de trabalho, pois como argumenta Eric Williams, o grande problema de um novo país é a mão de obra. Carecendo insaciavelmente de força de trabalho, os fazendeiros recorriam “ao trabalho negro porque era o melhor e o mais barato. Não era uma teoria; era uma conclusão prática

processo de colonização deve ser dirigido com especial atenção em seus primeiros anos, para que seja “capaz de fazer concorrência ao método de produzir em uso [o trabalho escravo], com o qual trabalhador algum livre pode concorrer”¹⁵¹.

Os elementos que lhe são determinantes, a força de trabalho e a divisão do trabalho, devem ser geridos de forma racional, a partir de categorias modernas, para que se possa, de modo categórico, firmar um país independente. No entanto, nesse pequeno tratado ele ainda não havia compreendido na equação um fator decisivo para esse projeto: o próprio comércio de escravos. Esse ramo da economia política, esse comércio de carne humana como bem denunciara José Bonifácio, será um elemento determinante na composição de seu *Manual*, ainda que jamais pronunciado.¹⁵²

O segundo problema, a escravidão enquanto uma prática social amplamente difundida e perniciosa aos projetos de modernização, Taunay retoma em uma fórmula que se assemelha muito àquela de José Bonifácio. Ao tratar de duas colônias existentes no período, São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, e Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, a primeira bem-sucedida e a segunda malsucedida, o autor identificará a existência e, sobretudo, a disponibilidade de trabalhadores escravizados enquanto o fator decisivo. Se, a colonização no sul do Brasil foi mais fácil, “por nela existir menor proporção de pretos e os brancos se acomodarem melhor ao clima”¹⁵³; a colônia de Nova Friburgo, por sua vez, tendo falhado quase completamente, apesar das vantagens, dos esforços e das despesas nela investidas, deu péssimo exemplo: o colono subsidiado que “por casualidade prospera, imita logo o proprietário que fez alguma fortuna, e compra seu pretinho”. A regra de ouro para que este fracasso não se repita é simples: “proibir-se por lei que os colonos subsidiados possam comprar e possuir escravos”¹⁵⁴.

Bastante admirável é que Taunay tenha se preocupado com a emancipação dos escravizados. Ele propusera, como já visto, “promover a emancipação bem entendida e graduada, primeiramente dos homens de cor, e, por longos prazos, dos outros escravos”; ainda que não concebesse qualquer forma de integração e mesmo de estatuto para esses libertos tanto

extraída da experiência pessoal do fazendeiro. Ele iria até a Lua, se precisasse, para conseguir mão de obra.” WILLIAMS, op. cit., p. 51.

Em outro aspecto, no entanto ainda sobre a questão da racialização do trabalho no Brasil, Taunay não teria como prever as feições raciais de regionalização de uma de suas ideias ao conceber que “Nas províncias extratropicais do sul do Brasil ou nas planícies centrais elevadas, a raça preta não se dá muito bem e a branca prospera; em quanto na beira-mar e nos distritos centrais das províncias do norte, os pretos vingam melhor: por consequência, os emigrandos do norte da Europa, e com especialidade os holandeses, alemães, suíços, escoceses, deverão ser dirigidos com preferência às nossas províncias meridionais”. TAUNAY, *Algumas considerações*, op. cit., p. 130.

¹⁵¹ Ibidem, p. 128.

¹⁵² Com a Lei Feijó de 1831, o tráfico de escravos passou a ser ilícito; no entanto, a expansão cafeeira e o aumento da demanda de força de trabalho recrudesceram o tráfico atlântico.

¹⁵³ TAUNAY, *Algumas considerações*, op. cit., p. 130.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 136.

na sociedade brasileira quanto em seu sistema produtivo. O que ele prescrevia era tão somente o fim da existência de trabalho escravo no país ou sua substituição “natural” pelo trabalho livre.

Ao avançarmos então para seu *Manual*, um conceito revelador aparece: atrasamento.

O diagnóstico no *Manual* de Taunay é extremamente pessimista: se comparado aos outros países europeus e aos Estados Unidos, o Brasil vivenciava um completo estado de atraso em seu sistema produtivo. O país de dimensões continentais havia herdado também um problema monumental, que não seria solucionado no mesmo ritmo em que deveria avançar na inserção no concerto geral das nações civilizadas. A escravidão era a “praga social” que afligia o país, sendo mais fácil acabar com a existência nacional do que com a própria escravidão. A partir desse diagnóstico, ele irá redefinir seu modelo produtivo e sua gestão da força de trabalho. Abandonando completamente a inserção de trabalhadores livres e aceitando, ainda que de modo relutante, o trabalho escravo, ele se dedica a aperfeiçoar o modelo existente, deixando a questão da emancipação dos trabalhadores escravizados como um fato futuro a ser consumado:

Não devemos lamentar a condição dos nossos agricultores por serem obrigados a lidarem com a escravatura, mas convidá-los a que se penetrem bem das particularidades e exigências de sua posição. O seu primeiro dever é de se inteirar das relações que devem existir entre a sua família e seus escravos. Uma lei fixa e razoável, só pelo chefe dada, e cuja execução seja a cada instante por ele inspecionada, deve presidir a todos os movimentos e serviços da sua casa. Nunca permita que o capricho e versatilidade de mulheres, meninos ou feitores infrinjam a sua constituição, cujo sagrado nome usurpamos, não sem tensão, por que uma fazenda grande é um pequeno Reino.¹⁵⁵

Esse trecho da conclusão do *Manual* nos revela o aspecto fundamental alterado na concepção de trabalho e gestão de trabalho do autor: a ideologia. Taunay passara a integrar a elite imperial, a compor o Estado. Pois, se afinal, “a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro”¹⁵⁶ fazia-se necessário um movimento específico para que esse novo lugar social pudesse se justificar. Nos termos de Paul Ricœur “a ideologia surge, ao menos em princípio, quando confrontamos a reivindicação de legitimidade com a crença na legitimidade.”¹⁵⁷ Taunay apresentava, a partir de então, os interesses de sua classe, a classe dos proprietários (de terras e de escravos), como o interesse geral.¹⁵⁸

¹⁵⁵ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 302-303.

¹⁵⁶ MARX, *O capital*, vol. I, op. cit., p. 244.

¹⁵⁷ RICŒUR, *A ideologia...*, op. cit., p. 43.

¹⁵⁸ Como ressaltam Marx e Engels, “Cada nova classe instaura sua dominação somente sobre uma base mais ampla do que a da classe que dominava até então, enquanto, posteriormente, a oposição das classes não dominantes contra a classe então dominante torna-se cada vez mais aguda e mais profunda.” MARX; ENGELS, *A ideologia alemã...*, op. cit., p. 49. Compreende-se, portanto, a insistência de Taunay em romper com passado colonial e apresentar suas ideias como gerais da sociedade brasileira, do agricultor **brasileiro**.

Rafael Marquese, conhecedor dos liames da elite política imperial, explica que no *Manual do agricultor brasileiro* o paternalismo contido nas prescrições de Taunay sobre a gestão escravista “articulou-se a uma concepção mais ampla de poder político”: a da própria manutenção da ordem nacional, da gestão escravista enquanto o único meio capaz de civilizar os escravos e garantir a segurança pública e privada, porque “o processo de formação da classe senhorial escravista do Centro-Sul foi indissociável da própria construção do Estado nacional”¹⁵⁹ — quem governa uma fazenda ou engenho é capaz de governar o Estado, compreendia Taunay; pois, segundo ele: “Um agricultor obrigado a governar escravos torna-se de fato legislador e magistrado, ou, para melhor dizer, soberano absoluto”.¹⁶⁰

Conforme destaca Marquese:

A visão oligárquica da vida política corrente no Brasil oitocentista postulava que o atributo do governo — tanto do Estado como da Casa — cabia apenas à “boa sociedade”, isto é, ao mundo dos brancos proprietários e cidadãos. A missão civilizadora do poder monárquico, que previa o exercício de uma tutela paternal do imperador e de seus burocratas sobre todos os súditos brasileiros, desdobrava-se necessariamente no paternalismo dos proprietários sobre seus dependentes — mulher, filhos, parentes, clientes, empregados e, naturalmente, escravos.¹⁶¹

O ideal paternalista de governo dos escravos e da própria Casa como centro de poder conectava-se ou, mais especificamente, derivava da gestão das fazendas. Taunay postulava que:

[...] se todos os senhores de escravos pertencessem à mesma classe, não haveria necessidade de que o governo se intrometesse por uma lei no tratamento da escravatura, podendo confiar da prudência, interesse e boa disposição de alma dos chefes de família a sorte dos escravos, como era o uso na Antiguidade onde o governo paterno subsistia em toda a sua simplicidade primitiva, estendendo-se até as esposas e os filhos, sobre os quais os maridos e pais exerciam o poder discricionário que abrangia o jus de sentenciar e executar, *inter parietalis* [entre paredes], no interior da casa. Enquanto se conservam a pureza dos costumes e a singeleza geral patriarcal, este sistema tem poucos inconvenientes [...], mas quando a existência social se complica [...], põem-se em prática tudo o que a lascívia e crueldade podem inspirar de horrores e monstruosidades imaginações depravadas pelo abuso das delícias.¹⁶²

Separar, marcar, diferir e segregar. Esse é o método proposto para a gestão dos corpos e do trabalho.¹⁶³ Diante desse procedimento de Taunay, fica difícil escapar da constatação de

¹⁵⁹ MARQUESE, op. cit., p. 19

¹⁶⁰ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 300-301.

¹⁶¹ MARQUESE, op. cit., p. 19.

¹⁶² TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 71.

¹⁶³ Achille Mbembe desvela esse imaginário da desumanização do negro escravizado ao analisar os escritos de Alexis De Tocqueville: “o escravo negro apresenta todos os traços de degradação e de abjeção. Suscita aversão, repulsa e desgosto. Animal de manada, é o símbolo da humanidade castrada e atrofiada, da qual emanam uma exalação envenenada, uma espécie de horror constitutivo. Descobrir o escravo é conhecer um vazio tão espetacular como trágico. O que o caracteriza a impossibilidade de encontrar um caminho que não leve constantemente ao ponto de partida que é a escravatura. [...] Ser o primeiro na escala da indignidade é uma predisposição quase inata. [...] Em contrapartida, o senhor vive no medo constante da ameaça. Vive no terror da possibilidade de ser morto pelo seu escravo, ou seja, uma figura de homem que ele não reconhece como inteiramente humano.” MBEMBE,

Marx e Engels de que com a distribuição desigual, quantitativa e qualitativa, do trabalho e de seus produtos dá-se também a propriedade.

Contrariamente a Rebouças e seu elitismo e a José Bonifácio e seu abolicionismo, Taunay afirmava a distinção de cor como princípio da escravidão. A divisão do trabalho, o elemento central na composição de um modo de produção, já estava dada em terras brasileiras desde o período colonial; porém, para o autor era necessário aprofundar ainda mais essa divisão, tomá-la a partir de critérios raciais e enrijecê-la de tal modo que se pudesse reconhecer a partir da cor da pele um lugar determinado a cada indivíduo — assim está posto, entre outros exemplos, a divisão do trabalho nas suas idealizadas fazendas-modelo, nas quais seriam necessários “ao menos 150 pretos de ambos os sexos”¹⁶⁴ dedicados exclusivamente à tarefa de “cavar a terra”¹⁶⁵; aos alunos, ádvenas da elite senhorial, deve-se ensinar “a arte de governar a escravatura”¹⁶⁶. Ou ainda mais especificamente quando ele afirma:

A inferioridade física e intelectual da raça negra, classificada por todos os fisiologistas como a última das raças humanas, a reduz naturalmente, uma vez que tenha contatos e relações com outras raças, e especialmente a branca, ao lugar ínfimo, e ofícios elementares da sociedade. Debalde procuram-se exemplos de negros cuja inteligência e produções admiram. O geral deles não nos parece suscetível senão do grau de desenvolvimento mental a que chegam os brancos na idade de quinze a dezesseis anos. A curiosidade, a imprevisão, as efervescências motivadas por paixões, a impaciência de todo o jugo e inabilidade para se regerem a si mesmos; a vaidade, o furor de se divertir, o ódio ao trabalho, que assinalam geralmente a adolescência dos europeus, marcam todos os períodos da vida dos pretos, que se podem chamar homens-crianças e que carecem viver sob uma perpétua tutela: é pois indispensável conservá-los, uma vez que o mal da sua introdução existe, em um estado de escravidão, ou próximo à escravidão; porém, esta funesta obrigação dá os seus péssimos frutos, e o primeiro golpe de vista nos costumes, moralidade educação desengana o observador e o convence de que a escravidão não é um mal para eles, e sim para os seus senhores.¹⁶⁷

A longa citação, vestida pelos dogmas da ideologia senhorial, manifesta o desembaraço de Taunay em suas caracterizações (estereótipos) raciais, semelhantes àqueles de José Bonifácio ao adjetivar os indígenas. Se o “patriarca” avolumou os adjetivos pejorativos ao descrever os indígenas, visando sua deculturação e a tomada de suas terras, o objetivo de Taunay é da ordem do trabalho e do convívio, seu movimento é o de diferir e, principalmente, de reforçar a “morte social” para dar continuidade à “forma especial de parasitismo humano”¹⁶⁸: a expropriação da força de trabalho.

op. cit., p. 146-147. Taunay afirmará na figura do negro escravizado uma figura não suficientemente humana, que jamais alcançará a maioridade.

¹⁶⁴ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 288.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 290-291.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 297.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 52-53.

¹⁶⁸ Patterson apresenta uma primeira definição de escravidão, desdobrada no decorrer de seu estudo, enquanto “dominação permanente e violenta de pessoas desenraizadas e desonradas”. PATTERSON, op. cit., p. 34-35. No

Taunay comunicava e compartilhava essas ideias entre seus pares da elite imperial em um país recém-inventado, rural, massivamente analfabeto e com amplo emprego de força de trabalho escravo; reações e respostas só seriam concebidas posteriormente, em especial por André Rebouças em seu tratado *Agricultura nacional*: uma resposta capitalista, desracializada, contrária ao latifúndio e, no limite, utópica.

Associando intimamente o escravismo e a grande propriedade, o *Manual* é um singular tratado escravista e latifundiário de produção agrícola e de governo — “consideramos como o remédio mais eficaz da decadência da nossa agricultura uma lei que fixasse a sorte dos pretos”¹⁶⁹. Não se trata apenas de produção de gêneros alimentícios, mas sim de controle territorial e populacional. Esta íntima associação fora revista e mesmo combatida pelo Visconde de Taunay e, sobretudo, por André Rebouças, que projetaram colônias agrícolas pautadas na pequena propriedade, na agricultura familiar e no trabalho livre; Rebouças, inclusive, denominar-se-á “inimigo dos fazendeiros” — “dirão: ‘trabalhei o quanto pude para extirpar do mundo o monopólio da terra e a escravização dos homens’”¹⁷⁰.

Essa rejeição categórica ao trabalho livre, explica-se a partir da noção de propriedade que emerge com Constituição de 1824, noção que fundou uma classe nova de proprietários. Porém, diferentemente daquilo que propusera Antônio Pereira Rebouças, Taunay atuava para calcificar essa sua nova classe. Afirmava ele um princípio liberal em que não havia contradição entre liberalismo econômico e trabalho escravo, sendo que o direito à propriedade significava também o direito de possuir escravos; no entanto, para Taunay os escravos tinham cor, possuíam marcas “naturais” de diferenciação — “a escravidão priva o homem livre da metade

entanto, ao complementá-la com o problema da ideologia definido por Ricœur, conseguimos melhor compreender o procedimento de Taunay. Diz o filósofo francês: “A legitimação de uma dominação nos confronta com o problema da autoridade reclamada pela dominação e pelo poder, o problema da hierarquização da vida social. A ideologia tem aqui um papel dos mais significativos. Enquanto é possível considerá-la como difusa se ela for vista como simplesmente integradora, o seu lugar na vida social é marcado por uma concentração especial. Esse lugar privilegiado de um pensamento ideológico se produz no político: é ali que se colocam as questões de legitimação. O papel da ideologia é tornar possível uma política autônoma, proporcionando os conceitos de autoridade necessários para que ela se torne sensata. [...] A ideologia intervém neste ponto porque nenhum sistema de dominação, por mais brutal que seja, governa somente pela força, pela dominação. Cada sistema de dominação exige não somente a nossa submissão física, mas o nosso consentimento e a nossa cooperação. Cada sistema de dominação quer, a partir de então, que o seu poder não repouse unicamente na dominação; quer também que o seu poder esteja fundamentado porque a sua autoridade é legítima. O papel da ideologia é legitimar a autoridade. Mais precisamente, enquanto a ideologia serve [...] de código de interpretação que assegura a integração, ela o faz justificando o sistema presente de autoridade. RICŒUR, op. cit., p. 28-29.

¹⁶⁹ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 56.

¹⁷⁰ REBOUÇAS, André. *Registro de Correspondência*, Vol. II, 19 de junho de 1891. SOARES, Anita Maria Pequeno. “O Negro André”: a questão racial na vida e no pensamento do abolicionista André Rebouças. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 24.1, 2017, p. 267.

de sua virtude. Este rifão não foi feito para pretos, sim para brancos, oriundos da primeira das raças humanas, da caucásica, e até para republicanos, gregos e romanos.”¹⁷¹

Se na Constituição de 1824 afirmava-se que “Todo Cidadão tem em sua casa um asilo inviolável” e que se garantia “o Direto de Propriedade em toda sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso, e o emprego da Propriedade e do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela”¹⁷²; na realidade, este direito consolidava um poderoso ponto de vista senhorial, legitimando a instituição escravista.

Taunay, ciente dos limites e possibilidades advindos da Carta, definiu sua arquitetura rural calcada no direito à propriedade. Porém, diferentemente de José Bonifácio que atacou severamente esse tipo de interpretação e se viu isolado e perseguido na esfera política, o autor do *Manual* concebeu a relação entre senhor e escravo, entre proprietário e propriedade, enquanto uma espécie muito singular de contrato: segundo ele, os escravizados no Império do Brasil “não são verdadeiramente escravos, sim proletários”, pois diante “do anterior estado de escravidão” vivido em África, em terras americanas seus “trabalhos vitalícios se acham pago”, em parte pela quantia que se deu na ocasião de sua compra, em parte pelo fornecimento das suas necessidades básicas e de sua instrução religiosa¹⁷³ — estabelecia-se, conseqüentemente, uma dívida impossível de ser paga. Sua interpretação ainda vai mais longe, concebendo “os pretos como menores debaixo da tutela dos senhores”, sintetizando a sua dialética entre fisiologismo e direito para que se pudesse dar continuidade à escravidão a partir de uma disciplina severa em uma concepção patriarcal, algo muito diferente do rigor moral de José Bonifácio.

Tendo em vista que em algum momento o tráfico transatlântico de escravos seria efetivamente extinto, o autor buscava adiar os efeitos em seu projeto agrícola. Em relação à questão, o *Manual* é bastante revelador:

O Brasil sente mais violentamente do que qualquer outra nação, ou colônia, este mal, e menos do que qualquer outra acha-se em estado de se subtrair tão cedo a sua influência. Nossa agricultura, já tão decaída, não aturaria no momento atual nem a libertação dos pretos, nem mesmo a real cessação do tráfico; portanto, em vez de querermos sanar o mal, cuja extirpação levaria consigo a existência, o nosso trabalho deve limitar-se a mitigar os seus piores efeitos, e preparar os meios das gerações futuras para se poderem livrar-se em perigo da praga social com que nossos geradores nos dotaram.¹⁷⁴

¹⁷¹ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 54.

¹⁷² NOGUEIRA, Octaciano. 1824. Brasília: Senado Federal, 2018, (Coleção Constituições brasileiras; v. 1), p. 85-86. O artigo 179, parágrafo XXII da Constituição de 1824 afirma: “É garantido o direito de propriedade em toda sua plenitude.” Idem, Ibid.

¹⁷³ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 57.

¹⁷⁴ Ibidem, Idem.

A agricultura não estava decaída, muito pelo contrário, era expandida de modo galopante e seria ainda mais vigorosa nas décadas seguintes, produzindo fortunas imensas para poucos.

Carlos Taunay respondia de modo bastante sistemático às críticas feitas por José Bonifácio na *Representação*. Ao ataque deste sobre a hipocrisia religiosa dos comerciantes de carne humana, Taunay responde com a desumanização fisiologista e a tutela legal. Aos apontamentos do “patriarca” sobre o “luxo inútil”, o autor do *Manual* rebate que com a “alta do preço dos negros e menores rendimentos da agricultura” seria natural que os donos de escravos se tornem “mais solícitos no tratamento da sua escravatura”, pois “os pretos não se compram para ter o gosto de os sustentar e os ver folgar, mas sim para tirar do seu trabalho os meios de subsistir e lucrar”¹⁷⁵. O método para extrair esse trabalho são a coação e o medo: “a coação obtém-se pela vigilância assídua, e o medo inspira-se pela pronta e inevitável aplicação dos castigos”¹⁷⁶ — afinal: “não se conhece sociedade com escravos em que o chicote não tenha sido considerado um instrumento indispensável”¹⁷⁷. Mas, de fato, Taunay encontrava um elemento positivo no fim do tráfico de escravizados: isso representava uma oportunidade para racionalizar o sistema, pois, ao se romper com a entrada desenfreada de escravizados, a gigantesca massa defeituosa de trabalho, seria possível reordenar a força produtiva.

Conforme seu discurso do *Manual*, é possível pensar que Taunay possivelmente não aprovaria a amizade de seu sobrinho Alfredo com André Rebouças. Ainda menos daria aval à atuação de Rebouças: um mulato, representante daquele grupo intermediário e honrado que subvertia todas as regras de seu sistema. Segundo ele “a inocência de costumes e boa moral não existem entre negros”, haja visto que eles acumulam “todos os flagelos e vícios que infeccionam o corpo e a alma.”¹⁷⁸ Sua teleologia da história é a seguinte:

A América devora os pretos: se a contínua importação os não recrutasse, em breve a raça desapareceria de entre nós. Este resultado, devido a umas poucas causas, das quais a principal é seguramente o mau sistema e desleixo do tratamento, se bem que nocivo à agricultura e à riqueza dos particulares, é vantajoso às nações que têm a certeza de não ver a raça africana naturalizar-se nas suas possessões e substituir a raça branca, a não haverem circunstâncias extraordinárias e crises políticas, como aconteceu em S. Domingos, sendo fácil calcular o momento em que, com a cessação do tráfico, o sangue preto deixaria poucos sinais na população.

Debaixo deste ponto de vista, seria bom que não nascesse um só crioulo na extensão do Império. Mas, como por outra parte a lei da natureza não permite que isto aconteça, é melhor que o governo não se intrometa em um ponto tão delicado e o abandone ao interesse dos senhores.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 64.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 65.

¹⁷⁷ PATTERSON, op. cit., p. 23.

¹⁷⁸ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 301.

Todas as espécies de animais, achando alimento e certo grau de bem-estar, tendem a se multiplicar: as raças humanas, com o mesmo privilégio, receberam demais ordem positiva de o pôr em prática; *crescite et multiplicamini!*¹⁷⁹

Se, como argumenta o autor, todas as espécies de animais, incluso o ser humano, ao encontrarem um ambiente propício, crescem e se multiplicam, fazia-se necessário tão somente certas intervenções em ambiente tão pródigo e extenso para receber uma raça (na verdade uma parcela específica) humana: a europeia. Esses novos agentes encontrariam ambiente propício para reproduzir sua cultura material e, a partir disso, avançar a modernização entendida como necessária.

1. 3. 1 Terra inculta, homem inculto: natureza e agri-cultura

Substituir. Poucas palavras emergem com tamanha frequência nos textos analisados quanto esta. Para que uma ordem nacional pudesse verdadeiramente vingar, era necessário substituir praticamente tudo que lembrasse o antigo regime colonial; mas, especialmente, inserir novos elementos no lugar daqueles consolidados e que se tornavam entraves no processo modernizador. Assim, fazia-se mister substituir velhas práticas agrícolas por novas, especialmente europeias, a enxada e o machado deveriam ceder espaço ao arado; o escravizado deveria ser substituído pelo imigrante livre europeu; os indígenas e negros deveriam ser substituídos pelos brasileiros mestiços e, especialmente, a natureza brasileira bravia deveria ser substituída por uma outra natureza mansa euroasiática.

Esse imaginário da substituição se reservava, ao menos em termos retóricos, de violências revolucionárias e destrutivas. Colocar outras coisas no lugar daquelas que ali estavam era um método pacificador dos conflitos que inevitavelmente surgiam a partir das políticas destrutivas e persecutórias nacionalistas. Entre a tensão da espera e a urgência das mudanças, a substituição cumpria um papel pacificador. Sobretudo os indígenas, ao não mais reconhecerem o mundo que habitavam, eram compulsoriamente alienados do mundo novo que o Brasil criava. Mas esse processo também alijava e gerava estranhamento àqueles que já haviam se conformado às realidades locais, mestiços, caboclos, crioulos e, até mesmo, portugueses experimentavam cada vez mais uma vida exógena na sociedade brasileira, que se fazia cada vez mais distante da realidade e do ambiente historicamente consolidados.

Essa sanha substituidora movia intelectuais e industriais a encontrar solos, climas e pessoas que pudessem reproduzir paisagens europeia e asiáticas. Onde se poderia cultivar uvas?

¹⁷⁹ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 76-77.

Em quais terrenos o chá podia ser plantado? Quais províncias receberiam mais facilmente imigrantes europeus? Pois, afinal, em termos práticos, a imagem generalista de “paraíso terrestre” não se conformava diante da gigantesca diversidade longitudinal brasileira¹⁸⁰ e dentro do continente europeu a noção de “raça” começava a firmar-se e não mais retroagir: distinguia-se, separava-se e categorizava-se internamente no continente povos e culturas. Se, sobretudo no Velho mundo, certas raças eram identificadas como inferiores e menos aptas aos trabalhos físicos e intelectuais, essas categorias deveriam ser mantidas e cultivadas também no Novo mundo e ainda assim a integridade pátria precisava ser preservada.

Carlos Taunay nos apresenta dois quadros do ambiente brasileiro:

Os matos cobrem ainda tão grande parte do nosso território, que durante séculos os agrônomos brasileiros não terão que cuidar deste ramo da sua ciência.¹⁸¹

Todas as espécies de animais domésticos nos vêm de outros continentes, o que comprova **o estado de atraso de civilização em que os descobridores acharam as nações indígenas**. A América, tão magnificamente dotada pela natureza e nos reinos vegetal e mineral, foi **escassamente brindada de animais**.¹⁸²

Sobre este segundo ponto, a prodigalidade brasileira, conforme Taunay, se faz sentir: “devemos dizer uma palavra dos animais que concorrem para o serviço, defesa, fartura e divertimento de todo o qualquer estabelecimento agrícola, desde o engenho de maior

¹⁸⁰ É relevante retomar a ideia de Crosby, segundo a qual “o eixo longitudinal das Américas correr na direção norte-sul, e assim as plantas alimentícias ameríndias, das quais todas as civilizações do Novo Mundo dependiam, tiveram de espalhar-se por climas radicalmente diferentes, ao contrário das culturas principais do Velho Mundo, que se disseminaram na direção Leste-Oeste por regiões com climas parecidos. Talvez porque os agricultores americanos tivessem necessitado de um longo período para conseguir que seu principal recurso, o milho, inicialmente não mais que de uma espécie de planta avarenta, se transformasse na riquíssima fonte de alimento que os europeus encontraram na década de 1490. Em contraste com o milho, o trigo, de início o mais importante dos cultivares europeus, já era altamente produtivo quando foi explorado pela primeira vez. O primeiro milho não podia sustentar populações urbanas; o primeiro trigo podia, e assim a civilização do Velho Mundo adiantou-se uns mil anos em relação à do Novo Mundo. Uma especulação como essa, mesmo que se prove correta, não explica por que a Revolução Neolítica americana foi tão inferior à do Velho Mundo na domesticação de animais. Os ameríndios eram melhores nisso que os aborígenes, que domesticaram apenas o cão, mas não passavam de amadores se comparados com os povos do hemisfério oriental. Comparemos o conjunto dos animais domesticados nas Américas (o cão, a lhama, o porquinho da índia e algumas aves) com o dos animais domesticados no Velho Mundo: cão, gato, boi, cavalo, porco, carneiro, cabra, rena, búfalo indiano, galinha, ganso, pato, abelha e muitos mais. Por que esse contraste? Não parece provável que os animais selvagens do hemisfério oriental fossem mais domesticáveis que os do hemisfério ocidental. Na verdade, o ancestral do nosso gado, o auroque do Velho Mundo, parecia um candidato tão pouco promissor quanto o búfalo norte-americano. Alguns estudiosos dizem que entre os ameríndios os animais eram extremamente valorizados, considerados criaturas iguais aos humanos ou até superiores, e não servidores em potencial. Os deuses do Novo Mundo, em contraste com os do Velho Mundo (pelo menos um dos mais conhecidos destes), não deram aos humanos o ‘domínio sobre os peixes do mar e os pássaros do céu, e sobre todas as coisas vivas que se movam sobre a face da Terra’. Ou talvez o contraste entre as revoluções neolíticas do Velho Mundo e do Novo Mundo fosse apenas questão de oportunidade.” CROSBY, op. cit., 30-31. No entanto, é sempre necessário manter em vista que conjecturas demasiadamente estiradas no tempo e que tocam em questões do imaginário desviam dos problemas centrais do capitalismo enquanto um modo de produção: o controle dos meios de produção e a exploração da força de trabalho para acumulação do capital.

¹⁸¹ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 252.

¹⁸² Ibidem, p. 261. Sem grifo no original.

extensão até a simples palhoça do índio”¹⁸³ — quais sejam: cães, bois, cavalos, mulas, galinhas, abelhas e o bicho da seda que “prestam serviços inestimáveis” aos seres humanos.

Cada uma destas numerosíssimas espécies carece na Europa de grandes desvelos, e é objeto de sumo trabalho; no nosso abençoado país, todas elas se criam, por assim dizer, à lei da natureza, e uma vez que acham suficiente sustento não pedem cuidado algum para prosperar; entre mil exemplos, citaremos o do carneiro. Lá, os rebanhos exigem pastor, cães, abrigos no inverno e alimentos, e são atacados por grande número de enfermidades e epidemias. Cá, ninguém se lembra das ovelhas, senão para matar ou vender alguma.¹⁸⁴

A ausência de animais domesticados entre os indígenas, excetuando o papagaio, prova para o autor seu atraso civilizacional; mas, sobremaneira, supõe seu demérito e inferioridade diante dos europeus. Potencialmente, o *Manual* insinua que os povos nativos, por não conhecerem e explorarem as imensas potencialidades do país, não o mereceriam, devendo estas terras serem entregues a um povo mais empreendedor. O indígena para Taunay é o mesmo que para Bonifácio, ou seja: preguiçoso, ignorante, imbecil, carente de imaginação, apático e indisciplinado. O nativo foi incapaz de perceber que no Brasil “várias espécies de catitus, ou porcos do-mato, e de aves, quais os jacus, mutuns, macucos, mereciam ser domesticadas, e ainda hoje valem a pena que algum agricultor curioso se empenhasse nesta inocente conquista”. “Bastaria procurar os jovens ou ovos da espécie que pretenderia amansar, e guiando-se pelas observações que teria feito dos alimentos e hábitos dela, seguir a natureza passo a passo para acostumar à vida caseira estes filhos dos matos.”¹⁸⁵

Essa disponibilidade que sempre surpreendera o “patriarca”, não abandonará o imaginário nacionalista facilmente. No entanto, a presença indígena em terras ricas, mas

¹⁸³ Ibidem, p. 259.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 261. O interessante exemplo dos carneiros será retomado quase meio século depois por seu sobrinho Alfredo ao pensar, enquanto presidente da província do Paraná, um sistema produtivo frigorífico, especialmente nos Campos Gerais. Segundo ele: “Continuando a nossa viagem chegamos às terras da fazenda do Alegrete [em Palmeira, província do Paraná], onde havia pasto forte, permitindo, portanto, a criação de gado alto. Esta dilatada propriedade, então abandonada, [...], havia de ser sobremaneira própria para a produção de carneiros. Eis a razão por que entre outras a indiquei, em certa ocasião, a um cidadão francês, o sr. Jauret, que viera de propósito da Austrália para cuidar da introdução da indústria pastoril no Brasil. Infelizmente teve ele, apesar de todo o apoio que lhe deu a Sociedade Central de Imigração, dificuldades de não pequena monta devidas à inércia das nossas repartições, esbarrando, afinal, com um estorvo positivamente pueril — saber-se definitivamente a quem pertenciam tais terras, se ao ministério da agricultura, se ao da fazenda, como se essas pastas representassem dois estados diferentes e aqueles terrenos pudessem tornar-se motivo de conflitos internacionais! [...] O coronel Luciano tinha na sua importante propriedade também 800 éguas e muita criação de cavalos, além de numerosos rebanhos de carneiros, cuja carne geralmente naquele tempo, como ainda hoje, causava, como causa, repugnância.” TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle Taunay, Visconde de. *Viagem philosophica aos Campos Geraes e ao sertão de Guarapuava*. Londrina: Eduel, 2016, pp. 82-89. Os temas que o Visconde aqui apresenta, particularmente a disponibilidade de terras atravessadas pela burocracia governamental, os debates na Sociedade Central de Imigração e a modificação da paisagem nos interessam e serão tratados posteriormente; porém, é relevante desde esse momento compreender a formulação dessas questões já no período inicial do Estado brasileiro e na formação das instituições.

¹⁸⁵ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 261.

“inexploradas” será um grande problema no processo de expansão interna do Estado e da Nação brasileiros. Mas a resposta de Taunay para este problema é ainda simples: estando disponível toda esta prodigalidade ambiental, é preciso ocupá-la com aquela “biota”¹⁸⁶ europeia. Por exemplo, para a criação do gado, “as campinas oferecem gratuitamente aquilo que, só por milagre da arte, os ingleses puderam obter na sua ilha úmida, a saber, pastos de capim fininho e raro em terrenos calcários e areentos.”

Cá resta-nos a fazer, para obter resultados superiores, aquilo que para eles era o mais fácil, quero dizer, adquirir os chefes dos rebanhos, e espalhar entre os peões as sãs doutrinas. A natureza, tão parcial no Brasil, se incumbiria do resto. O Brasil, favorecido acima de quantas regiões tem o globo, na sua capacidade vegetal, não o está menos relativamente às espécies animadas que pode aproveitar. Não existe nenhuma casta de animais domésticos que não possa propagar aqui, e nenhuma há que não mereça ser naturalizada, à exceção da dos elefantes, que mais servem para a magnificência do que para o lucro.¹⁸⁷

O espírito de aperfeiçoamento em Taunay faz com que o autor pense na necessidade de importação de animais do velho continente para o aprimoramento e aperfeiçoamento da agricultura e da pecuária. O autor, argumentando em termos econômicos, não deixará de citar a possibilidade da introdução de camelos nos sertões nordestinos, experiência posteriormente testada e fracassada¹⁸⁸.

Se, como bem destaca Thomas, “a motivação inicial para o estudo da história natural foi de teor prático e utilitário”, ou seja, subjazia o princípio de que cada parte do “mundo das plantas tinha sido projetada para servir um propósito humano”¹⁸⁹; a partir dos contatos entre Velho e Novo mundo e com a aceleração da produção — esse vir-a-ser do excedente no capitalismo que propiciava o aumento virtualmente infinito das trocas materiais, tal como imaginava Adam Smith —, as plantas não apenas revelavam o caráter “plástico” do mundo; mas, também, diante da sua plena disponibilidade¹⁹⁰ e adaptabilidade ao “paraíso terrestre”

¹⁸⁶ CROSBY, op. cit.

¹⁸⁷ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 263.

¹⁸⁸ Marco Antônio Villa relata a tentativa de introdução de dromedários no Ceará em 1859. Diz o historiador que a conquista da Argélia pela França entusiasmaria intelectuais sobre a possível aclimação desses animais no Brasil, no entanto, “o que sabemos é que não deu certo e o governo perdeu o dinheiro investido.” VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000, p. 39.

¹⁸⁹ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paul: Companhia das Letras, 2010, p. 35-36.

¹⁹⁰ Isso não significa que seres humanos não tenham compartilhado, traficado e transplantado espécies vegetais ao redor do mundo desde os primórdios da espécie humana. O que se destaca, é que a partir do modo de produção capitalista, essa “disponibilidade” e adaptabilidade do reino vegetal, essa plasticidade das plantas, é associada a uma nova organização social, que acelera dramaticamente seu intercâmbio mundial e promove um aumento inédito do cultivo daquelas espécies que “servem” aos seres humanos, ou que, sobretudo, caíram no gosto dos consumidores europeus.

brasileiro e da disponibilidade de terras e força de trabalho escrava, abria-se ao agricultor nacional um campo quase infinito de cultivo das mais diversas espécies de vegetais.

Um ambiente que pouco interessa a Taunay são os rios. As poucas menções que o autor faz dizem respeito tão somente à possibilidade de navegação ou ao uso para força motora nos engenhos de açúcar. Quanto aos peixes, sequer uma espécie é mencionada; esses animais só aparecem no *Manual* enquanto “peixe” ou “peixe salgado”¹⁹¹, um alimento comum aos brasileiros do litoral e aos antigos indígenas, mas sem qualquer interesse em seu cultivo, consumo, usos, reprodução e ambiente.

A política de Taunay era fundamentalmente terrestre: “O soberano do Brasil não deveria ambicionar outro título de glória senão o de **estradista**-mor do mundo”.¹⁹²

No *Manual*, Taunay começa seu inventário das riquezas vegetais pela cana-de-açúcar. O vegetal que depois do arroz e do trigo é “o mais interessante e o mais útil”; conseqüentemente, “não há que mais enriqueça seus cultivadores.”¹⁹³ Seu elogio do fabrico de açúcar e sobretudo dos senhores de engenho — “homem quase universal”: legislador e magistrado, arquiteto, engenheiro e maquinista, naturalista, médico, veterinário; enfim “monarca”¹⁹⁴ — se deve essencialmente pelo fato de que “um engenho de açúcar é a reunião de um estabelecimento de cultura não pequeno, e de um estabelecimento fabril mui vasto e complicado”¹⁹⁵, o que significa que o complexo de produção, de transformação e de comercialização desse vegetal no Brasil encontrava-se plenamente desenvolvido, a tal ponto de que o país era capaz de definir o preço no mercado internacional.

Sobre o cultivo e a transformação da cana, Taunay faz apenas duas ressalvas que considerava importantes. A primeira delas diz respeito ao fim do trabalho escravo, que aprimoraria ainda mais a indústria açucareira no país, fazendo a “separação da cultura e da moagem”, acentuando a divisão do trabalho e o conseqüente aumento da produtividade. O segundo ponto diz respeito àquele instrumento que teria sido “base da civilização”¹⁹⁶: o arado. A ampla adoção desse instrumento seria um dos principais motores de uma reforma agrícola sem que para isso se fizesse necessária uma transformação das relações de trabalho. O amplo

¹⁹¹ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., pgs. 60 e 151.

¹⁹² Ibidem, p. 165. Sem destaque no original.

¹⁹³ Ibidem, p. 106.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 105.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 106.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 98. José Bonifácio também fizera sua prescrição “a favor dos arados”, SILVA, *Representação...*, op. cit., p. 28. Segundo ele tão logo “se introduzir o uso do arado, e a cultura inglesa, não serão precisos tantos escravos de enxada e machado”, SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 72.

uso do arado seria capaz de reduzir por si só o uso de força de trabalho e consequentemente “livrar da praga da escravidão”¹⁹⁷ o país.

Em seguida, o autor se dedica ao estudo e descrição do cultivo do vegetal que está “ao alcance” de todo agricultor brasileiro: o café — “as operações que essa cultura pede são simples, asseadas e sucessivas; a realização em dinheiro quase certa”¹⁹⁸. Seu cálculo racional e sua divisão do trabalho são sistemáticas: “para levar ao mercado 2 mil arrobas é preciso ter ao menos 100 mil pés, os quais pedem para cima de cinquenta pretos para sua lavoura”¹⁹⁹; no plantio das mudas, “o preto vai seguindo as fileiras sem jamais se enganar”²⁰⁰ e na colheita “mulheres e crianças [...] são muito aptas para este serviço”.²⁰¹ A partir de um esforço particular de racionalidade econômica, Taunay inicia a descrição do cultivo de café no Brasil em termos pouco promissores. Conforme argumenta, o café brasileiro é “reputado nos mercados da Europa como o último na classificação das sortes que entram no comércio”²⁰², sendo evidente o mal que a “concorrência dos povos estrangeiros nos está fazendo [...] seja pela facilidade da plantação, poucos fundos que pede, latitude que abrange e terrenos que cresce com brevidade”²⁰³. Ou seja, toda cultura que se mostre demasiadamente fácil, que implique em pouco trabalho, que agregue em si mesma pouca transformação, deve ser restrita ao “consumo interior”²⁰⁴.

Taunay prossegue seu inventário demonstrando as qualidades do algodão. Um dos “vegetais mais fáceis de cultivar” e que vê seu consumo na Europa aumentar anualmente. A descrição por ele feita sobre o mercado é, com efeito, bastante cativante: “a quantidade que fábricas inglesas gastam espanta a imaginação, e as mais nações da Europa promovem à porfia as fábricas de fiar e de tecer o algodão, abrindo assim à exportação novos canais”. Contrariamente ao café que tanto por sua qualidade quanto por sua demanda deve se restringir

¹⁹⁷ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 99.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 119. É pelo café que começará André Rebouças o seu *Agricultura nacional*, claramente uma resposta ao *Manual*, em que o engenheiro rebate tecnicamente (com dados estatísticos e corográficos) todos os pontos levantados Carlos Taunay. De fato, o principal produto de exportação e riqueza do Brasil até início do século XX, o café explorado por força de trabalho escravizada e, posteriormente livre, avançou por praticamente todas as terras brasileiras que lhe eram favoráveis e, mesmo, desfavoráveis.

¹⁹⁹ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 130.

²⁰⁰ Ibidem, p. 124.

²⁰¹ Ibidem, p. 128.

²⁰² Ibidem, p. 123.

²⁰³ Ibidem, p. 118.

²⁰⁴ Nesse aspecto, indubitavelmente, Taunay compreendia como poucos, inclusive o capitalista André Rebouças, que “é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca” e não o inverso. MARX, *O capital*, vol. I, op. cit., p. 139. Definir o café enquanto um produto pouco interessante, produzido a partir de trabalho escravo e como era exportado pelo Brasil (torrado e ensacados em grãos), empreende uma racionalidade econômica industrial que entende que uma mercadoria simples, produzida a partir de técnicas simples e trabalho escravo, não tem grande valor, não consegue afirmar seu valor quando confrontada com mercadorias manufaturadas.

ao consumo interior, o algodão encontra um promissor mercado interno, pois “o gasto interior cresce com a indústria e a população, e a cultura do algodão não pode senão vir a ser cada vez mais profícua”.²⁰⁵

Para Taunay, o algodão se apresenta tão vantajoso porque “se não tivessem inventado máquinas que abreviam a mão-de-obra”, sua cultura “mal mereceria que se gastasse tempo com ela”²⁰⁶. Aí estão suas chaves de distinção dos vegetais: mercado externo e força de trabalho — “um escravo pode cultivar 2 mil covas. Temos pois vinte arrobas para cada preto”²⁰⁷.

Fechando o quadro dos principais produtos agrícolas brasileiros, o autor apresenta o fumo, planta que “indispensável ao capricho e ociosidade”, “merece igual estima dos selvagens, nos matos virgens da América, e dos povos da Europa nas suas cidades e palácios”.²⁰⁸ Se o fumo do Brasil “gozou e ainda goza de grande fama, e tem sido uma das fontes principais da sua riqueza”, a verdade é que a exportação do fumo havia diminuído muito no Brasil, “e a cessação do tráfico da escravatura dar-lhe-á um golpe fatal, se bem que o consumo doméstico e tráfico externo nunca hão de permitir que este ramo de lavoura seja abandonado.”²⁰⁹ No entanto, antes de fechar o seu pequeno quadro descritivo sobre o cultivo e consumo do fumo, Taunay lega um conselho aos senhores de escravos: “negros de ambos os sexos gostam imoderadamente do fumo, e, para o obterem, são capazes de cometer excessos que os senhores de juízo preveem, fazendo dele uma distribuição regular a sua escravatura.”²¹⁰

Nessa primeira categoria de vegetais, as plantas são revestidas pelo autor com um particular sentido de nobreza — são nobres porque a partir delas se produz riqueza. Quase todas exóticas, à exceção do fumo, resultantes de um longo processo de modificação e adaptação, essas plantas tanto foram transformadas pelos homens quanto os transformaram a partir de seu cultivo. Ao exigir cuidados constantes, cultivo em grande escala e transformações complexas, os vegetais citados por Taunay não são vulgares, resultam de conquistas e disciplina laboral que não são dadas a todos os homens, nem em seu cultivo, nem em seu consumo.

Taunay passa então a descrever os “vegetais comestíveis, vulgarmente chamados de mantimentos”²¹¹. Em uma categoria intermediária, o autor coloca o trigo e o arroz, advertindo seu leitor que “um tratado de agricultura europeia que não antepusesse a cultura dos cereais a

²⁰⁵ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 132.

²⁰⁶ Ibidem, p. 138.

²⁰⁷ Ibidem, p. 141-142.

²⁰⁸ Ibidem, p. 142.

²⁰⁹ Ibidem, p. 143.

²¹⁰ Ibidem, p. 147.

²¹¹ Ibidem, p. 148.

qualquer outra chamaria não pouco vitupério sobre o seu autor”²¹². Na sequência, revela Taunay seu método, sua organização: “é preciso advertir que não classificamos as lavouras por seu grau de utilidade positiva, mas sim de importância pela consideração dos braços que ocupam, e giro de capitais que ocasionam.”²¹³ Se na Europa adotou-se o pão primariamente enquanto alimento e no Oriente e entre os povos asiáticos o arroz ocupa esse posto, no Brasil “até agora, nenhum vegetal mereceu ainda uma preferência”. Ou seja, o país ainda por se definir também não escolheu seu produto de preferência: o Brasil ainda não se tinha feito civilizar por um vegetal.

Em um outro espectro, Taunay apresenta vegetais corriqueiros aos brasileiros, que exigem poucos ou pouquíssimos cuidados e são dados ao cultivo comum e ao consumo geral, tanto humano quanto de outros animais. Assim, milho, feijão e mandioca, podem ser cultivados intercaladamente com o café, com a cana ou com o fumo até que estes se desenvolvam completamente e exijam atenção completa. Plantas intermediárias, dadas aos brasileiros por um “singular capricho da natureza”²¹⁴, que faz lamentar ao ver que a natureza “tendo posto nas mãos dos brasileiros tantos meios de procurarem mil bebidas e comidas tão inocentes como saborosas e sadias, se limitem, por preguiça ou desleixo, ao tão escasso como insalubre passadiço”²¹⁵ dos tempos coloniais.

A mandioca e o aipim são os primeiros produtos de amplo consumo no país que adotara Taunay. De sabor agradável e qualidade nutritiva, esses vegetais se diferem um do outro pela presença de um “violento veneno” na primeira, exigindo mais “trabalhos e suores”²¹⁶ que o aipim tanto para o cultivo quanto para a produção da farinha. Já o milho, muito menos “custoso”, dos “vegetais mais úteis ao gênero humano”, deve ser considerado pelos europeus “como um dos presentes de maior valor” ao “substituir vantajosamente os cereais”²¹⁷. A abundância do milho torna-o tão vulgar que serve de alimento tanto aos humanos quanto ao gado e as aves domésticas e, prevendo um sistemático aumento da população e do consumo de mantimentos, Taunay afirma que “o milho ganhará pouco a pouco preferência decidida sobre a mandioca, de lavoura trabalhosa, e que ocupa o terreno ano e meio pelo menos”²¹⁸. Por fim, o feijão: “alimento de que gostam tanto o senhor como o escravo, e que faz a fartura da casa e da

²¹² Ibidem, Idem.

²¹³ Ibidem, Idem.

²¹⁴ Ibidem, p. 151.

²¹⁵ Ibidem, p. 152.

²¹⁶ Ibidem, p. 151.

²¹⁷ Ibidem, p. 154.

²¹⁸ Ibidem, p. 155.

senzala”²¹⁹; a mais simples de todas as culturas, “que ocupa os lugares vazios entre os vegetais de maior volume”²²⁰.

Às batatas, Taunay faz um significativo elogio: a batata-doce, “um vegetal tão pronto em dar, tão fecundo e salubre que pode servir de alimento à criança de peito, ao mesmo tempo que seu sabor lhe dá admissão nas mesas mais lautas”²²¹, era por ele tão admirada por um particular detalhe — “de tal forma estimada nas colônias francesas que diziam pessoalmente que o viandante europeu que na América tinha provado as batatas havia por força de voltar para as saborear”²²². Apreço europeu, esse também é um dos critérios valorativos para a batata-inglesa: “talvez o presente de maior monta que o novo continente tenha feito aos seus descobridores”²²³; esse vegetal que “dá colheitas abundantíssimas em terrenos aonde o trigo não produz”, foi em “socorro” à Europa que “já está salva daquelas fomes horrendas que em tantas épocas a tem açoitado.”²²⁴

Fechando o quadro dos mantimentos, estão aqueles que servem de alimento aos escravos (pelo “gosto” ou pela facilidade de cultivo) ou têm origem africana. A começar pelas abóboras, categoria na qual Taunay insere a melancia, que “misturadas com fava e feijão, fornecem para os escravos uma comida que permite diminuir sem risco o uso da carne”²²⁵. No pequeno reino encantado de Taunay, a abóbora presta “grandes serviços” na alimentação dos escravos, “porque sendo também cultivada na África, estão eles acostumados a esse alimento”²²⁶. Às abóboras somam-se o Cará, o Inhame, o Guandu, o Quigombó e o Mandebim. Vegetais de origem africana que variam “a comida da escravatura” e propagam-se *per se*, ou seja, são plantas vulgares que não carecem de cuidados e, conseqüentemente, não produzem cultura. O quadro é completado com plantas que Taunay cita apenas o nome (vulgar e científico) pelo interesse que poderia suscitar: Caruru, Taiova, Bertalha, Beldroega, Língua de vaca e Ora-pro-nóbis. O inventário não pode ser completo, demandando uma vida “sem ver o resultado”²²⁷.

Para abrir o novo quadro de seu inventário, o autor retoma o sentido de “Paraíso terrestre”, ou seja: o Brasil “pode hospedar todos os vegetais que existem em ambos os hemisférios”²²⁸. Assim sendo, Taunay inicia sua descrição das “Culturas que devem ser

²¹⁹ Ibidem, p. 158.

²²⁰ Ibidem, p. 158-159.

²²¹ Ibidem, p. 162.

²²² Ibidem, Idem.

²²³ Ibidem, p. 164.

²²⁴ Ibidem, Idem.

²²⁵ Ibidem, p. 160-161.

²²⁶ Ibidem, p. 161.

²²⁷ Ibidem, p. 168.

²²⁸ Ibidem, Idem.

naturalizadas, reproduzidas ou amplificadas”, com a sentença de que “o Império do Brasil deve ter por alvo de ambição e glória o não deixar um único [vegetal] de qualquer utilidade ou notabilidade na superfície da terra, que não naturalize ou desfrute” — adquirir a “soberania universal do reino botânico”²²⁹.

Naturalizar implicava em garantir autonomia, civilizar e prover parte daquela segurança pública e privada de que fala Marquese em se tratando de alimentação.²³⁰ Evitar a carestia e também alcançar a autossuficiência são dois objetivos de Taunay — tirar quanto for possível do próprio terreno. A lista de espécies não é tão longa e inclui: Chá, Anil, Baunilha, especiarias (Pimenta-do-reino, Cravo-da-Índia, Noz-moscada, Canela), Cardo, Cânfora, Ópio, Cânhamo e Vinha. Concebia Taunay:

É preciso confessar que o estado colonial explica e desculpa a indiferença do brasileiro para qualquer aperfeiçoamento social. O dobrado jugo do despotismo e da superstição acanhava-o, debaixo dos grilhões da rotina e costume, ao escasso passadiço de que por necessidade os descobridores se contentaram. Mas o tempo da libertação chegou, e, verdadeiramente, desde a vinda da corte e dos estrangeiros, observam-se grandes melhoramentos em vários ramos de agricultura.²³¹

A concepção de agricultura de Taunay não é outra “senão uma imitação fiel do proceder da natureza”, que consiste em “aumentar as circunstâncias favoráveis de localidade, solos e exposições” e remover “os obstáculos e inimigos tão numerosos no estado natural, pois que o contato e a luta dos entes organizados parece uns dos meios, senão dos fins da mesma natureza.” É a partir dessa definição de agricultura e de sua divisão social do trabalho que por fim ele encerra sua descrição de plantas úteis de para entretenimento. A partir disso se opera sua última grande divisão: hortas e pomares versus roçados.

Se os roçados são permitidos aos escravos e um hábito dos brasileiros, exigindo, portanto, o mínimo de zelo e cuidado possíveis; as hortas e os pomares são práticas e cultivares destinados aos espíritos civilizados, pois não apenas exigem cuidados constantes como também elevada apreciação estética. Como ele afirma:

[...] encomendamos encarecidamente a todo agricultor que consagre uma porção de terreno e de cuidados a uma horta, [...], podendo-se proclamar que a horticultura é a agricultura na razão da miniatura à pintura histórica, pois que se não dá grandes resultados e extensíssimas colheitas, ela sobressai, pelo acabado e o engraçado, não

²²⁹ Ibidem, p.169.

²³⁰ No entanto, a manutenção e recrudescimento do tráfico transatlântico de escravos, à revelia da lei de 1831, criava aquilo que Wilma Peres Costa denominou “zona de sombra”: o “convívio paradoxal entre, de um lado, a existência de uma ordem jurídica e de um sistema representativo e, de outro, uma realidade cotidiana que se desenvolvia ao arpejo da ordem legal.” COSTA, op. cit., p. 32. A consequência da existência de poderes, organizações e interesses superiores ao governo central era a ampla desconfiança popular em relação às políticas estatais, expressada, por exemplo, nas revoltas de 1852 descritas por CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²³¹ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 216.

havendo quem possa negar que a vida civilizada deve à horticultura suas mais inocentes e agradáveis comodidades e recreações, a ponto de se poder medir o grau de civilização pelo apuro da arte de cultivar os jardins e as hortas.²³²

Taunay, depois de ensinar como se deve organizar o trabalho para feitura de uma horta — “desviar o trabalho anual de dois escravos, e não dos possantes, da sua lavoura especial”²³³ —, divide a horta em duas partes e inventaria os vegetais a serem cultivados: a primeira diz respeito a plantas cujos grelos, folhas ou nervos se comem e a segunda cujos frutos sementes ou raízes são comestíveis. O agricultor brasileiro, dispondo livremente de toda a riqueza vegetal do mundo, pode cultivar desde echalota até aspargos, velando somente contra as pragas, às quais “se lhes deve fazer crua guerra”²³⁴.

Quanto à arboricultura, Taunay afirma que “as árvores fazem o ornato e a pompa da terra, e a riqueza de seus habitantes”, “fonte inesgotável de produtos”, “indispensáveis em todos os trabalhos da civilização e da indústria”²³⁵. Um duplo critério é estabelecido em relação às matas: as árvores devem ser úteis aos homens em suas particularidades e por seus frutos — o Visconde de Taunay dirá que grande parte de sua tropa fora salva durante a retirada da Laguna por haver encontrado um pomar de laranjas —, conseqüentemente, as matas virgens devem ceder lugar ao cultivo em larga escala, no entanto, ainda que os matos cobrissem grande parte do território, não se deve abusar deste “manancial de riqueza quase inesgotável que a natureza nos outorgou, não só pela razão da economia a favor de nossos vindouros como mesmo para a boa conservação da Terra e temperamento da nossa atmosfera”, pois os matos não só

[...] defendem e engordam o chão em que nascem, como obstem ao furor dos ventos aos ardores do sol, chamam as nuvens para refresco da atmosfera e produção de fontes e corgos, e purificam o ar absorvendo os gases deletérios, e exalando o oxigênio. Estes serviços são ainda mais preciosos nas serras e morros, a ponto de que o descortinamento de grande porção deles pode ocasionar uma sensível alteração do clima e notável diminuição das águas, como acontece no Rio de Janeiro, cuja diferença de clima foi observada desde a vinda d’el-rei d. João VI. A grande extensão que a cultura tomou nas vizinhanças da cidade e indiscreto corte de matas que causou originaram sem dúvida esta alteração.

²³² Ibidem, p. 214.

²³³ Ibidem, p. 222.

²³⁴ Ibidem, p. 242.

²³⁵ Ibidem, p. 232. Williams, op. cit. p. 299, destaca um importante aspecto na Inglaterra do século XIX sobre bosques e pomares, mas que pode ser estendido ao imaginário de Taunay, segundo o historiador inglês: “esses plantios não exigiam apenas tempo livre e uma bolsa recheada, mas segurança política e um sistema de herança que oferecesse confiança na transmissão de propriedade.” Também esse autor propõe que naquele país: “As motivações para o cultivo aristocrático eram, portanto, uma complexa mistura de afirmação social, senso estético, patriotismo e busca de lucro a longo prazo. Juntas, combinavam-se para fazer do plantio uma obsessão aristocrática equivalente aos cães e aos cavalos. As árvores haviam deixado de ser um símbolo de barbárie ou uma mera mercadoria econômica; tinham-se tornado parte indispensável do cenário da vida da classe superior.” Ibidem, p. 297.

O calor está notavelmente mais intenso. As trovoadas outrora diárias são raríssimas, e finalmente, de tantas fontes próximas à cidade, umas já secaram de tudo e outras correm mais escassa.

O governo deu a miúdo providências para coibir o corte das matas sobranceiras aos aquedutos; porém estas ordens, como outras muitas, são pouco observadas. Um sistema permanente de devastação assola e desgarnece as fraldas da serra do Corcovado e das serras da Tijuca, e entretanto um respeito sagrado se deveria apegar àquelas matas que tanto préstimo tem para ornato, refresco e purificação da atmosfera da cidade. O governo deveria dar nelas um exemplo do modo por que todo lavrador, lembrado das gerações futuras, haveria de tratar seus morros deixando cada pico isolado com uma coroa de uma terceira ou quarta parte da altura total do morrão.²³⁶

Esse interessante traço conservacionista de Taunay — conservar talvez seja uma ideia-chave para o autor — parece estar mais ligado ao problema da comunicação terrestre que dá vazão à exportação e sentido ao futuro que ele proclama. Se ao longo de todo o *Manual* é possível vislumbrar uma dupla imagem de disponibilidade e prodigalidade, o problema da comunicação e da integração por via terrestre que reforçaria tanto a autoridade imperial quanto as trocas comerciais internas se apresenta insistentemente. Problema de segurança destacado por Marquese em relação a gestão dos escravos, se estendia também às revoltas regionais que se espalharam durante o período regencial. Ou seja, uma expansão desenfreada rumo ao interior, aos sertões, às custas do abandono de terras exauridas, implicaria no enfraquecimento do governo central. De modo que, em termos políticos, o *Manual* se vê frequentemente implicado em contradições: ao propor um regime paternalista de gestão de escravos e fortalecimento do poder senhorial — na tentativa controlar relações pessoais, miscigenação e revoltas, ainda que se remetesse aos exemplos da Antiguidade clássica — Taunay acaba por forjar relações de poder mais próximas dos séquitos feudais que combatera, impedindo o surgimento do trabalho-livre e reforçando aquela, denominada por Wilma Peres Costa, “zona de sombra”.

*

O espectro de São Domingos jamais deixaria de rondar o Brasil em seus primórdios enquanto nação independente e a fórmula de Carlos Taunay de que era mais fácil acabar com a existência nacional do que com a escravidão parecia confirmar-se como chaga aberta que não cicatrizava.

As tensões entre trabalho livre e escravo (acentuadas pela vigilância britânica e que ganharia contornos dramáticos com a Questão Christie), capital produtivo e especulativo, ocupação territorial e devastação ambiental e, sobremaneira no período regencial, unidade territorial e movimentos separatistas deram a tônica dos projetos iniciais no país.

²³⁶ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 252-253.

CAPÍTULO 2 — A terra, os homens

“O que nos interessa é apenas o segredo que a economia política do Velho Mundo descobre no novo mundo e proclama bem alto, a saber, o de que o modo capitalista de produção e acumulação — e, portanto, a propriedade privada capitalista — exige o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é a expropriação do trabalhador.” (MARX, *O capital*, vol. I, p. 844)

A medida que os laços coloniais se rompiam de modo irreversível e novos grupos e agentes aparelhavam o recente Estado brasileiro, organizando-se no seio do mesmo, as elites imperiais buscaram se representar e representar o novo país inserindo-o na História universal. Não mais uma colônia, o Brasil precisava buscar suas origens para muito antes de 1822. Tanto um projeto de país, mas, especialmente, um projeto de nação fora encampado em e por instituições, especialmente o IHGB — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O IHGB, partir dos anos 1850, período marcado por estabilidade política e financeira, era então patronado e frequentado pelo Imperador Pedro II.

Assim, a *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, encomendada pelo IHGB e dedicada ao Imperador, a partir da segunda começa com a descrição de seu território: “desde as cabeceiras mais setentrionais do caudaloso Amazonas até quase as margens do Prata, alargando-se muito mais para as bandas do norte, à feição do continente meridional a que pertence, e do qual constitui quase a metade”.²³⁷ À amplitude do território, à variedade de climas e vegetações, somam-se espécies muito diversas de animais; variedade tamanha que pode levar o leitor de sua história à vertigem e ao desespero do incognoscível e ainda acrescentar-lhe temor diante das matas-virgens de “aspecto sombrio, ante o qual o homem se contrista”²³⁸, e dos animais de picada peçonhenta, dos traidores jacarés e dos medonhos sucuriús. Porém, o

²³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Visconde de Porto Seguro). *História geral do Brasil, antes de sua separação e Independência de Portugal*: Tomo primeiro. São Paulo: Melhoramentos, 1956, p. 13.

A primeira edição da obra fora severamente criticada pelo francês Marie Armand Pascal D’Avezac de Castera-Macaya em 1857. D’Avezac definiu Varnhagen enquanto “novato historiador [*nouvel historien*]” e defendeu que ele deveria começar sua narrativa pela descrição do território e das populações existentes antes da chegada dos portugueses, ou seja: o “novato” não havia se colocado “em um ponto de vista propriamente brasileiro”. O Visconde de Porto Seguro acatou a crítica do historiador francês e, com isso, a partir da segunda edição da *História geral* em 1877, o livro começa com a “Descrição geral do Brasil”, seguido pela descrição dos “Índios do Brasil em Geral”. SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; NICODEMO, Thiago Lima. “Por onde deve começar-se a história do Brasil?": eurocentrismo, historiografia e o Antropoceno. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 49, p. 75. Essa reorganização alterou completamente o sentido da obra, impondo-lhe, já de partida, um sentido radical de brasilidade e de decadentismo indígena que não se fizera tão evidente na organização anterior. Ainda que no limite o historiador acreditasse que os indígenas vivessem em uma anarquia selvagem, um dado importante destacado por Arno Wehling diz respeito à questão das fronteiras com a França. “Varnhagen não hesitou em acusar [D’Avezac] de estar associado aos interesses franceses na Amazônia, lembrando sua condição de funcionário do Ministério das Colônias.” A história do Brasil, anterior à reocupação portuguesa, serviria também como argumento em defesa das fronteiras brasileiras. WEHLING, Arno. Introdução: Varnhagen — História, Diplomacia e um projeto para o Brasil. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial orgânico*: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX). Brasília: FUNAG, 2016, p. 32.

²³⁸ VARNHAGEN, *História...*, op. cit., p. 16.

autor adverte o leitor: “Mas ânimo! que tudo doma a indústria humana! Cumpre à civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau.”²³⁹

Uma teleologia singular, em que o espaço, o palco, já estava delimitado, dado em seu sentido fundamental, faltando tão somente que a nação o ocupasse. História, *têlos*, que só pudera ser arquitetada e concebida entre o fim das Regências e a partir derrota do Paraguai: suprimidas as revoltas regionais, ainda que de modo algum subjugados os sentimentos e interesses particulares, e experimentada com a violência da “Grande guerra” as monumentais distâncias entre o Império e os sertões, a unidade territorial brasileira era tida enquanto um fato consumado, cabendo aos homens do país ampliar e especializar o conhecimento desse espaço.

A “História geral do Brasil” havia sido demarcada e delimitada em seus primeiros habitantes, os “índios do Brasil”, que por toda a extensão descrita pelo historiador ainda não fixavam povoações e nem se descobriam “visos de habitação permanente”.²⁴⁰ Povos seminômades, os nativos que habitavam o Brasil antes dos “Descobrimentos” são descritos por Varnhagen essencialmente por aquilo que não tinham, por aquilo que não praticavam:

As aldeias se construíam de modo que apenas duravam uns quatro anos. No fim deles, os esteios estavam podres, a palma dos tetos já os não cobria, a caça dos contornos estava espantada; e, se a tribo ou cabilda era agricultora, as terras em grande distância pelo arredor estavam todas roteadas e cansadas, pelo que era obrigada a mudar de residência. [...] Tais aldeias não eram em grande número; e muitas cabildas, nem sequer em povoações provisórias se juntavam; pelo que o país vinha a estar mui pouco povoado.²⁴¹

Diante desse primevo quadro de desmazelo, de decadência, ainda que de ocupação, o historiador nos recorda impressões que confirmam sua tese:

Se nos lembrarmos de que, em certas paragens, os primeiros colonos exploradores atravessavam extensões de caminho de quarenta e cinquenta léguas, sem encontrar gente, e se estudarmos o que ainda hoje se passa nesses lugares onde o gentio, perseguido de várias partes, se acardumou; e ponderarmos quanto têm crescido, à vista d’olhos, tantas povoações e cidades, à medida que há três séculos progride a cultura da terra, com os milhões de braços vindos da África, cremos que não andam errados os que, como nós, ajuízam que toda a extensão do Brasil está hoje oito ou dez tantos mais povoada do que no tempo em que se começou a colonização; e que por conseguinte nem chegariam a **um milhão** os índios que percorriam nessa época este vasto território, hostilizando-se uns aos outros [...].²⁴²

Esse problema foi destacado por Kaori Kodama: “a natureza do Brasil era a entrada para a história e, de modo inverso, o término da narrativa sobre os índios indicava o começo da

²³⁹ VARNHAGEN, *História...*, op. cit., p. 19.

²⁴⁰ Ibidem, p. 23.

²⁴¹ Ibidem, Idem.

²⁴² Ibidem, Idem. Sem grifo no original.

história da colonização e da civilização brasileira.”²⁴³ Um problema narrativo que já havia sido resolvido por Karl F. P. Von Martius em sua seminal tese de “Como se deve escrever a História do Brasil” — “a vontade da providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças Índia e Etiópica.”²⁴⁴. Para que se possa compreender esse movimento, o historiador brasileiro, segundo Von Martius, “deverá encarregar-se da tarefa de investigar minuciosamente a vida e a história do desenvolvimento dos aborígenes americanos”, essa investigação deveria ser feita “além do tempo da conquista”. Porém, o autor lança a pergunta de partida que orienta essa investigação: “Quais as causas que os reduziram a esta dissolução moral e civil, que neles não reconhecemos senão ruínas de povos?”²⁴⁵

A famosa “tese decadentista” de Von Martius expressa-se no seguinte enunciado: é necessário “haver estabelecido um juízo certo sobre a *natureza primitiva* dos autóctones brasileiros”²⁴⁶. Ou seja, o estado de “ruína” em que se encontravam os povos nativos brasileiros no período de composição da tese precedia aos contatos com os europeus e os africanos; não havia para o autor qualquer relação fundamental entre a violência da empresa colonial lusitana e o estado em que se achavam os povos nativos em sua atualidade. Um sentido natural tornava os indígenas uma “raça inferior”, contrapondo-se à tese rousseauiana do “bom selvagem” e de um “estado primitivo” do homem²⁴⁷ — investigações mais aprofundadas provaram que “o triste e penível quadro que nos oferece o atual indígena brasileiro, não é senão o *residuum* de uma muito antiga, posto que perdida história.”²⁴⁸ Até esse ponto, não se revela qualquer novidade na historiografia brasileira, e a tese de Kaori Kodama explorou os desdobramentos na etnografia do IHGB da noção de “língua” enquanto “documento” proposta pelo naturalista alemão.

*

No primeiro ano de funcionamento da Assembleia Geral do Império do Brasil, em 1826, Gonçalves Martins, deputado pela província do Maranhão, discursara sobre projeto

²⁴³ KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da Fiocruz/Edusp. 2009, p. 181.

²⁴⁴ VON MARTIUS, Karl Friedrich Phillipe. Como se deve escrever a História do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes de histografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 65.

²⁴⁵ Ibidem, p. 67.

²⁴⁶ Ibidem, Idem.

²⁴⁷ O hobbesianismo e seu “contrato social” seriam constantemente invocados tanto por Von Martius e, especialmente, por Varnhagen em uma clara contraposição aos princípios iluministas de Voltaire e Rousseau: “Varnhagen, embora não gostasse da ideia de que sua obra fosse interpretada como simples realização do programa de Martius, efetivamente esposou todos os princípios por ele enunciados.” WEHLING, op. cit., p. 23-24.

²⁴⁸ Ibidem, p. 68.

agrícolas nas margens dos rios Mearim, Grajaú e Pindaré. Sua fórmula, ainda que indicasse aquilo que Kodama define como a ausência de uma “diretriz política indigenista para todo o Império”²⁴⁹ — ou seja, tateava-se uma política residual do período colonial, descentralizada, em princípios de conquista e guerra justa — é reveladora:

[...] por este motivo lembrou-se de oferecer-se a buscar colonos que pudessem também servir de soldados, do mesmo modo que viriam outros colonos, os quais, misturados ao mesmo tempo com alguns escravos da Costa d'África, aumentassem os braços da lavoura, de que tanto se precisa, por serem os índios gente para isso pouco apta e que não tem ainda fixado domicílio certo, e nem por isso podem ter direito de propriedade sobre terras, que ainda não têm ocupado fixamente, como o pretendem sustentar alguns ilustres deputados.

Também não são 50.000, como aqui se disse, pois nenhum censo se tem podido fazer a este respeito, o que posso dizer é o que observei quando, em razão do meu ofício, fui fazer algumas diligências pelos lugares por eles ocupados.

Uma aldeia de 200 a 300 índios, umas vezes se achava 20 léguas acima e daí a poucos dias 20 léguas mais abaixo; e chamar-se-ão estes homens errantes, proprietários de tais terrenos? Poderá dizer-se que eles têm adquirido direito de propriedade? Porque razão eles não se aldeiam fixamente, como nós? Eu não sei que seja direito andarem errantes pelos matos e pelos bosques, privando-nos de ocupar aqueles terrenos.

Eu quisera que se me mostrasse a verba testamentária, pela qual o nosso pai Adão lhes deixou aquele terreno com exclusiva propriedade. Nem eles são tantos que possam ocupar tantos terrenos, nem tão fortes como aqui se tem dito; quando atacam qualquer estabelecimento para roubarem, que é só o fim com que atacam, estão muito certos de não acharem resistência.²⁵⁰

Incapazes de agricultura, portanto não estando aptos a possuir, a se tornarem “proprietários”, hostilizando constantemente os brasileiros e seus escravos, os indígenas da região representavam para o deputado tanto um problema quanto uma fantasmagoria: argumentar pelo direito de propriedade estava dentro do espírito da Constituição aprovada dois antes e, especialmente, a fórmula utilizada — “a verba testamentária, pela qual o nosso pai Adão lhes deixou aquele terreno com exclusiva propriedade” — marcava um cinismo diante da impossibilidade real de representação da parte atacada nas instâncias legislativas do poder imperial e da inexistência de uma legislação específica sobre tanto sobre a propriedade da terra em geral quanto da propriedade indígena especificamente; os indígenas não apenas não tinham direito de voz, como escapavam ao imaginário do liberalismo possessivo propellido. O deputado insistia que as estimativas sobre a população estavam não apenas erradas, como eram fruto de desconhecimento *in situ* — não são tanto nem tão fortes —, e ainda conclamava os brasileiros ao confronto, a fazer “resistência”.

²⁴⁹ KODAMA, op. cit., p. 203.

²⁵⁰ ANNAES do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro Anno da Primeira Legislatura. Sessão de 1826. Tomo terceiro. Sessão em 19 de julho de 1826. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874, p. 229.

Até o Regulamento das Missões (1845) e a Lei de Terras (1850), a “questão indígena” e da terra indígena esteve polarizada entre a brandura e a violência. Ainda que os *Apontamentos* de José Bonifácio afirmassem a tentativa de uma política central alicerçada na brandura — a deculturação e o etnocídio, a catequese e a civilização —, o discurso do deputado maranhense indicava indiscretamente que o caminho da violência era não apenas adotado, como também uma alternativa posta e constantemente debatida.

Quase duas décadas depois do discurso de Gonçalves Martins, em seção do Senado em 22 de março de 1843, o seu conterrâneo Antônio Pedro da Costa Ferreira, Barão de Pindaré, servia-se da palavra dada sobre a venda de fazendas na distante província de Mato Grosso para apresentar uma tese que seria defendida e acolhida na Lei de Terras de 1850: a pequena propriedade rural não deveria ser o fundamento da estrutura fundiária nacional, pois com ela não se faria força numérica para expulsar os gentios.

Quanto às terras, [...], creio que é também um grande benefício para a nação vendê-las a particulares que as vão beneficiar com a lavoura. Existem nas províncias muitas terras; umas já demarcadas, e outras que ainda não se acham demarcadas, nem são beneficiadas, porque estão infestadas de gentios; na minha província acontece isto. Logo que um lavrador poderoso entre, pode beneficiá-las, e a nação lucrará. [...] Tomáramos nós que todas as terras devolutas fossem cultivadas pelos particulares; a nação lucrava com isto, porque se beneficiavam as terras, que o gentio não consente. A maior parte dos lavradores da minha província não lavram para o interior porque o gentio não os deixa. Nas minhas fazendas já tenho tido alguns prejuízos por esta causa em gado, escravos, etc.

Muito lucra pois a nação, em se venderem as fazendas nacionais a particulares que as cultivem. Mas isto de repartir terras em pequenos bocados não é exequível, só quem nunca foi lavrador é que pode julgar o contrário: são utopias, ninguém vai para lá, ninguém se quer arriscar.²⁵¹

Um lento processo de alocação dos indígenas na História do Brasil e, sobretudo, na sociedade brasileira e sua nação era operado desde a Independência diante da diversidade encontrada no território brasileiro: o sertão dos índios. Um dos procedimentos realizados pela nascente historiografia nacional foi retomar e revitalizar uma velha dicotomia: tupi/tapuia, índios “mansos” e “bravos”. Dicotomia que se expressava especialmente através da língua e da noção de decadência inata aos povos indígenas. Como propõe Kaori Kodama:

[...] a afirmação da existência de um espaço territorial naturalmente constituído, também implicava a detecção de uma unidade linguística cultural dos povos ameríndios no território brasileiro. Também o esforço dos letrados reunidos no Instituto [IHGB] de realizar estudos da língua geral indígena estava possivelmente vinculado ao imperativo de desvendar uma suposta unidade brasileira.²⁵²

²⁵¹ ANAIS do Senado do Império. Assembleia geral legislativa sessão legislativa ordinária — 5ª Legislatura. Sessões de Março de 1843. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1978, p. 395.

²⁵² KODAMA, op. cit., p. 90.

A proposição de José Bonifácio de que o Brasil era essencialmente uma “nação de sangue europeu”²⁵³ calou forte, ou melhor: ressoou aos interesses e produção de um imaginário da elite imperial.

Se nação e raça emergiram simultaneamente, sendo que “a raça que efetivamente permite fundar, não apenas a diferença em geral, mas também a própria ideia de nação e de comunidade, uma vez que são os determinantes raciais que servem de base moral à solidariedade política”²⁵⁴, o Brasil necessitava definir sua raça para adequar o projeto de nação.²⁵⁵

2. 1 Quem eram os índios do Brasil?

Alencastro argumenta que “o século XIX está mais perto do XVII que do século XVIII. Para interpretar o Império do Brasil, é preciso voltar ao Seiscentos e estudá-lo na perspectiva sul-atlântica.”²⁵⁶ O autor sustenta o argumento que, no distante século XVII, “as bandeiras foram originadas pela quebra do tráfico atlântico”²⁵⁷, quebra esta decorrente do domínio holandês em Angola. Ou seja, a estrutura produtiva construída por Portugal em terras americanas implicava em um constante e crescente abastecimento de força de trabalho africana escravizada para produção de excedentes para o mercado europeu. A ruptura ocorrida com a interrupção desse fluxo forçou os dominadores coloniais a buscar outras fontes de força de trabalho. No entanto, a empreitada se mostrara se não de todo infrutífera, ao menos incapaz de suprir regularmente o sistema de toda a mão de obra necessária: a elevada mortandade de indígenas indefesos aos patógenos exógenos tanto europeus como africanos e já difundidos em terras americanas, as fugas constantes diante de ambientes comuns ou de fácil readaptação, a indisciplina “natural”²⁵⁸ dos nativos e a revelação a partir da bandeira dos limites (1648-51) por

²⁵³ SILVA, *Representação...*, op. cit., p. 29.

²⁵⁴ MBEMBE, op. cit., p. 158.

²⁵⁵ “Contestada pelas revoltas provinciais, temerosa de uma rebelião geral de escravos, como ocorrera no Haiti, esta elite conservadora — regressista, na expressão da época — procurou construir também no plano ideológico a imagem de um país europeu nos trópicos, em marcha acelerada para a ‘civilização’. Essa busca de uma identidade pós-colonial, comum a outros países ibero-americanos, exigia a elaboração de um universo simbólico, no qual a afirmação da história nacional possuía papel preeminente.” WHELING, op. cit., p. 23.

²⁵⁶ ALENCASTRO, op. cit., p. 353-354.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 199.

²⁵⁸ Para Sérgio Buarque de Holanda: “Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, prestimosos colaboradores na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação de gado. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais.” HOLANDA, op. cit., p. 48. Exceção seria apenas o denominado “ciclo da mandioca” que, nas palavras de Alencastro: “As exportações de mandioca contribuem para o desencravamento econômico do Rio de Janeiro na virada do século XVI. Ajudados pelas vendas do produto, essencialmente extorquido do trabalho compulsório indígena, os lavradores fluminenses ascendem ao estatuto de senhores de engenho.” ALENCASTRO, op. cit., p.

Raposo Tavares de que “o miolo do território brasileiro não encerrava concentrações indígenas similares às que haviam sido pilhadas pelos bandeirantes no Guairá e no Tapes”²⁵⁹ convenceram as autoridades coloniais de que era imprescindível recuperar o mercado produtor de escravos que era Angola.

Projetando e prevendo o escasseamento da força de trabalho escravizada, inclusive sua futura extinção, legisladores e capitalistas na segunda metade do século XIX voltaram mais uma vez sua atenção aos indígenas, especialmente às terras por eles ocupadas na tentativa de reorganizar o sistema produtivo agora brasileiro.

Sendo a Lei Feijó de 1831 a formalização do tratado construído entre Brasil e Grã-Bretanha desde e a partir da Independência, o fim tráfico transatlântico de escravos era já desde 1822 uma promessa a ser consolidada: “no que dizia respeito ao comércio brasileiro de escravos, a independência do Brasil parecia constituir um valioso passo adiante”²⁶⁰ e as negociações entre os dois países caminharam no sentido de estabelecer o reconhecimento britânico da Independência — fato crucial — em troca do fim do tráfico transatlântico de escravos.²⁶¹ No entanto, o Brasil era “um novo estado” profundamente envolvido no comércio de escravos e a separação de Portugal significava para os traficantes antes a superação de constrangimentos do que um passo para seu fim.²⁶² Fato é que um tratado anglo-brasileiro contra o comércio de escravos foi firmado em 23 de novembro de 1826 e ratificado por Dom Pedro I. No ano seguinte, completava-se o processo pelo qual “em troca do reconhecimento da independência brasileira, a Grã-Bretanha se assegurava a consolidação de uma posição econômica altamente privilegiada no Brasil, bem como um compromisso deste último de abolir o comércio de escravos em 1830.”²⁶³

O reordenamento da acumulação capitalista no Brasil levaria mais duas décadas até ser definitivamente obrigado a romper os laços com o ventre atlântico e voltar completamente seus tentáculos para o interior do jovem país; para que, nas palavras de um deputado, a terra

251. No entanto, Alencastro destaca também o efeito geral sobre a saúde dos nativos americanos diante das ondas epidêmicas desencadeadas a partir do contato: “Os índios pareciam inaptos ao cativeiro colonial porque, entre outras razões, não possuíam uma resistência imunológica similar a dos africanos”. Ibidem, p. 138.

²⁵⁹ Ibidem, p. 238.

²⁶⁰ BETHELL, op. cit., p. 52.

²⁶¹ Ibidem, op. cit., cap. II. Nesse sentido, entende-se o vigor retórico de José Bonifácio em sua *Representação*. Para além do manifesto e de um projeto nacional, o “patriarca” se projetava aos olhos britânicos como um cumpridor coerente das palavras e promessas trocadas com os seus embaixadores. Também a partir das negociações iniciadas entre Brasil e Grã-Bretanha em 1823 buscou-se findar proximidades e interesses de incorporação da costa africana ao Império do Brasil. COSTA, op. cit.

²⁶² Desde a reconquista luso-brasílica de Angola, em 1648, o Brasil firmou sólidas bases no comércio transatlântico de escravos. A “fome de cativos” estreitou laços comerciais entre brasílicos e angolistas: “a destruição constante de Angola se apresenta como contrapartida da construção contínua do Brasil”. ALENCASTRO, op. cit., p. 325.

²⁶³ BETHELL, op. cit., p. 84.

passasse a adquirir valor e seu proprietário, renda.²⁶⁴ Em síntese: converter a terra em mercadoria, despossar do meio de produção todos aqueles que viriam a não ter outra coisa a vender senão sua força de trabalho.

A instabilidade das Regências, na qual os grupos dirigentes envolvidos na construção do Estado nacional brasileiro e em busca de legitimar o exercício de poder e de coerção, criou o que Marco Morel denominou um “grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais”: garantindo a independência e o caminho de uma ordem nacional; e, a partir da renúncia de Feijó e da articulação do Regresso em 1837: “a mão-de-ferro do Estado centralizador e autoritário vai retendo o controle da situação abalada, o poder políticos dos grandes proprietários de terras e de escravos se acentua.”²⁶⁵

Quase uma década de Regências e até que as barbas do imperador Pedro II crescessem — alegoria de sua autoridade e autonomia pessoal²⁶⁶ — ficaram profundamente marcadas pela “zona de sombra”. Já em 1835, cerca 37 mil africanos escravizados entraram ilegalmente no Brasil. Em 1837, com o Regresso esse número saltou para aproximados 56 mil. No decurso de 1831-1850, o *Slave Voyages Consortium* estima a entrada de 737.741 africanos escravizados no Brasil; desse total, 579.957 pessoas foram direcionadas para o sudeste brasileiro, e mais especificamente 574.024 escravizados foram desembarcados no porto do Rio de Janeiro²⁶⁷. À revelia da lei, ao longo de dezenove anos uma população de quase um milhão de pessoas entrou forçada e ilegalmente no Brasil, tocando de perto a estimativa ideológica de Varnhagen sobre a população indígena no distante período dos contatos entre europeus e americanos.

Essa “zona de sombra” gerou os protestos e revoltas de 1852, quando da tentativa do governo imperial em recensear a população. Como destaca Chaloub, o projeto de censo fora recebido com desconfiança geral diante de um país em que as fronteiras entre liberdade e

²⁶⁴ GADELHA, Regina Maria d’Aquino F. A Lei de Terra (1850) e a abolição da escravidão. Capitalismo e Força de Trabalho no Brasil do século XIX. *Revista de História da USP*. São Paulo, 1989, p. 9. O primeiro artigo da Lei define: “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.” BRASIL. Lei 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 25/02/2024. Apesar de um certo consenso na historiografia de que a “lei não pegou”, no entanto “o que ela consolida e não consegue realizar definitivamente no espaço de tempo [...] é uma nova concepção sobre a terra, seu uso e especialmente sobre a propriedade”, ou seja, a lei erigiu as bases sobre as quais diferentes concepções do uso e ocupação da terra “deveriam ser substituídas por uma única, isto é, aquela que transforma a terra em propriedade/mercadoria, impossibilitando assim qualquer tipo de vínculo a ela que não sejam aqueles regulados pelo mercado.” SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2015, p. 91-92.

²⁶⁵ MOREL, Marco. *O período das Regências, (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 31.

²⁶⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁶⁷ SLAVE VOYAGES CONSORTIUM. *Tráfico transatlântico de escravos*. Estimativas. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 05/06/2024.

escravidão estavam completamente borradas. O medo de rescavização pairava entre pessoas libertas em um país que não conseguia cumprir uma legislação em vigor há duas décadas.²⁶⁸ A incapacidade de afirmação das políticas de estado diante da força econômica e, conseqüentemente, legislativa fazia com que o governo imperial fosse obrigado a se “contentar” em governar mais pelo simbolismo que pela fiscalização, impossibilitado de construir grandes quadros estatísticos. O primeiro recenseamento, o primeiro grande panorama do Brasil, só seria gestado duas décadas mais tarde, a partir do qual André Rebouças irá compor seu estudo/manifesto *Agricultura Nacional*.

*

Em seção no IHGB de 15 de dezembro de 1849, D. Pedro II entregara a Gonçalves Dias um programa em que pedia ao literato que descrevesse “o estado dos indígenas da quinta parte do mundo com os do Brasil, considerados uns e outros na época da respectiva descoberta, e deduzir quais ofereciam maiores probabilidades à empresa da civilização”.²⁶⁹ A tentativa de comparação com o nativos da Oceania se ligava a um projeto de História e Etnografia em desenvolvimento no país desde suscitadas as questões na SAIN e no IHGB a partir da década de 1840; o pedido implicava-se especialmente na tese de Von Martius e na necessidade de destacar a índole de cada uma das três raças que compunham a nação brasileira, para então “ressaltar as características que poderiam ser identificadas em uma coletividade”²⁷⁰.

Kodama ressalta o sentido decadentista que Von Martius atribuíra aos indígenas — “a humanidade americana já não tem mais futuro [...] pertence àquelas formações do organismo sem a medida necessária da força orgânica; pertence ao grupo dos atrofiamentos e abortos predestinados”²⁷¹, como definira em 1838 na conferência que realizara em Freiberg e da qual enviara cópia ao IHGB —, ou seja: “a inexorável marcha dos povos indígenas em direção à decadência e a extinção”²⁷², que traduzia em termos de natureza (dado insofismável) um interesse específico de uma classe.

²⁶⁸ CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional 1830-1889, volume 2*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

²⁶⁹ KODAMA, op. cit., p. 158.

²⁷⁰ Ibidem, p. 153.

²⁷¹ Apud KODAMA, op. cit., p. 155.

²⁷² Ibidem, p. 173. A autora ressalta uma ambiguidade na postura de Von Martius, que se movia entre a defesa da ideia de que todos os homens são perfectíveis e o racismo pessimista que sua tese da decadência indígena muitas vezes demonstrara. Essa ambiguidade não deixará de permear os discursos de autoridades brasileiras no decorrer do período imperial até se consolidar enquanto teoria científica durante a República.

O pedido de Pedro II ao literato buscava alicerçar em termos de imaginário as diretrizes estabelecidas no Regulamento das Missões aprovadas quatro anos antes. A brandura, contrariamente à violência, fora o caminho adotado na legislação de 1845, no entanto, subrepticamente, duas esferas da economia capitalista se reordenavam a partir do Regulamento: a terra enquanto bem a ser possuído, comprado e vendido, e a força de trabalho indígena enquanto um potencial recurso face à tentativa de findar com o comércio transatlântico de escravos e a construção do estado nacional, disciplinado pelas palavras de ordem “catequese e civilização”.

Com efeito, a partir da década de 1850, D. Pedro II passa a frequentar assiduamente o IHGB e, por financiamento direto, tomava parte de um “grande projeto”: “além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional”²⁷³. O romantismo era o caminho favorável “à expressão própria da nação” ao afirmar tanto a universalidade quanto particularidade da identidade brasileira e ao atribuir aos indígenas o estatuto de símbolo nacional — “é com a entrada de D. Pedro II no IHGB e seu mecenato que o romantismo brasileiro se transforma em projeto oficial, em verdadeiro nacionalismo, e como tal passa a inventariar o que deveriam ser as ‘originalidades locais’”²⁷⁴.

Com essa atuação, Pedro II conformava tanto um grupo quanto uma imagem de país, afastando-se essencialmente dos indígenas vivos de seu presente para imaginar figuras míticas de um passado colonial (abstrato e genérico), vítimas das opressões do colonizador e não do nacionalismo em plena marcha — “o indianismo desempenhou, como desempenha ainda hoje, o papel de uma poética do genocídio.”²⁷⁵ Portanto, a partir do IHGB, amparado na tese decadentista de Von Martius, dissociava-se para a elite imperial a política real de terras e a organização econômica dos grupos humanos que ocupavam milenarmente aqueles territórios, projetando um avanço do estado nacional sobre os indígenas em bases civilizatórias, a partir de singular noção de vazio demográfico, terras devolutas — o mar do sertão.

Duas décadas depois do pedido de D. Pedro II a Gonçalves Dias, André Rebouças, baseado no relato de experiência Couto de Magalhães enquanto presidente da província de Goiás publicado na revista do IHGB, projeta então seu ideal de nação progressista sobre os indígenas do sertão goiano. Afirmava o autor em seu *Agricultura nacional* (publicada em 1883, porém redigido na primeira metade dos anos 1870) que “nós podemos fazer mais dos nossos índios do que fizeram Ceres, Prometeu e Orfeu dos gregos primitivos”:

²⁷³ SCHWARCZ, op. cit., p. 127.

²⁷⁴ Ibidem, p. 131.

²⁷⁵ PUNTONI, Pedro. O sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCÓS, István (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 637.

Pois bem: Ceres, Prometeu e Orfeu fizeram desses bárbaros [os gregos] a nação, que produziu Sócrates, Homero, Ésquilo, Demóstenes, Ictinos e Fídias, que ainda hoje são nossos mestres na filosofia, na poesia épica, no drama, na eloquência, na arquitetura e na escultura. Nós podemos fazer mais dos nossos Índios do que fizeram Ceres, Prometeu e Orfeu dos Gregos primitivos! Eles não tinham nem vapor, nem eletricidade para auxiliá-los em sua santa missão de paz e progresso. Pondo de parte a questão de caridade e de humanidade, e o muito que devemos aos primitivos possuidores desta riquíssima terra, esse milhão de índios valem pelo menos, 500.000:000\$000.²⁷⁶

Manuela Carneiro Cunha afirma que, no século XIX, a questão indígena “deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras”²⁷⁷. Prerrogativa com a qual concorda fundamentalmente Patrícia Melo Sampaio: “a novidade do oitocentista [...] constitui-se na regulamentação da possibilidade de arrendamento e aforamento das terras indígenas”, o que resultara “em um verdadeiro desastre para os povos indígenas e, mais do que isso, consolidou o processo de expropriação de suas terras nos mais variados e distantes lugares do Império”.²⁷⁸

A mudança de atitude apontada pelas autoras contradiria a proposição de Alencastro sobre a atitude espelhada do século XVII e possibilitaria uma interpretação ainda mais radical sobre o (não-)lugar dos indígenas na sociedade brasileira no período — o estrangeiro em seu próprio mundo, o inconveniente. No entanto, é preciso modular os argumentos diante impossibilidade de efetivação tanto de uma política imigratória quanto da própria mercadorização da terra. Faltavam braços livres e especializados nos labores do campo e a emancipação dos escravizados não se consolidaria até 1888. Portanto, o princípio de civilização contido no Regulamento era ainda uma atitude legislativa positiva no caminho da transformação dos indígenas em mão de obra, como se pode comprovar a partir da projeção de André Rebouças três décadas depois e como relatam as autoras nos processos de trabalho não-remunerado a que eram submetidos muitos indígenas aldeados, ainda que no cômputo geral fosse impossível substituir a enorme massa de escravizados por indígenas.

O artigo 1º parágrafo §3 do Regulamento das Missões que trata das competências do Diretor geral dos índios geria especificamente sobre o processo de aldeamento, ou seja, a tentativa de fixação em terras demarcadas e geridas pela junta governamental e religiosa que se formaria para administrar os aldeamentos e expressa o espírito geral do texto:

²⁷⁶ REBOUÇAS, André. *Agricultura nacional, estudos econômicos*: propaganda abolicionista e democrática. Rio de Janeiro: A. J. lamoureux e Co., 1883, p. 102.

²⁷⁷ CUNHA, op. cit., p. 56.

²⁷⁸ SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume 1*: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 186-187.

Precaver que nas remoções não sejam violentados os Índios, que quiserem ficar nas mesmas terras, quando tenham bom comportamento, e apresentem um modo de vida industrial, principalmente de agricultura. Neste último caso, e enquanto bem se comportarem, lhes será mantido, e às suas viúvas, o usufruto do terreno, que estejam na posse de cultivar.²⁷⁹

O caminho da brandura, ou ao menos do não uso direto de violência física, expressado pela sentença “precaver que nas remoções não sejam violentados os índios” exprime a aporia fundamental da política de concentração em aldeamentos: remover não-violentemente, deslocar sem agredir. Na sequência do artigo, a obrigação da agricultura, do labor industrioso, como condição para a posse e usufruto da terra já antecipa a reforma fundiária a ser realizada cinco anos mais tarde: condicionar a posse da terra ao trabalho agrícola. Ainda acrescida a necessidade de bom comportamento, que exige vigilância e presença intrusiva para definir o que é “bem se comportar”, o artigo expressa claramente o direcionamento que a legislação tomava: concentração, labor, deculturação e tutela.

Embora o texto guarde um espírito benevolente e não-violento em sentido físico, não prevendo castigos físicos, ameaças ou confrontos, e ainda busque preservar os indígenas das intrusões mais agressivas da sociedade imperial (o Regulamento encerra um zelo de clara inspiração à José Bonifácio quando prevê a vacinação dos indígenas, a vigilância cerrada sobre a introdução de bebidas alcóolicas nos aldeamentos, o cuidado para com o abastecimento de alimentos para prevenir ondas de fome e consequentes fugas, o incentivo ao casamento entre indígenas e nacionais, a prática musical e de ofícios, práticas agrícolas modernas e, não discriminado no Regulamento, a introdução de missionários capuchinos em contraposição aos jesuítas²⁸⁰), os aldeamentos são essencialmente uma política de concentração: “assimilação era a palavra-chave.”²⁸¹

Como demonstra Cunha, a partir de 1845 e, mais acentuadamente depois de 1850, a aplicação do Regulamento se mostra perniciosa e seus princípios facilmente corrompíveis: “as Câmaras municipais, cobiçosas das terras, pressionam no sentido da concentração de índios em poucas aldeias”²⁸², além de forçar o convívio de etnias rivais em espaços cada vez menores e em ambientes radicalmente alterados. Caso exemplar é o da extinção dos indígenas puris no

²⁷⁹ BRASIL. *Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845*. Contém o Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos Indios. Rio de Janeiro: Palacio do Rio de Janeiro, 1845. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>. Acesso em: 25/02/2024.

²⁸⁰ A oposição entre jesuítas e capuchinhos se estabeleceu com força em Angola no século XVII. Os capuchinhos, responsáveis pelo “enorme feito de conversão” da rainha Jinga, acusavam os jesuítas de negociantes e tratantes, em nada preocupados com a conversão e a expansão da fé católica. ALENCASTRO, op. cit. José Bonifácio escrevera seus *Apontamentos* a partir de um ponto de vista pombalino e reformista, mantendo um claro desprezo ao jesuitismo praticado no período colonial.

²⁸¹ PUNTONI, op. cit., p. 644.

²⁸² CUNHA, op. cit., p. 77.

vale do Paraíba, acentuado a partir da expansão cafeeira: a fundação do aldeamento de São Luís Beltrão ainda no período colonial reduziu os indígenas a um pequeníssimo território que acabou por diminuir drasticamente sua população; a cafeicultura significou o golpe fatal para etnia que se viu completamente cercada pela monocultura e impossibilitada de se organizar a partir de suas bases culturais²⁸³.

Puntoni destaca a intensidade com que Varnhagen combatera o Regulamento a partir dos efeitos por ele aprendidos com a recolha e a crítica dos relatórios de presidentes de província. Como um *simile* de Domingos Jorge Velho, para quem era antes de tudo preciso “domesticar” os índios, pois em “vão trabalha quem os quer fazer anjos, antes de os fazer homens”²⁸⁴; o historiador avança em seu *Memorial orgânico*²⁸⁵ contra a brandura preconizada na legislação: “No texto do *Memorial*, o argumento é ainda o do direito da conquista e da ocupação, diante de povos nômades e desinteressados na posse do território”²⁸⁶. Protegido pelo anonimato, Varnhagen exprime sua visão sobre os “canibais salteadores do sertão” e seu desprezo pelos “filotapiuas”, seus defensores:

Mas alegam os filotapiuas. Eles são os verdadeiros donos da terra, e por isso... São os donos da terra? Pois então arranchemos nossas trouxas e toca a marchar; que somos uns criminosos que estamos de posse do que é de outrem. [...]

Ignorantes! Não sabeis que essa gente era e é nômade, e sem assento fixo; e que só aproveita do território enquanto nele acha caça? E quem diz que essa raça, que está bravia, não veio em grande parte ao Brasil expelida do Peru à força pelos Pizarros e Almagros? [...]

Precisamos civilizar o Império, fazer todos em toda a sua extensão obedecer ao pacto proclamado, e a experiência de mais de meio século tem provado a insuficiência dos meios brandos que são justamente os mais gravosos para o Estado. [...]

Pelo sistema das bandeiras que o governo não fazia mais que tolerar conquistou-se todo o sertão com suas minas, que foram trabalhadas pelos braços dos índios, e se deu quase cabo do indômito caiapó. E desenganemos: as raças bravias, que se declararam inimigas de morte de nossos antepassados, serão, até os últimos descendentes bravios, nossos inimigos de morte: e não temos outro recurso, para não estarmos séculos à espera que eles queiram civilizar-se, do que o de declarar guerra aos que se não resolvam a submeter-se, e o ocupar pela força essas terras pingues que estão roubando à civilização.²⁸⁷

²⁸³ OLIVEIRA, Enio Sebastião Cardoso de. O paradigma da extinção: o desaparecimento dos índios puris em Campo Alegre, sul do Vale do Paraíba. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (org.). *O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

²⁸⁴ ALENCASTRO, op. cit., p. 240.

²⁸⁵ O *Memorial orgânico* não será aqui explorado de maneira mais detidas por dois fatores: 1) Foi inicialmente publicado de modo anônimo, Varnhagen o publicara em Madri entre 1849 e 1850 e posteriormente na revista *Guanabara* no Rio de Janeiro. 2) A obra não gozou de grande recepção, permanecendo esquecida nos arquivos do IHGB até 2016, quando republicada pela Fundação Alexandre de Gusmão. As reflexões de Puntoni sobre o texto destacam tanto a estereotipia realizada por Varnhagen quanto o fundamento do manifesto: forçar uma ampliação da interpretação do Regulamento no sentido da brandura e do avanço sobre as terras e a força de trabalho dos denominados “tapuias” em uma empreitada de conquista similar às antigas bandeiras.

²⁸⁶ PUNTONI, op. cit., p. 651.

²⁸⁷ VARNHAGEN, *Memorial...*, op. cit., pp. 166-168.

Na longa citação, mutilada em suas divagações históricas sobre Inglaterra e Portugal e suas conquistas, Varnhagen conchama à guerra, guerra esta que não deve ser feita pelo governo, “tem de ser feita exclusivamente por cidadãos brasileiros”²⁸⁸. O tapuia, o estrangeiro rebelde em território nacional, precisava ser conquistado, domado e convertido à força em trabalhador; a recusa implicaria na execução — “Cumpra à civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau.”²⁸⁹.

A partir da segunda edição, Varnhagen passa a assinar o *Memorial* e, conforme explica Puntoni, a péssima aceitação do projeto compromete inclusive a recepção de sua *História Geral*. Ao que tudo indica, as elites imperiais não estavam dispostas a participar de um projeto tão indiscretamente exprimido. Porém, se em termos retóricos Varnhagen fora derrotado, em termos de imaginário e de práticas sociais ele sobreviveria e sobrevive ainda hoje.

Retomando a tese de Cunha que afirma que “a política de terras não é independente de uma política de trabalho”²⁹⁰, vê-se que a brandura não excluía a obrigação do trabalho, e ainda mais, o trabalho indígena se fazia extremamente relevante “mesmo naqueles lugares em que o esforço de tomar de assalto as terras das aldeias se fez mais efetivo”²⁹¹, como se pode perceber na citação de Rebouças:

Na indústria extrativa eles são superiores aos melhores colonos, que possamos mandar vir da Europa: para colher a borracha, o cacau, a salsaparrilha, a ipecacuanha, o cravo, o óleo de copaíba e as infinitas especiarias, que enriquecem os sertões do Amazonas, de Goiás e de Mato Grosso, não há no mundo colonos, que possam competir com os nossos índios!²⁹²

Civilizar, o segundo preceito do Regulamento, significava forçar os indígenas aos aldeamentos, consequentemente submetê-los às leis e obrigá-los ao trabalho. No entanto, se a opção do trabalho compulsório como proposta por Varnhagen não era aceita — “sistema semelhante ao das encomendas espanholas, atribuindo uma espécie de tutoria ou protetorado por quinze anos sobre os indígenas capturados”²⁹³ — a solução ganhava contornos mais sofisticados: a modificação do ambiente que forçaria os indígenas a buscar a sociedade nacional diante de seus benefícios evidentes.

A partir de um grande salto temporal, em 1886, é possível vislumbrar a cristalização dessa ideologia no Visconde de Taunay quando respondia à demanda de seu tio sobre o problema das estradas, do “estradista-mor”. D. Pedro II pudera realizar a partir de 1854, com o

²⁸⁸ Ibidem, p. 169.

²⁸⁹ VARNHAGEN, *História...*, op. cit., p. 19.

²⁹⁰ CUNHA, op. cit., 71.

²⁹¹ SAMPAIO, op. cit., p. 188.

²⁹² REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 101.

²⁹³ WEHLING, op. cit., p. 32.

redirecionamento de parte dos capitais do tráfico de escravos, o desiderato de rasgar parte do território para estabelecer comunicações terrestres; no entanto, passadas quatro décadas, os dilemas passaram a ser outros: a força de trabalho e o caráter “naturalmente preguiçoso” e “desleixado” dos caboclos e dos indígenas.

O pensamento dos estadistas brasileiros de despertar o estímulo ao trabalho nacional por meio de estradas de ferro tem custado muito caro [...].

Aliás podemos dizer hoje, que não nos faltam vias férreas. Há, na grande oficina de trabalho ferramenta e utensílios de mais, instrumentos e máquinas de sobra: escasseiam os operários. De gente é que carecemos. [...]

No Brasil as classes dirigentes cuidaram muito de estradas de ferro. Parecia-lhes isto bastante para afugentar a ociosidade inata e fortificada pelas suavíssimas condições da vida brasileira. Havia empenho leal nessa ideia civilizadora, de certo [...].

Acreditava-se que o trabalho nacional não necessitava de colaboradores, e o que mais é de mestres, e que a simples aproximação das distâncias e a facilidade de transportes seriam suficientes para lhe infundirem tamanha animação e tal desenvolvimento, que essas vias de comunicação de pronto se tornariam irresistível incitamento acendendo por todos os pontos, a que fosse levado, o fogo sagrado da atividade e do gosto pelo labor, sacudidos, para todo o sempre, e bem longe, o torpor e a apatia tão característicos e arraigados, entre nós.²⁹⁴

A natureza branda e generosa havia condicionado as raças indígenas à fartura sem esforço e ao nomadismo indiferente, forjando nelas um espírito passivo que se transmitia a todos que com eles se miscigenavam — esse tópico ecoa a tese de Von Martius e a violenta experiência dos sertões palmilhados durante a Guerra do Paraguai ainda a ser debatida. Narra Taunay:

Ouvi também por vezes uma desculpa que liga bem este fato às mais antigas práticas dos aborígenes no Brasil, facto que já me impressionara há muitos anos, quando me achava em Mato Grosso morando nas dobras da serra de Maracajú e convivendo na maior cordialidade, com os índios Terenas, Quinquinaós, Guanás e Laianos.

— Com o sol ninguém pôde trabalhar, diziam-me no Paraná e note-se que falavam dos ardores desse astro, num clima perfeitamente temperado e nas terras elevadas.

Pois bem, há uma coisa a que o índio tem horror, é trabalhar ao sol. Os Chanés, que constituem quatro importantes tribos, todas elas de índole agrícola, só cultivam a terra das 6 horas da manhã, às 10, quando muito. Recolhem-se à sombra e recomeçam às 4 horas da tarde, indo então até ao crepúsculo bem fechado.

E contudo pode-se afirmar que são os únicos que se entregam a agricultura em todo Mato Grosso.

E o fato que se dá numa região calidíssima como aquela, reproduz-se em zonas em que semelhante prática não tem explicação tão plausível e talvez aceitável.

— Índio não faz mais nada quando o sol esquentava um pouco, dizia-me um capataz que dirigia uma turma de coroados mansos na estrada de rodagem de Guarapuava.

E a propósito do calor exagerado, aí vem para índios e caipiras a sesta indefinida e que liga dias e dias seguidos, quando, entretanto, os filhos da Europa apenas se lhes entrega um canto de terra, estão a ele presos nos múltiplos misteres do seu amanho e cultivo de sol a sol!

Por isso, não raro, e bem pelo contrário, regra geral, ficam durante o dia inteiro sete, oito, dez e até mais malandros, na força da idade, a atulharem os ranchos entregues à

²⁹⁴ TAUNAY, *Viagem philosophica...*, op. cit., pp. 51-53.

vadiação, dormitando à sombra, ou contando casos de jogo e proezas de caça, estas mais tradicionais ainda do que executadas há pouco.²⁹⁵

Reprisado pelo Visconde de Taunay, o argumento de Varnhagen e dos políticos anteriormente citados de que os indígenas não praticavam agricultura ou a praticavam a partir de modo essencialmente primitivo, sem qualquer zelo ou disciplina, é um tema importante para que se possa compreender a estrutura argumentativa que alicerçava a base ideológica para a tomada de suas terras e a modificação dos ambientes naturais. E, ainda mais especificamente no caso do Visconde de Taunay associado a André Rebouças, o incentivo à imigração europeia.

Kodama destaca um discurso de Araújo Brusque no IHGB em 1863, no qual o presidente da província do Pará, diante da diversidade de tribos e costumes indígenas, concluía que “o caráter dos índios era sempre o mesmo: inacessível a todo sentimento generoso, indiferente a todos os motivos de glória, honra e reconhecimento, vingativo, aguerrido, faminto, indolente”.²⁹⁶ Intervir diante desses repetidos quadros de desmazelo era a missão civilizatória a que se arvoravam os representantes do Império. Sobretudo, fazia-se mister fixar essas populações em aldeamentos para discipliná-las através da catequização. Sintomático é o fato de que em 1860 foi criada na burocracia imperial a pasta de Agricultura e a catequese e a civilização dos indígenas foram transferidas para esse Ministério: “a questão indígena, ao ser recolocada no Ministério da agricultura, indicava que o domínio no qual se discutia a política indigenista continuava a ser um Ministério privilegiado para gerir os projetos de expansão da civilização.”²⁹⁷ A conclusão de Cunha se faz bastante acertada quando conclui que civilizar significa submeter às leis para obrigar ao trabalho, tal como defendera Bonifácio: “se se quer sujeitar índios ao trabalho, deve-se ampliar suas necessidades e restringir simultaneamente suas possibilidades de satisfazê-las”²⁹⁸.

Com a Lei de Terras e a transferência das políticas indigenistas para o ministério da agricultura, abriu-se lentamente uma política efetiva e governamentalmente subsidiada de imigração essencialmente europeia, preferencialmente ítalo-germânica.

No entanto, é preciso voltar à caracterização dos indígenas feita por Araújo Brusque: “faminto, indolente”. Estereótipo também utilizado por Bonifácio, as duas coisas se relacionam enquanto causa e consequência: a indolência leva à fome que conduz novamente à indolência, em um ciclo que só se romperia com a interferência externa. A solução desse problema para o “patriarca” passava também pela introdução de uma nova dieta alimentar entre os indígenas

²⁹⁵ TAUNAY, *Viagem philosophica...*, op. cit., p. 54-55.

²⁹⁶ KODAMA, op. cit., p. 268.

²⁹⁷ Ibidem, p. 214.

²⁹⁸ CUNHA, op. cit., p. 87.

aldeados, o consumo efetivo de carnes vermelhas, não apenas de pesca e pequenas caças — animar a criação de gado *vacum*, cavalos, porcos, carneiros e cabras, “para lhes ministrarem alimento mais abundante e nutritivo” de modo a diminuir “a dieta vegetal e pouco própria a gente do trabalho”, dieta essa que se baseava em farinhas.²⁹⁹ Assim, produzida a “energia vigorosa” obtida através do consumo de carnes de animais exóticos e de costumes desconhecidos, uma nova relação com o mundo animal, com abates e instrumentos metálicos: os índios que “pela sua natural indolência e inconstância”, não são “muito próprios para os trabalhos aturados da agricultura”³⁰⁰ seriam capazes de alterar os costumes e integrarem-se à cultura nacional.

Um elemento crucial que aparece nos *Apontamentos* em se tratando de agricultura é o arado: “concorrerá muito para acostumar os índios à lavoura que o missionário por todos os modos possíveis introduza o uso do arado e dos outros instrumentos rústicos europeus”, esse instrumento revolucionário tornará “mais suaves os trabalhos da agricultura, e se não julguem aviltados e iguados aos negros, puxando pela enxada.”³⁰¹ O uso do arado preconizado por José Bonifácio se tornaria uma obsessão, quase uma compulsão entre os reformistas brasileiros: a panaceia para o atraso agrícola.

Já em Carlos Taunay o arado ganha os títulos de “principal e mais admirável das máquinas agrícolas”³⁰², “base da civilização e a máquina mais útil e admirável”³⁰³

Ah! ousamos profetizar que com a geral adopção do arado, máquina de utilidade tão transcendente que os antigos fizeram um Deus do seu inventor, a nossa agricultura saíria do estado de prostração em que jaz, e subiria rapidamente a um auge de prosperidade e abundância; da qual hoje nem ideia podemos ter.³⁰⁴

Solução fundamental para “a economia de braços”, o arado cumpre no *Manual* a função de preparar as terras, o que facilitaria todas as outras operações e permitiria consagrar parte do tempo aos arranjos do gosto e da comodidade, para confecção de hortas e jardins.

²⁹⁹ SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 58. Destaca Alencastro que “a introdução de bois, cavalos, cabras, porcos, galinhas, patos e cachorros facilitou a incubação e o contágio de doenças transmissíveis pelos animais domésticos dos moradores, como sarampo, gripe, bicho-de-pé, brucelose e varíola bovina”. ALENCASTRO, op. cit., p. 129. As espécies de animais europeias carregavam elas também sua biota portátil, desde vírus e bactérias até parasitas como piolhos, pulgas e carrapatos, agentes transmissores de moléstias diversas e desconhecidas do sistema imunológico dos indígenas. Também os métodos de abate e conservação de carnes se mostravam propícios à diversas formas de contaminação. Cf. ERICHSEN, Lucas Vinicius. *História Desanima(liza)da: os matadouros da cidade do Rio de Janeiro (1777-1881)*. Tese de doutorado (UFRJ). Rio de Janeiro, 2020.

³⁰⁰ SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 57.

³⁰¹ SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 57.

³⁰² TAUNAY, *Manual...*, op. cit., 36.

³⁰³ Ibidem, p. 98.

³⁰⁴ Ibidem, p. 103.

André Rebouças não se entusiasmara menos que Carlos Taunay pelo objeto. Para o autor, o arado era uma ferramenta revolucionária, libertadora dos braços escravizados pelo costume: “A rotina escravagista ousava afirmar que era impossível aplicar o arado em terras do Brasil?! — O que não tem ousado afirmar a iniquidade e a ignorância?!...”³⁰⁵. Para o abolicionista, era mister o “emprego do arado e de todas as outras máquinas no amanho das terras”³⁰⁶. O arado se fazia importante na recuperação do sertão do sertão nordestino, a partir reorganização do sistema produtivo para o combate às maleitas decorrentes das secas: “RECONQUISTAR O SERTÃO por meio de açudes e de rios açudados e canalizados; de *plank-roads*, *tram-ways* e caminhos de ferro de campanha; pela arboricultura; pela agricultura com arado e sub-divisão do solo [...]”³⁰⁷.

Mas foi o Visconde de Taunay quem afirmara a primazia do emprego do arado sobre todos os outros métodos de cultura vigentes. A vigorosa oposição entre o *ethos* do imigrante europeu e a decadência brasileira se materializava no emprego do arado e no trabalho constante, recordando o argumento do tio quando a consagração do tempo livre para o gosto e a comodidade:

[...] quantas vezes vi desses desconsoladores ranchos, não já no caminho e no sertão de Guarapuava, mas nas circunvizinhanças de Curitiba e até encravados nos núcleos imigrantes!

O contraste então aí é doloroso para o coração patriota e tão acentuado que de longe indica logo a morada do brasileiro. Não há engano possível. No melhor dos casos um telhado pesado, baixo, crivado de goteiras sobre paredes a meio esboroadas, uma área de cultivo insignificante, um milharal plantado sem método, nem alinhamento, muitas crianças, muitos porcos, esfaimados e soltos, que invadem os lotes coloniais mais próximos e por isso provocam entre os vizinhos continuas queixas e conflitos; mato por toda a parte, nenhuma cadeira; uma ou outra canastra; eis o círculo apertadíssimo e desanimador da comodidade e gozos em que se mantém o nosso caipira.

E ao lado, umas braças além, a casinha do alemão, do polaco, do italiano, levanta-se airosa, de súbito infundindo no seu aspecto a ideia do bem estar, do conforto e da felicidade; suas vidraças limpas, suas cortinas modestas, mas sempre alvas, seu jardimzinho cheio de flores em derredor, plantações viçosas ocupando toda a área de trabalho, o centeio ondulado a menor brisa e pondo com o verde claro de sua cor uma gota alegre em largas perspectivas, o milho plantado com regularidade e todo perfilado, em linhas de rigoroso paralelismo, o feijão separado, a vinha zelada cuidadosamente, ora em pé, ora em latada e cobrindo-se de adocicados e bastos cachos, frutas saborosas e só colhidas em sazão, enfim, de todos os lados o assinalamento do trabalho, o cunho da atividade e do amor à ordem, que tantos benefícios traz ao homem laborioso.

Ali o esforço é diário, perseverante tem um programa certo, olha para objetivo que nunca é alcançado todo, mas que se alarga, para quem caminha, conseguindo horizontes cada vez mais vastos e sedutores — a conquista dessa parte de felicidade e riqueza a que têm direito todos que trabalham e ganham o sustento quotidiano com o suor do rosto.

³⁰⁵ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 80.

³⁰⁶ Ibidem, p. 101.

³⁰⁷ REBOUÇAS, André. *Socorros Publicos a Sêcca nas Provincias do Norte*. Rio de Janeiro: Typ.de G. Leuzinger & Filhos, 1877, p. 85.

A ambição, uma nobre e justa ambição, eis o grande estímulo.³⁰⁸

Porém, Sérgio Buarque de Holanda, mais de meio século depois, confrontou parte desses argumentos. Cita o autor que “há notícia de que, entre senhores de engenho mais abastados do Recôncavo baiano, era corrente o uso do arado em fins do século XVIII”³⁰⁹, também é inventariada a ferramenta em São Paulo no mesmo período. Continua ele: “por que motivo, no Brasil, como aliás em toda a América Latina, os colonizadores europeus retrocederam, geralmente, da lavoura de arado para a de enxada, quando não se conformaram simplesmente aos primitivos processos dos indígenas?”³¹⁰. A resposta desagradaria a maioria dos propagandistas do Império, ressoaria às demandas dos grandes senhores de engenho e fazendas do período; em contrapartida, também agradaria aos agrônomos e aos latifundiários da atualidade em sua propaganda do plantio direto enquanto prática “sustentável” de manejo correto para a preservação das qualidades do solo: “a experiência de vários lavradores mostrou como o emprego do arado é muitas vezes contraproducente em certas terras tropicais e subtropicais.”³¹¹ A partir de relatos de uso do arado nos séculos passados, argumenta Holanda que a ferramenta se torna prejudicial quando a relha “revolve tão profundamente o solo que chega a sepultar a tênue camada de húmus sob terras pobres, isentas de microrganismos e, em geral, das substâncias orgânicas necessárias ao desenvolvimento das plantas”.³¹² A exposição do solo causada pelo uso do arado em terras brasileiras se mostrou ao longo do tempo danosa devido tanto a maior incidência de raios solares em período maior, secando mais rapidamente a terra exposta; também o regime de ventos cria nuvens de poeira que transportam os nutrientes superficiais para longas distâncias; por fim, em períodos de chuva intensa, a terra seca, incapaz de absorver a água, é lavada, criando voçorocas ou atoleiros.

Sem deixar de equacionar “a herança lusitana” — não foi uma civilização agrícola que instauraram os portugueses no Brasil, “o gênio aventureiro” que os conduziu às terras americanas; Portugal não dispunha de uma população agrícola excedente para enviar ao Brasil e, por fim, a própria atividade agrícola não era considerada de primeira grandeza — Holanda afirma que “o meio tropical oferece muitas vezes poderosos e inesperados obstáculos à implantação de melhoramentos”, pois se as técnicas agrícolas adotada pelos portugueses significaram em alguns casos, comparada às da Europa, “um retrocesso”, em muitos pontos verdadeiramente milenar, “é certo que para isso contribuíram as resistências da natureza, de

³⁰⁸ TAUNAY, *Viagem philosophica...*, op. cit., p. 53-54.

³⁰⁹ HOLANDA, op. cit., p. 50.

³¹⁰ Ibidem, p. 67.

³¹¹ Ibidem, p. 69.

³¹² HOLANDA, op. cit., p. 69.

uma natureza distinta da europeia”. Longe ser tão somente um “atestado de ignorância”, as práticas “verdadeiramente selvagens”, evidências de “atraso”³¹³, revelavam a intensificação em uma economia capitalista de interações com o mundo natural que não eram apenas passivas ou pacíficas em sua essência diante de uma natureza que reagia e impunha obstáculos particulares à presença humana.³¹⁴

Como destaca Pádua, “a cultura que embasou a ideologia do ‘eterno berço esplêndido’”, o indianismo e o romantismo brasileiro, não chegou a realizar um verdadeiro “protesto contra a destruição ambiental”³¹⁵, mais ainda, esteve afastada das experiências mais reais e distantes da capital administrativa do Império. Assim, havia uma duplicidade em relação ao mundo natural e aos indígenas: o elogio romântico de suas qualidades (a prodigalidade da natureza brasileira) e uma prática da conquista tanto de homens quanto de terras praticada desde o início da colonização lusitana, acentuada e direcionada para acumulação capitalista a partir das legislações de 1845 e 1850.

O escasso emprego do arado explicava-se, em grande parte, pelas “dificuldades que ofereciam frequentemente ao seu manejo os resíduos da pujante vegetação florestal.” Sendo, portanto, compreensível que não se tivesse generalizado seu uso, “muito embora fosse tentado em épocas bem anteriores àquelas que costumam ser mencionadas em geral para sua introdução.”³¹⁶ Por fim, Holanda recorda que nos engenhos baianos, para puxar cada arado, era costume o emprego de “juntas de dez, doze ou mais bois, o que vinha não só da pouca resistência desses animais no Brasil, como também de custarem as terras mais a abrir pela sua fortaleza”³¹⁷.

O meio reagia às inserções de plantas, animais e técnicas exógenas, a introdução desses seres e dessas práticas poderia resultar em uma propagação rápida e bem-sucedida (o isolamento em um clima, um solo e condições favoráveis, dispensados da competição com

³¹³ As expressões foram retiradas de discurso estudados por Pádua ao longo de sua tese. Expressões que denunciavam o mau uso dos recursos naturais e a destruição das florestas pelo sistema predatório corrente no período imperial. PÁDUA, op. cit.

³¹⁴ Cf. DEAN, op. cit., pp. 59-82.

³¹⁵ Ibidem, p. 24.

³¹⁶ HOLANDA, op. cit., p. 49.

³¹⁷ Ibidem, p. 50. Como propusera Warren Dean, concorrera também para o abandono do arado a prática de queimadas, já que “as cinzas da floresta ofereciam nutrientes mais ricos e abundantes que o excremento dos animais”. Afirma o autor que “no Nordeste, a fazenda de gado foi logo banida para o sertão, onde a caatinga oferecia ambiente adequado, se não ótimo, para animais resistentes a seca e a uma dieta de capim áspero e moitas espinhosas.”. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 92. Havia nesse na caatinga em 1700, pelo menos quinhentas fazendas de gado no interior do Nordeste. Segundo o autor, a separação desses dois sistemas na região se fez pela abundância de terras cultiváveis próximas ao litoral e de grandes pastagens no interior: cansadas as terras que em um primeiro momento eram férteis e estavam ainda mais adubadas pela matéria orgânica carbonizada, seguia-se mais adiante.

outras espécies, implica em uma produtiva expansão da biota) quanto falhar ou se restringir a pequenos cultivares. Assim, o cultivo de oliveiras e videiras, tão caras ao mundo lusitano, além das hortaliças e ervas aromáticas mediterrâneas, tiveram pouquíssimo ou nenhum sucesso em terras brasileiras; enquanto plantas, animais e patógenos de regiões similares se propagaram com mais facilidade, à exemplo da cana de açúcar, do café, da febre amarela e de seus hospedeiro o mosquito *aedes aegypti*; o “paraíso terrestre” se desmistificava na vida real. Porém, essa troca sempre fora bilateral, como destacara Carlos Taunay a respeito das batatas no continente europeu e, especialmente, do milho e da mandioca no mundo africano, vegetais que causaram uma verdadeira revolução alimentar, invertendo a ordem imaginada por José Bonifácio: foram os vegetais americanos que salvaram a Europa da fome e permitiram o tráfico transatlântico de escravos. Todavia, foi no reino animal que essa diversidade se fez mais sensível a partir da introdução sistemática de espécies desconhecidas ou extintas no Novo Mundo e que concediam aos grupos humanos exógenos imensa vantagem em termos de alimentação, de tração e de transporte, além de bem-estar e de companhia.

Assim, a lógica argumentativa tanto dos indígenas quanto dos caboclos citados pelo Visconde de Taunay se mostrava tão válida quanto a do próprio autor. Não apenas em termos de acumulação e de produção de excedente, como também do *ethos* da simetria e do *quantum* de horários e de trabalho, os brasileiros estavam corretos.

*

No nordeste do atual Brasil, a chamada guerra dos bárbaros (1651-1704) e a bandeira de Domingos Barbosa Calheiros e Bernardo Sanchez de Aguiar (1657) contratada pelo governador-geral da Bahia marcaram um “ciclo de hostilidades intermitentes que dizimou os povos indígenas sertão adentro e na costa litorânea”, “convertendo os paulistas práticos na caça de índios para o cativo em exterminadores de comunidades indígenas e afro-brasileiras.”³¹⁸ No sul do atual território brasileiro, durante a primeira metade do século XVII, os dois assaltos paulistas às missões jesuíticas ao Guaíra e ao Tapes escravizaram os indígenas para uso dos paulistas ou deslocaram seus remanescentes para as regiões de protetorado espanhol. Reestabelecido o tráfico negreiro a partir da reconquista de Angola, “diminui a importância dos índios como reserva potencial de mão de obra cativa, transformando-os num embaraço à

³¹⁸ ALENCASTRO, op. cit., p. 337. Varnhagen era “herdeiro dessa tradição paulista” das bandeiras, a qual fizera elegia constante. Também José Bonifácio se identificava com o espírito desbravador e aventureiro dos paulistas, seu elogio da miscigenação racial, como visto, tinha o paulista enquanto figura mitológica.

expansão da fronteira agropastoril: abria-se a via à sua exterminação”.³¹⁹ Ou seja, durante o século XVIII, os indígenas não eram mais uma força real de oposição aos invasores, conquistadores e colonizadores. Dizimados pelos constantes assédios de epidemias e de colonos luso-brasileiros, ilhados em pequenas comunidades frágeis e deculturadas, a política imperial do século XIX não encontrou forte oposição, muito menos permitiu a auto representação dos povos indígenas. Catequese e civilização se fizeram à revelia daqueles a quem eram destinadas e sem constrangimento das autoridades imperiais. Se a clássica oposição colonial Tupi-Tapuia fora revivida nos discursos historiográficos e etnográficos, servira apenas para sustentar a mitologia negativa que envolvia os indígenas que de algum modo opunham resistência ao avanço da sociedade nacional: canibais, infanticidas, guerreiros, vingativos e tantos outros estereótipos serviam tão somente para acomodar a consciência de ideólogos do tipo Varnhagen.

Puntoni diz que “o turbilhão no qual se debatia o projeto nacional” pôs “de um lado a necessidade de preencher o imaginário da elite com dispositivos de legitimação e afirmação de uma identidade nacional em formação” e de outro lado “a defesa da reiteração do projeto colonizador”, ou seja: “a ocidentalização da presença europeia (a conquista do sertão), a ocupação das terras, o extermínio dos povos indígenas e a manutenção do escravismo.”³²⁰ Apesar da existência de “espaço para debates e polêmicas”³²¹ nas instituições culturais mais intimamente patrocinadas pelo governo imperial, sempre estiveram latentes os paradigmas dominantes na produção intelectual e na política cultural do século XIX.

2. 2 O Visconde de Taunay: entre a Justiça e a Nostalgia

Escritas ao correr da pena, e de um só jato, pecam estas Memórias por estilo pouco limado. Conviria recopiá-las de princípio a fim, apurando então a frase, obviando à repetição de palavras e completando o sentido dos períodos, alguns dos quais saíram obscuros, outros até incompletos.

Fica este trabalho de zelosa revisão a quem couber dá-las à estampa e nesse intuito apelo para a consciência e a boa vontade do homem laborioso e probo que tome a si chamar, daqui a longos anos, a atenção do público, ainda uma vez, para o nome do
Visconde de Taunay
Petrópolis, 20 de julho de 1892

O Visconde de Taunay — título nobiliárquico de Alfredo d'Escagnolle Taunay e a partir do qual suas obras geralmente são identificadas — confiou em 1893, aos 50 anos de idade, suas *Memórias* à Arca do Sigilo do IHGB com a seguinte mensagem: “Estas *Memórias* só

³¹⁹ Ibidem, Idem.

³²⁰ PUNTONI, op. cit., p. 673.

³²¹ PÁDUA, José Augusto. Natureza e Sociedade no Brasil monárquico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume 3: 18708-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 340.

podem, só devem ser entregues à publicidade depois de 22 de fevereiro de 1943”³²²; ou seja, só poderiam ser conhecidas a partir do centenário de seu nascimento.

Por detrás desse gesto que, em uma primeira impressão, poderia ser considerado excêntrico, há algo significativo. A partir do conteúdo de seu texto e do contexto sócio-político brasileiro, é possível supor que Taunay assim agiu com o intuito de que suas *Memórias* fossem preservadas, lidas e conhecidas; o que, sem dúvidas, não poderia acontecer para o autor naqueles anos iniciais da República. O conteúdo de seu texto era sensível por dois motivos: expunha enquanto corruptos e gananciosos nomes expoentes da política e da alta cúpula militar da época e elogiava abertamente tanto o monarquismo quanto o Imperador Pedro II. Essas duas atitudes não apenas eram desaprovadas e poderiam lhe render punições severas como também condenar sua obra ao esquecimento.³²³

Taunay não escrevia apenas suas memórias. De maneira ambiciosa e política, redigia uma espécie de memória do Império, da monarquia e da aristocracia brasileiras. Seu texto em alguns momentos chega a ser praticamente uma prosopografia: nomes e histórias de colegas de escola, amigos militares, pessoas que autor estimava e que acreditava seriam apagadas da História pela sanha republicana, ocupam várias páginas de seu texto.³²⁴ Sabendo-se sobrepujado no campo político, na administração pública, o autor se voltou para o combate na escrita.

A obra, inacabada, é dividida em cinco seções temporalmente divididas por eventos marcantes na vida do autor: primeira parte (1843-1858) — infância; segunda parte (1858-1865) — formação na escola militar da Praia vermelha, terceira parte (1865-1869) e quarta parte (1869-1970) — campanhas na guerra contra o Paraguai; quinta parte (notas esparsas).

2. 2. 1 *Entre o esquecimento e a escrita*

É ponto de inflexão que a memória se torna um “problema” a partir de seu oposto negativo: o esquecimento. Em certo sentido, poder-se-ia dizer que força da memória está em

³²² TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle Taunay, Visconde de. *Memórias*. São Paulo: Iluminuras, 2004, p. 23.

³²³ Nesse ponto discorda-se de Maria Alice Rezende de Carvalho que propõe que Taunay deixou sua obra para a posteridade: “provavelmente com o intuito de não ferir seus contemporâneos com as avaliações que tinha deles ou de não agredi-los com a revelação de suas próprias ‘excentricidades’, a maior delas, a exposição de si.” CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998, p. 49. Ainda que pareça haver sim um certo pudor por parte do autor em relação aos seus contemporâneos, o conteúdo das *Memórias* é muito mais sensível em seu traço político e sua defesa da monarquia. Taunay não poupou o “vendaval republicano” de adjetivos, além de expor sua visão destacadamente sobre Floriano Peixoto.

³²⁴ “Ler e reler; escrever e reescrever cousas ideais para um futuro melhor é a nossa consolação neste exílio”, aconselhara ao amigo André Rebouças em 1891. REBOUÇAS, André. *Cartas da África: registro de correspondências, 1891-1893* (organização de Hebe Mattos). São Paulo: Chão Editora, 2022, p. 42.

instaurar o passado: “onde a história se esforça por colocar o passado a distância, a memória procura fundir-se com ele”³²⁵. Nesse sentido, a memória é tanto fruto de um esforço quanto de uma afecção. Uma espécie de competência puramente humana, biológica e afetiva que visa a uma sorte de pedagogia (uma localização no tempo e no espaço de uma dada experiência social, de uma comunidade ou sociedade, e por isso estaria intimamente relacionada com a ideia de uma identificação, uma identidade), assim como um tipo de justiça para com os mortos e o passado. A memória está ela mesma dimensionada tanto em sua experiência social/coletiva quanto individual e uma série de fatores podem autorizar ou negar/barrar — nesse sentido das interdições da memória, da(s) memória(s) apreendida(s), estão debates bastante fervorosos complexos que vão desde o trauma a políticas de esquecimento.

Jean-Pierre Vernant nos provoca ao perguntar: “Qual é então a função da memória? Não reconstrói o tempo: não o anula tampouco.” Para o historiador, a memória “ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além”³²⁶. Indubitavelmente podemos encontrar em Taunay essa tentativa de lançar uma ponte entre o mundo dos vivos (do qual ele próprio sabia não mais faria parte quando seu texto viesse a público) e dos mortos: ou melhor, um mundo morto contra o qual se fazia o possível para que fosse esquecido: um duplo assassinato. Mas antes de cruzar essa ponte que o autor erigiu, um outro ponto específico precisa ser esclarecido: a função da escrita para a memória, tanto em seu sentido mais amplo — afinal: a escrita é remédio ou veneno? — quanto em suas dimensões literárias.

Se a tradição escrita facilitou “o trabalho dos portadores, guardiães e difusores da memória”, como nos diz Candau, ela também “modificou a relação dos seres humanos com sua memória”. Essa alteração está expressa em pelo menos dois aspectos da escrita: há uma fissura entre um Eu que rememora e um texto que monumentaliza, consequentemente haveria um menor zelo pelos acontecimentos importantes (aqueles eventos dignos e constitutivos do Eu) e uma espécie de esquecimento derivado da pobreza da experiência em um tempo que se torna contínuo.

Por fim, quanto às *Memórias* de Taunay destaca-se a atuação de seus filhos Raul e Affonso na preservação e divulgação de sua obra e do legado familiar. Em especial o historiador Affonso Taunay foi bastante ativo na reunião e publicação dos textos de seu pai. Na brevíssima apresentação às *Memórias*, esclarecem os filhos do Visconde que em “22 de fevereiro de 1943

³²⁵ CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*. Tradução Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, p. 74.

³²⁶ VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Tradução de Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 113.

expirou o período marcado para a permanência dos originais das *Memórias* na Arca do Sigilo do Instituto Histórico Brasileiro”; no entanto, afirmam que por diversos motivos ultrapassaram o prazo fixado pelo escritor de 22 de fevereiro de 1943: “Assim só a 18 de dezembro de 1946 e com a aquiescência de todos os sucessores do memorialista procedemos ao levantamento do depósito confiado à custódia da prestigiosíssima associação centenária nacional”³²⁷ e, finalmente, publicadas em 1948. Dentre os motivos os publicadores listam:

Além das muitas centenas de páginas, dos diversos volumes, redigidos com larga e excelente letra, deixou o Visconde de Taunay assaz extensos esparsos complementares das *Memórias* e não coordenados. Alguns inéditos e outros já divulgados pela imprensa em diversas ocasiões, quer por ele, quer em alguns volumes de sua póstuma.

Destes esparsos vários foram agora aproveitados, como, por exemplo, um como que esquema historiando o final da Campanha da Cordilheira e o regresso do autor ao Rio de Janeiro, a 29 de abril de 1870.

Ia então encetar-se a segunda e a mais brilhante fase da existência do memorialista, em dezenove anos de vida pública, como oficial-de-gabinete, deputado geral, por Goiás e Santa Catarina, professor na Escola Militar do Rio de Janeiro, presidente de Santa Catarina e do Paraná, Senador do Império, por Santa Catarina, e mais uma vez Grande do Império, com o agraciamento do viscondado de seu patronímico, última demonstração do apreço de Dom Pedro II, a 6 de setembro de 1889.

Acerca destes quase quatro lustros nada escreveu Taunay concatenado, mas deixou algumas páginas de recordações que constituem perfeitos capítulos suplementares destas *Memórias*.

Entre estes citemos: “A minha escolha senatorial”, publicado em 1897, e os abundantes estudos que se enfeixaram nos dois volumes póstumos, das *Reminiscências* e dos *Homens e coisas do Império*, onde tanta coisa existe de elementos autobiográficos.

Grande pena é que sobre sua carreira parlamentar não subsista narrativa seguida como a que enche os cadernos em que anotou as recordações dos vinte e seis primeiros anos de vida.³²⁸

Essa série de apontamentos nos revela muito sobre o processo de recepção e também de reavivamento da figura do Visconde de Taunay nos círculos literários e no imaginário brasileiros. Primeiramente, o astucioso Visconde criou um clima de mistério, um segredo a ser revelado futuramente — e também o que Maretti chama de uma vontade de “estender sua vontade sobre o futuro, [...] uma espécie de censura aos seus contemporâneos”³²⁹. Em um segundo plano teríamos as figuras dos guardiões da memória, ainda que de modo bastante curioso, nos filhos do Visconde: homens dispostos a zelar e divulgar o legado paterno e, por associação, da família. Por fim, como ressalta Maretti: “Se cabe ao filho [Affonso] o mérito de tornar conhecida a obra do pai, é preciso não esquecer também a sua responsabilidade na

³²⁷ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 26.

³²⁸ Ibidem, p. 25-26.

³²⁹ MARETTI, Maria Lídia Lichtscheidl. *O Visconde de Taunay e os fios da memória*. São Paulo: Unesp, 2006, p. 169.

censura”, ou seja, para a autora “o filho também agiu sobre a memória do pai ao classificar, revisar, selecionar, censurar e mesmo publicar seus registros.”³³⁰

Ricœur, elogioso à “sabedoria dos antigos”, retoma uma sentença de Aristóteles, na qual o filósofo grego afirmava que o “dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a outro que não o si.”³³¹ Esse parece ser o dever que o Visconde de Taunay se atribuiu tanto em suas *Memórias* quanto em seus escritos posteriores à Proclamação da República diante da “frustração de um projeto para o Brasil-nação intensamente perseguido em todas as atividades públicas do escritor e que a história brasileira acabou por levar de roldão.”³³²

Como dito, as *Memórias* do Visconde de Taunay não são apenas suas. Não se trata tão somente de recordação ou autobiografia de um autor, mas também de um período da História brasileira, da monarquia e de seus principais agentes. O Visconde dedica várias páginas a figuras importantes da política, do exército, das artes e da própria família. As *Memórias* representam um ato de justiça futura frente a “caos” republicano que, na visão do autor, negava todas as qualidades e feitos do regime anterior.

A família do Visconde possuía um forte vínculo com a elite portuguesa instalada no Brasil desde 1808 e a posterior elite imperial brasileira. Seu avô paterno, o pintor Nicolau Antônio Taunay, viera de França com outros artistas em 1816 a pedido de Dom João VI. Seu pai, o também pintor Félix Emílio Taunay, fora preceptor de Pedro II. Seu tio Carlos Taunay é repetidamente descrito nas *Memórias* e, de fato, vemos o profundo efeito na formação e nas ideias do Visconde: “Meu tio Carlos encarregava-se, às vezes, de me levar ao banho de mar, quando vinha passar alguns dias na casa [...]. Quanto era engraçado e jovial este homem!”³³³.

A partir da recordação de seu tio, Taunay busca desencravar a trajetória particular de Carlos Taunay dentro da história familiar. Começa o autor pelo dado biográfico fundamental: “Nasceu Carlos Augusto Taunay no ano de 1791, filho mais velho dos meus avós Nicolau Antônio Taunay e Josefina Rondei. Arrastado pelo entusiasmo bélico da época napoleônica, fez-se militar”³³⁴. Para, então, contextualizar o drama ao contexto histórico:

³³⁰ Ibidem, Idem. A autora ainda propõe que Affonso de Taunay muitas vezes agiu antes como um “mutilador” da obra do se pai. “A boa intenção de quem se intitula o *ressuscitador* dos textos, ao encarar as marcas das polêmicas suscitadas como algo a ser ocultado do leitor do livro, é responsável por um processo de *higienização* que procura retirar dos textos as impurezas de seu perfil contextual, os traços de seu contexto de ocorrência. [...] O resultado é uma memória que não traz os traços de polêmica que os textos, em princípio, continham.” Essa censura é constatada por Maretti que nos informa que por vontade expressa de Affonso de Taunay o romance *A mocidade de Trajano* (1871) permaneceu 113 anos numa primeira edição raríssima. Ibidem, p. 170-171.

³³¹ RICŒUR, *A memória...*, op. cit., p. 101.

³³² MARETTI, op. cit., p. 71.

³³³ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 38.

³³⁴ Ibidem, p. 387.

A morte adejava por sobre milhões de cabeças desvariadas por glória e bordados, pouco importava! Todos queriam morrer como Lassalle, general de divisão aos 36 anos.

Pela conquista da Legião de Honra não havia loucura que se não praticasse. Enviado à Espanha, foi Carlos Taunay o segundo a entrar por assalto na cidade de Sagunto e, por este feito, ganhou nada menos de dois postos.

[...]

Na grande batalha de Leipzig, que durou três dias, ficou o corpo de exército em que servia, já como major adjunto, aos 24 anos, encostado ao contingente de tropas saxônias que afinal se passaram para os aliados, abrindo formidável rombo por onde entrou, como um bulcão, a cavalaria dos cossacos, lanceando e acutilando tudo quanto encontrava diante de si, infantaria e artilharia.

Meu tio levou de um lanceiro grande golpe no nariz, que quase ficou de todo decepado. Feito prisioneiro por milagre, quando só se tratava de matar, conseguiu, pouco depois, fugir metendo-se por um banhado adentro onde esteve todas as horas da noite com água quase até aos peitos e a perder muito sangue, segurando, o que mais horrível era ainda, o nariz preso à cara tão-somente por umas cartilagens, até que os coágulos se formassem.

Defeituoso para sempre, depois desta terrível aventura de guerra, perdeu todo o entusiasmo pelo grande Napoleão, por causa do modo brusco com que o genial batalhador lhe conferiu, no dia seguinte, a Legião de Honra.

Como era natural, estava o Imperador de feroz mau humor, vendo, com a perda da grande batalha, prestes a invasão da França e destruídas as suas melhores combinações pelos caprichos ou cansaço da sorte. Nesses momentos, tão penosos, foi que Carlos Taunay se lhe apresentou todo coberto de sangue.

— Que quer? — perguntou-lhe o terrível capitão com gesto de impaciência.

— Quero a Legião de Honra — respondeu ousadamente meu tio.

Napoleão o encarou sombrio e silencioso. De repente destacou de si o habitozinho e disse-lhe. “Pois bem! aí a tem! *Et fichez-moi la paix!*”

E atirou-lhe com tal arrebatamento a cruz que esta chegou a cair no chão! O gênio das batalhas já estava longe; e o malferido oficial ainda contemplava a venera, indeciso se a apanharia ou não.

Nunca lhe perdoou esse movimento de insólita impaciência, que realmente destoava da habitual serenidade tão admirada em Napoleão.

Quando eu lhe perguntava pelas peripécias da batalha, respondia-me invariavelmente:

— Nada vi, metido sempre numa fumaceira horrível. Quando dei acordo de mim, estava às voltas com o hediondo cossaco que me pôs para todo o resto dos dias o pobre nariz de banda. É o que te posso dizer.

Creio que não tomou parte na campanha de França nem esteve em Waterloo. “Não era mais possível aturar aquele homem”, dizia dos últimos tempos de Napoleão. “Genial, sem dúvida, ente extraordinário, único, mas custava caro demais à Humanidade. Se tivesse vencido os aliados, a França percia de inanição; eram afinal meninos que batalhavam. Ninguém aguentava mais, eis a verdade!”

Demitido, ou antes, licenciado em 1815, como tantos outros oficiais dos grandes exércitos de Napoleão, concorreu por um ato de vivacidade mal interpretado para que meu avô, Nicolau Antônio Taunay, tomasse a resolução de aceitar as propostas do Marquês de Marialva, embaixador de Portugal junto à Corte do Rei Luís XVIII, para vir fundar, com outros artistas franceses, no Rio de Janeiro, uma Academia de Belas-Artes sob os auspícios do Conde da Barca, então ministro do Rei D. João VI.³³⁵

Bonapartista arrependido. Humanista em última instância. Gênio forte, irrequieto e audacioso que fora arrastado pelo espírito da época. As descrições que o Visconde faz de seu tio a partir de suas recordações o levam à seguinte constatação: “ambos [os irmãos Teodoro e Carlos] abolicionistas, talvez dos primeiros que tenha tido o Brasil”³³⁶. Abolicionista é um

³³⁵ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 387-388.

³³⁶ *Ibidem*, 391.

adjetivo que pouco sentido faz diante da crítica da obra de Carlos Taunay, como se viu. Talvez intimamente, no decoro privado, Carlos Taunay fosse abolicionista, no entanto, sua associação com o regressista Bernardo Pereira de Vasconcellos para a edição de seu *Manual* e o conteúdo de seu texto indicam o contrário na vida pública: o autor defendera a escravidão justamente em seu preceito ideológico mais moderno, ou seja, o princípio da inferioridade racial dos escravizados.

Processo de “enraizamento dos lugares”, como sugere Candau: “ao manifestar frequentemente a nostalgia por um passado pintado em cores dos ‘bons velhos tempos’, o narrador entrega-se a uma crítica da sua sociedade atual que pode revelar a exigência subjacente de mudança para o futuro.” O conteúdo da narração é “uma transação entre uma certa representação do passado e um ‘horizonte de expectativa’.”³³⁷ O dilema da vinda e do estabelecimento da família no Brasil fora associado pelo Visconde ao destino da França e à sorte de Carlos:

De espírito melancólico e tímido, este meu avô, que tinha mérito real na pintura histórica e de paisagem e conseguiu, pela assiduidade e consciência, lugar de nota na Escola Francesa, estava então muito abatido com os terríveis desastres da França e considerava irremediavelmente perdida a sua bela pátria.

Sorria-lhe, pois, um tanto ao espírito combalido aquela partida para além Oceano, em busca de outras terras e o distante Brasil.

Vacilava, porém, ante as dificuldades de transporte e de mudança tão radical, quando o escândalo, aliás bem inocente, do filho, Carlos, levantou todas as dúvidas.

Numa cerimônia do Instituto de França, de que fazia parte como um dos membros do tempo da fundação, ia acompanhando, ao sair, o Duque D’Angouleme. De repente o Carlos precipitou-se sobre o príncipe e... de espada desembainhada em punho!

O alarma foi enorme, e imediatamente circulou pela sala, e dali a pouco por todo o Paris, de um ponto ao outro, que um oficial bonapartista tentara assassinar o sobrinho do Rei!...

Nada disto, porém, era verdade. Chegando junto do duque, que parara muito calmo, abateu a espada e, com voz vibrante, reclamou contra a injustiça de não ter ainda o seu respeitável pai, tão ilustre nas Artes e que ornara de tantos trabalhos Versailles e os museus da França, merecido a Legião de Honra.

Sorriu o Príncipe, ao ouvir a ardente reclamação, e prometeu fazer justiça, intervindo com a influência pessoal na medida do possível.

O vexame, a confusão, o desespero do velho Taunay foram inexcedíveis.

— Que dirão — gemia inconsolável — desta cena inacreditável? Hão de supor-me cúmplice de tão ridícula comédia!

E tão real lhe foi o desgosto, que decidiu pedir cinco anos de licença ao Instituto de França para sair e conservar-se fora da Europa e, sem demora, aceitou a oferta do embaixador de D. João VI em Paris.

[...]

Uma vez no Rio de Janeiro, este mesmo Carlos, com a leviandade que o distinguia, comprou sem prévia audiência dos pais e por oitocentos mil réis o Sítio da Cascatinha da Tijuca e aí meteu a família toda, partindo ele, logo depois, para a França.

E como exatamente fosse tempo de grandes e incessantes chuvas, os infelizes imigrantes sofreram mil torturas. Meu avô só fazia exclamar:

³³⁷ CANDAU, op. cit., p. 168.

— Para que Carlos nos encafuou neste buraco? E dizer-se que estamos no país do Sol. Jamais o avistamos.³³⁸

Mais do que uma simples escapada ou “tomada de ares”, a Missão artística francesa, para a qual a família Taunay embarcou, fazia parte de um complexo acordo diplomático para reestabelecimento de relações amistosas entre Portugal e França, visando, especialmente, amortizar a influência britânica conquistada a partir da invasão napoleônica à nação lusitana e da fuga da família real para o Brasil. Dos efeitos mais importantes dessa Missão, já aclimatada no Brasil independente, fora colocar um “ponto final a uma certa tradição barroca firmada na América portuguesa”³³⁹ e, com isso, profissionalizar a arte que “até pelo menos a chegada da família real era vista como coisa de escravos”³⁴⁰.

Iniciadas a partir de um conteúdo não verificável, as *Memórias* partem da lembrança, de fatos não recordáveis e apenas acessíveis através de documentos e testemunhos. Taunay começa sua narrativa do seguinte modo: “Nasci na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil, à Rua do Resende, nº 87, às 3 horas do dia 22 de fevereiro de 1843”³⁴¹. Ora, inevitavelmente, não temos lembranças de conteúdos de nosso nascimento. Mas não é esse o conteúdo que interessa a autor, ou melhor: há já nessa primeira sentença um ato de justiça, uma rememoração de algo que se perdera: o “Império do Brasil”.

O primeiro capítulo da Primeira parte (1843 – 1858) é uma descrição das origens e dos assentos familiares do Visconde. Estão contidos ali nomes de família como Taunay, D’Escragnolle, Beaurepaire, Rohan, entre outros. Também, já de chofre, a figura da Imperatriz D. Teresa Cristina Maria aparece soberana nas memórias de infância: veneras que faziam o menino esbugalhar os olhos como suprema prova de grandeza e poderio. No decorrer da primeira parte há também recorrentes frases em francês que afirmam a severidade paterna quanto aos estudos e a particular comunidade francesa no coração do Brasil imperial.

Os capítulos que encerram a Primeira parte, marcada pela formatura no colégio Pedro II, estão repletos daquilo que o autor chama de “gratas reminiscências” que “rodeiam a ideia de monarquia de tamanho prestígio”³⁴². Essas lembranças, estritamente ligadas à corte e à aristocracia, foram vividas em um período de estabilidade política e econômica. O autor

³³⁸ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 389. O Visconde não deixa de narrar as longas peripécias do tio, que se estendem por todo o capítulo LXVI, ainda acrescido de notas de seu filho sobre as campanhas brasileiras e o bom relacionamento que supostamente Carlos mantinha com os escravos da família.

³³⁹ ALAMBERT, Francisco. Portugal e Brasil na crise das artes: da Abertura dos Portos à Missão Francesa. In: OLIVEIRA, Luís Valente de; RICUPERO, Rubens. *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Senac, 2007, p. 161.

³⁴⁰ Ibidem, p. 163. O interessante debate que será estabelecido com Modernismo brasileiro, que reabilita o barroco brasileiro como arte genuinamente brasileira, expressão do mulatismo e da “independência mental”, chocou-se inevitavelmente com a memória da família Taunay e seu estilo francês.

³⁴¹ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 29.

³⁴² Ibidem, p. 89.

descreve no capítulo XVII sua formatura em belas letras, “data importantíssima” em sua vida de adolescente: “se há cerimônia para assim dizer cristalizada, em todas as partes do programa, é esta colação de bacharel em belas-letras, não falando nas modificações introduzidas por este intitulado regime republicano e que aliás não conheço, nem quero conhecer, pois elas destroem uma das minhas mais saudosas recordações.”³⁴³ É a partir desse evento que a figura de Dom Pedro II nos é apresentada, e também entra na vida do próprio narrador, com uma singular e esclarecedora frase: “Por mais longe — disse-me uma vez o Imperador — que eu olhe no passado, sempre encontro seu pai ao meu lado, solícito e nunca importuno!”³⁴⁴

Nas páginas seguintes, Taunay retoma a crítica à República e elogia o (à época já falecido) Imperador:

[...] vergonha intensa, candente, pela revoltante iniquidade praticada para com o mais ilustre e bem-intencionado soberano que jamais houve.
Dissipou-se a límpida atmosfera de honestidade que cercava os primeiros funcionários do Império, a exemplo dos incessantes rasgos de desinteresse do Senhor D. Pedro II. E multiplicaram-se os exemplos de concussão e desbarato dos dinheiros públicos que em poucos meses enriqueceram uma nuvem de agiotas e especuladores, que, a todo o transe, queria pôr em leilão este pobre Brasil!
Quando exatamente alcançáramos o ideal por que tanto pareça almejar o Brasil — o monarca constitucional a reinar só sem governar — apontou-se a D. Pedro II o caminho do exílio!³⁴⁵

Porém é a “malfadada expedição ao Mato Grosso”³⁴⁶ e as campanhas no Paraguai que ocupam praticamente toda a segunda metade das *Memórias*: peripécias, perigos, erros estratégicos, rotina militar, etc., adensam o relato — fato é que as recordações da guerra estão espalhadas em praticamente todas as obras do autor, de romances a relatos de viagem, Taunay se mostrara profundamente marcado pela guerra. Nas *Memórias*, entre descrições de batalhas e aventuras vemos uma das poucas críticas, ou melhor, umas das raras manifestações explícitas do autor contra a escravidão africana e negra no Brasil:

Pobres escravos, desconhecidos mártires! Quantas centenas de milhares, se não milhões, foram engolidos pelo sertão, sacrificados à ambição, à ganância, ao desregramento de bárbaros senhores naqueles tempos da opressão e do obscurantismo colonial? Se eu mesmo cheguei a presenciar cenas inacreditáveis, hoje, e entretanto bem perto de nós, pois findaram há pouco mais de anos, em 1888!³⁴⁷

Este silêncio do autor em relação à escravidão e, especialmente, a alocação injustificável do acontecimento apenas durante período colonial — ou a associação entre

³⁴³ Ibidem, p. 87.

³⁴⁴ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 87.

³⁴⁵ Ibidem, p. 89.

³⁴⁶ Ibidem, p. 135.

³⁴⁷ Ibidem, p. 357.

período colonial, escravidão e desbravamento dos sertões —, se justificam tanto pela influência em seu pensamento da figura de seu tio Carlos Taunay quanto pela tentativa de desvincular a figura de D. Pedro II ao escravismo que o autor via enquanto refém das elites agrárias e políticas.

Desde criança já inserido nas instituições de Estado e na doutrina nacional, conforme propõe José Augusto Pádua, a atuação política e intelectual do futuro Visconde de Taunay podem ser definidas enquanto “reformismo modernizador” — um conjunto de intelectuais e homens públicos, quase todos membros da elite imperial, “que se preocupou com a degradação do território a partir de um reformismo tecnológico e administrativo”, ou seja: “o projeto civilizatório do Império”, de modo que a destruição ambiental tida por um dos principais obstáculos ao projeto civilizador “poderia ser superada sem a necessidade de reformas sociais mais profundas.”³⁴⁸

Quais seriam essas “reformas sociais mais profundas”?

Antes de tudo estava o incentivo e a consolidação da imigração europeia, em sequência a abolição total do trabalho escravo sem indenização aos proprietários, por fim, a reforma agrária. Temas caros ao amigo André Rebouças, mas que passaram ao largo de quase toda a produção e atuação políticas do Visconde.

Para superar os “atrasos” sociais e produtivos, Taunay propunha soluções como “civilização dos sertões”. Soluções que esbarravam no modelo de política imperial que, conforme argumentava o autor, minava as competências do Executivo a partir de uma atuação demasiadamente repressora do Legislativo. Sintomática é a crítica, de todo perdida no tempo, sobre o caráter vitalício da função de senador estatuída, segundo ele erroneamente, na “Constituição de 25 de março de 1825”:

SER SENADOR do Império constituía o supremo anelo dos homens do antigo regime. E com razão porquanto a vitaliciedade daquela culminante posição oferecia a máxima garantia a todos os azares e vaivéns da existência política, de que era o coroamento e a última recompensa. [...] o maior mal provinha, sem dúvida, do sentimento dessa mesma seguridade e do influxo do orgulho mesclado por fim de apatia, que os tornava demasiado superiores ao resto dos simples mortais e daí, apesar de divergências mais aparentes do que reais, absoluta união entre si, a formarem poderosa oligarquia de talentos, autoritarismo e — sejamos francos — interesses comuns. [...]

Não poucos senadores fruíram na verdade as regalias daquela estabilidade política longos e longos decênios.³⁴⁹

O Visconde cita como exemplo os senadores que ainda ocupavam o cargo quando da Proclamação da República: Barão de Sousa Queirós, escolhido em 1848; José Inácio Silveira

³⁴⁸ PÁDUA, *Um sopro...*, op. cit., p. 22.

³⁴⁹ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 553-554.

da Mota, eleito em 1855; Visconde de Sinimbu, em 1857; entre outros. No entanto, o próprio Visconde ocupara o cargo desde 1886, sendo destituído com a Proclamação da República.

Em outro trecho, o autor recorda o caso malfadado da tentativa de introdução de colonos russos na província do Paraná para dirimir a responsabilidade do Imperador, melhor discutida no quarto capítulo.

— E como achou o Paraná?
Externei, e bem sinceramente, as belas impressões que de lá trouxera e mostrei-me entusiasta daquela formosa região [...]
— Tem razão..., impressionaram-me também bastante.
E usou de justíssima comparação:
— Aquilo tudo, porém, é extensa mesa de pedra, coberta por fino e bonito tapete verde.
— E lá ecoam ainda — continuei — as palavras de Vossa Majestade, que tamanho abalo produziram no Paraná: “Os russos tinham razão!”
— Ah! pudesse eu dizer sempre as verdades! As coisas andariam melhor. Pobres colonos, como não haviam de desanimar?³⁵⁰

O autor insiste na figura de um soberano constitucional, um monarca impedido de agir por suas obrigações e dependências; seu poder não seria de modo algum absoluto e as instituições, especialmente o Senado, representavam um freio às suas ações e intenções reformistas. O empreendimento de colonização russa nos Campos Gerais do Paraná, de que fala Taunay, havia sido tentando na segunda metade da década de 1880; porém, acusavam o monarca de haver alocado os colonos em terras completamente estéreis, compradas com dinheiro público e por valor exorbitante de um político local.

O Visconde de Taunay procura convencer seu leitor de que D. Pedro II fora um soberano adepto de reformas — “Agora pode o Sr. desenvolver todo o seu programa de ideias, que é muito útil ao país. Trabalhe ainda mais do que tem feito.”³⁵¹, teria ele lhe dito quando de sua eleição ao Senado —, porém atado tanto aos compromissos constitucionais quanto às querelas políticas e institucionais. Acreditar-se-ia, por esse ponto de vista, que tanto o fim da escravidão quanto as reformas agrárias que se afirmavam necessárias (até urgentes) independiam da vontade e das forças políticas de D. Pedro II.

2. 2. 2 *Natureza brasileira*

A família Taunay estivera intimamente ligada à família imperial e à própria construção do Estado brasileiro. O Visconde atribuiu a seu avô Nicolau Antônio Taunay, em caráter

³⁵⁰ Ibidem, p. 571.

³⁵¹ Ibidem, p. 577

elogioso e ressaltando suas qualidades estéticas pioneiras, a seguinte frase: “essa natureza é inapreensível”³⁵². Percebe-se assim, por esse forte vínculo com as idealizações da natureza brasileira, que para o autor das *Memórias* todas as imagens idealizadas da natureza brasileira implicariam, conseqüentemente, em uma crítica às tradições e projeções de seus próprios familiares. O Visconde ressalta o enraizamento dos lugares e o modo de apreciação e representação instituído pela Missão francesa, a estética neoclássica. A partir de uma recordação da expedição ao Mato Grosso, o autor criticava aqueles que desconheciam a beleza e majestade da natureza brasileira:

Com a educação artística que recebera de meu pai, acostumado desde pequeno a vê-lo extasiar-se diante dos esplendores da natureza brasileira, era o único dentre os companheiros, e portanto de toda a força expedicionária, que ia olhando para os encantos dos grandes quadros naturais e lhes dando o devido apreço.³⁵³

Os olhos mais “nativos” pareciam para Taunay inaptos a perceber as riquezas e mazelas que o esplendoroso mundo natural oferecia — “todos os planos que partiam do Rio de Janeiro eram errados e só patenteavam a incompetência dos que os formularam e o absoluto desconhecimento das vastíssimas regiões”³⁵⁴. Também o autor ressalta a questão da justiça diante de todos os atrapalhos e iniquidades que sofreu por estar sujeito a superiores incompetentes e desconhecedores da natureza brasileira: “julguei de direito insistir um tanto no muito que sofremos. Nem era justo que se pagassem serviços tão extraordinários com o silêncio e o esquecimento.”³⁵⁵

A partir da compreensão (em sentido quase de Revelação) de que pelo Brasil se viaja “largas regiões quase despovoadas e portanto sem nenhum cultivo”³⁵⁶, o autor insiste na possibilidade de modernizações e reocupação do território sem a necessidade de reformas sociais profundas: contrastando com a fartura de recursos naturais, a escassez de “braços”, de gente morigerada, era o principal entrave ao progresso do país. Neste sentido, duas reformas se faziam necessárias: a conversão da mão de obra escravizada em trabalho livre e a atração de trabalhadores estrangeiros. O imigrante europeu teria uma força pedagógica e modernizadora, exemplar, sem que para isso fossem necessárias reformas agrárias ou até mesmo a abolição imediata da escravidão.

Em vários trechos das *Memórias* percebemos como que um inventário dos recursos naturais por onde Taunay passara. O Visconde preparava um inventário de potencialidades

³⁵² TAUNAY, *Viagem philosophica...*, op. cit., p. 82. Em francês no original: *Cette nature-ci est insaisissable*.

³⁵³ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 179.

³⁵⁴ Ibidem, p. 193.

³⁵⁵ Ibidem, p. 244.

³⁵⁶ Ibidem, p. 185.

naturais; potencialidades estas a serem exploradas por governantes conscienciosos, ele próprio, inclusive.

Regimes de chuvas, rios de água salubre, espécies vegetais e animais — peixes, moscas, árvores frutíferas, plantas medicinais e ornamentais — são catalogados sem muito rigor. Também as principais doenças, os tipos de clima e espécies malsãs são descritos para que se possa evitá-los. Taunay dá continuidade ao trabalho de seus familiares, porém de modo mais integrado à vida, às condições mais práticas da existência.

A partir de suas *Memórias*, o Visconde de Taunay estabeleceu uma ponte entre o mundo dos vivos e dos mortos: ato de justiça diante um mundo morto, um mundo que ele compreendia em vias de completa aniquilação pela sanha republicana, uma sanha fratricida. O autor nos apresenta nomes, lugares e datas que considerava importantes tanto na constituição de seu Eu quanto para o mundo em que viveu. Entre considerações, impressões e relatos de experiências, Taunay afirmava constantemente a benevolência de Pedro II, os absurdos e disparates republicanos e, sobretudo, realizava o que considerava um ato de justiça para com o já então falecido monarca.

Três temas parecem bastante atraentes nessa obra pois, conectados com seu senso de justiça, buscam reavaliar as relações do regime monárquico e de Pedro II com questões administrativas da nação: monarquismo e aristocracia, trabalho livre e escravidão e natureza brasileira. Esses temas se conectam na medida em que afirmam uma imagem de um monarca conhecedor da realidade brasileira, porém limitado em sua capacidade de agir tanto pela Constituição quanto pelos interesses e desmandos das elites econômicas e políticas. Para Taunay, saída para os problemas que o Império enfrentava eram reformas modernizadoras que não afetassem a estrutura da nação, como a imigração e a interiorização das populações, ideias estas que teriam sido varridas com a República.

2. 3 O filho do Conselheiro: André Rebouças e o liberalismo progressista

“Eu venho por evolução filantrópica de meu santo pai.”
Carta de André Rebouças ao Visconde de Taunay, 23 de maio de 1893.

Assim como Taunay fizera justiça ao seu mundo e aos seus colegas e amigos em suas *Memórias*, também André Rebouças inicia suas notas autobiográficas fazendo justiça à memória de seu “bom pai”³⁵⁷. As batalhas em que combatera Antônio Pereira Rebouças são

³⁵⁷ REBOUÇAS, *Diário...*, op. cit., p. 13.

lembradas pelo filho, os inimigos que colecionara o Conselheiro são listados sem pudor: o “assassino Sabino”, líder da Sabinada, os aristocratas conservadores que tanto lutaram para fraudar as eleições a que concorrera — barões de Cotegipe e São Lourenço —, piratas traficantes de escravos e moedeiros falsos, enfim, uma congregação de confabuladores que forçaram a família a se mudar definitivamente para o Rio de Janeiro em 1846, quando André tinha ainda 8 anos.

Escreve o engenheiro sobre seu nascimento:

1838

13 — Janeiro

Nascimento de André Rebouças.

Meu bom Pai inscreveu-me assim no Livro da Família: — No dia 13 de Janeiro de 1838, nasceu na cidade de Cachoeira nosso primeiro filho varão, que nós chamamos André Pinto Rebouças, ele esteve na Cachoeira perigosíssimo de bexigas, e, por cautela, foi batizado em casa de nossa morada pelo Revmo. Vigário.³⁵⁸

O espírito combativo de André Rebouças já se faz presente na segunda página de seu texto quando para combater o darwinismo social que pairava na Europa à época — o autor estava auto exilado na ilha da Madeira, local onde faleceu em 1898 — usa a si mesmo enquanto exemplo. Refere-se o autor a si mesmo em terceira pessoa:

— As inscrições de nascimento dos meninos André e Antônio dão lugar a importantes observações antroponímicas — André é descrito como um moribundo; Antônio como extraordinário em vigor. Antônio só viveu de 13 de Junho de 1839 a 26 de Maio de 1874 (35 anos...). André está vivendo até hoje (55 anos) e não sabe qual o termo de sua existência; por isso que, por meio de rigoroso regime higiênico, sua saúde melhora todos os dias...

Este documento de família responde vitoriosamente às barbaras sugestões de Ernest Heackel & Cia. de ser melhor extinguir as crianças doentias a criá-las com grande trabalho e enormes despesas... Estes sábios canibais esquecem que Pascal, Isaac Newton, Charles Darwin e tantos outros homens de sabedoria, inventores e grandes benfeitores da Humanidade foram crianças raquíticas sempre fracas e doentias...³⁵⁹

Com efeito, ao longo de todo seus textos, Rebouças deixa constantemente entrever crises e doenças. Especialmente padecia de febres e dores de cabeça — em seu Diário, Setembro de 1865, durante a campanha de Uruguaiana, ele afirmava em tom melancólico: “este pobre corpo que Deus não foi servido dar-me tão forte quanto a alma”³⁶⁰.

Na “evolução do espírito filantrópico” do pai, em carta ao Visconde de Taunay supracitada em epígrafe, André Rebouças recorda que: “Na sua vida parlamentar, o primeiro

³⁵⁸ Ibidem, p. 11.

³⁵⁹ Ibidem, p. 12.

³⁶⁰ Diário, p. 89.

discurso é pedindo pateticamente a abolição da hedionda pena de morte. Imagina, meu Taunay, em 11 de setembro de 1830”³⁶¹.

Antônio Pereira Rebouças respondera aos que argumentavam que os escravos não poderiam ser contidos sem a pena de morte — como abolir a pena capital onde houverem escravos? —, afirmando que a morte era temível apenas a quem tinha vista gozar os bens sociais. Sentenciara que o homem muitas vezes atribuía a si o crime que não havia cometido tão somente para acabar de uma só vez com o sofrimento que a escravização lhe vinha parcelando: os escravos não podem prezar a vida, porque dela não gozam. A morte para o escravo era, no limite, uma esperança, uma libertação. Assim, a pena capital para o deputado era, essencialmente, um problema ético.

André Rebouças, quatro décadas depois, continuou a desenvolver a questão levantada pelo pai a partir de uma ótica liberal, em que associava de modo ampliado outro problema levantado pelo “fiador”: o do sistema de crédito, dos “alugadores de dinheiro”, daqueles que levaram à maior extensão possível as doutrinas da escola de Quesnay, de Turgot, Bentham e Say.

A partir da leitura do *Curso completo de economia política prática* de Jean Baptiste Say conclui André Rebouças que “todos os interesses legítimos são harmônicos”³⁶². Em seu curso, o autor francês havia afirmado que em se tratando do comércio transatlântico de escravos, há “muitos prejuízos nesta triste mercadoria”, pois “muitos escravos morrem de dor, de nostalgia, de excesso de trabalho ou pelo suicídio! Há obrigação de tratá-los nas moléstias e, a menos de ser carrasco, de nutri-los durante a velhice”. Ao argumento de Say, André Rebouças inclui uma nota pessoal: “a iniquidade colonial achou solução ao problema: acusavam os escravos inválidos de crimes, sujeitos à pena de morte, e recebiam do governo francês o valor de sua vítima...”³⁶³. O fim do comércio transatlântico de escravos reduziu parte dessa artimanha ao comprimir a introdução de novos cativos que renovavam folgadoamente o abastecimento do sistema.

A partir dos argumentos, o engenheiro e abolicionista enreda uma série de motivos que se combinam para atacar a escravidão enquanto um sistema improdutivo e imoral: sistema improdutivo, visto que se todas as despesas com a manutenção de um escravo fossem somadas, pagar-se-ia o salário a um operário livre — até o que se saldava a um feitor para chicotear um escravo indisciplinado significava tanto um desperdício de mão de obra quanto um estímulo à

³⁶¹ REBOUÇAS, *Cartas...*, op. cit., p. 308.

³⁶² REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 170.

³⁶³ *Ibidem*, p. 171.

brutalidade inútil e embrutecedora. Sistema imoral porque estupidificante: a disponibilidade de escravos para a realização dos serviços mais corriqueiros que deveriam exigir o desenvolvimento do engenho humano — “eu mesmo vi os míseros escravizados com máscaras de folha de flandres e em ferro ao pescoço, carregando água e barris de excrementos pelas ruas do Rio de Janeiro.”³⁶⁴ — atrofiavam o corpo, o espírito e a inteligência que não careciam buscar soluções ou realizar movimentos — “a menina, indolente e caprichosa, cercada de um sem número de mucamas, que lhe cortam as unhas das mãos e dos pés, que lhe penteiam o cabelo, enquanto ela pensa, não... não se pode pensar cercada de escravas”³⁶⁵. Argumentos que ecoam às lições de José Bonifácio e sua crítica ao “luxo inútil”; mas que, especialmente, buscavam articular seu modelo de democracia rural, alternativa moderna, liberal e progressista diante de um país que vivia “a fragmentação do consenso político após o término da Guerra do Paraguai”³⁶⁶.

No entanto, e especialmente, como pensava André Rebouças, os efeitos da escravidão se faziam mais sensíveis e dramáticos na agricultura. A imoralidade e a improdutividade se retroalimentavam para lançar o Brasil no mais desolador quadro de “abatimento da agricultura”: “escravagista, esterilizadora e rotineira”³⁶⁷.

O problema para Rebouças a partir de 1870 consistia em propor uma alternativa àquele “bando de ideias novas” que invadia o Brasil no período, especialmente o republicanismo, ao qual devotou o mais profundo desprezo a partir da Proclamação da República.

A conhecida Lei do Ventre Livre (Lei nº 2040/1871) fixara a mais sólida barreira à escravidão no país desde a Lei Eusébio de Queirós (Lei n.º 581/1850), impedindo a reprodução interna da força de trabalho cativa.³⁶⁸ A reação dos escravistas e escravocratas fora feroz e, em

³⁶⁴ REBOUÇAS, *Cartas...*, op. cit., p. 301.

³⁶⁵ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 172.

³⁶⁶ JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: reforma & utopia no contexto do segundo império: quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001, p. 19.

³⁶⁷ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 12-14.

³⁶⁸ Carlos Taunay tentara ensinar aos senhores como reproduzir internamente escravos. Aliando escravidão e racismo, o autor propusera uma radical separação entre raças e funções e uma severa disciplina para que tanto escravos quanto senhores não se embruteassem por castigos constante. Por questão de segurança nacional, ele prescrevia que “seria bom que não nascesse um só crioulo na extensão do Império.” TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 77. Porém, aquele senhor que tivesse estabelecido uma boa disciplina e “equiparado mais ou menos o número de machos aos das fêmeas”, poderia “com bem poucas compras” conservar sua escravatura completa e “transmitir aos filhos melhor, mais dócil e mais adestrada” se soubesse “convenientemente tratar e educar os crioulos. [...] O filho segue a mãe, *filius ventre sequitur* [o filho segue o ventre]; esta máxima do direito baseia-se na precisão que o parto tem para viver do leite da mãe e do pão do senhor desta. A lei considera que o senhor não trataria da cria e não faria desembolsos durante a longa duração da infância, se não tivesse em perspectiva o trabalho do resto da vida.”. Ibidem, p. 78. Quanto à questão fundamental da reprodução, se é legítimo ou não permitir que o senhor faça seus escravos se reproduzir, o autor considera “acertadíssimo deixar absolutamente à vontade dos interessados”. Ibidem, p. 79. Para finalizar a questão, Carlos Taunay chamava a atenção dos senhores a respeito da educação e cuidados que os estes devem dirigir aos filhos dos escravos: “Não se apresente como argumento em contrário o que agora acontece com os crioulos, cuja mor parte morre e o resto se apresenta na idade

contrapartida, o crescimento do abolicionismo visível. A lei de 1871, associada ao censo de 1872, dava ao governo central uma dimensão mais clara do estado das coisas e, finalmente, lançava luz sobre a “zona de sombra”: criava-se uma “alternativa legal de liberdade contornando a determinação senhorial”³⁶⁹. Foi durante esse período que se multiplicam os processos contra escravizações ilegais realizadas entre os anos 1831-1850 e, sobretudo, fendeu-se a “dimensão coletiva” da segurança escravista e se multiplicaram as fugas de escravizados. Nesse contexto, Rebouças compõe duas importantes obras de cunho abolicionista e reformista em dois sentidos distintos, o panfleto combativo e a organização de um sistema produtivo: *Abolição Imediata e sem indenização*³⁷⁰ e *Agricultura Nacional*.

Em outro sentido, André Rebouças tentava dar fim às tentativas de busca por indenização. Não indenizar donos de escravos significava rejeitar o direito de propriedade de uma pessoa sobre outra — “indústria imoral não tem direito à indenização”, pois, conforme o autor, o comércio de escravos em nada se distinguia da jogatina e da cafetinagem —; ainda mais: reconhecer que já não mais havia legitimidade alguma no sistema que perdurava à margem da lei — “os africanos, [importados] posteriores a 1831, são perfeitamente livres pelas leis, pelos decretos e pelos regulamentos vigentes, e, ainda mais, por tratados solenes com a Inglaterra.”³⁷¹ Essa “feroz” atuação rendeu-lhe não poucos inimigos, os quais passou a temer depois de proclamada a República, motivo pelo qual nunca mais retornou ao Brasil depois do autoexílio, e que acusava de haverem arquitetado um “processo de ‘redução pela fome’ empregado desde 1870 até 1889.”³⁷²

Outro *front* a que deu continuidade aos combates paternos foi a luta contra os juros e o capital especulativo — durante o período de autoexílio, André Rebouças se viu privado das

adulta cheio de vícios e maldades, pois que as crianças, ou são tratadas com desumanidade ou desleixo, [...], ou com demasiado mimo e indulgência nos braços da família.” Ibidem, p. 81. A associação categórica entre cultura e raça fazia com que Taunay argumentasse coisas como: que “a porquidade natalícia dos pretos” fazia com que eles produzissem frequentes lamaçais de onde “se exalam miasmas insuportáveis ao olfato e à saúde”. Ibidem, p. 88. É difícil dimensionar até que ponto esse tipo de preconceito racial penetrara no espírito de André Rebouças, que produziu seu tratado de *Agricultura Nacional* como uma resposta ao *Manual* de Taunay; no entanto, parece sintomático que o abolicionista tenha tanto usado sua própria vida como resposta aos racialistas, quanto tenha escrito um longo tratado sobre higiene na *Revista de Engenharia* da qual era responsável. Nesse texto, Rebouças começa argumentando que “Muito homem, dito de ciência, ignora como deve alimentar-se, como deve lavar-se; como deve dormir, como deve repousar, e como deve trabalhar. A todo o momento comete faltas e erros palmares; uns por ignorância, outros por fraqueza; por falta de virtude; por não ter domínio em si; por não possuir força de vontade; por não poder resistir à gula e à volúpia” e prossegue acusando aqueles que pregam o evangelho, mas fazem uso da “hipocrisia social” para “proclamar a superioridade de arianos sobre malaios e africanos.” REBOUÇAS, André. Higiene. *Revista de Engenharia*, Rio de Janeiro, edição 180, 28 de fevereiro de 1888, p. 38-39.

³⁶⁹ CHALOUB, *População e sociedade...*, op. cit., p. 55.

³⁷⁰ REBOUÇAS, André. *Abolição imediata e sem indenização*. Rio de Janeiro: Tipografia Central, 1883.

³⁷¹ REBOUÇAS, *Abolição...*, op. cit., p. 4.

³⁷² REBOUÇAS, *Cartas...* op. cit., p. 255.

riquezas adquiridas e herdadas; acusava constantemente Ruy Barbosa por sua política monetária de impressão de papel-moeda, resultando na bolha inflacionária e no Encilhamento, e também o Banco do Brasil por lhe interpor dificuldades irreais de acesso aos seus vencimentos. Sua correspondência do período revela a constante preocupação com sua condição financeira cada vez mais deteriorada, ao ponto de fazer desconfiar que suas “utopias” monarquistas eram antes fruto da revolta pela expropriação de seus bens.

Se Antônio Pereira Rebouças argumentara que “estradas, canais, ninguém os empreende à custa de seus cabedais”³⁷³, André Rebouças compôs um tratado sobre “Garantia de juros”³⁷⁴ visando angariar capitais para promoção de obras públicas como companhia de águas, docas portuárias, companhias de iluminação e ferrovias, obras e investimentos nos quais estivera pessoalmente envolvido.

Os exemplos franceses e espanhol discutidos pelo engenheiro nesse tratado serviriam para exemplificar como o sistema de garantia de juros era muito mais seguro que a subvenção, tendo esta por obrigação cálculos muito preciosos e pouco fiáveis relativamente ao uso futuro e desenvolvimento das obras, deixando tudo na “fé dos orçamentos e das estimativas”³⁷⁵; porquanto a garantia de juros daria às ações das companhias “o caráter de certeza que distingue as apólices, os *bonds* e em geral, os títulos de renda sobre o Estado”; ao mesmo tempo que “conserva o atrativo da possibilidade de dividendos muito superiores aos juros das apólices ou de qualquer outro título de dívida pública.”³⁷⁶ No entanto, diferentemente do Pai, André Rebouças afirmava a necessidade premente da abertura para o capital estrangeiro, essencialmente inglês — Londres: “o tesouro do mundo inteiro”³⁷⁷ —, intimamente conectado com o estado brasileiro enquanto fiador que, conforme o autor a partir dos anos 1875, gozava de excelente reputação na Inglaterra.³⁷⁸

Já no início da vida profissional, aos 26 anos, na capital do Ceará, André Rebouças tomara nota sobre os que chamou de “abutres da agricultura”: homens que praticavam “usuras extraordinárias. Fazem os empréstimos e fornecimentos para serem pagos com um certo número de sacas de café e algodão; se por acaso falha a colheita, a dívida passa para o ano

³⁷³ REBOUÇAS, *Recordações da vida parlamentar*, volume II, op. cit., p. 549.

³⁷⁴ REBOUÇAS, André. *Garantia de Juros. Estudos para sua Aplicação às Empresas de Utilidade Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

³⁷⁵ Ibidem, p. 16.

³⁷⁶ Ibidem, p. 15.

³⁷⁷ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 278.

³⁷⁸ Ibidem, Idem.

seguinte, dobrando o nº de sacas.” Conclamava o autor: “Ah! Um banco rural para livrar a agricultura.”³⁷⁹

Uma década depois, o engenheiro retomava essa fórmula em sua democracia rural: “tem-se preconizado geralmente a criação de bancos territoriais como o único expediente capaz de salvar a lavoura nacional”. Porém, a constatação era pessimista:

No Império, está praticamente demonstrado, não há capital para a criação de bancos. Os bancos são instituições excelentes, sublimes, se o quereis; mas é preciso, é indispensável que tenham fundo em ouro. Banco emitindo papel e com fundo em papel, é, rigorosamente, uma instituição de papelão!³⁸⁰

Modernização da agricultura através da pequena propriedade, do trabalho livre, da mecanização e da aclimação e melhoria genética de plantas; industrialização e promoção de obras públicas foram os *fronts* nos quais combatera André Rebouças em seu reformismo progressista.

2. 3. 1 A ideologia do trabalho

“Trabalhar! Trabalhar sempre! Era o conselho incessante do meu santo mestre imperador.”³⁸¹ Essas palavras de André Rebouças soam muito semelhantes às do Visconde de Taunay no mesmo período: “Trabalhar, trabalhar de qualquer modo, eis o lenitivo único aos desgostos às decepções, ao descanso supremo, à acabrunhadora e letal melancolia!”³⁸².

De fato, a produção intelectual e profissional do engenheiro é surpreendente: passando por construção de docas, estradas de ferro, pontes, panfletos, propagandas, tratados, memórias, diário, aulas, entre tantas outras coisas; André Rebouças jamais deixou de ter uma vida ativa, empreendedora ao modelo inglês que tanto admirava.

A vida essencialmente urbana, experienciada praticamente toda em grandes cidades e centros de poder, fez de André Rebouças um cosmopolita que praticamente desconhecia os sertões interiores em seu pragmatismo cotidiano, fazendo com que suas críticas mais severas aos modos de exploração de trabalho se alocassem no signo da utopia.

As análises sobre André Rebouças focaram-se meritoriamente em sua atuação abolicionista, profissional, em seu monarquismo e, mais recentemente, em sua crítica ambiental³⁸³. Os projetos audaciosos e bem executados de engenharia e a ferocidade com que

³⁷⁹ REBOUÇAS, *Diário...*, op. cit., p. 47.

³⁸⁰ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 297.

³⁸¹ REBOUÇAS, *Cartas...*, op. cit., p. 94.

³⁸² TAUNAY, *Memória...*, op. cit., p. 209.

³⁸³ PÁDUA, *Um sopro...*, op. cit.

o engenheiro combatera os escravagistas são destacados por Joselice Jucá³⁸⁴, José Louzeiro³⁸⁵, Maria Alice Resende de Carvalho³⁸⁶, Alexandro Dantas Trindade³⁸⁷, entre outros que se dedicaram ao pensamento de André Rebouças. Porém, sempre paira uma sombra de injustiça ou de indiferença sobre os grandes projetos sociais e políticos de André Rebouças: democracia rural, engenhos e fazendas centrais, parques nacionais, imigração estrangeira e, até mesmo, garantia de juro parecem ter sido deixados de lado. No entanto, e especialmente, sua democracia rural é toda ela marcada pelo signo da utopia em sua expressão “patológica”.

Paul Ricœur ensina que a utopia e a ideologia são faces da mesma moeda. Enquanto a ideologia é “a legitimação daquilo que é” e, conseqüentemente, está “submetida a uma certa inércia”; a utopia por sua vez “abala a ordem estabelecida”, “fundamentalmente realizável” e orientada para o futuro.³⁸⁸ Conforme argumenta o filósofo, a utopia cria “uma brecha na aceitação fatalista do poder tal como ele é.”³⁸⁹

Em sequência em sua análise, Ricœur descreve um dos modelos de utopia proposto por Mannheim, a utopia liberal humanitária: “Esta se funda principalmente na confiança no poder do pensamento, concebido como processo de educação e de informação. Opõe-se à ordem existente em nome de uma ideia.”³⁹⁰ Essa utopia progressista — antianarquista pois crê no mito da educação do homem —, cuja a ideia central é a de um crescimento rumo à maturidade (porém sem a morte), opõe-se essencialmente ao conservadorismo cujo tempo está orientado fundamentalmente ao passado. No entanto, o filósofo francês, ao retomar a crítica de Engels aos por ele definidos “socialismos utópicos”, destaca que “houve já bem cedo um curto-circuito entre a razão e os interesses” e a ilusão utópica residiria na esperança de que a verdade seria “reconhecida simplesmente porque é verdade, independentemente de todas as combinações de poder e de forças históricas.”³⁹¹ Ricœur destaca também que existem dois tipos de utopia, as de evasão da realidade e as que querem se realizar. Especialmente àquela de Saint-Simon reserva um tipo de reflexão sobre o trabalho que parece cara a André Rebouças: Saint-Simon não toma o conceito de indústria, de trabalho em seu sentido fundamental, “como um conceito de classe que opõe a burguesia e a classe operária, mas, inversamente, como um conceito que engloba

³⁸⁴ JUCÁ, op. cit.

³⁸⁵ LOUZEIRO, José. *André Rebouças*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1968.

³⁸⁶ CARVALHO, Maria Alice Resende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

³⁸⁷ TRINDADE, Alexandro Dantas. *André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social*. Tese (Doutorado em Sociologia). UNICAMP: Campinas, 2004.

³⁸⁸ RICŒUR, *A ideologia e a utopia...*, op. cit., p. 319.

³⁸⁹ Ibidem, p. 323.

³⁹⁰ Ibidem, p. 324.

³⁹¹ RICŒUR, *A ideologia e a utopia...*, op. cit., p. 333-334.

todas as formas de trabalho e não se opõe senão à ociosidade”³⁹², a oposição fundamental segundo esse pensamento é entre o trabalho e a ociosidade.

A imagem da utopia moderna não é mais a da ilha, mas sim a do Universo — a livre circulação universal, a liberdade de trocas —, e o objetivo deve ser tão somente a união da classe industrial (cientistas, banqueiros e industriais) contra os parasitas ociosos (o clero, a nobreza). Por fim, como argumenta o filósofo francês, as patologias próprias às utopias modernas são sua relação com a autoridade e a obsessão pela precisão: quanto ao poder, a utopia propõe uma situação alternativa: sermos dirigidos por bons governantes — ascéticos ou éticos —, ou não sermos dirigidos por governantes”³⁹³; quanto à precisão, a utopia conduz “a relação obsessiva com configurações específicas e simetrias”, pois em seu bojo está o fundamento de que tudo é compatível com tudo, não há conflito de interesses, portanto não há necessidade de contrapartidas.

Ao longo de sua vida, André Rebouças se defendera e atacara frequentemente em termos de utopia: quando de seu projeto de construção de uma estrada militar que daria acesso a partir de Curitiba ao Paraguai durante a guerra — “taxaram de utopia o projeto de estrada militar”³⁹⁴ —; seu projeto de garantia de juros no qual critica impetuosamente socialistas e comunistas franceses discípulos de St. Simon e Fourier — “eivados das mais perversas intenções, inundavam este país de falsas e perigosíssimas ideias ![...] um falso e fatalíssimo princípio: tinha-se aí em mira uma atrofiante utopia: — a criação de um governo — providência, capaz de substituir a iniciativa individual.”³⁹⁵; e, por fim, sua democracia rural como alternativa ao latifúndio — “Todos estes cálculos têm já a sanção prática. Tudo isso, que figuramos, não é uma utopia.”³⁹⁶

Se em seu *Agricultura Nacional* André Rebouças tentou se afastar completamente das utopias, projeto encapado a partir de sua *Garantia de Juros* contra Saint-Simon e Fourier — dos quais das “absurdas ideias socialistas e comunistas nasceu a utopia”³⁹⁷ —, aproximando-se da dita ciência econômica e seus “santos princípios”³⁹⁸ de autores como Adam Smith, Jean

³⁹² Ibidem, p. 338.

³⁹³ Ibidem, p. 349. Depois da Proclamação da República, André Rebouças clamava: “Supuseram os insensatos levar o Brasil à prosperidade pela traição e pela ingratidão contra o Imperador-Mártir, contra o Imperador-Jesus. Que horror!!!” REBOUÇAS, *Cartas...*, op. cit., p. 75.

³⁹⁴ REBOUÇAS, *Diário...*, op. cit., p. 65.

³⁹⁵ REBOUÇAS, *Garantia...*, op. cit., p. 64.

³⁹⁶ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 121. Com efeito, a palavra utopia aparece oito vezes no livro, ora adquirindo caráter acusativo — a utopia é uma fantasia que cega os críticos aos seus projetos; ora defensivo — a democracia rural é uma utopia porque luta contra inimigos irracionais e rotineiros, porém baseada em cálculos e experimentos.

³⁹⁷ REBOUÇAS, *Garantia...*, op. cit., p. 62.

³⁹⁸ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 44.

Baptiste Say e Michel Chevalier, não conseguiu fugir daquilo que, na realidade, cria um mundo que “se sustenta literalmente com a cabeça”³⁹⁹.

Passagem ilustrativa desse modo de pensar está em sua descrição da população brasileira caso atingisse a mesma densidade demográfica do Egito à época:

O Império do Brasil tem, pelo livro da exposição de Viena de 1873, 12,634,447 quilômetros quadrados e uma população de 12,000,000 de habitantes, dos quais talvez só oito milhões concorram no movimento comercial do Império.

Em superfície, o Egito é menor do que a metade da menor província do Brasil. Com efeito, Sergipe tem 59,242 quilômetros quadrados; enquanto o duplo da superfície do Egito realmente cultivada e habitada só é de 58,000 quilômetros quadrados. Ora, a província de Sergipe não cede em cousa alguma ao Egipto; se o país do Khediva Ismail tem o Nilo, Sergipe tem o rio S. Francisco. O Solo de Sergipe poderá, pois, pelo menos, sustentar tantos habitantes como o Egito, isto é, a população futura de Sergipe será nunca inferior a 10,500,000 habitantes. A densidade da população do Egito é de 178 habitantes por quilômetro quadrado [...]

Quanto ao Brasil a cada habitante compete, pelo menos, muito mais de um quilômetro quadrado!

Assim, quando o Brasil, muito superior ao Egito em condições naturais, for povoado, como o Egipto de hoje, à razão de 178 habitantes por quilômetro quadrado, a sua população será superior a 2,243,000,000 de habitantes.

A imaginação não pode alcançar o que será uma nacionalidade tal, com a mesma língua, com a mesma lei, com a mesma moeda, com os mesmos pesos e medidas, possuindo e explorando ativamente este solo abençoado, irrigado e drenado pelo Amazonas, pelo S. Francisco e pelo Paraná!⁴⁰⁰

Além de soar muito semelhante à descrição de Varnhagen em seu êxtase contemplativo, André Rebouças se aproxima do historiador em mais um aspecto: o projeto nacionalizante, a unidade.

No entanto, Rebouças não é um utópico apenas por imaginar uma realidade próspera e pacífica em um quadro praticamente congelado — além da exorbitância de seus números que dobraram o tamanho do território. É, sobretudo, em sua noção de trabalho que reside esse principal traço de moderna utopia, pois denega as verdadeiras fontes do poder, forças que não são da inteligência. A vida urbana e os princípios à Adam Smith, especialmente a ideia defendida pelo britânico de que poder é “poder de compra — um certo domínio sobre todo o trabalho”⁴⁰¹, fizeram com que Rebouças rejeitasse uma interpretação mais próxima à Marx de acumulação capitalista ou da conversão da força de trabalho em mercadoria ou, ainda sofisticadamente, uma noção como a de mais-valia.

Subjaz em todo o tratado de *Agricultura Nacional* um fundamento de que o pacto nacional já estava completamente firmado e o destino inegável do Brasil era o progresso e a

³⁹⁹ RICŒUR, *A ideologia e a utopia...*, op. cit., p. 340.

⁴⁰⁰ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 217-218.

⁴⁰¹ SMITH, Adam. *A riqueza das nações, volume 1*. Tradução de Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 39.

liberdade. Todos aqueles que se opunham a esses preceitos, a essas leis naturais, além de estarem envolvidos no erro, eram inimigos da comunhão humana. Assim, para ele, desatadas as amarras que ainda insistiam em serem mantidas pela rotina, o Brasil encontraria seu destino manifesto de grandeza e liberdade preconizado tanto em seu território quanto em suas aptidões naturais⁴⁰²; homens e mulheres poderiam vender livremente seu trabalho em uma eucaristia completa e pacífica — “uma harmonia necessária e indispensável entre as leis morais, sociais e económicas”⁴⁰³. A partir disso, conseguimos compreender a “maldade satânica” que ele denuncia:

Todos os males públicos e privados, que afligem este império; todas as misérias políticas e particulares da família brasileira provêm da ação combinada, durante três séculos, desses dois grandes corruptores, que se denominam escravagismo e monopólio territorial.⁴⁰⁴

Se no desenvolvimento do capitalismo europeu um dos elementos-chave foi a formação de um exército de reserva substancial, uma massa disforme de força de trabalhadores livres e ociosos, porém disponíveis e capazes de pressionar constantemente o proletariado em suas reivindicações salariais e de condições laborais, no Brasil, a existência de uma gigantesca massa de trabalhadores escravizados impedia a emergência do trabalho livre assalariado. É nesse sentido que Marx argumentava sobre o trabalho de pele negra “marcado a ferro”. Onde há uma disponibilidade praticamente infinita de trabalhadores escravizados que realizam desde os trabalhos mais ínfimos como transporte de água e dejetos até tarefas complexas como a direção de engenhos de açúcar, o trabalho livre assalariado não pode prosperar, não no sentido moral que André Rebouças compreendia, mas sim no âmbito das relações sociais como definia Marx.

Para que o trabalho livre prospere duas condições são essenciais: a formação de um exército de reserva (uma massa ociosa de trabalhadores livres e impossibilitados por lei de se submeterem a relações servis, à vadiagem ou a modos de vida imorais) e a impossibilidade de

⁴⁰² Nesse ponto é possível vislumbrar o problema levantado por Pádua que será discutido em capítulo posterior: “O *ethos* progressista presentes nos escritos de André Rebouças, por exemplo, foi forte a ponto de muitas vezes quase obscurecer a preocupação com a destruição do meio natural. [O que diante de certos discursos seus pode gerar] a falsa impressão de estarmos diante de um entusiasta da destruição das florestas.”. PÁDUA, *Um sopro...*, op. cit., p. 265. A lógica de André Rebouças em relação à natureza brasileira é a do desperdício enquanto atestado de ignorância e, nesse ponto, o contrassenso que emerge em seu imaginário entre o inesgotável da natureza brasileira e o desperdício do mau uso é compreensível pela intransigência inerente a toda utopia onde cada um e cada coisa tem um lugar e um função na busca do bem comum. Se o sentido de grandeza está dado pela teleologia da nação, o aproveitamento dos recursos naturais deve ser gozado naturalmente, porém com a responsabilidade racional da reposição/substituição constante, uma impossibilidade real. O homem tem a função de aprimorar a criação divina. Algo que ressoa novamente à Varnhagen e sua fórmula de que civilizar significa “aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau.”

⁴⁰³ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 293.

⁴⁰⁴ REBOUÇAS, *Abolição imediata...*, op. cit., p. 40-41.

acesso aos meios de produção e bens de consumo básico — do pão à moradia, pois é sabido que nenhum homem ou mulher se sujeita a vender sua força de trabalho a outrem se essa não for sua única alternativa para manter-se vivo.

Os embates do engenheiro contra a rotina da lavoura escravagista eram estéreis e intransigentes pois não atacavam — Rebouças de fato não tinha consciência disso — o modo de produção capitalista em sua base material. O tripé que sustentava a grande lavoura brasileira persistira inabalável: força de trabalho cativa, monopólio da terra e mercado consumidor externo. Sua proposta em *Agricultura Nacional*, ao tentar equacionar esses elementos, acaba por acentuar e diversificar a oferta de mercadorias para o mercado externo e por buscar novas fontes de força de trabalho entre indígenas e imigrantes europeus — o racismo de André Rebouças, a associação direta enquanto causa e consequência entre raça e cultura, fizera-o rejeitar como “perniciosos” e “corruptores” trabalhadores indianos, chineses e japoneses, em menor intensidade escravos poloneses e russos, pois estes povos estariam “acostumados” à escravidão, sendo facilmente integrados às grandes fazendas, substituindo sem rompimento as relações escravistas os escravos africanos.

Em sua democracia rural, ao propor uma nova tríade de abolição imediata e sem indenização, de distribuição de terras em pequenas propriedades e de livre associação a partir de engenhos e fazendas centrais, Rebouças presumia um princípio natural, um *ethos* do trabalho humano: livre iniciativa, busca por conforto e bem-estar e livre associação a partir de interesses particulares e necessidade coletivas⁴⁰⁵. Porém a tríade escravista participava mais efetivamente do modo de produção capitalista, ainda que perifericamente, na acumulação de capital.

⁴⁰⁵ “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses. Apelamos não à humanidade, mas ao amor próprio, e nunca falamos de nossas necessidades, mas das vantagens que eles podem obter. [...] Na medida em que é por acordo, por troca e por compra que obtemos uns dos outros a maior parte dos serviços mútuos dos quais necessitamos, é essa mesma propensão para a troca que originalmente leva à divisão do trabalho.” SMITH, op. cit., p. 19-20.

CAPÍTULO 3 — A “maldita guerra” e o (re)nascimento dos Sertões

*In the fields, the bodies burning
As the war machine keeps turning
Death and hatred to mankind
Poisoning their brainwashed minds
Oh, Lord, yeah
Politicians hide themselves away
They only started the war
Why should they go out to fight?
They leave that role to the poor, yeah
(Black Sabbath, War Pigs)*

[Findada a batalha de Tuiuti] O terreno ficou coalhado de cadáveres paraguaios, em distância superior a três quilômetros, e em tal quantidade que nem todos puderam ser sepultados. Eram tantos os mortos que, após 48 horas enterrando-os, os soldados brasileiros, exaustos, estavam longe de terminar a tarefa. Para evitar doenças decorrentes da putrefação, os cadáveres inimigos foram empilhados, em montes de cinquenta a cem corpos, e incinerados, já de noite. Uma testemunha descreveu que o fogo começou a arder pelas camadas inferiores desses montes, com as labaredas, alimentadas pela gordura dos corpos, crescendo e envolvendo toda a pirâmide de cadáveres. Explodiam cartuchos de munição, que ainda estavam na roupa dos cadáveres, os crânios e, conforme aumentava a intensidade da fogueira, membros dos cadáveres se moviam.

(Francisco Doratioto, *Maldita Guerra*, p. 221)

A artilharia cada vez mais potente e precisa e o desenvolvimento em nível industrial dessa arma de guerra contribuiu significativamente para o aumento do número de mortes de soldados em guerras: mortes decorrentes de doenças infecciosas.⁴⁰⁶ O refinamento das técnicas industriais de transformação e produção de metais e da energia por explosão permitiu a construção de armas de fogo cada vez mais sofisticadas, precisas, leves, manuseáveis, em muito maior quantidade, mais baratas e, conseqüentemente, letais e lacerantes⁴⁰⁷. A resposta a essa potente artilharia foi, primeiramente, o entrincheiramento das tropas e a fortificação de locais de concentração.

⁴⁰⁶ Na guerra contra o Paraguai “cerca de 70% dos participantes das tropas aliadas (Brasil, Argentina e Uruguai) podem ter morrido por causa de doenças infecciosas, principalmente cólera, malária, varíola, pneumonia e disenteria.” FIORAVANTI, Carlos. O terror das doenças na guerra do Paraguai. *Revista Pesquisa FAPESP*, Edição 309, Nov. 2021, s/p. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-terror-das-doencas-na-guerra-do-paraguai/>. Acesso em 22/04/2025. Propõe Doratioto que “seria entre 28.286, no mínimo, e 278.649, no máximo, a redução da população paraguaia durante os cinco anos de guerra. Não há dúvidas, porém, de que a maior parte dos mortos não foi em combate, mas, sim, devido a doenças, fome e exaustão física.” DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 483.

⁴⁰⁷ André Rebouças relata em seu Diário o caso do soldado Adelino Marques Salustiano, entrincheirado sob suas ordens na Ilha da Cabrita, que “perdeu uma mão e foi ferido gravemente na face por ter disparado antes do tempo” um canhão. REBOUÇAS, André. *Diário: a guerra do Paraguai (1866)*. Introdução e notas de Maria Odila Silva dias. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973, p. 71. A Revolução Industrial e o aumento da produção implicou em acidentes laborais os mais graves diante do manuseio de máquinas pesadas, potentes e, conseqüentemente, inseguras. Não foi diferente com as armas: a complexidade operativa cada vez maior dos mecanismos causou inúmeros acidentes frequentemente relatados. No mesmo texto, Rebouças descreve que “é preciso estar quase a cada tiro limpando o canhão com a rascadeira para evitar desastres”. Ibidem, p. 75. Cf. MARX, *O capital*, vol. I, op. cit., Capítulo 13: Maquinaria e grande indústria, pp. 445-574.

O entrincheiramento e a fortificação, além de exigirem a formação de engenheiros militares cada vez mais especializados, como era o caso de André Rebouças e de Alfredo Taunay, criaram novos ambientes propícios à propagação de animais transmissores de doenças e de germes causadores de enfermidades. O acúmulo de águas pluviais, de dejetos, de partes humanas em trincheiras ou fortes reordenava com vantagem para certas formas de vida os ambientes densamente ocupados por períodos mais ou menos longos.

Os tempos de ocupação e resistência se estenderam também de modo inédito devido a capacidade de deslocamento de suprimentos e tropas para os teatros operacionais. Assim, a nova materialidade da guerra se impusera aos antigos valores morais de honra e bravura. Massas humanas de homens eram deslocadas e sacrificadas em batalhas muitas vezes sem importância estratégica, irrelevantes no rumo do conflito ou mesmo sem qualquer necessidade.⁴⁰⁸ Para manter o volume numérico dessas tropas, consumidas em velocidade acelerada, o recrutamento teve seus critérios de idade e disponibilidade estendidos. Foi assim na Guerra do Paraguai, Guerra da Tríplice Aliança ou Grande Guerra, a depender da abordagem⁴⁰⁹.

Se, para suprir sua demanda de tropas, o ditador paraguaio Solano López arregimentou velhos, adolescentes e crianças; no Brasil, o exército estendeu a obrigação militar a pais de família, corpos da guarda nacional e, a partir do meio do conflito, possibilitou a alforria e a compra e venda de escravizados para engrossar a tropa, que chegou a compor algo em torno de 10% do efetivo⁴¹⁰.

Com efeito, a longa duração da guerra de dezembro de 1864 a março de 1870 não deve ser entendida, como se fez na historiografia militar ou mesmo nacionalista, a partir dos valores morais que sustentaram a resistência paraguaia ou a obstinação brasileira, encarnadas em

⁴⁰⁸ Narra Doratioto que “Em 1865, a maior parte dos soldados brasileiros que foi para o teatro da guerra vinha das províncias do Norte e do Nordeste do Império. Essa tropa sofreu com a mudança rápida de temperatura, de um ambiente quente para o frio intenso que caracteriza o inverno no Rio da Prata. Sem receberem roupas adequadas, quase todos os quatrocentos soldados de um batalhão vindo do Pará morreram de frio. Ademais, o excesso de carne fresca na alimentação e a necessidade de beber água dos rios, nem sempre pura, agravaram as doenças dessa tropa.” DORATIOTO, op. cit., p. 117. O Visconde de Taunay, participante de duas grandes operações na Guerra do Paraguai, em Mato Grosso e norte do Paraguai e na perseguição a Solano Lopes, relatou com detalhes as angústias decorrentes da falta de água potável e de alimentação, como se verá.

⁴⁰⁹ Usar-se-á o termo “Guerra do Paraguai”, segundo os critérios de Doratioto. O autor entende, a partir dos princípios da diplomacia internacional, que ao atacar o Brasil — sem prévia declaração de guerra —, o Paraguai se tornou o responsável pelo conflito.

⁴¹⁰ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 66. O autor levanta uma série de problemas para o entendimento da participação de libertos no conflito para se contrapor à tese de Chiavenatto, diz ele: “É de se perguntar se tal esforço de mobilização nacional — ao criar uma nova instituição nacional, o Exército, em parte contraposta à estrutura de poder local da classe dominante, e que teria profundas repercussões sobre a estrutura social — poderia basear-se no uso maciço da população escrava como fonte de soldados. Tal fato, se verdadeiro, abalaria a própria essência do poder escravista. Como armar e treinar militarmente escravos em tal escala sem temer pelo tipo de reação que poderia advir da população cativa? [...] Como desmobilizar tal exército ao final do conflito sem causar o perigo da ruptura social?”. Ibidem, p. 67.

Solano López e D. Pedro II. A duração da guerra foi ditada pela capacidade de produção e aquisição de armamentos e suprimentos, pela mobilização de tropas e recursos para os teatros de operações, pela capacidade de endividamento dos estados nacionais envolvidos, pelo crédito internacional e, por fim, pelo conhecimento do terreno em que se combatia.

Granziera, por exemplo, afirma que a Guerra do Paraguai encontrou a incipiente manufatura nacional “ferida de morte”, especialmente aquela que maior relevo e desenvolvimento encontraria em uma guerra — a indústria privada de fundição, com as duas maiores fábricas da Ponta de Areia no Rio de Janeiro e de São João de Ipanema em Sorocaba já fora de atividade diante da impossível concorrência externa, restando ao Estado a organização dessa indústria ao correr do conflito:

A guerra transcorrerá, pois, no momento em que o caráter exportador do complexo cafeeiro mais se consolidara, agora sob a égide do sistema bancário estrangeiro. O que se percebe, facilmente, nos anos de guerra, é justamente a continuidade e o desenvolvimento da atividade nuclear de exportação e a persistência dos óbices à produção doméstica voltada para o mercado interno.

Não há dúvida, contudo, de que a guerra criou um outro mercado. As encomendas do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul são muito importantes durante todo o período, mas são geral e forçosamente encomendas ao comércio, grande parte, assim, recaindo sobre importações [incluindo fardamento e barracas].

No setor de armamentos registra-se produção interna, mas fundamentalmente do próprio Estado. Nas correspondências do Imperador aos seus ministros, durante o conflito, encontramos várias referências a “fundições particulares” que “poderiam” suplementar a produção corrente, que era estatal, porém, nesse passo, o próprio Pedro II levanta dúvidas quanto a sua possibilidade efetiva.

A nossa conclusão é, pois, de que a guerra não exerceria nenhum efeito de demanda imediato que pudesse alterar, radicalmente, a situação do setor manufatureiro, até porque tratava-se de uma guerra que desde os primórdios “estava prestes a encerrar-se...”

Todavia, é justamente a guerra que, com a implantação do sistema de transporte ferroviário, promove, através do sistema monetário, a transformação que estaria na base do subsequente desenvolvimento da economia brasileira.⁴¹¹

Essa realidade descrita pode ser constatada em uma série de descrições de André Rebouças durante sua participação na guerra. Reclamava o engenheiro, por exemplo, da falta machados para abrir picadas nas matas, pás e até mesmo pregos para os trabalhos de sapa, construção de pontes e entrincheiramento, justamente sua principal atribuição durante a investida contra o território paraguaio. Já em território argentino, depois da vitória sobre as tropas paraguaias no cerco de Uruguaiana, descreve o engenheiro que:

É tal a escassez de utensílios para cortar mato, cavar terra, etc., que só o Batalhão de engenheiros possui alguns já muito deteriorados pelos trabalhos na longa viagem de Concórdia a Corrientes. Sempre que qualquer divisão tem necessidade de pás, enxadas, manda pedi-las de empréstimo ao Batalhão de engenheiros.⁴¹²

⁴¹¹ GRANZIERA, op. cit., p. 99-100.

⁴¹² REBOUÇAS, *Diário e notas...*, op. cit., p. 107.

Em território paraguaio, a situação se tornou quase calamitosa. Rebouças notava que: “No entanto ainda não há no campo nem machados para abrir uma picada!!”; “Nas carretas do Batalhão de engenheiros só encontrei em bom estado 2 machados!!”; “Amargurava-me o mau estado das plataformas que por falta de pregos, um sem número de vezes reclamados [...], eram formadas de tábuas soltas e se desmantelavam a cada tiro.”⁴¹³

As barracas, adquiridas de um fabricante francês, mostraram-se terrivelmente inadequadas, expondo os combatentes às intempéries de tal forma que lhes impedia o repouso e a recuperação das forças. Descreve o engenheiro:

19 — Julho

Que horrível noite! Das dez horas em diante caiu o maior temporal que hei suportado. Desde às duas da noite perdeu a barraca os seus espeques... Foi só pelas 6 da manhã que o meu camarada pôde tirar-me de tão incomoda posição...

Quase todo o abarracamento amanheceu por terra. As barracas dos soldados (coitados) bem poucas ficaram de pé.⁴¹⁴

Ao retornar à capital do Império, Rebouças tentou sensibilizar pessoalmente Pedro II sobre a questão: “A respeito das barracas, ultimamente enviadas, não sei se consegui convencê-lo de que não tinham a solidez e a capacidade necessárias para o bom agasalho dos nossos soldados; que sua generalização no Exército só faria piorar o seu estado sanitário.”⁴¹⁵

Por fim, a fundição das granadas e dos canhões que frequentemente causavam acidentes aos operadores, Rebouças tratou diretamente com o Arsenal de Guerra. Em novembro de 1867, descobriu-se que o defeito provinha da má fundição do bronze e da má qualidade do metal utilizado e que quase todos os canhões de calibre 12 e 4 estavam arruinados.

A metalurgia, indústria fundamental na arte da guerra e no proclamado avanço civilizatório ditado pelos estadistas desde José Bonifácio, estava subdesenvolvida no Brasil em decorrência do sentido tomado pelo capital: desde 1850, com o fim do tráfico transatlântico de escravizados, os capitais (especialmente dos traficantes portugueses) foram redirecionados para o comércio internacional de importação e a construção civil no Rio de Janeiro, a oferta de todo tipo de mercadoria estrangeira a custo menor quebrou as incipientes fundições, expandiu ainda mais a monocultura de exportação, o abrindo as portas do Brasil para o capital inglês de seguro e de empréstimo. Na década de 1860, doze companhias de seguro inglesas estabeleceram-se no Brasil, aproveitando-se vantajosamente do redirecionamento econômico.

Já a excursão do Visconde de Taunay ao Mato Grosso revelou algo ainda mais profundo e dramático: os sertões. Sertões que devoravam homens e animais. Pitorescos e

⁴¹³ REBOUÇAS, *Diário: a guerra...*, op. cit., pgs. 42, 43, 63.

⁴¹⁴ REBOUÇAS, *Diário e notas...*, op. cit., p. 81.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 114.

traíçoeiros. Desertos de civilização por vezes repisados por índios selvagens e ardilosos; regiões desprovidas, sobretudo, de água potável e daqueles dois grandes animais quase em simbiose com os humanos: cavalos e bois.

A movimentação e a alimentação das tropas em campanha no Mato Grosso dependiam essencialmente de bois, fato crucial que levou, inclusive, a coluna a invadir o território norte paraguaio e alcançar a fazenda Laguna, a qual se dizia “era propriedade do presidente da república e destinava-se à criação de gado.”⁴¹⁶ A operação que renomeou a força expedicionária para “Forças em operação no norte do Paraguai”⁴¹⁷ foi a mais desastrosa possível, não se encontrou os rebanhos bovinos, mas sim grande contingente militar inimigo armado e disposto ao combate em território completamente desconhecido e que, por fim, acabou perseguindo as tropas brasileiras em território mato-grossense.

Taunay viveu a guerra do Paraguai muito mais intensamente que Rebouças. Participou da campanha do Mato Grosso e norte do Paraguai e também foi ajudante do Conde d’Eu na perseguição a Solano Lopes a partir de 1869, quando Caxias abdicou do comando do exército. Se o Visconde não relata a falta de armamentos ou instrumentos de engenharia durante a campanha no Mato Grosso é porque a expedição toda parecera não apenas improvisada, como antes de tudo destinada ao fracasso por mal organizada e sem conhecimento algum da realidade natural do interior brasileiro — “Ah! bem fácil era, no comodismo de boa cadeira de braços, estar a determinar movimentos militares num mapa todo faceiro, colorido e mimoso, em que a escala de distância nem sequer dava ideia do que eram e facilitavam todas as facilidades”⁴¹⁸, declarava o militar.

Situação bastante diferente daquela vivenciada pelo autor a partir de 1869 com a capital paraguaia Assunção já ocupada pelas tropas imperiais e Solano Lopez em fuga pelo interior nordeste do país. Com o principal reduto fortificado paraguaio, a fortaleza de Humaitá, ultrapassado e ocupado, e com a quase completa aniquilação do exército inimigo em sucessivas derrotas, a guerra já não fazia mais eco na opinião pública e as tropas brasileiras tendiam à desordem e a indisciplina, no entanto, para Taunay, “ainda havia muito que fazer”⁴¹⁹ diante do risco de López reconquistar todo o Paraguai e recomeçar a guerra.

⁴¹⁶ TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle Taunay, Visconde de. *A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. Tradução de Sérgio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 105.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 100.

⁴¹⁸ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 198-199.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 434.

A marcha de um exército em guerra se assemelha, nas palavras de Pearl S. Buck⁴²⁰, a uma “nuvem de gafanhotos” que tudo devora por onde passa. Esse profundo estresse ambiental não deixou de ser notado pelos cronistas da guerra contra o Paraguai; seus contornos dramáticos, seu cotidiano terrível e suas consequências foram descritas tanto pelo Visconde de Taunay, quanto por André Rebouças.

A crítica de Marx e Engels aos por eles identificados enquanto “idealistas” que, diante da violência e do desequilíbrio nas relações entre humanos e o mundo natural, buscavam refúgio “na natureza externa”, “na natureza ainda não dominada pelos homens”, nos fornece um importante elemento para a compreensão dessa nova materialidade da guerra. Destacam os autores que “cada nova invenção, cada avanço feito pela indústria, arranca um novo pedaço desse terreno” do idealismo.

Em uma passagem conhecida, Marx e Engels afirmam:

A “essência” do peixe é o seu “ser”, a água — para tomar apenas uma de suas proposições. A “essência” do peixe de rio é a água de um rio. Mas esta última deixa de ser a “essência” do peixe quando deixa de ser um meio de existência adequado ao peixe, tão logo o rio seja usado para servir à indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros detritos e seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam desviadas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência.⁴²¹

Enquanto esteve na ofensiva, o Paraguai, mais armado e disciplinado, conseguiu surpreender os inimigos e obter importantes vitórias nas províncias de Mato Grosso e Corrientes. Contudo, a partir do cerco de Uruguaiana e da rendição das forças de ocupação na localidade brasileira, a guerra passou a se desenrolar em território paraguaio, completamente desconhecido dos aliados, tornando-se uma guerra de posições, com grande letalidade, elevado número de baixas por amputações ou ferimentos graves e extrema crueldade com degolas, torturas, estupros e execuções sumárias.

A longa duração do conflito lançou os países envolvidos em um frenesi de mudanças, aceleração e desenvolvimento das forças produtivas até então jamais visto.

Findada a guerra, o Paraguai saiu devastado, obrigado a ceder para Brasil e Argentina territórios ricos em madeira e erva-mate, seus rios foram completamente abertos à livre navegação e estimativas dão conta de que a sua população foi reduzida entre 60% e 69% — em esmagadora maioria homens entre doze e sessenta anos, situação que não escapou a Taunay: “Oh! A guerra, sobretudo a Guerra do Paraguai! Quantas crianças de dez anos, e menos ainda,

⁴²⁰ BUCK, Pearl S. *A boa terra*. Tradução de Oscar Mendes. São Paulo: Abril, 1974.

⁴²¹ MARX; ENGELS, *A ideologia alemã*..., op. cit., p. 46-47.

morta quer de bala, quer lanceada junto às trincheiras que percorri a cavalo”⁴²². O Brasil, protagonista entre os aliados, exauriu o Tesouro nacional em gastos onze vezes superior à arrecadação anual, tendo aumentado enormemente a dívida pública; perdeu algo em torno de 50 mil homens de um expediente aproximado de 139 mil enviados ao combate e, ainda, viu forjada uma identidade particular do exército que iria posteriormente destronar a monarquia e um complexo econômico inédito e pujante em São Paulo⁴²³. A Argentina teve sua economia dinamizada com as vendas de cereais, gado e demais produtos pagos em ouro pelo Brasil, consolidou a centralização estatal em Buenos Aires e viu florescer uma enormidade de atividades econômicas no porto da capital.⁴²⁴

3. 1 Rios, água e navegação

Se a conquista europeia das Américas e o tráfico transatlântico de escravos africanos para esse continente se efetivou essencialmente por via marítima, também o desbravamento do interior, a ocupação e a reocupação das terras americanas foram em grande parte obra da navegação fluvial. As capitais e principais cidades da bacia do Rio da Prata eram intimamente dependentes da navegação, seja enquanto portos ou pelo abastecimento. Também os rios foram usados como marcos divisórios e fronteiras. Assim, na foz e ao longo dos rios Paraná, Uruguai, Paraguai e Cuiabá, foram fundadas cidades como Buenos Aires, Montevideu, Colônia do Sacramento, Paysandú, Uruguaiana, São Borja, Paraná, Corrientes, Goya, Assunção, Humaitá, Miranda, Cuiabá entre muitas outras que seriam palco ou pontos de suporte durante os combates da guerra contra o Paraguai.

Através dos rios, sangrava-se as matas, os solos e os campos. As principais atividades econômicas desenvolvidas na imensa bacia, a extração de madeiras e de erva mate, a mineração e a pecuária, tinham na navegação fluvial sua via de escoamento. A livre navegação dos principais rios era questão vital para os estados nacionais em formação nas primeiras décadas

⁴²² TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 458.

⁴²³ Granziera propõe que o período que se estende de 1870 a 1890 estará “profundamente marcado pelas radicais transformações que se operaram durante a guerra do Paraguai: 1) a decadência do café fluminense; 2) o extraordinário desenvolvimento da agricultura paulista e seus efeitos revolucionários; 3) a industrialização do Rio de Janeiro.” Se a “guerra foi mantida com o que preexistia no país: embarcações, animais e homens”, foi o “extraordinário aumento da dívida pública interna representada pelas apólices emitidas para financiamento da guerra” que dinamizou a economia nacional, abrigando dois complexos econômicos distintos, o comercial no Rio de Janeiro e o capitalista em São Paulo, de modo que não se deve considerar o desenvolvimento da cafeicultura paulista como uma simples extensão daquela praticada no Vale do Paraíba. Com efeito, para o autor, a cafeicultura paulista é de outra ordem, quase independente do trabalho escravo e promotora da industrialização local, de um novo complexo ferroviário e da imigração europeia. GRANZIERA, op. cit., pp. 100-110.

⁴²⁴ DORATIOTO, op. cit., pp. 456-485. Rebouças afirma que se via a escoar “indefinidamente o ouro brasileiro nas lodacentas águas do Paraguai.” REBOUÇAS, *Agricultura Nacional...*, op. cit., p. 354.

do século XIX, incluindo o Brasil com sua quase incommunicável província do Mato Grosso, suas ainda importantes minas de ouro de Cuiabá⁴²⁵, o oeste, sudoeste do Rio Grande do Sul e o norte do Uruguai com a extensiva atividade pecuarista.

Essa dependência da navegação fluvial em rios estrangeiros fez com que o Estado brasileiro, desde sua Independência, atuasse diretamente nas questões nacionais platinas, primeiramente na Argentina e no Paraguai, depois no Uruguai. O intervencionismo brasileiro se fez sentir em praticamente todas as revoltas e conflitos políticos dos países vizinhos, com intervenções militares diretas na Argentina e no Uruguai (a antiga província brasileira da Cisplatina) e diplomática nos dois países e no Paraguai no sentido de preservar, essencialmente, a livre navegação dos rios da região, a escravidão e a pecuária no norte do Uruguai.⁴²⁶

Como se por um destino natural desses países da América do sul essas “grandes estradas naturais, dessas que andam”⁴²⁷, na expressão de Pascal retomada por André Rebouças⁴²⁸, todos os rios correm para o Atlântico, o grande ventre que parturiu parte

⁴²⁵ Doratioto cita que as compras do exército brasileiro eram pagas à vista e que “as forças brasileiras levavam, porém, ‘muito ouro’, a ponto de as libras esterlinas serem usadas para troca de valores pequenos.” DORATIOTO, op. cit., p. 189. “As moedas metálicas foram utilizadas pelo governo para o custeio *in loco* da guerra e, mesmo, para importações de cavalos argentinos pelo arsenal rio-grandense.” GRANZIERA, op. cit., p. 110.

⁴²⁶ SCHNEIDER, Louis. *A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Porto Alegre: Pradense, 2009. Em 1850, brasileiros eram proprietários de aproximadamente 400 estâncias no Uruguai. Quatorze anos depois, os riograndenses fixados no Uruguai eram aproximadamente 40 mil pessoas e inquietavam os orientais na medida em que eram agentes de poder econômico e político. Pomer descreve a vitalidade da rota fluvial do estuário do Prata para a economia imperial: “O acesso à navegação garantia ao Império o escoamento de cacau, ouro, diamante, mate, borracha, ipecacuanha, baunilha e mercadorias provenientes do Mato Grosso que, quando transportadas por caminhos terrestres, tardavam seis meses de viagem, além de terem o preço onerado.” POMER, León. *Os conflitos da Bacia Platina*. São Paulo: Brasiliense, 1980. Em outra questão fundamental, o Rio Grande do Sul era a fronteira da escravidão. A República Oriental do Uruguai, que havia se tornado independente do Império, aboliu a escravidão entre 1842-1846, criando uma alternativa real, um espaço físico e legal de liberdade para os escravizados; a partir disso, decorreram uma série de conflitos de entrada, autorizada ou não, em território uruguaio de capitães-do-mato, do sequestro e escravização no Brasil de cidadãos orientais livres, do não reconhecimento da liberdade por estancieiros, da comercialização em território brasileiro de pessoas livres, etc. Grinberg sintetiza a questão da seguinte maneira: “[...] depois do fim do tráfico atlântico de escravos para o Brasil, em 1850, a questão foi agravada com o aumento do número de sequestros de negros livres no Uruguai para serem vendidos como escravos no Brasil. Como não foram indenizados pelas propriedades confiscadas durante os conflitos no Uruguai, e não tiveram respostas sobre as reclamações formais feitas pela presidência da Província do Rio Grande do Sul, vários senhores se acharam no direito de agir por conta própria. Eram as ‘califórnicas’, nas quais até grandes proprietários invadiam o território uruguaio, buscando recuperar gado e escravos perdidos. O assunto foi, inclusive, objeto de discussão durante a Missão Saraiva de 1864, que precedeu o início da Guerra do Paraguai.” GRINBERG, Keila. Fronteiras, escravidão e liberdade no sul da América. In: GRINBERG, Keila (org.). *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 23.

⁴²⁷ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 100.

⁴²⁸ A expressão “estradas que andam”, Rebouças não tomou de Pascal, mas de Michel Chevalier que cita o filósofo francês, “des routes qui marchent”. No entanto, o engenheiro não se ateve à crítica do economista francês que afirmava com protecionismo que os rios “ne marchent qu’à la descente”, ou seja, que os rios caminham apenas para a descida, para o mar, servindo como via de exportação; o caminho em sentido contrário, “la remonte”, exigiria muito energia, de modo que seriam preferíveis os caminhos de ferro. Ao que Rebouças conclui: “As vias de comunicação artificiais são à primeira vista mais caras; têm, porém, uma superioridade incontestável : — feitas pelo homem, podem ser por ele perfeitamente dominadas; ao passo que os rios, criados por Deus, encerram ainda segredos de regime, que escapam às mais aturadas investigações e zombam, por vezes, dos esforços dos mais notáveis engenheiros durante séculos!” REBOUÇAS, *Garantia de juros...*, op. cit., p. 52.

importante da riqueza europeia. Assim, o sentido “natural” da produção e extração das riquezas naturais transportadas por esses rios era a exportação, o mercado externo. Esse sentido dos rios, com efeito, dificultou significativamente a ação da esquadra brasileira contra a marinha paraguaia e o auxílio às tropas terrestres. Para seguir curso rio acima, especialmente em períodos de cheia com grande correnteza, gastava-se enorme quantidade de energia em carvão mineral ou lenha em uma frota marítima e de enorme tonelagem.

Afirmava Rebouças que:

Os rios foram criados por Deus para alimentar os homens, os animais e os vegetais; e, sob o ponto de vista social, para serem navegados, para alimentarem os canais e para ensinarem aos engenheiros as direções das grandes vias de comunicação, que devem promover a prosperidade do seu país.⁴²⁹

Os rios, com efeito a navegação, foram um dos temas que mais inquietaram André Rebouças durante o período que participou da guerra — dos dias 06 a 28 de Abril de 1866, Rebouças toma notas quase diariamente sobre o tempo e o volume da cheia do rio Paraná, vital para as operações contra o forte Itapirú e o Passo da Pátria — e, posteriormente, em seus projetos de imigração e infraestrutura. Navegar, transportar, transpor, desbravar e conquistar eram termos-chave para Rebouças e suas conquistas do sertão para a civilização. Afirmava ele:

Tenhamos coragem, e realizemos quanto antes os auspiciosos caminhos de ferro, destinados a substituir as secções encachoeiradas dos nossos grandes rios: notoriamente do Madeira, do Araguaia, do Tocantins, do S. Francisco, do Paraná e do Iguaçu. Todo o futuro da Agricultura Nacional e da Imigração depende do estabelecimento de boas vias de comunicação.⁴³⁰

Rebouças ampliou a noção de “estradista-mor” de Carlos Taunay: governar não era apenas construir estradas, era também construir estradas de ferro, dominar e navegar rios.

A vitória na batalha naval do Riachuelo impôs ao Paraguai incontestável superioridade brasileira. O Brasil não apenas bloqueou com sucesso o acesso paraguaio ao Atlântico, sufocando a entrada de armamentos e recursos os mais variados às tropas de Solano Lopez, como também dominou o comércio de erva-mate com os países platinos, produto indispensável entre argentinos e uruguaios. Exemplifica isso as exportações através do porto de Paranaguá, na província do Paraná, que atingiram um volume anual de quatorze mil toneladas.⁴³¹

⁴²⁹ Ibidem, p. 51.

⁴³⁰ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 318.

⁴³¹ Como afirma Pedro Calil Padis: “Assim é que, de 1864, início da guerra, até 1870, seu término, a exportação do produto paranaense duplica em quantidade, passando de pouco mais de 7.000 toneladas para além de 14 mil. Esse crescimento continua até o ano de 1872, quando as quantidades exportadas atingem mais de 16,5 mil toneladas”. PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. Curitiba: IPARDES, 2006, p. 87. O escoamento do mate extraído e preparado nos planaltos paranaense para o beneficiamento na capital

A guerra converteu os dois principais rios da região belicosa, o Paraná e o Paraguai, em passagem e palcos de combates, de modo que os peixes e a vida aquática foram ignorados, expostos à poluição dos mais variados tipos, desde projéteis, pólvora, armamentos, embarcações, cadáveres e construções. As trincheiras construídas sob supervisão de Rebouças em um banco de areia no rio Paraná, chamada Ilha da Cabrita, foram arrastadas pela correnteza de uma cheia do rio; do mesmo modo, as construções e restos das correntes instaladas de uma margem a outra do rio Paraguai na fortaleza de Humaitá, derrubadas pela Armada imperial, restaram sobre o leito do rio; também várias embarcações, a exemplo do encouraçado Rio de Janeiro, ainda quedam sepultadas no leito dos rios.

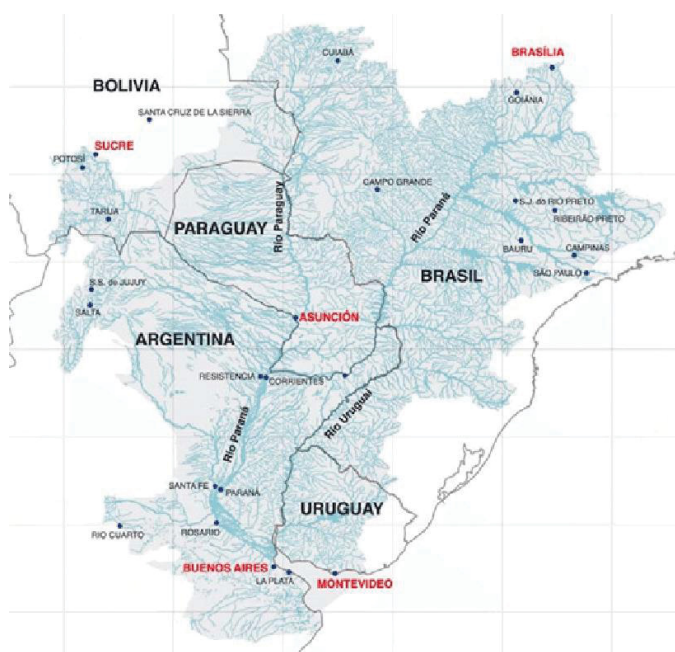


Figura 1 — A bacia do Prata com as atuais fronteiras nacionais e algumas das principais cidades hodiernas instaladas ao longo de seu complexo veio de rios. Na carta se pode visualizar os principais caminhos fluviais percorridos durante a Guerra do Paraguai, tais como os rios Paraná, Uruguai e Paraguai; também se evidencia a distância (quase isolamento na época do conflito) da cidade de Cuiabá. Fonte: CIC apud RIBEIRO, 2017, p. 264.

e litoral da província passava exclusivamente pela famosa estrada da Graciosa, construída por determinação do primeiro presidente do Paraná, o conservador Zacarias de Góis e Vasconcelos. A conexão da família Rebouças com o importante político vinha não apenas da origem em comum, a província da Bahia, como dos interesses que partilhavam: André Rebouças narra que ao retornar da guerra encontrou o então ministro que lhe notara “que estava satisfeíssimo dos trabalhos de meu irmão Antônio Rebouças na Estrada da Graciosa na Província do Paraná.” REBOUÇAS, *Diário e notas...*, op. cit., p. 136. O mate e a madeira foram mercadorias determinantes na construção dos estados do sul brasileiro. Rebouças separou uma seção importante de seu *Agricultura Nacional* para descrever sua produção e como melhorar a qualidade do produto e seu preço no mercado externo; Taunay, por sua vez, empreendeu uma parte de sua *Viagem philosophica* apenas na descrição da qualidade e das fraudes praticadas na produção do mate. Porém, diferentemente do café que tinha imenso mercado consumidor nos Estados Unidos da América e na Europa, o consumo do mate não rompeu as fronteiras americanas e alcançou satisfatoriamente os mercados internacionais.

Ao Visconde de Taunay e seus companheiros, a água, especificamente a água salubre, marcou a experiência na excursão ao Mato Grosso.

Em seu primeiro e famoso texto *A retirada da Laguna* não faltam menções à “água turva e intragável”⁴³², “água insuficiente e ruim”⁴³³, etc. A dramática experiência de alguém que saiu do Rio de Janeiro, “do litoral do Atlântico, onde se concentram praticamente todos os recursos do Império”, para enfrentar um inimigo “perdido nos vastos espaços desertos do Brasil”⁴³⁴, distinguiu de forma indelével a vida e a obra do Visconde.

Maretti afirma que “ocorre, na *Retirada*, um movimento gradativo em direção a uma visão cada vez mais ‘negativa’, porque menos mitificada e mais crítica, da natureza brasileira.”⁴³⁵ Tal como acentua a autora, é necessário encarar a obra de Taunay sob o signo da participação atuante na guerra contra o Paraguai, porque é no período pós-guerra que começa a se vislumbrar uma “pergunta que se tornou constante em todo o seu trabalho e que pode ser traduzida nos seguintes termos: que unidade nacional é esta que, apesar de ser apregoada aos quatro ventos, (ainda) se baseia em um pretenso e enganoso conhecimento do território extra corte?”⁴³⁶

Para Carvalho, a defesa da nacionalidade em Taunay não se confundia com o nativismo dos românticos; segundo ela, entendia o autor que: “fora do contexto do Estado-nação e das instituições e cultura forjadas no processo de constituição daquela entidade, punha-se em risco a civilização, a liberdade dos indivíduos e a própria produção da narrativa histórica.”⁴³⁷

O jovem Taunay que mesmo “sem inclinação” abraçara “a carreira das armas”⁴³⁸ em 1861, anos mais tarde fez parte das forças que “tanto e tão inutilmente sofreram”⁴³⁹. A experiência evidenciou para Taunay a distância entre a natureza idealizada nos discursos e iconografia oficiais, incluindo as de seu próprio pai e mesmo do tio Carlos, e a realidade dos sertões brasileiros. Perguntava-se muitos anos depois, já portando o título de Visconde: “Que fazer contra a rudeza da região áspera, selvática, inóspita e inclemente?”⁴⁴⁰

Conforme Cândido, as circunstâncias levaram Taunay a conhecer a pátria mais profundamente, “a internar-se no interior bruto, lutar por ela, enfrentar asperamente a paisagem

⁴³² TAUNAY, *A retirada...*, op. cit., p. 161.

⁴³³ Ibidem, p. 183.

⁴³⁴ Ibidem, p. 37-38.

⁴³⁵ MARETTI, op. cit., p. 89.

⁴³⁶ Ibidem, p. 70.

⁴³⁷ CARVALHO, op. cit., p. 52.

⁴³⁸ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 108.

⁴³⁹ Ibidem, p. 135.

⁴⁴⁰ Ibidem, p. 198-199.

no lugar de contemplá-la. A paisagem deixou de ser, para ele, um espetáculo: integrou-se na sua mais vivida experiência de homem”; disso resulta “suas obras mais significativas estarem ligadas à experiência do sertão e da guerra, que elaborou durante toda sua vida, sem poder desprender-se do seu fascínio.”⁴⁴¹

É o que nos ensina Maretti:

A experiência adquirida na guerra contra o Paraguai é decisiva para a consideração do soldado-viajante como um *narrador-viajante*: tal condição é expressa nos inúmeros relatos de viagem, tanto os de caráter técnico-militar como aqueles em que o escritor exercita o seu virtuosismo descritivo, todos eles publicados durante e depois da guerra. A sequência narrativa segue linearmente a trajetória das viagens: os dias transcorrem um após o outro e as estradas, pontes e rios vão sendo enumerados a cada passo. Tal comportamento narrativo obedece a uma dupla imposição: a de corresponder às expectativas militares de composição de relatórios técnicos minuciosos em que a catalogação de dados é o critério fundamental e aquela ditada pela já tradicional perspectiva dos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil e registraram passo a passo suas impressões e observações.⁴⁴²

Essa experiência-limite trará para o vocabulário de Taunay uma palavra que lhe acompanhará por toda a vida: Sertão.

O sertão foi para Taunay uma espécie de revelação de um outro Brasil — desde sua *Inocência* que religa o homem (o sertanejo) à paisagem (o sertão), até seus projetos para agricultura e imigração expressos em *A imigração*, o Visconde não deixou de fazer uso desse conceito. A atitude de Taunay faz pensar na proposição de Drummond de que é necessário “colocar a sociedade na natureza” e que isso “implica necessariamente atribuir aos componentes naturais ‘objetivos’ a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e a cultura humanas.”⁴⁴³

No início da expedição rumo ao Mato Grosso, ao cruzar a Serra do Mar em São Paulo, notara Taunay que o Brasil estava radicalmente dividido “em duas zonas muito desiguais”: a marítima, onde se concentrou todo o esforço da Civilização durante séculos, e a interior, que tanto tem custado impulsionar e fazer progredir.

Com toda a razão, dizia-me, uma feita, o Imperador: “A Serra do Mar é uma espinha atravessada na garganta do Brasil. Muito o tem incomodado. Antes do mais, cumpre atacar este obstáculo no maior número possível de pontos, levando perpendicularmente à costa linhas de comunicação e de respiro ao pobre do Centro”.⁴⁴⁴

⁴⁴¹ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. 15ª edição. São Paulo: Ouro sobre azul, 2014, p. 623.

⁴⁴² Ibidem, p. 138-139.

⁴⁴³ DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, pp. 177-197, p. 180.

⁴⁴⁴ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 148.

André Rebouças irá ampliar ainda mais esse entendimento ao descobrir o imenso “Sertão” do Norte durante a seca de 1877 e as “infundáveis” florestas amazônicas na juventude.

Para o antropólogo Tim Ingold “se mover, conhecer e descrever não são operações separadas que se seguem umas às outras em série, mas facetas paralelas do mesmo processo — aquele da vida mesma.”⁴⁴⁵. Como afirmou Taunay: “que influência tem a guerra nos sentimentos humanos, ainda os mais alheios e desviados das cenas de luta e de sangue!”⁴⁴⁶. De modo que boa parte de suas *Memórias*, toda a terceira e quarta partes, são dedicadas a contar experiências da guerra; seus relatos de viagem pelas províncias de Goiás, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso estão permeados pelas lembranças da guerra.

Com efeito, a ideia de uma expedição militar que alcançasse o território do Mato Grosso — toponímia mais clara não poderia existir à época — não através da navegação, mas por via terrestre e através do interior do território, soava a todos os envolvidos um absurdo, um descalabro irracional ou uma sentença de morte. Porém, o próprio Taunay argumentava: “como faziam os portugueses no século passado e mesmo neste? Os empecilhos deveriam ser mais poderosos do que agora. E as bandeiras dos paulistas? Valeremos menos do que essa gente?”⁴⁴⁷.

Conforme avançavam em direção ao interior do país rumo à localidade de Miranda, na província ocupada, a ignorância geral sobre os sertões interiores do país ficava evidente para Taunay: “Todos os planos que partiam do Rio de Janeiro eram errados e só patenteavam a incompetência dos que os formularam e o absoluto desconhecimento das vastíssimas regiões”⁴⁴⁸. O país, salvo o litoral, as povoações ao longo dos grandes rios navegáveis e pequenas faixas contíguas do interior, era completamente desconhecido, além de feroz e “desabitado”. O desconhecimento de quase todo o território o tornava perigoso aos brasileiros e indefensável às forças de segurança.

Taunay, no entanto, relatou com detalhes e certa precisão a existência de peixes nos rios onde esteve e os descreveu com apreço incomum aos militares ou civis brasileiros que participaram ou presenciaram o conflito e deixaram relatos, como os de André Rebouças, de Dionísio Cerqueira, de João Pedro Gay, de José Luís Rodrigues da Silva, de Artur Jaceguai, entre outros. Relata o Taunay que “ia pescar no Taquari, onde o pescado é abundantíssimo”: “Os peixes mais frequentes naquela volumosa corrente são *surubis* (e os há enormes, maiores que um homem), *piabas*, *abotoados*, *traíras*, *pacus* (poucos), *piranhas* — o peixe diabo — em

⁴⁴⁵ INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 13.

⁴⁴⁶ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 302.

⁴⁴⁷ Ibidem, p. 175.

⁴⁴⁸ Ibidem, p. 193.

quantidade não pequena.”⁴⁴⁹ Mas é a descrição dramática dos dois maiores peixes de água doce do Brasil que merecem destaque nas *Memórias*, de tal modo que o autor descreve uma cena que remete aos primeiros anos dos Contatos: peixes capazes de devorar um homem vivo.

Pelas dimensões, chama logo as vistas o *surubi*, também denominado *surubim* e em Mato Grosso mais comumente *pintado*, por causa das malhas esbranquiçadas em fundo escuro. Peixe de pele, às vezes com malhas irregulares pelo corpo, algumas formando como que losangos, tem cabeça chata, grande, barbas ou apêndiculos à maneira do bagre, olhos pequenos metidos em concavidades. A carne, pouco espinhenta, é em extremo saborosa, sobretudo nos exemplares pequenos ou de tamanho regular, nos maiores, oleosa e bastante forte. Aliás, o *surubim* é bem-conhecido, pois existe em muitos rios do Brasil e não raro se o pesca no Paraíba, Rio de Janeiro.

Cresce extraordinariamente, pelo menos a variedade ou espécie que se encontra em Mato Grosso, e chega, então, no dizer de muitos, a atacar o homem. Por isto, o confundem com o *jaú*, cuja boca enorme se escancara como a do jacaré.

E essas duas monstruosidades, o *jaú* e o *jacaré*, se associam sempre no meu espírito com horror, pois, na passagem do Rio Aquidauana, que eu e o Lago acabávamos de atravessar a nado, poucos minutos depois um camarada nosso, chamado Ciriaco, foi arrebatado à nossa vista por um desses dois medonhos entes. “É um jaú!”, bradaram aterrados os tropeiros, enquanto as águas, no golfão que de súbito formaram, se tingiam do sangue do mísero.

Dali a instantes... só o deslizar sereno de tranquilo rio. O pobre do Ciriaco havia desaparecido para todo sempre! Que angústia, que apertar de coração a todos nós em momento tão terrível e por muitos dias! A noite eu me via cercado dos mais extraordinários monstros naquelas ínvias e asselvajadas regiões, sujeito aos seus assaltos, dilacerado por eles, devorado!...⁴⁵⁰

A descrição minuciosa, a dramaticidade da cena e a força narrativa imprimem não apenas o estilo literário que consagrou Taunay como um dos grandes nomes da literatura brasileira, também formam um modo de ver o país e ensinam aos brasileiros os sertões quase incógnitos pelos políticos e burocratas da Corte. As qualidades descritivas do autor, aliadas a força de verdade da experiência do narrador-viajante, serão usadas frequentemente por Taunay enquanto um princípio de autoridade, como também por aqueles que propagaram seus ideais de progresso e, em um sentido muito pragmático, desconstrói a imagem idealizada pelo romantismo e pelo IHGB da natureza, dos sertanejos e dos indígenas.

Embora dedique não pequeno trecho de suas *Memórias* à descrição dos principais peixes da bacia do rio Paraguai e estenda parte de seu raciocínio a outras regiões do país — até da própria História Natural, citando o tratado de Piso e Marcgrave e a necessidade de ampliar o conhecimento dos peixes nativos —, a verdade é que para Taunay tanto a pescaria era apenas uma “distração” quanto o pescado não passava de alimento das classes inferiores. Alimentar-se de peixes, encontrar sustento nessa atividade que não inspirava o trabalho e a disciplina moral,

⁴⁴⁹ Ibidem, p. 201.

⁴⁵⁰ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 212. Com efeito, Alfredo d’Escagnolle Taunay não foi o primeiro membro da família a estar na província de Mato Grosso. Em 1828, Aimé-Adrien Taunay, desenhista da expedição Langsdorff que viajava pelo interior do Brasil morreu afogado no rio Guaporé.

condicionava os homens àquela “vida dos sertões”, na qual, segundo o autor, “é tão difícil saber comedir-se!”⁴⁵¹. Constatava Taunay que encontrar alimentação farta através da pesca era um dos males comuns da vida sertaneja, custando a disciplina e o trabalho aos nativos que deixavam de nutrir ambições de conforto e que, ao primeiro sinal de obrigações ou privações comuns à vida “civilizada” nas cidades ou no trabalho agrícola, fugiam para as matas. Porém, sustenta o Visconde, a fartura que a mata e os rios provêm é de um tipo muito específico: “Ah! Que *menus* pode o sertão fornecer aos gulosos! Infelizmente não abundam a caça e pesca excepcionalmente delicadas e saborosas.”⁴⁵²

Com efeito, Taunay atuara sempre pela afirmação do paradoxo fundamental do modo de produção capitalista: o esforço diário, perseverante, que “olha para objetivo que nunca é alcançado todo, mas que se alarga, para quem caminha, conseguindo horizontes cada vez mais vastos e sedutores”. Ou seja: ampliar as necessidades na medida que em se restringem os meios de satisfazê-los. Afirmava o Visconde:

[...] a conquista dessa parte de felicidade e riqueza a que têm direito todos que trabalham e ganham o sustento quotidiano com o suor do rosto.

A ambição, uma nobre e justa ambição, eis o grande estímulo. O nosso caipira, o caboclo, como chamam no Paraná, gaba-se antes do mais de não sentir absolutamente este incitamento.

— Porque é que você não cultiva a sua terra, perguntava eu a muitos. — Não sou imbicioneiro, como esses estrangeiros, que andam por aí — respondiam-me.⁴⁵³

Para além da representação caricatural do homem interiorano, de todo ignorante inclusive no falar, contrastante com o “disciplinado” imigrante europeu, a citação remete ao clássico problema do trabalho que tanto discutiram José Bonifácio em relação aos indígenas e Carlos Taunay aos africanos escravizados. A abundância e a fertilidade — mas não o refinamento, características essenciais da natureza brasileira — ao dar muito aos homens sem quase nada exigir, são frequentemente tomadas por empecilhos de um projeto civilizatório. Entendia o Visconde (e também toda a elite política do país) que a contrapartida que o estado de natureza exigia, um estado selvagem de embrutecimento, era a conformação a uma vida sem confortos e luxos, de satisfação tão somente de necessidades imediatas e que bestializavam.

Se os homens fugiam ao trabalho diário e disciplinado diante dos víveres que a floresta e os rios lhes serviam, a guerra então lhes era ainda mais apavorante, de modo que Taunay interpretou que a fraca defesa da província do Mato Grosso era devido às facilidades com que uma vida errática e selvagem se fazia uma alternativa ao combate ao invasor paraguaio. Diz ele

⁴⁵¹ Ibidem, p. 215.

⁴⁵² Ibidem, p. 217.

⁴⁵³ TAUNAY, *Viagem philosophica...*, op. cit., p. 54.

que havia um rifão muito em voga: “Deus é grande, mas o mato ainda maior!”⁴⁵⁴ A província do Mato Grosso estava duplamente abandonada: tanto pelos habitantes que não faziam esforço nenhum em progredir e defender o vastíssimo território quanto pelo governo imperial que não desenvolvia projetos de civilização e (re)ocupação. Nesse sentido, Taunay estendeu esse raciocínio a todos os sertões brasileiros, tendo viajado o quanto pôde pelas províncias que presidiu:

Verdade é que não me poupava à fadiga, em contínuas viagens, para ajuizar das estradas e caminhos, conhecer as localidades, pôr-me em contato com os seus homens e estudar *de visu* as questões que lhes eram atinentes. Nem há melhor sistema de administrar. Mais vale um olhar, uma impressão repentina e segura dos fatos, do que os mais minuciosos e bem-elaborados relatórios e exposições.⁴⁵⁵

Voltando ao problema da carência de fontes de água salubre durante a expedição ao Mato Grosso, essa necessidade absoluta fez com que posteriormente, e de modo quase obsessivo, Taunay descrevesse as fontes de água, suas qualidades e seus defeitos no relato de viagem que realizou durante a presidência da província do Paraná.⁴⁵⁶ O então presidente da província inventariou de tal modo as fontes de água e suas características — “No geral, em toda a província, a qualidade da linfa essencial à vida é de qualidade inferior”⁴⁵⁷ — que deixa ao leitor a impressão mais viva possível. Diz ele que nos Campos Gerais do Paraná:

Os pântanos são raros, quase não existentes e no geral os rios e ribeirões correm por sobre grandes lajeados. Entretanto as águas se não são de todo ruins, deixam bastante a desejar. Pode-se afirmar que, com raras exceções, em todo o Paraná não há água que satisfaça bem o paladar senão nas serras. Assim mencionarei com particular encômio a que se bebe na Estrada de Ferro, de Paranaguá a Curitiba, depois do Pico do Diabo na Serra do Morumbi: a de uma cascatinha na Serrinha, entre o Itaqui, uma légua além de Campo Largo, e o alto, antes de S. Luís, as da Serra da Esperança, no sertão de Guarapuava. Estas, então, abundantíssimas e deliciosas.

Esta questão de boa água torna-se motivo de rivalidade entre as povoações paranaenses. É das primeiras e mais apreciadas causas de elogio gabar-se a qualidade da água. Em Ponta Grossa teimam os habitantes que o abastecimento que lhe dão as suas nascentes é muito superior à das melhores fontes da cidade de Castro, o que é aliás contestável.

O que não há duas opiniões, é que a água de Curitiba é de qualidade muito inferior à de qualquer outro povoado, em certas ocasiões bastante ruim, e às vezes quase

⁴⁵⁴ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 181.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 557. Maria Alice Rezende de Carvalho propõe que a perspectiva de Taunay em relação a natureza e ao homem brasileiro é “menos aquela de quem busca a nossa expressão essencial, o nosso mito de origem”, e mais a de um realista “em sua incansável faina de incorporação territorial e de civilização, sob os auspícios da Coroa.” CARVALHO, op. cit., p. 53.

⁴⁵⁶ Nas últimas páginas de suas *Memórias*, diz o autor que sempre apreciou em extremo a água “sendo grande bebedor de água. Chego por vezes a crer, pela profunda sede que sempre senti, a *polidipsia* como cientificamente se diz, que desde muito moço sofria de diabetes, pois é este fenômeno uma das mais incômodas manifestações daquela moléstia. [...] Quando avistava bonito trecho de água buliçosa e bem transparente, imaginava o prazer que teria se pudesse tragar toda aquela massa líquida, fazendo-a passar rápida e refrigerante pelo corpo todo! Ora isto não é natural.” TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 506.

⁴⁵⁷ TAUNAY, *Viagem philosophica...*, op. cit., p. 45.

intragável. Situada a capital no meio de um vale largo e longo, e todo cercado de colinas, é o terreno em que assenta muito encharcado e fofo, o que dá a cada morador a facilidade de abrir uma cacimba em seu quintal e, portanto, ter meio cômodo de se abastecer mais ou menos abundantemente de água. Como, porém, ali mesmo se escavam fossos e buracos para toda a sorte de despejos, acontece que pelas infiltrações naturais e facilímas em chão tão poroso e empapado, os poços que servem para o uso comum, vão se impregnando de matérias animais em decomposição, que não só tornam a água pesada ao estômago, e de gosto desagradável, como também concorrem para produzir graves enfermidades de caráter tífico que já tem aparecido naquela cidade com feição epidêmica um tanto seria. Os médicos de contínuo clamam por providências urgentes e por mais tempo não pode Curitiba, com o desenvolvimento de população que vai tendo, procrastinar essa grande questão do abastecimento de água potável, que o rio Barigui a uma légua de distância pode fornecer-lhe por enquanto copiosamente.

Paranaguá ufana-se de ter muito boa água. Não é com efeito de todo má, entretanto um tanto pesada e inferior à de Antonina na costa e mais para dentro, à de Morretes e Porto de Cima. As da serra da Graciosa e Marumbi são puríssimas, leves, deliciosas. No planalto de Curitiba, a da Capital é, como já fizemos ver, pouco apreciável e deve sempre ser filtrada. A de S. José dos Pinhais não é desagradável, mas em Campo Largo, pode ser considerada boa; melhor ainda a de Castro. Os rios, ribeirões e nascentes dos Campos Gerais não oferecem boa água senão por exceção. Enfim, no geral e até em Guarapuava, o abastecimento é feito por meio de poços e cacimbas.⁴⁵⁸

Já no período de autoexílio, André Rebouças, um capitalista antes de tudo, mostrava-se mais atento à manutenção das fontes de água nas grandes cidades, pois esta já se tratava de uma mercadoria explorada por agentes privados. Tal fora também o caso de seu irmão Antônio que havia projetado e executado a obra da fonte de água da capital paranaense, localizada na praça Zacarias.

Em carta ao jornalista dono do *Jornal do Comércio*, José Carlos Rodrigues, datada de 30 de outubro de 1891, o engenheiro discutia a questão da salubridade da água na capital federal de modo muito semelhante àquela de Carlos Taunay e até mesmo de José Bonifácio, associando diretamente a manutenção das fontes de água à preservação da floresta, demonstrado que uma tradição de pensamento já se efetivara entre os pensadores do Brasil do século XIX⁴⁵⁹:

Todos sabem a dependência mútua que há entre águas, florestas e higiene, e, que deixados ao abandono e nos elementos de vida e de conforto, é difícilimo, senão quase impossível restaurá-los ou reproduzi-los.

⁴⁵⁸ Ibidem, p. 87. Cirino, que faz pensar no Ciriaco devorado no Mato Grosso, personagem central da trama de *Inocência*, morre pedindo água ao adjuvante Cesário que lhe responde dramaticamente:

“— Quem foi o assassino?”

— Ninguém, rouquejou o mísero, foi... destino... Morro contente... Dê-me água... e fale-me de Inocência...

— Água? Exclamou Cesário com desespero, aqui no meio do cerrado? O córrego fica a três léguas pelo menos...”
TAUNAY, Alfredo de Escragnolle, Visconde de. *Inocência*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 269.

⁴⁵⁹ Nesse sentido, a tese de José Augusto Pádua se confirma inexoravelmente ao destacar a “existência de uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural por parte de pensadores que aturaram no país entre 1786 e 1888”. PÁDUA, *Um sopro...*, op. cit., p. 10. O caso de André Rebouças, estudado pelo autor, é definido a partir da capacidade de: “estabelecer uma relação de causalidade forte entre o escravismo e o caráter decadente, atrasado e destrutivo da vida socioeconômica brasileira”; segundo Pádua, Rebouças “manteve o mesmo enfoque progressista, político, cientificista e antropocêntrico [de José Bonifácio], apenas destacando dentro desse universo teórico, a questão do escravismo.” Ibidem, p. 264.

Cumpra, pois, providências, desde já, para o Rio de Janeiro do futuro; com população de 2 a 3 milhões de habitantes, exigindo cada um mil a 2 mil litros por dia.

Não há limites para o consumo d'água nas populações de um elevado grau de civilização; as quais exigem água para banhos cotidianos, para piscinas de natação; para lavanderias públicas; para fontes, repuxos, jardins, pomares, etc., além dos serviços domésticos e dos trabalhos de pequena e de grande indústria. É, portanto, de urgente necessidade tomar, quanto antes, as seguintes providências:

I. Desapropriar todas as nascentes, cascatas, rápidos e rios encachoeirados de altitude superior a cem metros;

II. Desapropriar todas as montanhas e florestas em que essas águas tiverem origem;

III. Proibir a construção de prédios de habitação em todos esses terrenos;⁴⁶⁰

Em aparente contradição com seus princípios liberais, Rebouças propunha desapropriações e proibições de acesso a um bem comum. No entanto, não há contradição alguma, pois não se tratava para ele de um bem público, de uma questão republicana, era tão somente o cuidado com uma mercadoria de altíssima demanda que, se lhe fosse necessário, removeria todas as formas de vida que nela repousassem ou a ela estivessem associadas. No entanto, a carta já não mais surtia efeito, Rebouças estava exilado na Europa e suas ideias já não mais circulavam nos circuitos intelectuais brasileiros.

André Rebouças partilhava incondicionalmente dos princípios do Visconde de Taunay e, sem os artifícios literários do amigo, pregava diretamente aquilo que chamava “Progresso”, a lei geral da “Ciência econômica”: “o acréscimo da prosperidade individual e, consequentemente, da prosperidade nacional e universal; o desenvolvimento da força produtiva individual e social; a extensão do domínio do homem sobre a natureza”.⁴⁶¹

A crença no progresso e na denominada ciência econômica — o autor propagava “a máxima liberdade para a expansão de todas as faculdades do homem” aliada ao “capital sempre crescente” e “o imposto reduzido ao mínimo”⁴⁶² — fez com que Rebouças não apenas relevasse certos desequilíbrios ambientais que conhecera e produzira, como também expressasse uma crença quase inabalável na capacidade humana de recompor quadros de devastação e degradação dos terrenos. Diz Pádua que “Rebouças tinha uma grande confiança na capacidade da boa tecnologia para regenerar o ambiente. Mas ela apenas seria aplicada se houvessem atores sociais motivados para tanto.”⁴⁶³

No imaginário de Rebouças havia pouco espaço para o sertão e nenhuma experiência mais viva de internar-se no interior bruto como fizera Taunay para uma visão mais sistêmica,

⁴⁶⁰ REBOUÇAS, *Cartas d'África...*, op. cit., p. 27.

⁴⁶¹ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 14.

⁴⁶² Ibidem, Idem.

⁴⁶³ PÁDUA, *Um sopro...*, op. cit., p. 268.

metabólica ou dialética da natureza.⁴⁶⁴ A visão de mundo de André Rebouças pode ser definida essencialmente como antropocêntrica: o Deus bíblico criou o mundo e tudo que há nele para usufruto do Homem, sendo o único limite imposto a exploração de um homem por outro homem de modo a privar-lhe a liberdade, um paradigma liberal. Tudo na natureza se mostrava passível de aprimoramento ou conserto através da razão, se algo aparentasse escapar do controle humano, Rebouças concluía haver alguma alternativa já testada pelo gênio humano em algum lugar do planeta. Afirmava o engenheiro que “Não há reforma liberal, por mais grandiosa que seja, que não possa ser realizada pela palavra e pela imprensa. [...]. É a ambição, são os maus instintos, que incitam as revoluções!”⁴⁶⁵

Diante da Grande Seca que se abateu sobre o sertão nordestino entre os anos de 1877-1879, nos discursos parlamentares do período falava-se na possibilidade de revoluções e de comunismo nas regiões atingidas.⁴⁶⁶ O comunismo era para esses parlamentares sinônimo de tomada de propriedade, de caos jurídico e de violência. André Rebouças cita, por exemplo, o discurso do falecido senador cearense Pompeu que afirmava que em 1825 “no Sobral, e nos maiores povoados, refúgio contra a fome e os quadrilheiros, bandos armados, talhavam o sertão e se apoderavam das propriedades alheias como em pleno comunismo.”⁴⁶⁷

Para Rebouças, comunismo e socialismo eram expressões inaceitáveis, sinônimo de fim da propriedade privada e de monopólio estatal. A segurança da propriedade privada e a livre iniciativa eram leis gerais da ciência econômica violadas em essência por essas duas correntes teóricas que se espalharam pela Europa — frutos de uma particular noção de raça para Rebouças: a decrépita raça latina com seus fanatismos jesuíticos. Afirmava o autor que:

De 1830 a 1842, porém, quando se fez a propaganda para a construção da rede dos caminhos de ferro franceses, predominavam em França ideias socialistas.

Os discípulos de St. Simon e Fourier, mal secundados por um sem número de socialistas e de comunistas, eivados das mais perversas intenções, inundavam este país de falsas e perigosíssimas ideias!

[...]

Nestas escolas se aprendia um falso e fatalíssimo princípio: tinha-se aí em mira uma atrofiante utopia: — a criação de um governo/providência, capaz de substituir a iniciativa individual. Esse governo/providência devia distribuir até os alimentos de primeira necessidade, e, com mais forte razão dar à comuna transportes gratuitos ou por preços mínimos, construindo e gerindo todas as estradas de ferro e todos os canais. Substituir o governo à iniciativa individual! Fazer da França e depois do mundo coisa pior que a imutável China e o taciturno Paraguai dos Jesuítas!

⁴⁶⁴ O irmão Antônio o descrevia nos seguintes termos em 1869: “Acho o André cada vez mais ativo e mudado quanto ao modo de trajar, etc. É agora um perfeito *gentleman* [...] Isto é que é andar sem carecer atravessar sertões com risco de vida e embrutecimento do espírito.” Apud JUCA, op. cit., p. 33.

⁴⁶⁵ REBOUÇAS, *Agricultura nacional*..., op. cit., p. 307.

⁴⁶⁶ VILLA, op. cit., p. 46. O autor cita um trecho do jornal *O cearense* de 20 de março de 1877 que afirmava não estar distante: “o dia em que o comunismo passaria do plano puramente especulativo e teria a mais formidável aplicação prática.”

⁴⁶⁷ REBOUÇAS, *Socorros públicos*..., op. cit., p. 30.

Que louca ideia! Digna é verdade do comunismo, parto monstruoso da decrepitude da raça latina!

Esquecer que um país é tanto mais livre e progride tanto mais quanto mais independente é o indivíduo do governo; — que onde a ação governamental onipotente abafa a iniciativa individual aí começa o absolutismo, autocrático ou comunista; a depravação geral, o embrutecimento da espécie...

Das absurdas ideias socialistas e comunistas nasceu a utopia. “Que se devia predispor tudo para alcançar no futuro este *desideratum*. O governo possuindo o gerindo todas as obras de utilidade pública, estradas de ferro, canais, docas, etc., e facultando à comuna o seu uso gratuito.”⁴⁶⁸

Retomando o problema da água e do abastecimento de água no Império: Rebouças, ao se deparar com o problema das secas no norte do Império (atualmente denominado Nordeste), especificamente a que atingiu devastadoramente a província do Ceará em 1877, começa a discutir a questão nos seguintes termos: “Notai que, até aqui, temos deixado obrar a natureza por si só [...]. Agora pretendemos fazer pelo Ceará e pelas suas irmãs de infortúnio tudo quanto ensinam a ciência e a experiência dos povos mais avançados na estrada do progresso.”⁴⁶⁹

Após comparar metodicamente o caso cearense com as notícias e relatos das secas indianas, o autor conclui que o caso brasileiro é menos complexo e que haveria, com efeito, muita água na província, mas não estrutura para armazená-la e, sobretudo, planejamento para enfrentar as secas ainda que imprevisíveis — “não são como as inundações, que surpreendem, mas que até se avizinham a passos detidos.”⁴⁷⁰

A solução proposta por Rebouças era de longo prazo, engenhosa e promissora, consistindo em dragar rios, construir represas, drenar vales, irrigar campos, reflorestar áreas, destilar água do mar, etc.⁴⁷¹ No entanto, a questão fundamental para a realização dessas obras,

⁴⁶⁸ REBOUÇAS, *Garantia de juro*..., op. cit., p. 62-63.

⁴⁶⁹ REBOUÇAS, *Socorros públicos*..., op. cit., p. 13.

⁴⁷⁰ Ibidem, p. 76.

⁴⁷¹ Paulo Cesar Gonçalves demonstra como se organizou o debate no Instituto Politécnico sediado no Rio de Janeiro sobre a questão da seca, não havia de fato um consenso entre os cinco participantes da comissão destinada a debater o problema, muito menos uma orientação ou exemplo a ser seguido. Diz o autor, por exemplo, que Viriato de Medeiros elaborara uma crítica às ideias defendidas pelo grupo de André Rebouças e Henrique Rohan, “questionando a eficácia dos açudes para minorar e prevenir as secas e de sua combinação com o plantio de árvores em grande escala para produzir ‘alteração completa no clima do Ceará’, evitando assim a falta de chuvas.” O grupo foi denominado “pejorativamente de ‘escola pluvífera’ (sic), ou aqueles que podem ‘fazer chover à vontade’”. GONÇALVES, Paulo Cesar. O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.2, abr.-jun. 2018, p.515-539, p. 526-527. O ineditismo da tragédia que ceifou possivelmente mais de meio milhão de vidas humanas deve ser entendido a partir de seus aspectos sociais, dos deslocamentos massivos, das aglomerações insalubres, dos sentidos que o capital impunha e que a ideologia do trabalho impunha, mistificando sob a ideologia liberal o evento natural. Como nos ensinam Marx e Engels, a burguesia “afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca: substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despidorada e brutal.” MARX; ENGELS. *Manifesto comunista*, op. cit., p. 42.

apenas efetivadas com esforços e recursos governamentais (a iniciativa privada, incluindo o próprio engenheiro, não despenderia seus recursos nesses projetos sem retorno), não encontra solução prática, apenas uma acusação formal: “Para *castigar ao Lopes* (é frase oficial) gastamos 600mil contos de réis e mandamos morrer de peste e de bala cem mil brasileiros.”⁴⁷²

Rebouças jamais foi político em sentido estrito, nunca seguiu os passos do próprio pai ou do amigo Taunay, e rejeitava contundentemente os ganhos e negociações necessários à administração pública, de fato ele transitava entre Conservadores e Liberais sem preferências ou preterições. Toda concessão soava à André Rebouças uma forma de corrupção das leis gerais da Ciência Econômica, portanto, seus projetos e críticas não incluíam negociações e representações necessárias a suas realizações. Tudo deveria ser disposto com urgência e sem burocracia, sem discussões demoradas e os vagares das votações.⁴⁷³ O engenheiro tomou grave desconfiança para com a política muito rapidamente durante os combates em Uruguiana, anotando as mudanças de comando em função dos interesses particulares e conflitos partidários, notou ele, por exemplo: “há quem atribuía à política o ter ele [general Mena Barreto] deixado o comando da Divisão de Cavalaria para não continuar às ordens de Osório, inimigo de sua família.”⁴⁷⁴

No caso da seca, fiel aos princípios da Ciência Econômica, Rebouças conclui que os socorros públicos aprovados pelo governo para as províncias afetadas pela seca — especialmente Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba: “miseráveis burgos podres; tristes máquinas de fazer deputados e senadores”⁴⁷⁵ — não apenas eram insuficientes, como se tratavam de “esmolas”. O autor insiste que se as populações afetadas pela seca “tivessem algumas noções de Ciência Econômica, rejeitariam hoje a *esmola de cinco e meio réis por dia* e exigiriam: — TRABALHO E SALÁRIO.”⁴⁷⁶

Ao discutir a seca, também Rebouças se ateve aos peixes, mas de modo muito breve e tratando-os simplesmente como pescado, mercadoria. Em essência, seu projeto consistia em promover a indústria da pesca como fonte de alimentos em larga escala, sem medir as consequências, sem poupar “sacrifícios”, em toda a bacia do rio São Francisco, nos Abrolhos e em todo e qualquer rio da região: “Uma providência econômica, da maior importância, é mandar redes e todos os utensílios de pescar para as províncias flageladas pela seca; estabelecer

⁴⁷² Ibidem, p. 27.

⁴⁷³ Joselice Jucá afirma que “O uso adequado de uma inteligência tanto astuta quanto maquiavélica, utilizada convenientemente ‘atrás da cena política’, conferia-lhe dividendos muito mais lucrativos, em termos pessoais, do que seu claro envolvimento com um ou outro partido.” JUCÁ, op. cit., p. 33.

⁴⁷⁴ REBOUÇAS, *Diário...*, op. cit., p. 88.

⁴⁷⁵ REBOUÇAS, *Socorros públicos...*, op. cit., p. 45.

⁴⁷⁶ Ibidem, p. 47.

grandes pescarias e salgas de peixe”⁴⁷⁷. A urgência e dramaticidade de situação fizeram com que Rebouças, em um dos poucos momentos em seus textos, abandonasse os cálculos, as preocupações com o futuro e as descrições detalhadas.

Certamente Rebouças compreendia como poucos a situação calamitosa que enfrentavam as províncias afetadas pela seca. Ele próprio conhecera o Ceará logo depois do retorno da Europa em 1864⁴⁷⁸, porém não adentrara o sertão de onde se deslocavam para não morrer de sede e de fome “centenas de milhares de nossos irmãos.”⁴⁷⁹ O diagnóstico mais imediato que o engenheiro realizou era correto e bastante sensível — “Dar aos retirantes abrigo, alimentos, cuidados médicos, trabalho e salário”⁴⁸⁰. No entanto, para o autor, dados os primeiros socorros e liberada novamente sua imaginação, o dilema passava a ser equacionar o tempo de duração da seca, da recuperação dos pastos, das plantações e as colheitas (entre quatro a seis meses), a alimentação dos — por ele computados 2.147.000 em todo o polígono da seca — brasileiros afetados pelo evento, a moral do trabalho e o inchaço populacional e os efeitos sociais decorrentes: “é fácil imaginar quão fatal seria manter na ociosidade, durante cinco meses, *recebendo alimento por esmola*, mais de um milhão de pessoas, acumuladas nas cidades e povoações do litoral marítimo e fluvial”.⁴⁸¹ O risco mais eminente e civilizacional era o esvaziamento do sertão e o abandono de uma imensa região fértil e já bastante povoada. Urgia, portanto, passada a seca, “reconquistar o sertão”⁴⁸².

A Grande Seca de 1876-1879 teve seu fim com o retorno da chuva e, consequente, volta dos moradores sobreviventes às localidades. Em termos práticos, nada, ou praticamente nada se fez; porém, em termos retóricos, muito se produziu de imaginário. Fotografias dos sofrimentos e das mazelas sofridas pelas pessoas nos deslocamentos, pela fome, pelo surto de varíola — que encontrou nos acampamentos insalubres, nos corpos fragilizados e na ineficiência da vacinação massiva, ambiente propício para rápida e letal propagação — foram divulgadas no Brasil para sensibilizar a população a fazer doações; no entanto, essas imagens aliadas aos discursos jornalísticos produziram estereótipos e xenofobia ainda em voga; a própria retórica de Rebouças, em sua tentativa de interpretação liberal do evento, ainda nos ressoa em caricaturas políticas. Por fim, ficou guardada mais uma sentença mistificada de Pedro II: “Não

⁴⁷⁷ Ibidem, p. 58-59.

⁴⁷⁸ REBOUÇAS, *Diário...*, op. cit., p. 47.

⁴⁷⁹ REBOUÇAS, *Socorros públicos...*, op. cit., p. 53.

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 82.

⁴⁸¹ Ibidem, p. 53.

⁴⁸² Ibidem, p. 85.

restará uma única joia na Coroa, mas nenhum nordestino morrerá de fome.”⁴⁸³ Frase não rastreável e que não parece correta, haja visto que as províncias afetadas pela seca ainda não eram classificadas como “Nordeste” e seus habitantes não eram conhecidos como “nordestinos”.

*

O detalhamento do engenheiro aplicado em seus tratados e panfletos — André Rebouças calculava com empenho e cuidado o que se dedicava a estudar, perdendo-se em dados pouco criticados como a dimensão territorial do Brasil, como se viu — deriva de sua crença nas leis naturais que regeriam o mundo e a natureza, reveladas pela ciência e formalizadas através dos números. Os números provavam suas teses, comprovavam as leis econômicas e faziam ver a partir de quadros meticulosos as vantagens das alternativas e da própria realidade por ele propostas, ao mais tradicional estilo da economia política britânica de que era súdito.⁴⁸⁴

Em se tratando do comportamento humano, afirma Rebouças que não haveria estudo “que mais aperfeiçoe e retifique a inteligência do que o da Ciência Económica”, afirmava Rebouças. O autor seguia aconselhando: “Tende sempre junto à vossa cabeceira o Evangelho e um bom livro de Ciência Económica. O Evangelho vos ensinará a caridade de homem a homem; a Ciência Económica vos ensinará a caridade de nação a nação.”⁴⁸⁵

O autor, durante a redação de seu manifesto sobre a Democracia rural, completamente imerso na deglutição dos dados produzidos pelo relatório do Ministério da fazenda de 1876, abdicou do senso de contingência, do acaso ou de associações complexas no mundo natural. As ambições humanas desmedidas, os monopólios e a própria escravidão eram por ele considerados desvios contranaturais dos grandes objetivos universais de progresso e bem-estar. Se isso poderia soar como ingenuidade, esses princípios gerais, leis universais, dissimulavam os interesses materiais que André Rebouças defendia.⁴⁸⁶ Em carta ao Visconde de Taunay de

⁴⁸³ BARRETO, Pedro Henrique. História — Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos. *IPEA*, ano 6, edição 48, 10/03/2009, s/p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 29/09/2025.

⁴⁸⁴ Taunay relata que Rebouças teria dito a respeito das obras da Alfândega que concluiu exitosamente: “Não há dúvida possível; [...] o cálculo não falha; tudo está previsto. O mar não pratica absurdos, apesar de seus caprichos.” TAUNAY, Alfredo de Escragno, Visconde de. Notas — André Rebouças. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXVII (1914), Parte II, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, pp. 115-124, p. 117.

⁴⁸⁵ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 169.

⁴⁸⁶ Em seu *Garantia de Juros*, Rebouças defendia um assunto que o preocupava: “se prende intimamente à importante questão: ‘as empresas de utilidade pública devem ser concedidas perpétua ou temporariamente?’ Na Inglaterra, país positivo e prático, onde os assuntos industriais são virilmente tratados, as concessões de obras de

1892, já auto exilado na Europa, Rebouças afirmava categoricamente o que o diferenciava: “O Brasil tem 15 milhões de habitantes. Pelo menos 10 mil foram meus discípulos, meus empregados e meus protegidos nas Docas de D. Pedro II e da Alfândega; nos Caminhos de ferro do Conde d’Eu e de D. Isabel, na Florestal paranaense e em mil empresas”⁴⁸⁷ que ele dizia ter criado de 1864 até 1889.

Para o engenheiro era necessário que o progresso penetrasse “em todas as práticas comerciais e agrícolas. Ter telégrafos e locomotivas”. No caso da província do Paraná, onde a família Rebouças conservava empresas e negócios como a Companhia Florestal Paranaense, ele sabia como poucos que acabava-se “de verificar que a navegação a vapor é possível no Alto Paraná até muito perto da famosa cascata de Guaíra, ou Salto das Sete Quedas”. Ou seja, a província estava servida de dois litorais, um sobre o Oceano Atlântico e outro sobre o Alto Paraná, onde urgia fundar “um porto fluvial franco, livre de todos os direitos aduaneiros na foz do Iguaçu”⁴⁸⁸, a partir de onde se escoariam as madeiras das “inesgotáveis” florestas de Araucária, florestas que “representam um capital incalculável, dádiva do Criador à nação brasileira, a qual espera vias de comunicação para entrar em circulação mercantil: são como outras tantas minas de ouro e prata, de ferro ou de carvão de pedra, ainda por explorar!!”⁴⁸⁹

O cultivo do fumo, por exemplo, é aconselhado pelo engenheiro nos “terrenos que a rotina chama de cansados”, “esgotados ou exauridos”. A resposta do autor é simples: “Mandai vir sementes de Havana; mandai engenheiros aprender os melhores processos de plantio e de cultura.”⁴⁹⁰ Também ele não deixou de imaginar que uma floresta poderia ser recomposta com paciência: “vós podeis plantar à distância de 10 metros 1.071 pés de árvores de madeira de lei, das qualidades mais estimadas, e, nos intervalos, plantar grama de prado e destinar esse prado e essa floresta artificial a pasto de carneiros e mais tarde mesmo bois”. Rebouças estima que “com os cuidados necessários, tereis em 30 ou 40 anos, pelo menos 1.000 árvores, podendo dar vigas de madeira de lei de 18 metros de comprimento e 30 centímetros de esquadria”.⁴⁹¹

Os prazos considerados por Rebouças em todas as suas obras técnicas ou mesmo de propaganda e os tempos de trabalho são sempre detalhados de modo a afirmar a viabilidade do projeto, no entanto, esses termos rejeitam a própria vida enquanto acontecimento contingente, denegando aos seus pensamentos eventos como enchentes, secas, pragas decorrentes de

utilidade pública são em geral perpétuas. Os caminhos de ferro, os canais, as docas, etc., etc, têm sido concedidos às companhias perpetuamente.” REBOUÇAS, *Garantia de juros...*, op. cit., p. 61.

⁴⁸⁷ REBOUÇAS, *Cartas d’África...*, op. cit., p. 145-146.

⁴⁸⁸ REBOUÇAS, *Agricultura...*, op. cit., p. 84.

⁴⁸⁹ Ibidem, p. 87.

⁴⁹⁰ REBOUÇAS, *Socorros públicos...*, op. cit., p. 55.

⁴⁹¹ Ibidem, p. 142.

desequilíbrios, doenças, trabalho infrutífero, etc. — na verdade, o autor desce sempre ao detalhe, estima com preciosidade, podendo ser enquadrado naquele modelo de “utopia liberal” denominada por Ricœur, utopia marcada pela precisão, pela simetria: fundada na confiança no poder do pensamento, processo de educação e de informação, que denega ingenuamente “as verdadeiras fontes do poder que são a propriedade, o dinheiro, a violência, todas as forças que não são da inteligência”⁴⁹².

Diante de quadros religiosos de disponibilidade e de prodigalidade naturais — “riquezas essas inesgotáveis, verdadeiros tesouros nacionais, que produzirão a prosperidade, o bem-estar de inúmeras gerações porvir!”⁴⁹³ — de fronteiras já definidas e sem conflitos, o erro do Brasil era o preciosismo, o zelo demasiado que agia contra os “santos princípio da Liberdade comercial”⁴⁹⁴. Especialmente, para Rebouças, a livre navegação da bacia do Prata, justificativa para a guerra contra o Paraguai, era o grande mal que exigia imediata reparação:

Confessai, perante Deus, que criou todos esses grandes rios para a felicidade dos habitantes da América do Sul, que essa vossa eterna ocupação do Rio da Prata é um miserável pretexto para alimentar no Brasil a oligarquia e o militarismo!
Vós dissestes, durante a guerra do Paraguai, que ireis abrir ao Mundo os grandes rios da Bacia do Prata.

São passados já quatorze anos! — Que tendes feito pela liberdade da navegação do Alto Paraná? — Que portos francos já criastes no Alto Paraná? — O que tendes feito pela liberdade da navegação do Alto Uruguai?

— Já declarastes Uruguaiana, Itaqui e São Borja portos francos? — Mesmo, no rio Paraguai, porque não dizeis ao Mundo que todos os portos fluviais de Mato Grosso são francos ao comércio e à navegação de todos os povos.

— Temeis por acaso que a Província de Mato Grosso prospere, como estão prosperando as províncias do Amazonas e do Pará?

— Temeis que, no Alto Uruguai, renasçam as cidades, que conseguiram aí fundar outrora os jesuítas?

— Temeis que o litoral interno da Província do Paraná fique mais rico que o litoral oceânico?

— Temeis que nos vales do Iguaçu, do Piquiri e do Ivaí, se reedifiquem cidades, se lavrem os campos, se povoem as florestas, de modo a deixar no olvido os decantados esplendores da Republica Teocrática do Guaíra?

Se não tendes medo disso então dizei, por piedade:

— De que é que tendes medo?

— Da unificação da raça espanhola?

Mas isto está escrito: é lei de Deus — a unificação de todas as grandes raças para o conagraamento final da família humana.

— Mas dizeis sinceramente: não é ridículo ter medo de que no Prata se estabeleça uma grande nacionalidade, em condições de olhar para o Brasil de irmão a irmão, sem ciúmes e sem temores?

— Capaz de marchar de par conosco na vastíssima estrada do progresso?

— Tendes medo de deixar criar aí, em lugar de um sorvedouro de todas as nossas riquezas, o mais conveniente e o mais rico mercado de todos os nossos produtos?⁴⁹⁵

⁴⁹² RICŒUR, *A ideologia e a utopia...*, op. cit., p. 324.

⁴⁹³ Ibidem, p. 49.

⁴⁹⁴ Ibidem, p. 44.

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 107.

Os ideais de Rebouças eram uma particular síntese das “leis naturais” da ciência econômica e do Evangelho para a congregar todas as raças, inclusive a “decrépita raça latina”. Desse modo, os confrontos práticos de sua vida se deram essencialmente no âmbito do trabalho como engenheiro, em clubes fechados e manifestos. As redes de influência que seu pai construíra ao longo de sua vida tanto na atividade parlamentar quanto advocatícia pavimentaram o caminho de André Rebouças para atuações as mais diversas sem que ele se visse obrigado a defender pessoalmente na esfera pública da política suas posições e princípios. Não são poucas as menções de amizade a figuras centrais da política imperial, como o próprio Imperador, a família imperial, ministros como Zacarias de Góis e Vasconcelos, Francisco de Sales Torres Homem, Visconde de Inhomirim, que fora seu professor particular de Filosofia durante a infância, Varnhagen que o auxiliara nos EUA e tantos outros nomes de figuras centrais da política imperial.

3. 2 Cavalos e bois

A partir de 22 de abril de 1866, André Rebouças destaca a grande movimentação para transportar mulas, cavalos e bois através do rio Paraná pela esquadra.⁴⁹⁶ Essa descrição contrasta significativamente com a experiência por ele vivida durante o cerco de Uruguaiana em 16 de setembro de 1865, na qual discutira com o ministro da Guerra, Ângelo Ferraz, que lhe afirmou estar decidido a tomar de assalto a localidade ocupada pelos paraguaios:

Ponderei-lhe que não havia nem bois, nem cavalos, nem armamento, nem roupa, que a artilharia ainda não tinha chegado e que tão cedo não estaria organizado o exército. Retrucou, como argumento irresponsável, estar grassando o tifo no exército, [...] O tifo dependendo da tomada de Uruguaiana e não do estado de nudez das tropas, da penúria de recursos médicos, dos inúmeros cavalos que apodrecem no acampamento, da alimentação de carne cansada e farinha má, única de que dispõe a tropa! (Nem bolachas há!).⁴⁹⁷

Os cavalos, como define Crosby, foram “uma absoluta necessidade”⁴⁹⁸ na conquista europeia das Américas. Extintos nessa região do planeta entre 8 a 10 mil anos atrás, a espécie retorna ao Novo Mundo com Colombo e se mostra o auxiliar mais importante dos europeus e seus descendentes na guerra e na paz.

Se os pampas eram um paraíso para os cavalos na América do Sul, de modo que se proliferaram com velocidade sem precedentes nesse meio; as matas, charcos e pântanos

⁴⁹⁶ REBOUÇAS, *Diário: a guerra...*, op. cit., p. 115-128.

⁴⁹⁷ REBOUÇAS, *Diário...*, op. cit., p. 96.

⁴⁹⁸ CROSBY, op. cit., p. 192.

paraguaios e brasileiros foram seu inferno, impossibilitando seu auxílio na função primordial da cavalaria na guerra da época, a perseguição e o desbaratamento do inimigo derrotado.

Grande parte da cavalaria brasileira frequentemente combatia a pé em território paraguaio e mato-grossense, sendo os cavalos reservados aos oficiais e pequenos destacamentos, situação frequentemente relatada pelos seus comandantes e que permitia ao inimigo a retirada e o posterior reagrupamento, estendendo a resistência paraguaia; enquanto os muares, muito mais resistentes, porém extremamente lentos para o combate, serviam ao transporte.

Relata Taunay quando da expedição ao Mato Grosso que a vanguarda preocupava muito ao comandante “pois compunha-se dos homens da nossa cavalaria desmontada.”

[...] não tínhamos mais cavalos: todos haviam sido dizimados no distrito de Miranda, por uma epizootia do gênero da paralisia reflexa, que a nós próprios atacara cruelmente. Sobraram apenas alguns muares para o serviço ordinário do acampamento. O elemento de guerra mais necessário naqueles lugares [grandes planícies pantanosas, onde o homem a pé é objeto de escárnio], a cavalaria, faltava-nos; a ninguém isto passou despercebido. Nossos caçadores, todavia, mesmo obrigados a assumir outra postura, não perderam nada de seu aspecto marcial.⁴⁹⁹

O controle brasileiro do estuário do Prata pela armada permitiu aos estancieiros argentinos, destacadamente o caudilho de Urquiza, fornecer milhares de cavalos e mulas às tropas brasileiras em operação no Paraguai, além da alimentação aos animais. Negócio extremamente lucrativo, haja visto a velocidade com que eram consumidos nas batalhas. O comércio desses animais se fez sem muita dificuldade, a tal ponto que Taunay pode presenciar o abandono sistemático dos animais já descartáveis em grande quantidade. A disponibilidade de cavalos e muares no Paraguai contrastava dramaticamente com aquele anteriormente vivida por Taunay no Mato Grosso:

Quanto me afligia ver à beira dessas sombrosas e humildes estradas pobres burros e bestas caídos por terra, exaustos de forças e condenados à morte, cobertos de uma nuvem daqueles terríveis inimigos, cujas ferroadas tanto os deviam fazer sofrer, agravando-lhes a agonia.⁵⁰⁰

Uma descrição interessante do Visconde diz respeito à delicada e pequena borboleta endêmica na região sul do Brasil e no território paraguaio, a borboleta conhecida como 88 (*Diaethria clymena meridionalis*) em sua interação com os exóticos equinos:

Outra praga sobremaneira os perseguia e essa bem singular nos efeitos desastrosos. Provinha de umas lindíssimas borboletas, as chamadas 88, por parecerem ter esse

⁴⁹⁹ TAUNAY, *A retirada...*, op. cit., p. 76-77.

⁵⁰⁰ TAUNAY, Alfredo de Escagnolle, Visconde de. *Recordações de guerra e de viagem*. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 85.

número escrito na parte externa das asas rajadas de caprichosos desenhos preto-branco. Não se imagina porém o mundo daqueles gentis lepidópteros, na aparência bem *inocentes*, mas de fato em extremo perniciosos, em toda aquela parte do Paraguai. Amontoavam-se nos cantos dos olhos e nas ventas dos animais, buscando qualquer umidade corpórea e em breve provocavam tal irritação nos pontos em que pousavam teimosas, que não tardavam a produzir abundante corrimento, a princípio de aguadilha e logo após copiosíssimo pus!

Um horror!

Que desespero das nossas desventuradas cavalgadas para se defenderem das hostes imensas, flageladoras e sempre mais e mais engrossadas e ferozes dos minúsculos inimigos! Que contínuo e fadigoso dar de cabeça! Impossibilitadas de pastar, emagreciam à vista de olhos e com pouco ficavam de todo cegas! Uma vez no chão, cercadas de milhares de assaltantes, cada órbita tornava-se medonha e nojenta fonte de purulentos rios, que atraíam ainda mais porção das tão terríveis borboletas. Teríamos, com certeza, perdido todos os nossos animais de montaria e carga, se não se houvesse tomado adequada providência, munindo-os de uma testeira de palha de milho cortada em fios, finos, que lhes servia de anteparo aos olhos, sem impedir a vista. Aliás, dentro em breve, desapareceu essa medonha praga particular só a certa e limitada época do ano.⁵⁰¹

O adjetivo que Taunay utiliza, “inocente”, para descrever a borboleta dá indícios onde o Visconde buscou inspiração para sua obra mais famosa: *Inocência*.

O enredo conhecido da obra mais famosa de Taunay nos possibilita refletir sobre o Sertão do autor: lugar aparentemente inocente, ingênuo, porém enganoso e traiçoeiro aos estranhos. Caso de Cirino, assassinado pelo rústico Manecão, depois deste descobrir a paixão entre ele e *Inocência*. Pode-se asseverar que um subtexto do romance diz respeito à penetração nos sertões de qualquer forma de instrução, alvo de forte desconfiança e violentamente perseguida e reprimida pelas figuras de autoridade.

O sertão de *Inocência* é arredio aos estrangeiros e aos eruditos, como se sente a partir da profunda desconfiança que nutrem os personagens em relação a Meyer, o naturalista viajante caçador de borboletas. O cientista alemão é rapidamente tomado como estranho e desconfiável por todos, exceto pelo narrador que nos ensina a apreciar a figura um tanto excêntrica naquelas paragens.

Apenas com a partida de Meyer — afinal ele estava ali apenas de passagem — que as suspeitas de Pereira, pai de *Inocência*, se dissipam e o narrador nos ensina que ele “achou de si para si as desconfianças mal empregadas, e deixou-se levar pela simpatia que em todos incutia o caráter naturalmente inofensivo e meigo”⁵⁰².

Leitor dos cientistas-viajantes que percorreram o Brasil a partir da abertura dos portos às nações amigas, Taunay inspirava-se nesses autores para compor seus escritos e mesmo sua política. Em suas *Memórias*, ele reforçou a imagem do cientista-viajante benevolente, livre de

⁵⁰¹ Ibidem, p. 85-86.

⁵⁰² TAUNAY, *Inocência*, op. cit., p. 199.

interesses pessoais, buscando tão somente o desenvolvimento da ciência, consequentemente, da Humanidade, figura assexuada e nada imperialista.

Então imaginava o indizível enlevo de viajantes como Pohl, Spix, Martius, Saint-Hilaire, Agassiz, Burton e tantos outros nas dilatadas peregrinações pelo esplêndido Brasil, levando consigo enorme cabedal de conhecimentos — inestimável bagagem, mas bem leve, bem fácil de transportar! —, vendo ante os seus passos um mundo de riquezas ainda não exploradas e a cada instante colhendo impressões e notícias preciosas para si e para a ciência de que foram tão nobres e alevantados representantes!

Com sinceridade acredito que seja impossível na terra juntar mais elementos de felicidade, e reunir maior messe de gozos tão serenos e puros, livres, portanto, de qualquer eiva, da menor sombra, da mais ligeira névoa.

Que existência tão bem preenchida, tão plácida em suas honestas agitações, tão proveitosa e singela!⁵⁰³.

A caracterização dos viajantes europeus por Taunay e sua personagem em *Inocência* revelam o tributo pago pela elite imperial àqueles que lhes ensinaram a olhar e representar o próprio país, inclusive sua própria História e fronteiras como já visto anteriormente.⁵⁰⁴

Os cavalos e bois eram, em certo sentido, a ponta de lança da civilização que se queria desenvolver no Brasil: nas terras que eles alcançavam e onde se reproduziam, também um modo de vida civilizado conseguiria se firmar.

A presença desses animais alterava três aspectos fundamentais no modo vida humana: a aceleração e adensamento da comunicação e dos transportes, a mudança alimentar (diz Crosby, por exemplo, que do ponto de vista do ser humano, o gado bovino apresenta grandes vantagens: “é capaz de transformar a celulose — relva, folhas, brotos —, que o ser humano não consegue digerir, em carne, leite, fibra e couro, além de servir como animal de tração.”⁵⁰⁵) e a agricultura, essencialmente como tração para o arado.

José Bonifácio já havia notado e feito notar esse elo profundo entre o modo de vida dito civilizado e a domesticação e uso de bois e cavalos. A complexa teia em que se enredavam homens, animais, plantas e sistemas de governo na Europa — a capacidade de “transformar o meio de modo extraordinariamente produtivo, utilizando tanto os homens quanto a natureza como instrumento para a realização de um propósito dominante.”⁵⁰⁶ — não havia sido tecida nos sertões brasileiros, de modo que o autor insistira na substituição da “dieta vegetal e pouco

⁵⁰³ TAUNAY, *Memórias*, op. cit., p. 207-208.

⁵⁰⁴ Para uma crítica da retórica imperial dos relatos de viagem do período Cf. PRATT, op. cit., e para uma análise específica do Visconde de Taunay Cf. RUNDVALT, Darcio. *Para além do cenário, do palco ou do pitoresco: a paisagem dos Campos Gerais no Paraná nos relatos de viagem do século XIX* — Auguste de Saint-Hilaire, Thomas P. Bigg Wither e Visconde de Taunay. 2016. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

⁵⁰⁵ CROSBY, op. cit., p. 186.

⁵⁰⁶ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo Companhia das Letras, 2011, p. 141.

própria a gente do trabalho” a partir da “criação de gado *vacum* e cavalar”, da produção de “alimento mais abundante e nutritivo” aos animais e da construção de “currais e poteiros com ranchos secos para se abrigarem de noite das feras e das injúrias do tempo”; assim, a partir dessa nova relação com esses animais, ligava-se os homens — essencialmente os indígenas — à terra e se lhes fundia o princípio da propriedade com “os proventos” que se pode “tirar do seu gado não só para o melhor e mais certo sustento mas também para o comércio”⁵⁰⁷.

Forçar certas associações com plantas e animais e recusar outras já de muito estabelecidas foi o projeto de José Bonifácio e de Carlos Taunay. Especialmente a introdução de animais usados para tração permitiria a introdução daquela ferramenta tão elogiada pelos dois e que será alçada por André Rebouças ao posto de principalmente instrumento de progresso: o arado.

Se para Carlos Taunay o arado era a base da civilização e o instrumento capaz de livrar o país da praga da escravidão. Para André Rebouças, o arado era o maior aliado na luta contra a escravidão (“A rotina escravagista ousava afirmar que era impossível aplicar o arado em terras do Brasil?! — O que não tem ousado afirmar a iniquidade e a ignorância?!...”⁵⁰⁸), devendo ser empregado em todas as terras e culturas, com especial destaque para a experiência paulista em Limeira, onde o emprego do arado aliado ao emergente trabalho imigrante teriam libertado a cultura do café dos jugos escravistas.

Não é demasiado retomar a sentença de Marx:

Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Apenas sob determinadas condições ela se torna capital. Arrancada dessas condições ela é tão pouco capital quanto ouro é em si mesmo dinheiro ou açúcar é o preço do açúcar. [...] O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção.⁵⁰⁹

Parafraseando: um arado é apenas um arado...

Para o emprego efetivo do arado na agricultura brasileira era determinante o uso de tração animal, especialmente bois. A pecuária em maior parte do país, por sua vez, exigia radical transformação dos meios naturais e do modo de vida, em uma palavra: reforma.

Nos campos do sul, tanto Taunay quanto Rebouças puderam contemplar enormes rebanhos de cavalos e bois e negociações desconcertantes em números desses animais — Rebouças cita que em Uruguaiana “Um negociante, que havia prometido fornecer 11.000 cavalos nunca os apresentou, e os que trouxe impunha que fossem recebidos sem escolha.”⁵¹⁰

⁵⁰⁷ SILVA, *Apontamentos...*, op. cit., p. 58.

⁵⁰⁸ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 80.

⁵⁰⁹ MARX, *O capital*, vol. I, op. cit., p. 836.

⁵¹⁰ REBOUÇAS, *Diário...*, op. cit., p. 76.

Rebouças indicava em seu tratado de *Agricultura nacional* a importância da criação de gado para a promoção da agricultura, destacando os campos naturais do sul do país para essa atividade. Ao discorrer sobre os campos de Lages, em Santa Catarina, diz ele que

A criação do gado é sempre uma das indústrias rurais mais lucrativas: é indispensável para o conforto do lavrador e para um bom sistema de afolhamento ou de cultura pelo sistema de rotação.

Sob o ponto de vista da química agrícola, a raça bovina funciona como uma retorta natural, que converte admiravelmente a grama dos prados em fibrina e nos princípios azotados e fosforados, mais necessários à alimentação do homem. Os ossos queimados, além de terem muitas aplicações industriais, dão excelente estrume para todos os vegetais, que necessitam de fosfato e de cal.

[...]

Nessa admirável cadeia, repetimos, em que cada ser é alimento de um outro, a ordem zoológica dos ruminantes é incontestavelmente um dos elos mais importantes. É por isso que não cessaremos de aconselhar, não só à província de Santa Catharina, como a todas as outras, que têm a felicidade de possuir campos de criação, a maior atenção e os maiores desvelos para o desenvolvimento progressivo da indústria pastoril.⁵¹¹

A situação, no entanto, era bem diferente em quase todas as províncias, como notara Taunay no Mato Grosso e Rebouças ao examinar os dados do senso da província de Goiás:

Causa dó ver o minguido quadro da exportação da infeliz província de Goiás!

No exercício de 1872 a 1873 toda a exportação se reduziu a:

17.981 bois, garrotes e cavalos;

8.277 couros crus ou curtidos;

3, 548 rolos de fumo;

E nada mais!...

Uma região fertilíssima —; vasta de 1.132.560 quilômetros quadrados; maior do que o quádruplo do território da Prússia; dotada pelo Criador de duas grandes estradas naturais, dessas que andam, na bela expressão de Pascal, o Araguaia e o Tocantins!

E tudo isso subsiste na miséria e na decadência dos tempos coloniais!

Quem sabe se mesmo pior?!...

Ah *rotina!* Ah *desídia!*⁵¹²

As enormes paragens da imensa província não prestaram socorro, com carne, couro e cavalos às tropas no Mato Grosso devido à incomunicabilidade.

Os rebanhos do Rio Grande do Sul se prestavam a enriquecer os estancieiros e escravocratas, como destacara Rebouças; a província exportava muito couro cru e crinas de cavalo, no entanto, a agricultura era pouco praticada⁵¹³.

3. 2. 1 Os Campos Gerais do Paraná

⁵¹¹ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 93.

⁵¹² Ibidem, p. 100.

⁵¹³ Ibidem p. 94.

Preconizado por Auguste de Saint-Hilare a partir de sua viagem de 1820 como o “Paraíso terrestre no Brasil” e a região mais apta para a imigração europeia — como se verá adiante —, o Paraná e seus vastos Campos Gerais representaram uma grande decepção ao Visconde de Taunay que comparava a realidade que via com aquela que descreveu o famoso viajante francês. Afirmava o Visconde depois de seu período como presidente da província em 1885:

Assinalo o fato porque atualmente a indústria pastoril, e sobretudo a de cavalos, vai quase radicalmente desaparecendo nos Campos Gerais [...].

As multiplicadas queimadas exauriram a terra, modificando-lhe os elementos que lhe eram próprios para auxiliarem e provocarem a vegetação, de maneira que hoje há grandes extensões que só produzem pasto enfezado e que não pode alimentar o gado por mais sóbrio e menos exigente que seja.

Aliás a constituição geológica de toda aquela região, [...], não favorece mais enérgica vegetação, por isso que a exígua camada de terra ou solo arável assenta sob espesso e prolongado lageado.

Não fosse esta circunstância, em alguns e largos trechos insanável, o Paraná, sobretudo os Campos Gerais, teriam diante de si o mais próspero e brilhante futuro pastoril, se se tratasse do replantio dos pastos, como fazem com tamanho êxito a Austrália, a Nova Zelândia e muitos Estados da Confederação Norte Americana.

A cultura cuidadosa das ervas preconizadas para essa transformação, a *nevada grass* e *victoria grass*, substituindo em grandes extensões os pastos naturais, deu lugar a pasmosos resultados e originou o extraordinário e admirável movimento comercial, que, por meio dos vapores frigoríficos da Oceania, abastece os mercados de Londres de carne de vaca e de carneiro do mais delicado sabor, satisfazendo as exigências dos mais difíceis e meticulosos gastrônomos.⁵¹⁴

Para Taunay, os Campos Gerais do Paraná não se tratavam apenas de uma região em franca decadência pastoril, sem futuro, como também não se prestavam à agricultura: “se notam, embora sua formosura como paisagem, sinais evidentes de sua imprestabilidade para a cultura e até mesmo para servirem de simples pasto para o gado.”⁵¹⁵

⁵¹⁴ TAUNAY, *Viagem philosophica...*, op. cit., p. 89-90.

⁵¹⁵ Ibidem, p. 75. Lembremos também o caso da introdução de carneiros pelo tal Sr. Jauret citada anteriormente: onde havia bom pasto, a corrupção política e a burocracia se interpunham como obstáculos mais fortes; havendo, segundo Taunay, um elo inquebrável entre a má política local e a rotina inquebrável dos maus hábitos. Os carneiros, espécie ruminante, exige mais cuidados que cavalos, mulas e bois que pastam livremente e se defendem de ataques de predadores e parasitas de modo mais eficiente, demandando manejo extensivo e trabalhos vigorosos; conforme relata Taunay, a carne de ovinos, mais sofisticada, desagradava os paladares rústicos dos habitantes do Campos Gerais, conclusão desmentida por Bigg-Wither que relatava caso semelhante anos antes do projeto da Sociedade Central de Imigração, porém concluindo de outro modo. Dizia o viajante inglês: “Há ainda outra razão (que, a princípio pode parecer paradoxal) para explicar porque a criação de carneiro não teve êxito. E esta baseia-se no fato de o Governo ter-se mostrado interessado em iniciá-la, chegando mesmo a fazer diversas experiências, em pequena escala, as quais, infelizmente, redundaram em perda total, o que só serviu para desencorajar a iniciativa privada. Vou dar a seguir esboço do *modus operandi*, como me foi relatado por imparcial observador, porém inteligente. Certo Cavalheiro (brasileiro, naturalmente) ofereceu as suas terras de graça ao Governo para a experiência. O governo recebeu uma leva de carneiros vindos do sul, pagou todas as despesas do transporte, desembarcando-os sem ônus na propriedade do cavalheiro patriota. Depois de algum tempo, este cavalheiro, muito interessado no bem-estar da manada a seu cuidado descobriu, ou imaginou ter descoberto, que uma das reses estava doente. Deu ordem imediatamente para que a matassem, a fim de não contaminar as outras. Tempos depois, seu olhar de lince descobre a aproximação insidiosa da doença em outro animal do rebanho. As mesmas medidas são repetidas e sua mesa, mais uma vez, fica provida da apetitosa carne. A fama de seus bons jantares se espalha entre

Com efeito, a região que se tornaria província a partir de 1853 era uma espécie de laboratório para a imigração europeia em terras brasileiras tanto por seu clima mais ameno quanto pela pouca ocupação humana efetiva.

Ao descrever a “decadência” pastoril dos Campos Gerais, Taunay tinha em mente a experiência de instalação de uma colônia de imigrantes russos na região que fracassara pela infertilidade do solo: “foi aí, nessa zona tão pouco capaz de produção, tão pedregosa e descampada, em que por assim dizer faltava a condição primordial da cultura — a terra — foi aí que se tentou estabelecer à força cinco mil imigrantes russos”. A malograda experiência, conforme o autor, decorreu da venda fraudulenta de terras pelo político liberal Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá⁵¹⁶, “gastando o Estado na simples compra de fazendas, estéreis muitas delas, sem estarem sequer medidas, nada menos que 1.080:000\$000, que ainda hoje e quiçá sempre representarão capital quase totalmente perdido.”⁵¹⁷

A depreciação sistemática da natureza que Taunay faz dos Campos Gerais do Paraná — “um tapete verde sobre uma mesa de pedra”, teria lhe descrito o Imperador⁵¹⁸ —, sem a proposição de um sistema de reformas e aprimoramentos como por ele imaginado em relação ao mate na província, ou que André Rebouças propusera no caso do Sertão, deve ser entendida sobre o duplo sentido da memória e da política imperiais.

os amigos e conhecidos. E qual deles quer ser esquecido na ocasião do próximo banquete? Esta situação perdurou durante meses e o rebanho diminuía dia-a-dia, até que, finalmente, em desesperado esforço para conservar alguns carneiros nos meses de verão, embora soubesse claramente não poder fazê-lo, cumpre-se a ordem e a faca do açougueiro entra novamente em ação, acabando com o rebanho. Assim, caiu pano no fim do último ato para experiência! O governo perdeu alguns contos de réis e o cavaleiro “patriota” e seus amigos ficaram familiarizados com o paladar da carne de carneiro, mas a sua criação na província do Paraná foi considerada impossível.” BIGG-WITHER, Thomas P.. *Novo caminho no Brasil meridional*: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos — 1872/1875. Tradução de Temístocles Linhares. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Ufpr, 1974, p. 79-80. As duas citações marcam o brasileiro, seja o político, como também o proprietário, enquanto um ente naturalmente corrupto, incapaz de livre iniciativa por já estar implicado em estado de concupiscência.

⁵¹⁶ O destacado político paranaense fora ministro de estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas, em 1864, durante o Gabinete Furtado. As ligações entre a questão indígena e a posse da terra explicitadas em capítulo precedente ganham expressão real no caso paranaense, especificamente a mercadorização da terra.

⁵¹⁷ Ibidem, p. 75. Em seu diário de visita à província do Paraná, em 1880, o Imperador Pedro II tomou nota da questão: “Passei por Alegrete, antiga colônia russa — má terra de cultura. Deixei a estrada nova pela antiga para examinar o Capão da Anta, onde ainda há 11 famílias russas — muito má terra de cultura. Vi plantações de batatas e de milho. O capão não é longo e bastante estreito. Disseram-me que foi Jesuíno Marcondes que vendeu esta propriedade de uma légua sobre duas ao Estado.” D. PEDRO II. *Diário da visita ao Paraná*. Organização por Francisco Marques dos Santos. Ponta Grossa: Uepg, 2008, p. 24. Ao saber da fraude praticada pelo político, o Imperador deu a mãe do político o título de viscondessa de Tibagi, uma clara demonstração de descontentamento em relação ao político. O Visconde de Taunay descreve a situação da fazenda durante sua viagem em 1886: “E, entretanto, tudo ali, no Alegrete, como, nas mais fazendas do Estado sitas nos Campos Gerais, estava no mais completo abandono e os russos e carroceiros, quando passavam por perto das casas de morada arrancavam portas e janelas para acenderem o fogo, a que se aqueciam ou que preparavam a mais que modesta pitaça! Dá-se até fato bastante curioso: o gado dos antigos proprietários continua a pastar ali como se os terrenos não tivessem mudado de dono e custado ao Tesouro, o que custaram”. TAUNAY, *Viagem philosophica...*, op. cit., p. 82.

⁵¹⁸ Ibidem, 76.

O relato de viagem do Visconde foi composto em 1890, ainda sob o efeito da Proclamação da República e do exílio de Pedro II. Ao resgatar a memória do monarca e de suas relações particulares com ele, Taunay buscou resguardar o máximo possível esse mundo já em vias de completa substituição. Assim, um caso público de corrupção em um tema que tanto lhe interessava — Rebouças também fora enganado e havia envolvido pessoalmente o Imperador em uma fraude imigratória no Paraná —, que maculava diretamente a imagem da monarquia, careceu de um pretexto, uma dissimulação.

Ao invés de acusar formalmente Jesuíno Marcondes, que apesar de tudo fora nomeado presidente da província em 1889, o gabinete Furtado e o partido liberal — uma atitude essencialmente republicana, do cuidado e do zelo com a coisa pública —, Taunay produz um juízo negativo da natureza, do homem e da política paranaense. Conclui o Visconde que “o grande mal, o mal maior, das gerências provinciais do regime passado foi a permanência quase contínua nas capitais das antigas províncias dos seus administradores”, “De um lado, hábitos da indolência, de outro, nomeação de pessoas inaptas e inaptas”. O Visconde afirma:

É incrível quanto erraram os governos nas nomeações dos presidentes de província e com que despreocupação mandavam dirigi-las os homens da maior incompetência, senão incapacidade, donde a necessidade quase imediata da substituição muitas vezes para pior. Daí também o domínio quais absoluto e, afinal, intransigente da politiquinha de localidade bafejada por administradores que não estavam preparados para muito mais, do que aproveitar e até fomentar intriguinhas e mexericos em vez de abafá-los e dar outra direção mais elevada e de acordo com as necessidades públicas ao espírito geral e a opinião da província.

Desde os jovens levianos, nomeados por favoritismo, que tudo sacrificavam à vaidade, [...], até aos velhos políticos traquejados nas manobras eleitorais, sombrios e suspeitosos

A alternativa proposta pelo autor para o problema econômico dos Campos Gerais foi o extrativismo, especialmente de erva mate e madeira de Araucária, que abunda “por modo notável”: “Não há dúvida que o pinheiro constitui uma das maiores e mais facilmente exploráveis riquezas de que o Paraná pode tirar opulentíssima renda. O depósito natural da utilíssima madeira é quase inesgotável”⁵¹⁹.

Notara Taunay que o pinheiro “na vida paranaense já representa tão grande papel”, e que “ainda mais saliente e preponderante em futuro não remoto”⁵²⁰, processo no qual se destacara a Companhia Florestal Paranaense, empresa do irmão de André Rebouças, Antônio, na qual esse era sócio. Os irmãos José Pereira e André Rebouças fizeram detalhado estudo das

⁵¹⁹ Ibidem, p. 64.

⁵²⁰ Ibidem, p. 66.

qualidades das madeiras brasileiras que serviu de base para as análises e descrições como que Taunay preencheria seu relato de viagem.

Em determinado trecho da narrativa de Taunay, um detalhe sobressai: os carroções utilizados para transportes, em geral, em toda a província. O autor narra que “ia se tornando raro encontrarem-se nas estradas cavaleiros e tropas de animais”, depois que os russos que abandonaram a malfada colônia e “se encarregaram de todo o movimento comercial do interior para Curitiba, tudo carregando nos seus imensos carroções, que lembram as telegas empregadas nos estepes de sua pátria.” Esses veículos, “puxados por sete, oito e até mais cavalos”⁵²¹, eram proibidos de circular por serem a principal causa da constante deterioração das estradas, no entanto, era impossível fiscalizar.

Taunay colocava em prática, e com determinação, o princípio de seu tio de ser um “estradista-Mor”: abriu e, sobretudo, conservou as estradas para transporte das riquezas. Destacava o autor a obrigação de conservar as estradas já abertas e primar por sua qualidade. Faz ele uma interessante descrição da província durante seu governo:

Quem chega a Curitiba e viaja um tanto o Paraná deve admirar-se da quantidade de carros que hoje servem para as comunicações e mais do que isto, dos veículos de formas variadíssimas que ali há. Encontra-se de tudo, desde o mais elegante e confortável landau à *dix huit ressorts* até a mais singular e anacrônica traquitana, passando pelo *cabriolet*, *tilbury*, *trolly*, etc. Quando o observador supõe esgotadas todas as qualidades de carros, nas mais esquisitas conformações do gosto inglês, num belo dia verifica que lhe faltava ver alguma extravagância, mais a lembrar antigas diligências, sociáveis e outros tipos, bastante raros já, no gênero carruagem, sem falar nos de forma totalmente nova para nós e introduzidos por polacos, russos e tirolezes.⁵²²

A interessante e pictórica descrição do Visconde serve tanto para elogiar sua administração como para destacar a presença e influência de imigrantes europeus que transformaram a fisionomia da capital e de toda a província; porém, esquece o elemento fundamental para a realização desse tipo de transporte: o cavalo. O autor não nos fornece nenhuma informação da origem desses animais, quais suas raças, suas características, sua alimentação, seu comércio. Essas informações nos são fornecidas por dois estrangeiros que estiveram na região nos anos de 1820 e 1872: o francês Auguste Saint-Hilaire e o inglês Thomas Bigg-Wither.

O primeiro nos diz que não era apenas à criação de bois que se dedicam os fazendeiros dos Campos Gerais, “mas à de cavalos também.” Na fazenda do coronel Luciano Carneiro, havia “oitocentas éguas, além de gado, e costumava comprar potros no Sul, que ele revendia

⁵²¹ Ibidem, p. 77.

⁵²² Ibidem, idem.

com lucro depois de mandar domá-los.”⁵²³ Esse indício nos remete aos famosos cavalos crioulos do extremo sul brasileiro e Uruguai, raça mestiça de cavalos andaluz e berbere introduzidos de modo nada sistemático nos pampas. A interação entre humanos e esses animais que existiam em “tamanha profusão, selvagens ou domesticados, [...] moldou a sociedade dos pampas mais firme e permanentemente do que o ouro seria capaz.”⁵²⁴

Os cavalos são descritos pelo autor: “a raça de cavalos dessa região é, aliás, pequena e não me parece bem conformada.”⁵²⁵ Com o que concorda o inglês, que afirma que os cavalos da região eram “pequenos” e com “grande possibilidade de melhoria”⁵²⁶. O autor narra, então, curioso episódio passado na cidade de Ponta Grossa:

Os brasileiros, que gostam imensamente de corrida, ficaram loucos pelo cavalo inglês [trazido por Mr. Edenborough], pois nenhum de seus melhores cavalos podia enfrentá-lo. Quer na corrida rasa, quer na de obstáculos, o cavalo inglês provaria ser inalcançável. Mesmo dando vantagem era invencível. Os nacionais nunca apresentaram um cavalo que o vencesse. Então, depois de uma série de derrotas e dinheiro perdido, o cavalo inglês foi excluído de seus campos de corrida retirando-se coberto de louros para dar a seu proprietário uma renda anual, como ganhão, livre dos riscos permanentes do turfe.⁵²⁷

As características da raça apontadas pelos estrangeiros nos dão indícios do porquê os carroções eram puxados por oito ou mais cavalos: as raças das estepes russas, de onde foram transplantados os carroções, são mais robustas e os meios de transporte eram construídos para esses animais. Os cavalos crioulos do sul brasileiro são menores, mais ágeis, integrados essencialmente com a criação de gado e o transporte individual, de tal modo que na maioria das regiões sul-americanas, nos pampas e na mata atlântica, o transporte de mercadorias em quantidade e com veículos era realizado através de carroções puxados por juntas de bois.

Notara Saint-Hilaire — grande inspiração de Taunay, que afirmava que “ainda hoje, pôde se viajar larguíssimos trechos do Brasil com os livros de Saint-Hilaire em punho, verificando, a cada passo, a rigorosa veracidade de tudo quanto escreveu e pintou aquele consciencioso naturalista em suas curiosas digressões”⁵²⁸, de modo que tudo pareceria ter quedado estereotipado, imobilizado — que na região: “Os homens estão sempre a cavalo e andam quase sempre a galope”, “Os meninos, mesmo os pequenos, aprendem a atirar o laço, a formar o rodeio e a correr atrás dos cavalos e dos bois”. No entanto, “Ali não se cuida senão de

⁵²³ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pela comarca de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. (Farol do Saber), p. 25.

⁵²⁴ CROSBY, op. cit., p. 195.

⁵²⁵ SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 25.

⁵²⁶ BIGG-WITHER, op. cit., p. 122.

⁵²⁷ Ibidem, p. 123.

⁵²⁸ TAUNAY, *Viagem philosophica...*, op. cit., p. 53.

assuntos ligados à criação de gado”; de modo que “a ignorância é extrema; saber ler e escrever é ser um homem instruído”. Nesse quadro de absoluta independência e ignorância “entre os proprietários mais importantes contam-se muitos que não possuem essa ciência (1820); como exemplo eu poderia citar um coronel da Guarda Nacional que desfrutava de justa fama por sua liberalidade e riqueza.”⁵²⁹

Essa descrição da simbiose entre homens e cavalos — o Centauro —, a paisagem campeira com seus capões de mata de araucária e a liberdade de que gozavam homens e animais — “Por toda essa região, os cavalos são deixados soltos nos campos, sendo laçados quando seus serviços se tornam necessários.”⁵³⁰ — foi esmiuçada no singular relato de Salvador José Correia Coelho:

Os campos do Príncipe, Palmeira, Ponta-Grossa, Castro, se denominam — “Campos-Gerais” —; eles são férteis e criam abundantemente gado cornífero, cavalar e mular, e neles passam as invernadas muitas das inúmeras bestas que o comércio importa da Província de S. Pedro.

Os Campos-Gerais são muito para ver; seu capim é mimoso e os horizontes são vastíssimos; eles oferecem contínuas e pequenas ondulações no terreno.

[...]

O pinheiro é o rei das florestas da minha província; ele ergue-se soberbo e majestoso sobre as demais árvores da selva, ostenta o seu gigantesco e verde diadema, e um espectro enorme e secular: o som que a tempestade passando faz sobre seu altivo cimo, diríeis as misteriosas harmonias de harpas invisíveis tangidas em sinal de vassalagem pelos gênios sublimes do ermo que saúdam o grande emir do deserto!

Os habitantes têm presença elegante; são de costumes puros e notavelmente hospitaleiros, inclinados a corridas de cavalos, muitas vezes nelas jogam a máxima parte do seu haver. O belo sexo é mui lindo, gracioso e afável: a instrução da classe média: leitura, caligrafia e cálculo.

Os paranaenses viajam armados, como os povos da província de S. Pedro, cujos costumes em muitíssimos pontos são semelhantes, pois não falando no traje que é o mesmo, no modo de exprimir o pensamento são como os daquela província, adotando palavras espanholas em suas conversações.

Um clima ameníssimo vigora tudo que respira e vegeta debaixo de seu feliz domínio; uma cria sempre nédua pasta aqueles campos saudosos e pitorescos que, ao cair da tarde, são eternecidos dos pios amorosos da perdiz — o tipo da independência e liberdade —, a qual passeia na quebrada, a borda do arroio que vai-se escoando de mansinho por entre o odorífero poejo e encarnado lírio campestre, trêmulo ao sopro da ligeira brisa.⁵³¹

Nesse mundo surge uma figura arquetípica descrita pelo viajante:

Nos Campos Gerais, como na província limítrofe de S. Pedro [os limites da província do Paraná na época do relato eram ainda os mesmos da emancipação política], costumam designar pela palavra — “coxilha” —, a elevação plana, chão, chapada, lombada, lomba a altura plana, planura em cima do monte, a que os franceses chamam — “*plateau*” e significam por — “acanhadas” — as depressões do terreno, os vales, a que está a cavaleiro a planura do monte.

⁵²⁹ SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 18.

⁵³⁰ Ibidem, p. 51.

⁵³¹ COELHO, Salvador José Correia. Passeio à minha terra. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. (Coleção Farol do Saber), p. 87-88.

Seus habitantes que vivem da cria de suas estâncias são muito dados aos jogos das cartas e às corridas de cavalos.

Na povoação são subidamente caros os víveres da primeira necessidade, exceto a carne de vaca;

[...]

Aquele que nos campos-gerais entrega-se continuamente ao costeiro da criação no campo, fazendo o serviço a cavalo é conhecido por “monarca da coxilha”;

[...]

O monarca da coxilha deve saber domar para aturar os corcovos e incidentes do cavalo e da equitação, laçar correndo a cavalo, pealar que é a ação de caçar com o laço pelas patas o animal que se pretende segurar.

Esse quadro e esses costumes não são descritos por Taunay. Não há sequer menção aos costumes dos habitantes, algo destacado por todos que passaram pela região em períodos próximos, inclusive o próprio Imperador — “Os Campos parecem os do Rio Grande.”⁵³² Essa indiferença de Taunay e suas adjetivações pejorativas devem ser entendidas a partir daquilo que ocultam, dos interesses objetivos do Visconde.

Saint-Hilaire notara um aspecto positivo e por ele bastante elogiado: a produção de leite e seus derivados nos Campos Gerais. Relatara o autor que: “O número de cabeças de gado que possuem os ricos Fazendeiros é considerável. [...] Embora uma bela raça, o gado dessa região é inferior ao da comarca de São João d'El Rei, na província de Minas.”

Com efeito, nas duas províncias eram criadas raças crioulas distintas, ainda que do mesmo tronco ibérico: em Minas Gerais e região predominava a raça Caracu, enquanto nos campos sulinos vigorava a raça Franqueira.⁵³³ O viajante descreve os contornos e alguns detalhes da atividade pecuária e leiteira nesta região. Diz que as vacas:

[...] fornecem cerca de quatro garrafas de leite por dia, independentemente do que é consumido pelo bezerro.

O laticínio dessa região é muito bom e constitui o principal alimento dos pobres e dos escravos. Saboreei também uma excelente manteiga na casa do sargento-mor da cidade de Castro, mas se trata de uma guloseima que quase não se encontra em nenhum lugar. No entanto, se os habitantes dos Campos Gerais se quisessem dar ao trabalho de fabricá-la, conseguiriam bons lucros com isso, pois a manteiga poderia ser enviada ao Porto de Paranaguá e de lá despachada para o Rio de Janeiro. Esse produto, comumente importado da Europa, é geralmente vendido ali por preços muito elevados (1820). Os queijos de Campos Gerais não deixam nada a desejar se comparados aos de Minas, mas eles também são fabricados em quantidades muito pequenas. O trabalho sedentário das fábricas de laticínios jamais agradaria a homens que de um modo geral preferem os violentos exercícios a cavalo ou o repouso absoluto.

⁵³² D. PEDRO II, op. cit., p. 23. Bigg-Wither nota que: “Laços, chicotes, esporas, celas, cabeçadas, espingardas de curto alcance e garruchas espalhafatosas tomavam a maior parte do espaço disponível na [casa do senhor Andrade em Ponta Grossa], indicando bastante precisamente a espécie de vida que o nosso hospedeiro e a maior parte de sua família levava.” BIGG-WITHER, op. cit., p. 151.

⁵³³ GLOBO. Fazendeiro resgata a primeira raça de gado do Sul do país: Gado Franqueiro, *Globo Repórter*. <https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2015/02/fazendeiro-resgata-primeira-raca-de-gado-do-sul-do-pais-gado-franqueiro.html>

Como no resto do Brasil, os bois são deixados em liberdade no meio dos campos, entretanto são talvez menos selvagens do que os da Europa, que vivem em estábulos.⁵³⁴

Um denso e rico registro desses animais, como também da paisagem e de alguns costumes dos Campos Gerais foi feito pelo pintor norueguês radicado no Brasil, Alfredo Andersen:



Figura 2 — *A queimada (Lavadeiras)*, Alfredo Andersen, s/d. A pintura além de narrar uma certa ironia — qual seja: nos dias de sol no inverno se lava a roupa e também se queima o campo, empertigando com odor de fumaça o que ficou a secar no sol — também retrata com dedicada fidelidade a paisagem de extensos campos e capões de mata, sobressaindo as araucárias, e a raça de gado crioula Franqueira, reconhecida pelas cores malhadas de sua pelagem e os longos chifres. O gado manso e criado solto, pasta livremente no campo.

Fonte: <https://www.mcaa.pr.gov.br/Pagina/queimada-Lavadeiras>.

A queimada era uma técnica de manejo das pastagens. Além de limpar o campo das ervas mortas durante o inverno pelas geadas e nevadas — os relatos do século XIX quase unanimemente dão notas de nevadas durante o inverno —, com a prática se seleciona ervas específicas para pastagem com a quebra da dormência de sementes, incinera formas de vida que de algum modo competem ou põe em risco o gado, como pequenos roedores, répteis, formigas, cupins, tatus, cobras, escorpiões, pássaros, etc., e, por fim, amplia a área de pastagem sobre os capões de mata.

⁵³⁴ SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 21.

Longe de exaurirem o solo, como propusera Taunay, as queimadas em áreas de campo, em essência, reordenam o ambiente com vantagem para o gado e mais eficiente administração humana do espaço.

Isso não implica em que não ocorressem queimadas espontâneas ou que não fossem praticadas pelos indígenas nativos⁵³⁵. No entanto, a constância metodicamente empregada pelos pecuaristas a partir do sistema de invernadas com grandes propriedades demarcadas redefiniu a prática.

A queimada é descrita por Thomas Bigg-Wither com contornos dramáticos:

Todo o céu, do lado sul, era iluminado por um clarão avermelhado, que tornava sobrenatural a parte escura onde eu me encontrava. De vez em quando se ouvia surdo e distante ronco como de uma trovada, que recrudescia por um momento para logo se abrandar.

O vento, que ainda soprava firme do sudoeste, trazia consigo o cheiro do capim queimado e, ocasionalmente, pequenos fragmentos chamuscados me caíam sobre o rosto e as mãos. [...]

Aqui e ali, já algumas labaredas mais altas surgiam, subindo e desaparecendo nas nuvens suspensas sobre elas. De repente, todo o horizonte se transformou em pompa resplendente e cruzada de línguas de fogo que apareciam e sumiam por cima dos escuros contornos de uma nuvem distante. Em alguns segundos mais as chamas se erguiam de uma grande barragem de fogo movediço, para iluminar o outeiro em que eu me encontrava e para onde as poucas árvores raquíticas projetavam as suas delgadas silhuetas. O fogo ainda estava a muitas milhas de distância, mas avançava com velocidade surpreendente.

O ronco tornava-se agora mais nítido e, por intervalos, explosões surdas se ouviam, causadas por árvores e troncos, e bramiam através do terreno intermediário como o troar do canhão. Fragmentos de capim queimado começavam a cair em maior quantidade e eu já sentia o calor produzido pelas chamas.

Cada vez mais próxima a conflagração, eu via as labaredas se curvarem aqui e ali sob a força do vento, lambendo muitos acres de capim seco em sua rápida passagem. As fagulhas, que consistiam em fragmentos de capim em brasa, subiam continuamente, formando um chuveiro de fogo, iluminando assim a massa escura de fumo e nuvens suspensa como um véu. O crepitar do capim incandescente e os estalidos das árvores afugentaram as aves de seus esconderijos, e muitas perdizes, saracuras e outros pássaros passavam voando por mim, fugindo ao calor, à claridade e ao tumulto infernal que os perseguia. Julguei ouvir um grito provindo do meio do fogo: talvez o de algum infeliz animal apanhado pelas chamas. Fosse o que fosse, o grito cessou e as impiedosas chamas continuaram a avançar.

Afinal, o fogo chegou ao cinturão do mato. Ao primeiro contato, as chamas subiram às grimpas das árvores e pareciam ir devorar tudo naquela ardente arremetida. De repente, esmoreceram, parecendo recuar por um momento, como para reunir novas forças. E então, mais uma vez, se atiraram contra o baluarte das árvores, para novamente recuarem. Repetidas vezes aquela torrente de fogo se arrojava contra os velhos pinheiros, lançando as suas chamas para o firmamento, na vã tentativa de vencer a barreira. Explosão seguida de explosão, em veloz sucessão, tal era o que acontecia com os enormes troncos que rebentavam sob o calor intenso, fendendo o ar com o estrondo de sua artilharia.

Foi esta a parte mais bela do espetáculo. Antes havia ocorrido apenas uma cena de irresistível devastação. Agora, era a luta tremenda. O fogo arremetia louca e furiosamente contra a floresta, que permanecia calma e imóvel. De um lado, todas as forças do pandemônio. De outro lado, outras não menos poderosas. Mas a batalha logo chegou ao seu termo, o pandemônio, com as suas ígneas forças, totalmente vencido.

⁵³⁵ DEAN, op. cit., pp. 83-107.

Ao forte ronco, que na última meia hora era ouvido implacavelmente, sucedeu o silêncio sepulcral. O clarão das chamas, que por algum tempo havia mudado a noite em dia, agora abriu caminho para a mais intensa escuridão, o ar cheio de fumo e cinza que caía. Aqui e ali, somente um tronco alto, vermelho e fumegante, no meio da escuridão circundante, testemunha viva da terrível conflagração que havia pouco ali se desencadeara.⁵³⁶

A prática da queimada estava integrada ao complexo da vida campeira, aos ritmos da natureza, aos períodos do ano e às necessidades práticas da vida. Queimar o campo, com toda sua violência e devastação, significava recomeçar o ciclo da pecuária.

*

Em um aspecto cultural e legal, Pereira⁵³⁷ nos descreve o lento processo de desconstrução e cerceamento legal dessa cultura campeira no Paraná. Com efeito, pode-se compreender a radical transformação atual da paisagem dos Campos Gerais, como também dos campos de Guarapuava e Palmas, sua fragmentação, a partir desse lento e demorado processo jurídico de desconstrução dos costumes, das práticas, da associação direta entre uma vida patriarcal, o domínio senhorial e a relativa autonomia de que gozavam os habitantes da região. Os Campos Gerais do Paraná abrigavam não apenas um modo de vida específico, forjado na complexa interação dos elementos ali dispostos, também se conectavam de maneira umbilical com o complexo econômico bastante forte do Rio Grande do Sul.

O longo ciclo do tropeirismo havia criado fortes laços econômicos, familiares, ambientais e culturais entre paranaenses e sul-rio-grandenses, de modo que a maioria das antigas cidades dos Pampas, dos Campos de Cima da Serra e de Lages, em Santa Catarina, compreendia presença de paranaenses e vice-versa.⁵³⁸ Essa autonomia e esses costumes que se produziram de forma quase independente da corte do Rio de Janeiro, quase à revelia do poder central imperial — “típicos fazendeiros residentes do século XIX que atravessaram suas vidas dedicados ao trato do gado, ao comércio de mulas e ao mandonismo local”⁵³⁹ —, não apenas incomodavam Taunay, como também representavam um obstáculo para seu projeto de reforma e industrialização do Brasil, ou seja, o projeto de afirmação de uma burguesia industrial. Diferentemente do que presenciara durante e depois da Guerra do Paraguai na distante província

⁵³⁶ BIGG-WITHER, op. cit., p. 98-99.

⁵³⁷ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. O centauro desfeito: a desconstrução da cultura gaúcha no Paraná do século XIX. *Jahrbuch fur Geschichte Lateinamerikas*, Koln, v. 36, p. 197-218, 1999.

⁵³⁸ Cf. RODERJAN, Roselys Vellozo. *Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil meridional: séculos XVI a XIX*. Curitiba: Works Informática, 1992. SILVEIRA, Reynaldo Ribas. *Odisseia do tropeirismo (poesia tradicionalista)*. Irati: Irmãos Martins, 1965.

⁵³⁹ PEREIRA, op. cit., p. 200.

do Mato Grosso e em Goiás, onde tudo parecia “ainda estava por se fazer”, e a sua função de agente do Estado se mostrava mais justificável, no Paraná era muito mais difícil converter o sertão e o sertanejos em proletários ou morigerados.

Pereira propõe que os “Senhores dos Campos Gerais se eternizariam no domínio das Câmaras Municipais dos Campos Gerais e de Guarapuava, até serem desbancados pela elite da erva-mate, na de Curitiba.”⁵⁴⁰ Isso nos fornece indícios de um processo bastante semelhante àquele que Marx aponta sobre a emergência das legislações sobre costumes que emergiu na Europa do no final do século XV e diz respeito àqueles que “foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro” e “tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação”⁵⁴¹.

A guerra contra o Paraguai dera um forte impulso à produção ervateira e à indústria do mate e da madeira no Paraná, fazendo emergir lentamente, de modo pouco consolidado, uma nova e moderna classe até então desconhecida na província: a burguesia industrial. Essa nova classe não se fazia por si mesma, não trabalhava, necessitava daquele elemento determinante, essencial: “o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, a cooperação, a divisão do trabalho, a aplicação da maquinaria em larga escala etc.”, “impossíveis sem a expropriação dos trabalhadores e a correspondente metamorfose de seus meios de produção em capital.”⁵⁴²

Não que no Paraná ocorresse aquele fenômeno que Marx denominou “a assim chamada acumulação primitiva”, a imigração europeia que já se realizava e mostrava seus efeitos, especialmente a divisão da terra em pequenas propriedades que substanciava aquele “produtor, que, possuidor de suas próprias condições de trabalho, enriquece a si mesmo por seu trabalho”⁵⁴³, como se percebia no transporte de cargas através dos carroções do colonos russos.

O processo que se desenvolvia na província colocava em confronto duas classes sociais: o litoral e o primeiro planalto com sua emergente burguesia industrial sedenta por força de trabalho livre e os Campos Gerais com seus senhores de escravos⁵⁴⁴, seus agregados, seus

⁵⁴⁰ Ibidem, p. 201.

⁵⁴¹ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 805.

⁵⁴² Ibidem, p. 836-837.

⁵⁴³ Ibidem, p. 835.

⁵⁴⁴ Bigg-Wither nos fornece relato exemplar das relações com os indígenas, do uso de trabalho escravo e das relações sociais estabelecidas nos Campos Gerais. Descreve o viajante o cotidiano na fazenda Fortaleza que “tinha sido construída para servir de forte e ponto de reunião geral contra os índios que, naquele tempo, infestavam a região, disputando a sua posse com os novos colonizadores brasileiros. Antes da existência do forte, os índios davam muito trabalho aos fazendeiros, atacando o pequeno número, particularizadamente, que ficava na roça durante o dia, ou então à noite, nos ranchos de madeira, não lhes dando sossego o ano inteiro. [...] Os índios, por fim, encontraram quem os vencesse. Cuidadosamente guardado durante o dia noite, este novo forte resistiu a todas as tentativas de destruição.” BIGG-WITHER, op. cit., p. 404-406. Continua o autor: “Com escravos trabalhavam então [na fazenda]. A disciplina militar era seguida dentro dos muros da Fortaleza e os pelourinhos estavam em

latifúndios e sua perseguição sistemática aos indígenas. Gestava-se na província uma luta (muitas vezes combates físicos com mortes entre os Liberais dos Campos Gerais e os Conservadores de Curitiba, aí a oposição entre Jesuíno Marcondes e Taunay) entre dois sistemas produtivos distintos: os senhores de terra e a burguesia industrial.

A abertura e a instalação de estradas de ferro, potencializadas e dinamizadas com o fim da guerra contra o Paraguai e o redirecionamento do capital no país, denegara a necessidade de animais de carga e transporte. Assim, as máquinas à vapor com potência medida em cavalos de potência e não mulas de resistência substituíram ao longo do tempo o mercado de muares e cavalos, tornando obsoleto o complexo pastoril dos Campos Gerais do Paraná e suas invernadas. As mulas e os cavalos voltaram a ser apenas mulas e cavalos; a complexa simbiose que se construía entre animais, homens, paisagem e cultura durante quase dois séculos, alterando significativamente este meio, não mais fazia sentido. A exploração e o rápido e volumoso transporte de recursos naturais propiciada pelos motores à vapor se voltava então para as plantas, essencialmente a araucária e a erva-mate, relegando os homens e os animais dos Campos Gerais a quase indiferença da obsolescência⁵⁴⁵.

Assim, compreende-se porque Taunay não se dispusera a imaginar um futuro agropastoril para a região: o futuro estava no primeiro planalto e no litoral paranaense com as ferrovias, os portos, os navios e as máquinas de transformar em madeira a araucária e em mate a erva-mate.

Para o Visconde, a obra de Saint-Hilaire não apenas era uma inspiração, como uma triste constatação. Diz ele que: “ainda hoje, pode se viajar larguíssimos trechos do Brasil com os livros de Saint-Hilaire em punho, verificando, a cada passo, a rigorosa veracidade de tudo quanto escreveu e pintou aquele consciencioso naturalista [...]. Tudo ali ficou estereotipado, imobilizado.”⁵⁴⁶ Ou seja, depois de quase setenta anos da visita do viajante francês, nada havia mudado, ou pior, tudo havia decaído, tudo havia sido corroído pela rotina.

Nesse sentido, ao olhar para os Campos Gerais e rememorar-los em seu relato, Taunay via apenas o que o Pedro II lhe descrevera laconicamente: “um tapete verde sobre uma grande mesa de pedra”⁵⁴⁷, não mais o prometido “paraíso terrestre” de Saint-Hilaire.

uso constante.” Ibidem, Idem. “Ao sair na manhã seguinte, encontrei o feitor já de pé na varanda recebendo os cumprimentos dos escravos, que de chapéu na mão, vinham um a um tomar a bênção ao senhor e dono, usando a forma abreviada “su Cristo”, cuja resposta formal era sempre: “Deus te abençoe”. Ibidem, p. 408.

⁵⁴⁵ Jesuíno Marcondes, por exemplo, vendera quase todas as suas terras e se tornara rentista na capital federal. MELLO, op. cit., 200.

⁵⁴⁶ TAUNAY, *Viagem philosophica...*, op. cit., p. 53.

⁵⁴⁷ Ibidem, p. 76.

CAPÍTULO 4 — Imigração

Em 1880, houve entre nós [Taunay e Rebouças] ligeiro estremecimento. Joaquim Nabuco atirara no parlamento a bomba da abolição dentro de prazo certo, e julguei de obrigação contrariá-lo de frente. Pedia eu a aplicação, mas aplicação séria, real e conscienciosa da lei Rio Branco (28 de setembro de 1871), enquanto se preparasse o país pelo incremento gradual e cada vez mais apressado da imigração europeia, programa que eu apresentara na Câmara dos deputados desde que dela fiz parte em 1872, e, mais claramente assentara no meu longo e aliás muito aplaudido discurso de 16 de Abril de 1875. “Convém, por certo, insistia eu nos artigos de contestação ao ilustre e eloquente abolicionista, cuidar-se, quanto antes, da eliminação da escravidão, que é uma vergonha para o Brasil; mas não sem se tratar da substituição e transformação dos viciosos e deprimentes elementos de trabalho que temos. E cumpre fazer isso tudo, por modo científico e sistematizado, pondo, quanto possível fora da questão os arrastamentos do sentimentalismo, pois, do contrário sobrevirá crise medonha, que há de repercutir longe e cujo alcance não pode ser medido nem previsto”. Por causa dessa série de artigos, muitos fazendeiros, apavorados com a medida proposta e interpretando mal os meus intuitos e argumentos, enviaram-me pela imprensa entusiásticas manifestações de aplauso.

Um dia, Rebouças na rua do Ouvidor, puxou-me para dentro de um corredor. “Então, interpelou-me ele, você, deveras, está escravocrata? Será possível, um Taunay, o meu Taunay?” “Não, redargui-lhe com força, não me faça tal injustiça! Estou decidido a trabalhar pela abolição; não quero, porém, fazer as coisas a esmo, sem método, sem acautelar interesses vitais da nossa pátria, infelizmente ligados à negra escravidão e com ela travados.

Tratemos por isso, *pari passu*, e concomitantemente da imigração, chamemos a nós grandes forças de reconstituição moral e material; eis o caminho a seguir para sitiarse e esmagar-se o horrendo monstro”. “Estou pronto, estou pronto!” Respondeu-me ele.

A 19 de Novembro de 1883 fundou-se com toda a solenidade, presente o Imperador — e, por sinal, ausentes todos os seus ministros, a *Sociedade Central de Imigração*.

(Visconde de Taunay, *Notas* — André Rebouças, p. 118-119)

Bigg-Wither, em Curitiba, em 1872, narra uma cena que lhe chamou a atenção. Diz o viajante que “se nos voltarmos para os subúrbios da cidade, veremos hortas bem cultivadas, com muitas hortaliças de uso familiar europeu plantadas nelas”; “quando um brasileiro passa por elas diz: ‘É uma propriedade alemã!’ Se perguntarmos como ele pode saber, responderá logo: ‘Sei, pela horta’.” A explicação e conclusão do inglês são simples: “Também se você enxergar um homem trabalhando com uma pá ou picareta, não será necessário olhar-lhe o rosto. Pode dirigir-se a ele em alemão”, haja visto que “Os brasileiros desprezam esses homens que trabalham com picareta e pá e chamam-nos desdenhosamente de ‘trabalhadores do Brasil’.”⁵⁴⁸

Em essência, conforme relatava Bigg-Wither, os brasileiros se contentavam com a “gordurosa mistura de feijão com farinha”⁵⁴⁹, mesmo podendo cultivar terra fértil e propícia a todas as culturas do mundo, tropicais e subtropicais. O imigrante europeu exerceria, segundo o

⁵⁴⁸ BIGG-WITHER, op. cit., p. 83. Carlos Taunay propusera que em suas fazendas-modelos todos os serviços de “cavar a terra” deveriam ser feitos por escravos, privando os alunos de serviços considerados inferiores aos futuros senhores educados na “arte de governar a escravatura”. TAUNAY, *Manual...*, op. cit., pgs. 292, 297.

⁵⁴⁹ BIGG-WITHER, op. cit., p. 130.

autor, um efeito moralizador, um sopro de ânimo diante dos quadros de “rotina”, de “madracaria” e de “preconceitos”.

A imigração europeia para o Sul e Sudeste do Brasil não modificava apenas a fisionomia das cidades e áreas rurais; sobrenomes incomuns no país começavam a figurar em empresas e cargos políticos, tecendo uma nova e complexa rede de interesses políticos, casamentos arranjados e alianças, por vezes, inusitadas.

No entanto, longe de ser um movimento espontâneo, um acontecimento natural, a imigração europeia exigia grande esforço político e dinheiro. De modo que não poucas foram as fraudes, os golpes, os conflitos e a inadaptação — “o convite para uma visão do paraíso converte-se em pouco tempo numa temporada no inferno.”⁵⁵⁰

Os desarranjos e desacertos já percebera André Rebouças em seus primeiros trabalhos em Santa Catarina, durante a fortificação costeira da província e visitas às colônias alemãs do Itajaí:

Chegamos às 9 1/2 à colônia Nacional Angelina, a mais atrasada de todas, fundada pelo Presidente Brusque e ainda não visitada por Presidente algum, inclusive o seu celeberrimo fundador. Tem 36 famílias brasileiras e 3 alemãs, 219 habitantes. [...] Coisa singular! até o presente ainda não houve Presidente ou Deputado, que conseguisse do G. I. [Gabinete Imperial] conceder aos Colonos Brasileiros as vantagens de que gozam os estrangeiros. Não têm eles nem asilo, nem transporte gratuito, nem subsidio diário, nem auxílio para casa!⁵⁵¹

Relatava Rebouças que em 20 de novembro de 1863, “às 6 horas da tarde soube-se que havia aparecido um bugre no estabelecimento de um colono a 3 milhas da sede.” Diante do ocorrido, “O Presidente [da província, Pedro Leitão da Cunha] para impedir a reprodução desses fatos resolveu enviar um destacamento comandado por um colono.”⁵⁵² Rebouças não se preocupou mais com a sorte do “bugre”, porém os colonos e colonizadores da província que haviam recebido o engenheiro com salvas de tiros de espingarda⁵⁵³ iriam se preocupar ao longo dos dois séculos seguintes, e muito, até quase o extermínio de todos os povos nativos da região.

Esse primeiro contato de Rebouças com um indígena é deveras interessante pelo estranhamento por ele sentido e relatado, como se o elemento exógeno naquelas paragens não fosse ele próprio, os agentes do Estado e os colonos. O tom de conquista do território nacional

⁵⁵⁰ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 23.

⁵⁵¹ REBOUÇAS, *Diário...* op. cit., p. 23.

⁵⁵² Ibidem, p. 26.

⁵⁵³ Ibidem, p. 27.

é revelado quando escreve: “Em Santa Catarina, a 7 léguas do litoral, está-se entre bugres e em plena mata virgem de canela preta e peroba.”⁵⁵⁴

Rebouças experimentava, em muito menor dimensão, aquele estranhamento e descoberta do Brasil além-Corte que o Visconde de Taunay conheceria alguns anos depois: o Brasil era um vastíssimo território reocupado por nacionais apenas em suas franjas marítimas e interiores outrora envolvidos em ciclos de exploração colonial, para além disso: sertões.

A iniciativa do presidente da província Francisco Carlos de Araújo Brusque anos antes — “com as mistificações e embustes, que o tornaram tão odiado no Pará e em Sta. Catarina (Brusque-Mentira era o seu apelido).”⁵⁵⁵ — de promover a colonização de imigrantes prussianos ao vale do rio Itajaí-Mirim, foi a primeira experiência com que Rebouças se deparou e reteve sua atenção (em seus escritos) até 1874, quando, então, iniciou seu tratado *Agricultura nacional*. Esse conhecimento travado em solo pátrio de uma nova forma de propriedade fez com que Rebouças vislumbrasse o elo entre pequena propriedade e trabalho livre que então marcaria sua atuação abolicionista.

André Rebouças compartilhava do diagnóstico e vislumbrava a realização das discussões iniciadas no começo do seu século sobre imigração e colônias, pequena propriedade e trabalho livre, o elo essencial do poder senhorial com latifúndio — a “maléfica influência exercida sobre a agricultura nacional pelos exploradores de escravos e monopolizadores da terra”, “uma aristocracia bastarda, fundada no número de escravizados e nas léguas quadradas de terras monopolizadas.”⁵⁵⁶

Porém, o reconhecimento dessa conjunção já era quase senso comum entre a elite nacional, como se percebe nos textos de José Bonifácio e Carlos Taunay. O “patriarca”, por exemplo, lamentara o pouco emprego de máquinas que poupam braços devido ao comércio de carne humana que disponibilizava quase ao excesso o escravo-mercadoria. O problema para a geração de André Rebouças era como romper esse vínculo sem quebrar a própria unidade nacional alicerçada nesses interesses, sem implicar o país em grande conflagrações e revoluções como ocorrera no Haiti e nos Estados Unidos da América, fazendo uso racional dos recursos naturais.

Sócio e frequentador da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, como testemunha a presença de seu nome na lista de sócios e também suas notas em Diário (também figuravam os nomes de seu pai e de seu irmão Antônio entre os sócios efetivos), André

⁵⁵⁴ Ibidem, p. 56.

⁵⁵⁵ Ibidem, p. 37.

⁵⁵⁶ REBOUÇAS, *Abolição imediata...*, op. cit., p. 20.

Rebouças estava a par dos problemas discutidos na instituição, bem como das soluções propostas, sendo ele presidente da Seção de máquinas e aparelhos. O reformismo via estado e instituições era patente em sua atuação.

Se Carlos Taunay, por sua vez, elogiara com grande efeito retórico o cultivo de cana-de-açúcar e os engenhos por seu emprego de máquinas e formação de um pequeno reino, lamentando apenas o não uso do arado no cultivo do vegetal, que poderia “triplicar os rendimentos”⁵⁵⁷, e depreciara o café como cultura pouco rentável, empregando grande números de trabalhadores e geralmente cultivada em regiões de montes; André Rebouças, de sua parte, opusera com veemência a cultura do café à da cana-de-açúcar a partir de um argumento, à primeira vista, inusitado. Afirma ele que:

Se é fatalmente necessário que este ser tão imperfeito — o homem — tenha um vício, que esse vício seja o do café, que produz apenas uma embriaguez lúcida, e uma bela superexcitação das faculdades intelectuais; que abandonem o abuso das bebidas alcoólicas, que embrutecem, degradam e reduzem o homem a um ente estúpido, nojento, ridículo e desprezível!
É, na consciência destas verdades, que os governos mais avançados da Europa têm substituído, nos seus exércitos e nas suas armadas, a ração de aguardente pela do café, concorrendo assim para extirpar um vício, tão frequente e tão fatal entre os soldados e os marinheiros.⁵⁵⁸

Carlos Taunay propusera a produção de uma aguardente a partir da polpa do café⁵⁵⁹, mas, conforme argumentava: é a partir da cana-de-açúcar que se produz bebidas “muito mais finas e de preço mais subido no mercado.” Afirmava que: “Este emprego da cana convém maravilhosamente a quem tem posses medíocres, porque pode principiar com uma engenhoca e dez pretos, e não existe gênero algum de cultura capaz de fornecer lucros tão avultados”.⁵⁶⁰

A confrontação de Rebouças a Carlos Taunay é evidente. Argumentava o engenheiro:

Tratando do café, fizemos propaganda para o desenvolvimento de sua cultura; para cana-de-açúcar aconselharemos o contrário, a restrição de sua lavoura somente às terras mais especialmente adaptadas a esse vegetal e o aperfeiçoamento de todos os detalhes de sua produção. Em todas as outras terras, principalmente na dos engenhos, que a rotina escravagista denomina *cansados*, dever-se-á plantar o fumo, o cacau, o café, ou qualquer outro produto adequado e de alto valor na exportação.⁵⁶¹

Seu elogio do café desconcerta pela expressividade e certa ingenuidade — “este lindo e delicado arbusto”, “gentil planta do café”⁵⁶², que tem entre suas propriedades “sobretudo a

⁵⁵⁷ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 107.

⁵⁵⁸ Ibidem, p. 38.

⁵⁵⁹ Ibidem, p. 129.

⁵⁶⁰ Ibidem, p. 116.

⁵⁶¹ REBOUÇAS, *Agricultura Nacional...*, op. cit., p. 147.

⁵⁶² Ibidem, p. 46.

bela cor e o aroma”⁵⁶³: “Poucas plantas, pela sua beleza, pelo perfume de suas flores, pela facilidade da sua cultura, pelo alto valor de seus produtos, podem competir com o café nesse apostolado da civilização e do progresso.” Seus usos, conforme argumentava o engenheiro, eram os mais variados, desde “ornamentação de parque e de jardim, ao mesmo tempo tem em si uma fonte de ouro.”⁵⁶⁴ Enquanto a cana-de-açúcar deveria ficar restrita às áreas comuns de cultivo, prevendo-se inclusive seu recuo, o café, por sua vez, era apto a todas as províncias do Império, inclusive as do sul, ainda que com certas restrições.

A partir dos dados coligidos, Rebouças destaca que o principal consumidor do café brasileiro eram os Estados Unidos da América, que essa república já promovia a cultura do artigo em terras mexicanas com todas as vantagens de uma prática livre de trabalho cativo e com infraestrutura moderna, especialmente estradas de ferro. O conselho do autor era praticamente uma sentença de fim à lavoura escravagista praticada no vale do Paraíba, pois não seria somente para o café que os lavradores deveriam temer a concorrência do México: “o fumo, o açúcar, e até a borracha penetrarão livres na República dos Estados Unidos, levando imensa vantagem aos produtos similares da lavoura escravagista deste Império.”⁵⁶⁵

Desse modo, Rebouças apresenta a experiência de São Paulo, o novo complexo cafeeicultor do Império, aquela outra economia de que nos fala Granziera, como o exemplo máximo a ser seguido.

Primeira província a usar o arado na cafeicultura, em São Paulo essa lavoura, argumentava Rebouças, se fazia “por braços livres, por imigrantes e colonos”, um “fato consumado”⁵⁶⁶. Consequentemente, para descrever o cultivo da planta, o vocabulário de Rebouças difere daquele de Taunay: ao invés de “pretos” e “escravos”, são “trabalhadores” e “agricultores” que “cuidam” e “cultivam” os cafezais.

A cultura do café em São Paulo, segundo André Rebouças em seu tratado de *Agricultura nacional*, estava alicerçada nas seguras bases da Ciência Econômica, onde abundavam exemplos da utilização de máquinas de secar, do uso do arado, da reposição de nutrientes do solo, do transporte por via férreas, do emprego de trabalhadores livres, da atração de colonos europeus e, principalmente, do vislumbre do fim do emprego de mão de obra cativa.

O liberalismo de Rebouças se expressava em sua crença na harmonia das coisas feitas a partir dos princípios liberais, na razão humana e na prodigalidade da natureza brasileira. No entanto, a expansão de monoculturas — ele próprio preconizava que não se deveria fazer

⁵⁶³ Ibidem, p. 130.

⁵⁶⁴ Ibidem, p. 112.

⁵⁶⁵ Ibidem, p. 31.

⁵⁶⁶ Ibidem, p. 115.

cultivar feijão e milho entre as fileiras de café sob pena de roubo de nutrientes do café —, a seleção exclusiva de certas plantas, criava ambientes frágeis e propícios a “pragas” e superprodução. Nesse ponto, Carlos Taunay se mostrou muito mais sensato e atento aos desvios decorrentes das culturas extensivas, não apenas ao empobrecimento do solo, como também às pragas naturais e importadas com as culturas.

O capítulo 16 do *Manual* versa sobre os “Flagelos que perseguem o agricultor”. Afirmava Taunay que:

A sentença que condena o homem a ganhar seu sustento ao suor de seu rosto, toma dobrada força dos obstáculos e perdas que os trabalhos do agricultor encontram nas irregularidades das estações, e hostilidades de um sem número de inimigos cujos menores são muitas vezes os mais terríveis, pois que enquanto lobo ou a onça contentam-se com levar um leve tributo sobre os rebanhos, a lagarta, a formiga, o gafanhoto não raras vezes aniquilam as esperanças de uma província.⁵⁶⁷

O autor ressaltava que: “se existe na superfície da Terra um país mais poupado do que o outro, devemos com gratidão reconhecer que é o Brasil.” Porém, isso não exige da atenção e do esforço o agricultor, que deve se manter atento e precavido.

Nesta seção do *Manual*, revela-se categoricamente o conjunto de emoções que o tratado desperta em seu leitor. Ao tratar dos negros escravizados, Carlos Taunay não mobiliza afetos de repulsa ou de ódio, insiste em ideias tristes e afetos negativos quanto a preguiça, a superstição, aos vícios e a todo um complexo pessimista de impressões, retratando-os enquanto bárbaros em uma Humanidade em progresso. Ao tratar dos brancos, os afetos do autor são positivos, marcados pelo contentamento e alegria, porém exigentes quanto à disciplina e ao asseio: o branco deve ser regado para comandar. O único momento em que se fala em guerra, sentimentos e emoções negativas e agressivas — ao verter “lágrimas de raiva” vendo seu cultivo devorado por formigas, o agricultor é tomado por “um rancor e um insaciável desejo de vingança” —, trata-se do combate às pragas como ratos gafanhotos e formigas, contra as quais se deve combater com “ferro, fogo e veneno.”⁵⁶⁸

Se, para Carlos Taunay, no mundo dos homens o negro é passível de pena e causa tristeza; o homem branco, por sua vez, é obrigado a ser disciplinado, constante e patriarcal. Já no mundo natural, os vegetais da agricultura são motivo de contentamento e calma, especialmente as hortas despertam no homem esse sentimento; o mal, por sua vez, está encarnado nas pragas que atacam a agricultura, contra este adversário é possível usar de todos

⁵⁶⁷ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 266.

⁵⁶⁸ Ibidem, p. 273.

os artifícios e profunda agressividade, deve-se nutrir contra este inimigo sentimentos de raiva e rancor, praticar a guerra e, principalmente, empregar todos as artes possíveis para destruí-lo.

Diz o autor que:

É na classe dos insetos que se acham os mais tremendos inimigos da agricultura. Se bem que entre nós os estragos que tão execráveis animalejos fazem não sejam comparáveis às devastações dos gafanhotos nas culturas da Ásia e da África. O mais nocivo entre nós não ataca diretamente as culturas, mas o gado, é o carrapato ixodídeo [...], abominável bichinho, cuja existência, assim como a de muitos outros que passam e multiplicam sob o corpo dos homens e espécies maiores, pode muito bem induzir o espírito a acreditar que o gênio do mal teve seu quinhão no fabrico deste nosso globo.⁵⁶⁹

Continua Taunay sobre a formiga carregadeira: “cujos danos são muito menos importantes, porém que não deixa de perseguir e desesperar os agricultores em toda a superfície do Brasil”. Este inseto ardiloso que invade toda cultura delicada que se tenta empreender faz “guerra incessante, mais cruel ainda de noite que de dia”. No entanto, “a tal formiga não ataca os vegetais de grande cultura”, apenas aqueles “destinados ao alimento ou à recreação”.⁵⁷⁰

Baratas, vermes, aranhas, moscas, cupins, pulgões, percevejos, gafanhotos, cigarras, gorgulhos, entre outros animais que encontram no ambiente doméstico comida, calor, abrigo e conforto para reprodução em uma simbiose que apenas as cidades e a vida urbana permitiram, compõem uma classe específica: as “imundícies animadas que infestam”⁵⁷¹. A esses animais, e alguns outros como os ratos, deve a astúcia humana buscar todos os venenos, substâncias, oleosas e armadilhas possíveis para exterminá-los.

A partir da defesa de seu modelo de agricultura, Taunay preconizava o uso e o desenvolvimento indiscriminado de pesticidas⁵⁷², sendo que, como ele afirmara: “a necessidade gera a indústria”⁵⁷³. Narra o autor que empregou com sucesso “substâncias venéficas” contra as formigas, como o “sulimão” (muriato suroxigenado de mercúrio), resultando satisfatoriamente em “milhares de cadáveres amontoados”. Também o autor descreve o uso de arsênico contra estes insetos, porém, apenas obteve sucesso contra os cupins:

⁵⁶⁹ Ibidem, p. 268.

⁵⁷⁰ Ibidem, p. 270.

⁵⁷¹ Ibidem, p. 271.

⁵⁷² A introdução de ervas exóticas em pastagens (como aconselhava o Visconde de Taunay) e o controle de plantas, a partir do desenvolvimento em escala industrial dos herbicidas, que se tornariam “danosas” para as lavouras de monocultura extensiva — e devido às facilidades decorrentes desse sistema de cultivo se multiplicam sem controle — tornaram-se um grave problema debatido atualmente. A regulamentação do uso de pesticidas e herbicidas não é apenas um dos principais temas em discussão nos dias de hoje sobre agricultura no Brasil, como também se busca estabelecer um sistema de controle do desenvolvimento por corporações desses produtos auxiliares da monocultura mecanizada que predomina no país.

⁵⁷³ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 276.

O arsênico afugenta o cupim, outra peste, cujos estragos ainda que não sejam tão gerais como o das carregadeiras, nem por isso deixam de incomodar, porque suja e destrói tudo quanto está ao seu alcance, à exceção dos metais; porém, talvez o cupim causa ainda maiores danos nas cidades do que nos campos, e este flagelo não é peculiar da agricultura.⁵⁷⁴

Por último, o autor trata da lagarta (que, “como todos sabem”, “são as larvas das borboletas e mariposas”, alegoria da ressurreição que, no caso, dá lugar a “ódio e raiva”). O “único meio de salvar a plantação é o sacrifício da parte atacada, secando e queimando todo feno. Deste modo as larvas não têm tempo de completar as suas metamorfoses.”⁵⁷⁵

Taunay encerra a seção sobre as “pragas” com uma descrição severa dos seres que incomodam o agricultores e pecuaristas:

[...] os quadrúpedes selvagens carnívoros e herbívoros, a detestável tribo dos ratos, os morcegos que chupam o sangue do gado vacum, cavalar e lanígero a ponto de o destruir e mesmo algumas vezes atacam o homem; as aves que comem frutas e grãos nos campos, e mesmo nos armazéns; os répteis venenosos que mordem os homens e os animais que o servem, e sobretudo as infernais raças de insetos, quais mosquitos, maruins, borrachudos, puins, muriçocas, tabões e outros que tais, cujas inumeráveis legiões se saciam no sangue, e em certos sítios peculiares incomodam a ponto de desesperar.

A caça e o progressivo avanço das culturas diminui o número das feras de tal modo que elas afinal desaparecem.⁵⁷⁶

Se Carlos Taunay preparava, a partir da alegoria da guerra de extermínio auxiliada pela indústria química que ocorreria no século seguinte em solo europeu, o imaginário dos latifundiários brasileiros para o enfrentamento dos desequilíbrios decorrentes do cultivo de monocultura extensiva, André Rebouças, por sua vez, apostolava para a agricultura e o extrativismo o emprego massivo e indiscriminado de máquinas movidas por combustível e eletricidade em todas as etapas produtivas. O objetivo nobre do engenheiro — a libertação de braços escravizados na agricultura e a minoração dos esforços para o aumento da produtividade — seria convertido para a acumulação do capital.

Ainda sobre as máquinas, Carlos Taunay afirmava que “o vapor é de todos os motores o mais possante, porém as máquinas são sujeitas a reparações de que só um hábil oficial pode dar conta, além do que gastam muito combustível e são [...] sujeitas a explosões desastrosas”. Continuava o autor: “a água no atual estado das artes no Brasil é o motor que nos parece reunir todos os quesitos necessários à economia e comodidade”.⁵⁷⁷

Essa percepção se assemelhava muito a do inglês Thomas Bigg-Wither que conhecera a serraria do irmão de André Rebouças, Antônio, em Curitiba, em 1872. Afirmava o engenheiro

⁵⁷⁴ Ibidem, p. 277.

⁵⁷⁵ Ibidem, p. 280.

⁵⁷⁶ Ibidem, p. 280-281.

⁵⁷⁷ Ibidem, p. 113-114.

inglês que: “Não havia muito tempo para uma visita às serrarias, mas confesso que fiquei surpreso ao verificar que a força motriz era a vapor e não a água.” Para o viajante, apesar da elogiosa iniciativa de Rebouças, “a dificuldade e despesas consequentes da colocação de várias peças do engenho no alto da Serra tinham sido enormes e não me saía da cabeça a ideia de que a força hidráulica poderia ter sido aproveitada com a mesma eficiência e por muito menos.”⁵⁷⁸

A sagacidade dos irmãos Rebouças e seu liberalismo estavam expressados nessa escolha bastante inteligente pelos motores a vapor e não pela força hidráulica.

Marx ao estudar o desenvolvimento das máquinas e da maquinaria comenta que o uso da força hidráulica como força motriz apresenta suas dificuldades: além de não poder “ser aumentada à vontade”, a falta de água não pode “ser corrigida” e, sobretudo, é “de natureza puramente local.” Compreende ele que somente com a segunda máquina a vapor de Watt, de ação dupla, foi que “encontrou-se um primeiro motor capaz de produzir sua própria força motriz por meio do consumo de carvão e água, um motor cuja potência encontra-se plenamente sob controle humano, que é móvel e um meio de locomoção”; esse tipo de motor ao contrário da roda d’água “é urbano e não rural, permitindo a concentração da produção nas cidades ao invés de dispersá-la pelo interior. Além disso, é universal em sua aplicação tecnológica, e sua instalação depende relativamente pouco de circunstâncias locais.”⁵⁷⁹

Os irmãos Rebouças compreendiam que a mobilidade, a possibilidade de mudar livremente o local de atuação das serrarias, era determinante para o sucesso da empreitada, afinal: as máquinas podem ser movidas, as florestas não.

Sem o devido enfrentamento da questão do latifúndio e da profunda reorganização do mundo do trabalho, um século depois, o uso intensivo de máquinas — “um organismo de produção inteiramente objetivo”⁵⁸⁰ —, pesticidas e herbicidas na agricultura concorreriam para uma liberação massiva de trabalhadores rurais incapazes de (com suas pequenas lavouras, ferramentas e propriedades) fazer frente a esse modelo de cultivo; essa estrutura abriria caminho para a grilagem de imensas porções de terras ou para a doação estatal de glebas. Os pequenos agricultores foram forçados à proletarização nas cidades ou em trabalhos sazonais (os boia-fria) onde a mecanização não era exercida satisfatoriamente em todas as etapas.

A Independência do Brasil seria promovida, tanto conforme Carlos Taunay quanto por André Rebouças, a partir de sua participação no mercado internacional via exportação de produtos primários de demanda externa, especialmente europeia e, posteriormente,

⁵⁷⁸ BIGG-WITHER, op. cit., p. 75.

⁵⁷⁹ MARX, *O capital*, vol. I, op. cit., p. 451.

⁵⁸⁰ Ibidem, p. 459.

estadunidense. Exportar era o que importava para gerar uma balança comercial favorável e os produtos demandados por esses agentes econômicos eram, em sua preferência, obtidos a partir de elementos exóticos à natureza e aos costumes brasileiros.

No entanto, havia também plantas nativas comercializadas como os mercados externos, entre elas estavam o fumo, a borracha, o cacau, algumas variedades de algodão (especialmente o arbóreo), a erva-mate e a muito particular ipecacuanha, uma das chamadas “drogas do sertão” — mencionada apenas uma vez em cada um dos tratados e de forma muito discreta.

Diz Carlos Taunay que: “o Brasil conta maior número destes vegetais do que qualquer outra região, uns peculiares e preciosíssimos, qual a ipecacuanha”⁵⁸¹. A menção de Rebouças à planta já foi tratada no segundo capítulo ao se mencionar o emprego de força de trabalho indígena no extrativismo vegetal.

A ipecacuanha foi um dos produtos de exportação mais diretamente afetados com a invasão paraguaia ao Mato Grosso e posterior bloqueio à navegação dos rios da bacia do Prata, haja visto que sua área de extração eram, essencialmente à época, as matas da província invadida e sua comercialização era feita através do escambo. No entanto, nos relatos de viagem ou de guerra do Visconde de Taunay e de André Rebouças durante o período, nada se fala sobre a planta. Com efeito, tanto o reconhecimento do vegetal quanto o preparo de suas raízes para comercialização eram de conhecimento e realização nativa, o que nos explica o desejo de Rebouças em trazê-los à “civilização”.

Cristina Gurgel nos descreve o percurso e os usos dessa planta originária, uma das primeiras a ser submetida a uma pesquisa científica, já pelos holandeses Piso e Marcgrave:

[...] a planta medicinal que mais interessou os europeus foi, indubitavelmente, a ipecacuanha (*Psychotria emetica* L.f., *Cephaelis ipecacuanha* [Brot.] A.Rich., e outras spp.) — palavra originária do tupi *i-pe-kaaguêne*, que significa “planta de doente de estrada” — usada como purgativo e antídoto para qualquer veneno.

[...]

Na atualidade sabe-se que tão grande sucesso deveu-se à emetina e cefalina, dois alcalóides contidos na raiz, de grande valor farmacológico. Estes componentes são particularmente eficazes como antidiarreicos, amebicidas, expectorantes e anti-inflamatórios.

Hoje, ameaçada de extinção pelo intenso processo extrativo sofrido até meados do século XX, a ipecacuanha parece ter seguido o triste destino dos descobridores de suas propriedades terapêuticas. Tanto a raiz quanto os índios encontram-se acossados, vivendo em focos isolados de seu antigo território, onde outrora eram soberanos.⁵⁸²

⁵⁸¹ TAUNAY, *Manual...*, op. cit., p. 212.

⁵⁸² GURGEL, Cristina Brandt Friederich Martin. *Índios, jesuítas e bandeirantes. Medicinas e doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII*. Universidade Estadual de Campinas. (Tese de Doutorado). Campinas: 2009, p. 69-70.

O consumo da ipecacuanha para fins medicinais já era bastante difundido na Europa desde o período colonial, sendo um dos produtos de escambo entre portugueses e indígenas no sertão mineiro dos séculos XVII e XVIII e expandido para Amazônia, onde era também endêmica, conforme se dilatavam as fronteiras do lusitanas na América. No entanto, a reprodução da planta, uma planta de sub-bosque sombreado, era lenta e exigente, de modo que o extrativismo — menciona-se, por exemplo, que em Mato Grosso, em 1835, exportou-se nada menos que 440 toneladas da planta⁵⁸³ — e o desflorestamento colocaram a planta em risco de extinção.

4. 1 Imigrar

Encontramos no apêndice do relato de viagem de Thomas P. Bigg-Wither um conselho aos conterrâneos sobre a imigração para a província do Paraná nas duas mil milhas de terras que Mr. Kitto generosamente concedia: “Emigrante! Vá para essa província, se quiser, pois há, sem dúvida, ali uma bela região a sua espera, mas não se iluda. Você não encontrará estradas de ferro, bondes a vapor, nem via navegável até Curitiba [...], nem mesmo um trecho de estrada”.⁵⁸⁴

O inglês tratava da chamada colônia de Kittolândia instalada em Assungüi distando aproximadamente 100km de Curitiba.

Em 1884, William Rodbard, súdito inglês, requeria ao governo paranaense, conforme noticiava o jornal 19 de Dezembro, “o direito à compra de cem alqueires de terra” que, juntamente com outros nove membros da família, ocupava já há oito anos na região chamada “Portão”. Rodbard argumentava que viera ao Brasil aos cuidados de Charles William Kitto para compor a colônia; porém, com a rescisão do contrato em 1876, o imigrante e sua família se viram em uma situação desalentadora: “ficou o suplicante privado das vantagens que então lhe foram prometidas e sobrecarregado com as despesas de viagem desde a Inglaterra até o lugar onde se acha, correndo igualmente por sua conta todas as despesas de instalação e custeio.”⁵⁸⁵

⁵⁸³ NEVES, Raphael Lobato Prado. *Caracterização e avaliação de descritores morfológicos em acessos de Psychotria ipecacuanha (BROTERO) Stokes, Rubiaceae*. Universidade Federal Rural da Amazônia, Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Belém, 2016, p. 10. Ainda que os dados e referência oferecidos pelo autor sejam pouco seguros, é possível aventar que o fluxo da mercadoria deve ter sido bastante elevado, haja visto que POMER, op. cit., nos indica a ipecacuanha como uma das principais mercadorias transportadas através do estuário do Prata e uma das principais fontes de riqueza da província do Mato Grosso no período da guerra contra o Paraguai.

⁵⁸⁴ BIGG-WITHER, op. cit., p. 446.

⁵⁸⁵ DEZENOVE DE DEZEMBRO. *Secretaria do Governo*. Ano XXXI, no. 151, Curitiba, 17 de janeiro de 1884, p. 4.

As esparsas (e por vezes não tão confiáveis) informações que se pode reunir sobre Rodbard nos dão conta de que era natural de Liverpool, casado com Hellen Mary Rodbard (nascida Penny), tivera cinco filhas, dentre elas Mabel Rodbard que se casara com Terêncio de Paula Teixeira.⁵⁸⁶ A *Genealogia tropeira* organizada por Cláudio Nunes Pereira nos ensina o abasileiramento da família Rodbard: William tornou-se Guilherme, Hellen Mary ganhou ares modestos e caseiros de dona Helena Maria e, por fim, a senhorita Mabel torna-se a esposa Mabela de Paula Teixeira em 23 de abril de 1884.⁵⁸⁷

Possivelmente William Rodbard era uma das pessoas que o Visconde de Taunay conhecera quando de sua viagem: “Da coxilha de Caicanga tem-se vista sobre os campos do Portão, onde se deu aquela infeliz tentativa de colonização irlandesa [sic] dirigida por Kito. Visitara eu posteriormente aquele local, onde ainda encontrei três dos primitivos colonos, por sinal todos três pobres e ainda hoje descontentes e queixosos.”⁵⁸⁸

O contrato firmado entre o governo imperial por intermédio do Ministro da Agricultura, o conservador José Fernandes da Costa Pereira Junior, e Charles William Kitto em 1873, previa a introdução gradativa de 30.000 colonos ingleses e a construção de um *tram-way* que ligaria a colônia à capital da província e, ao que se pode constatar, tiveram suas conversações dois anos antes.

Os preparativos para essa colônia parecem ter tido seus primeiros passos em 20 de agosto de 1871, quando o *Diário do Rio de Janeiro* noticiava que enquanto se demoraram em Londres em 26 de Julho de 1871, “os Imperadores receberam uma deputação que lhes foi oferecer a cópia de um plano de colonização. O autor desse plano, Mr. Charles W. Kitto, de Bristol, submeteu-o à aprovação do governo brasileiro, [...], o plano de que se trata está sendo estudado na atualidade.”⁵⁸⁹

Ao que tudo indica, o evasivo e de sobrenome inusual senhor Charles William Kitto era um estelionatário falido em Bristol⁵⁹⁰ que conseguira enganar o Imperador e o governo brasileiro e receber os 84:853\$801 réis previstos no contrato com todas as obrigações que o governo brasileiro assumia.

⁵⁸⁶ GENI. *William Rodbard*. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Willian-Rodbard/>. Consulta em 1 de fevereiro de 2025.

⁵⁸⁷ PEREIRA Cláudio Nunes. *Genealogia tropeira. Paraná. Séculos XVII, XVIII e XIX. Volume 1*. Coletânea de material histórico e genealógico. Edição do autor, 2008, p. 232.

⁵⁸⁸ TAUNAY, *Viagem philosophica...*, op. cit., p. 83.

⁵⁸⁹ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. *Exterior*. Ano 54, n.º 230, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1871, p. 4.

⁵⁹⁰ ASPREY, David. *Charles William Kitto*. Geanology.com, 19 de fevereiro de 2009. Disponível em: <https://www.genealogy.com/forum/surnames/topics/kitto/140/>. Acesso em: 31/07/2025.

Em visita à colônia, Thomas Bigg-Wither rapidamente se deu conta de que se tratava de uma operação fraudulenta. Afirma ele que “simples relance bastava para se ter noção exata do que era na realidade a maioria deles. Dois terços eram evidentemente gente rude da cidade, pois tanto a fala como a aparência amplamente denunciavam.” Eram, na verdade, emigrantes de “mau temperamento”, bebedores e briguentos, gente de vida urbana que nada conhecia de agricultura e que de modo algum correspondiam ao perfil de “agricultores ingleses bem familiarizados com os métodos aperfeiçoados de culturas praticados no próprio país”⁵⁹¹.

Em 22 de dezembro de 1876, em apenas dois parágrafos, rescindiu-se o contrato celebrado com Charles William Kitto. Retomavam-se as terras cedidas ao agente particular que jamais organizou uma empresa de colonização e excetuava-se aquelas já ocupadas pelos colonos estabelecidos.

Na província do Paraná, com o fracasso de Kittolândia, da colonização russa em Palmeira e da colônia de Teresa Cristina às margens do rio Ivaí, juntamente com o sucesso relativo das colônias alemãs em Santa Catarina e italianas em São Paulo, somavam-se uma série de experiências e conhecimentos que seriam deglutidos e digeridos nas reuniões e escritos da Sociedade Central de Imigração.

A província do Paraná se tornara uma espécie de vitrine para os projetos imigratórios a serem implantados no país. Desde o relato de Saint-Hilaire que descrevia a região como “Paraíso terrestre no Brasil”, estabeleceu-se no imaginário das elites nacionais — André Rebouças, Alfredo e Carlos Taunay citam o viajante como uma fonte segura de apreciação do tema da imigração e da salubridade dos Campos Gerais — que no Paraná dever-se-ia forjar um projeto bem-sucedido. Afirmara o viajante francês que:

Entre todas as partes desse império que percorri até agora, não há nenhuma outra onde uma colônia de agricultores europeus tenha possibilidade de se estabelecer com mais sucesso do que ali. Eles encontrarão um clima temperado, um ar puro, as frutas do seu país e um solo no qual poderão desenvolver qualquer tipo de cultura a que estejam acostumados, sem grande dispêndio de energia. Assim como os habitantes do lugar, eles poderão criar gado; recolherão o seu estrume para fertilizar as terras, e com o leite, tão cremoso quanto o das regiões montanhosas da França, poderão fazer manteiga, queijo, que encontrarão fácil mercado nas partes mais setentrionais do Brasil. Como teria sido vantajoso para essa região, por exemplo, se, em vez de ter sido mandada para Cantagalo, a colônia suíça se tivesse estabelecido na parte dos Campos Gerais vizinha das terras habitadas por índios selvagens. Pelo seu número, eles teriam intimidado os indígenas e posto a região a salvo de suas devastações; teriam ensinado aos antigos habitantes do lugar os métodos europeus de agricultura, que certamente são aplicáveis a essa região e, segundo tudo parece indicar, dificilmente se ajustarão às terras vizinhas do Rio de Janeiro. Felizes em sua nova pátria, cujo aspecto lhes teria lembrado, em certos pontos, a sua terra natal, eles teriam descrito o Brasil para os seus

⁵⁹¹ BIGG-WITHER, op. cit., p. 368.

compatriotas com as mais belas cores, e essa parte do Império teria adquirido uma população ativa e vigorosa⁵⁹².

No trecho destacado, o viajante francês ressalta alguns dos fatores que seriam ecoados pelos autores nacionais. Especialmente destaca-se a questão indígena, ou seja: a tomada dos territórios nativos através de meio brando — a intimidação que afastaria para o interior as populações nativas —; também a função pedagógica do imigrante europeu, com seus métodos de cultivo modernos e transformadores, capazes de tirar da rotina os nacionais; as potencialidades da terra em sua fertilidade e disponibilidade; o não uso de força de trabalho cativa; e, por fim, a divulgação em termos elogiosos das qualidades brasileiras para a imigração europeia, isso tornaria o Brasil um centro de atração dessas populações do Velho Mundo.

Através dos estudos dos engenheiros Keller e das incursões ao sertão-interior que fizeram seu irmão Antônio, André Rebouças conclui que nas terras paranaenses “O corpo humano não sente nem calor nem frio; mas sim uma sensação geral de bem-estar que convida a atividade e ao trabalho da inteligência do corpo!”. Exalta as condições de clima, de salubridade e de fertilidade da província do Paraná, tornando-a “a região predestinada para a imigração espontânea no Brasil”. Afirma o engenheiro por fim: “— Que quantidade de imigrantes não terá o Paraná quando tiver vias de comunicação e os proletários da Europa tiverem conhecimento destas verdades?!”; pois “O Criador concedeu à província do Paraná florestas imensas de *Ilex paraguayenses*, a erva-mate, e de *Araucaria brasilienses*, ou pinho brasileiro.”⁵⁹³

A extração da madeira de Araucária já estava desenvolvida na província através da Companhia Florestal Paranaense, dirigida pelo irmão de André, a quem ele não poupa elogios. No entanto, a erva-mate produzida e embalada na província, com grande mercado entre os países platinos, era um grave problema, não estando “à altura da civilização europeia”: exportado em “*surrão de couro*, pode ser recebido, sem repugnância, pelos gaúchos do Rio da Prata”, “terá, porém, sempre um aspecto estranho, repugnante e semibárbaro nos mercados de Nova York ou de Nova Orleans, de Londres ou de Liverpool, do Havre ou de Marselha, de Hamburgo ou de Trieste!”. O elemento determinante em termos civilizacionais de consumo na Europa, segundo argumentava Rebouças, era que “os consumidores dos países civilizados exigem, presentemente, em todos os produtos o *bom* e o *belo*.” Ou seja: era premente acondicionar os produtos “em latas, em vidros, em caixinhas, com rótulos artísticos, dourados

⁵⁹² SAINT-HILAIRE, *Viagem pela comarca...*, op. cit., p. 32-33.

⁵⁹³ REBOUÇAS, *Agricultura Nacional...*, op. cit., p. 85.

e cromolitografados, como outrora só eram acondicionados os artigos de fantasia e de moda de Paris. Tudo isso significa: — Progresso.”⁵⁹⁴

Nesse trecho André Rebouças expressa, sem constrangimento, sua predileção pelo mundo europeu. Sua exclusividade pelos padrões de consumo eurocêtricos, e com isso sua depreciação — aliás depreciação constante em seu Tratado — das práticas, costumes, gostos, hábitos, práticas, aparência, odores e tudo que envolvia o consolidado e rústico — em suas palavras: “repugnante e semibárbaro” — mundo sul-americano.

Depreciar os produtos nacionais, as técnicas de extração, de produção e de beneficiamento era uma estratégia desses reformadores da elite nacional visando à desconstrução do complexo material erigido a partir dos produtos nacionais e das relações comerciais então praticadas. Tanto José Bonifácio quanto Carlos Taunay, Alfredo Taunay e André Rebouças sabiam que a força política derivava do domínio material que os grupos e as classes anteriores a eles haviam estabelecido. O comércio e as redes de comércio e a influência política que esses grupos estabeleceram através do trabalho cativo e do latifúndio precisavam ser desmontados com a introdução sistemática de novos elementos; apropriar-se através de novas técnicas do que já havia e formar novas redes comerciais e políticas nas quais estes novos agentes eram os protagonistas. Ou seja, nas palavras do Visconde, era necessário de modo sistemático mobilizar grandes forças de reconstituição moral e material para sitiar e esmagar o horrendo monstro da escravidão.

4. 1. 1 *A Sociedade Central de Imigração*

Fundada no Rio de Janeiro em 1883, contando com a ilustre presença de Pedro II, como nos narra Taunay, os primeiros organizadores da Sociedade Central de Imigração foram três imigrantes germânicos: “Karl von Koseritz, jornalista e deputado provincial do Rio Grande do Sul, Hermann Blumenau, fundador da colônia do mesmo nome em Santa Catarina, e Hugo Gruber, diretor do jornal *Allgemeine Deutsche Zeitung*”⁵⁹⁵. Os dois primeiros membros abandonaram o projeto em pouco tempo e foram substituídos por Henrique de Beaurepaire Rohan, Ennes de Souza, Gustavo Trinks, Alfredo Taunay, André Rebouças, entre outros.

⁵⁹⁴ Ibidem, p. 87-88.

⁵⁹⁵ HALL, Michael M. Reformadores de classe-média no império brasileiro: a Sociedade Central de Imigração. *Revista de História*, nº 105, 1º trimestre de 1976, p. 148.

Sabe-se, por exemplo, que os membros fundadores tinham um projeto bastante restrito e racista — ainda o que o último ideário tenha se mantido, como se verá, o projeto inicial não se manteve nos mesmos moldes.

Carrega no informa, por exemplo, que uma ideia de Blumenau, que acabou rejeitada, era a de organizar núcleos imigrantes fechados, comunidades herméticas no interior do país; ideia descartada, “já que a Sociedade Central não defendia um sistema de colonização fechado por nacionalidades”, de fato, os nacionais que posteriormente conduziram a Sociedade “defendiam a fundação no Brasil de um sentimento nacional original”⁵⁹⁶ e de assimilação.

No entanto, as críticas ao latifúndio, aos trabalhadores chineses e a proposta da criação de um imposto rural se mantiveram. Uma das ideias fundadoras da Sociedade, estabelecidas por Koseritz, era de que havia um profundo elo “entre a grande propriedade e o trabalho escravo”, conexão “que seria mantida pelo elemento chinês nas fazendas de café caso não houvesse um posicionamento efetivo contra esses interesses”⁵⁹⁷; essa ideia encontrará em Rebouças seu principal porta-voz em defesa de sua tese de “democracia rural”.

Assim, com a instalação em 1883 da Sociedade Central de Imigração, os membros se voltaram para uma meta que Hall indica ser a criação de uma pujante “classe média rural constituída por imigrantes europeus que se tornariam agricultores independentes”.⁵⁹⁸ A Sociedade, portanto, foi criada em um contexto de transformações, ideias e debates já conhecidos e que visavam a reforma do Império sem que houvesse necessidade de transformações políticas profundas, as “revoluções” tão temidas pelos Rebouças.

O jornal *A Imigração*, órgão oficial de comunicação da Sociedade, reconhecidamente tivera intensa participação de André Rebouças e do Visconde de Taunay, ainda que contasse com a colaboração de outros membros fundadores, os dois empenharam-se significativamente na produção do material escrito que nos foi legado e que nos legou as principais diretivas do pensamento sobre as questões de imigração na capital do Império. Com trajetórias bastante distintas e a partir de pontos de vista particulares, vemos que os interesses de Rebouças e Taunay convergiam sobre o mesmo tema: a imigração estrangeira. Se para Rebouças ela poderia auxiliar na resolução dos dois grandes males que se abatiam sobre o Império — a escravidão e o latifúndio⁵⁹⁹ —; para Taunay, a imigração estrangeira representava a solução para o atraso

⁵⁹⁶ CARREGA, Arthur Daltin. *Imigrantes para a pequena propriedade: o boletim e as ideias da Sociedade Central de Imigração (1883-1891)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017, p. 85.

⁵⁹⁷ Ibidem, p. 83.

⁵⁹⁸ HALL, op. cit., p. 153.

⁵⁹⁹ JUCÁ, op. cit.

técnico e civilizacional em que a nação vivia⁶⁰⁰. Da criação da Sociedade até a Proclamação da República, os dois participaram ativamente e, se houveram discordâncias, elas não aparecem explicitamente nos escritos do jornal, nas cartas e no Diário.

No primeiro número do periódico afirmava-se: “Art. 1.º A Sociedade Central de Imigração tem por fim promover, por todos os meios diretos e indiretos ao seu alcance, o aumento da emigração europeia para o Brasil.”⁶⁰¹

A noção de raça propagada pela Sociedade é evidenciada já nesse artigo ao ressaltar a busca pelo aumento exclusivo da imigração europeia; essa ideia será reiterada ao longo de todas as publicações. No entanto, a cada novo número do periódico se evidenciava que os imigrantes europeus visados eram os de origem italiana e alemã.

No boletim no. 2, em artigo assinado pela diretoria, o terceiro *Manifesto — A província de São Paulo*, há um significativo elogio do “laboratório mais apropriado à consecução de um grandioso e patriótico pensamento, qual seja atrair às plagas do Brasil as correntes espontâneas de imigração europeia”:

Não é sabido e patente como a pouco e pouco foi ela [a província de São Paulo] acolhendo e dando hospitalidade a mais dos 50.000 italianos que a vão ajudando na valiosa obra da prosperidade provincial? O influxo que deles tem partido pronuncia-se beneficemente em todos os sentidos, até na feição arquitetônica das cidades, que apresentam já prédios e edifícios a incutirem inveja à Capital do Império, ainda infelizmente entregue às imposições do mau gosto e do desrespeito às regras da estética e euritmia na arte de construir.⁶⁰²

Se o artigo não apenas elogia a administração pública da província de São Paulo, prática de André Rebouças já desde o fim da guerra contra o Paraguai, por “fazer uma boa escolha” imigratória, também deprecia a capital federal pelo “mau gosto” arquitetônico.

A desvalorização da arquitetura que traçava a face do Rio Janeiro traz consigo aquele elemento mais fundamental de superação das noções e práticas lusitanas, tidas como retrógradas, e que ainda insistiam em marcar o Brasil — um “espelho deformado da metrópole”⁶⁰³. Esse espírito já estava colocado na Escola Imperial de Artes, a realização pós-Independência da chamada Missão Artística Francesa, com a qual viera o pai do Visconde de Taunay, qual seja: colocar um “ponto Final a uma certa tradição barroca firmada na América portuguesa”, uma tradição que, até pelo menos a chegada da família real portuguesa, tomava toda atividade

⁶⁰⁰ MARETTI, op. cit.

⁶⁰¹ REDAÇÃO. Estatuto da sociedade. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 1, nos. 1 a 4, 1884, p. 1.

⁶⁰² TERCEIRO MANIFESTO — À PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 1, nos. 1 a 4, 1884, p. 4.

⁶⁰³ ALAMBERT, op. cit., p. 150.

artística como coisa de escravos. Essa tradição barroca que era então depreciada como “elemento colonial” de mau gosto foi recuperada pelo movimento modernista na década de 1920 enquanto “uma adaptação feliz e criativa dentro das adversas condições coloniais brasileiras — elemento que antecipa a independência mental do colonizador português e inicia o nosso ‘mulatismo’, a nossa arte ‘original’.”⁶⁰⁴

Em contraposição ao Brasil, a capital paulista forjava para si, a partir de sua economia reestruturada pela cafeicultura, pela imigração europeia, pelas ferrovias e uma centena de expressões de modernidade, uma face totalmente descolada do passado colonial e até mesmo do próprio país, cada vez mais um arremedo do mundo europeu que um pedaço do Brasil mulato e de mau gosto.

Não foi despreziosamente que de modo exclusivo os artigos subsequentes do periódico trataram sobre a questão da posse da terra para os imigrantes, sem dedicar sequer uma linha aos temas da escravidão ou da abolição.

No terceiro boletim, também assinado pela redação, abria-se aquela frente mais radicalizada, fazendo-se um virulento ataque à imigração chinesa. Um texto desconcertante e de explícita xenofobia e que, posteriormente, se tornaria claro racismo:

Julga esta sociedade prestar o mais assinalado serviço ao Brasil, combatendo por todos os modos e com denodo essa perniciosa e fatal ideia da introdução de chins entre nós, ideia que um publicista argentino intitulou crime de *lesa-pátria*, mas que infelizmente ainda traz iludido não poucos brasileiros.

Abrir os olhos de todos nesta gravíssima questão, incutir verdadeiro terror por tão terrível praga, [...] impedir absolutamente aquela colaboração que inocula e desenvolve vícios hediondos, que nem sequer podem ser apontados, constitui um dos nossos constantes empenhos.⁶⁰⁵

O artigo desenvolve seu argumento aparando-se no caso estadunidense e projeta as mais sombrias e terríveis consequências caso o governo brasileiro não crie severas barreiras à imigração chinesa.

André Rebouças foi um dos membros que mais intensamente encampou a campanha anti-imigração asiática e sinofóbica, como nos dá nota em seu Diário pouco tempo antes da solenidade de inauguração da Sociedade:

14 — Outubro

Sessão preparatória para fundação da Sociedade Central da Imigração, no Liceu de Artes e Ofícios.

⁶⁰⁴ Ibidem, p. 161.

⁶⁰⁵ TRABALHADORES CHINESES. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 1, nos. 1 a 4, 1884, p. 9.

Protesto contra a introdução de chins no Brasil com o amigo Alfredo d'Escagnolle Taunay e o publicista Von Koseritz (do Rio Grande do Sul).⁶⁰⁶

A questão continuaria a incomodar André Rebouças de maneira obsessiva, como se pode notar em carta ao amigo Rangel da Costa já em 1893, quando habitando em Funchal, ilha da Madeira:

28 de Julho de 1893

[...]

A coisa mais grave para o futuro da nacionalidade brasileira: é o criminoso tratado com a China. Essa questão de escravidão amarela foi um dos fatores da maldita república. — Depois da Abolição, fazendeiros e cafezistas exigiram indenização em dinheiro e reparação de escravos libertos pela importação de Chins.

Era da maior evidência que os nossos Landlords tinham satânico intento de substituir os escravos pretos por escravos amarelos.

O Africano é simplesmente um homem por civilizar; mas o Chin, o Coolie, o proletário Asiático é um ente corrupto e depravado, durante milhares de anos, pela escravidão, pela embriaguez, pelo ópio e pela ferocidade oriental, é um ser incivilizável, resistente e refratário a todo o progresso; corrompendo a sociedade, que o admite em seu seio, em lugar de aperfeiçoar-se.⁶⁰⁷

Para Rebouças, três questões estavam intimamente ligadas: a abolição da escravidão, o incentivo à imigração europeia (essencialmente ítalo-germânica) e a restrição (senão proibição, como tentará o Visconde de Taunay) de imigrantes asiáticos, especialmente chineses. Para que se quebrasse o elo fundamental do escravismo brasileiro, de onde os senhores de escravos retiravam seu poder, a Abolição deveria ser imediata e sem indenização aos donos de escravos. Afirmava Rebouças em seu Manifesto:

O maior dano financeiro e econômico, produzido pelo escravagismo sobre a nação brasileira, provém do monopólio territorial.

Os exploradores da raça africana são simultaneamente grandes monopolizadores de terra.

Insaciáveis em sua ambição nem permitem a formação da Democracia Rural com pequena lavoura exercida por brasileiros, nem o estabelecimento de imigrantes agricultores e proprietários.

Nas regiões agrícolas o brasileiro não tem outro recurso senão reduzir-se a agregado ou, mais rigorosamente, a capanga, de algum fazendeiro ou senhor de engenho.⁶⁰⁸

O trabalho — essencialmente o trabalho agrícola, haja visto que a indústria brasileira não conseguira desenvolver-se em sua forma urbana de transformação — deveria ser livre e essencialmente exercido nos princípios liberais de propriedade, porém da pequena propriedade. O liberalismo de José Bonifácio ecoava em toda a geração de Rebouças e Taunay, tomando especificidades muitas vezes incomuns, especialmente no que diria respeito à imigração chinesa.

⁶⁰⁶ REBOUÇAS, *Diário...* op. cit., p. 300.

⁶⁰⁷ Ibidem, p. 404.

⁶⁰⁸ REBOUÇAS, *Abolição imediata...*, op. cit., p. 18.

Rebouças importara de sua viagem aos Estados Unidos da América em 1873, em visita técnica às docas e ferrovias de Nova York — visita na qual relata pela primeira vez “prejuízo de cor” ao não encontrar hotel onde se hospedar e não poder frequentar a Grand Opera House⁶⁰⁹ — uma visão bastante particular sobre o trabalhador chinês. Compreendia ele haver se estabelecido naquele país uma forma de substituição do trabalho escravo negro pelo asiático e que o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação assinado entre Brasil e China em 1881 era uma astúcia dos latifundiários em busca de força de trabalho cativa. Para o autor, a evidente abolição da escravidão colocara os fazendeiros em alerta; em reação, eles haviam mobilizado seus representantes políticos em busca uma alternativa mais discreta, uma forma de semiescravidão. O tema preocupara André Rebouças de tal maneira que acabou por leva-lo À Sociedade Abolicionista e ao seu mais expressivo porta-voz: Joaquim Nabuco.

24 — Outubro [1883]

No Centro Abolicionista da Escola Politécnica propondo voto de louvor a Joaquim Nabuco pelos trabalhos no Congresso Jurídico de Milão e protestando contra a escravização de chins.⁶¹⁰

Dáí em diante Rebouças desenvolveria de forma mais agressiva sua retórica e reuniria seus argumentos em um claro formato racista, uma associação direta entre raça e cultura:

Mas, ao lado do problema agrícola, está o problema social; introduzir Chins neste Império é aniquilar todo o futuro nacional, sem outro proveito mais do que galvanizar por alguns dias a moribunda oligarquia rural. Para o problema da carência de braços não há, pois, em última análise, senão estas três soluções racionais: 1°. Abolição da escravidão, que aniquila o escravo e fulmina o senhor; 2°. Melhor aproveitamento da população nacional, dando-lhe vias de comunicação, instrução e indústria. 3°. Reformas sociais, econômicas e financeiras, necessárias para que a imigração ache no Brasil elementos de segurança, de bem-estar e de prosperidade superiores aos dos Estados Unidos. Todas estas soluções são eminentemente liberais e progressistas; e não há duvidar são infalíveis porque o Progresso é a lei de Deus!⁶¹¹

Nesse nefando tratado com a China escreveram a monstruosidade de obrigar-se o Brasil a restringir a emigração Europeia!! São essas injustiças; são essas iniquidades; são essas monstruosidades contra o pobre, contra os infelizes, contra os filhos de Jesus, que bradam aos céus e que chamam sobre nossa mísera Pátria os raios de Deus Vingador.⁶¹²

A forma de Rebouças seria então, abolida a escravidão em 1888, repetida de maneira virulenta e desconfortável pelo Visconde de Taunay no mesmo ano quando de sua nomeação ao Senado, como se verá mais adiante.

No entanto, retornando ao terceiro boletim, é de particular interesse a nota de uma “colônia de libertos” da condessa do Rio Novo na Paraíba do Sul.

⁶⁰⁹ REBOUÇAS, *Diário...*, op. cit., p. 245-246.

⁶¹⁰ Ibidem, p. 300.

⁶¹¹ REBOUÇAS, *Agricultura nacional...*, op. cit., p. 383.

⁶¹² Ibidem, p. 404

De teor quase antropológico, o relatório apresentado por Ennes de Souza conta haver uma colônia de libertos de 190 adultos e 40 ingênuos e menores que receberam 30 lotes de terra, nos quais quase todos se dedicavam ao cultivo de café, cana de açúcar, feijão, milho, amendoim, arroz, mandioca, batata, inhame e banana, destinados esses produtos ao consumo dos colonos e aos animais⁶¹³.

Contempla-se neste artigo uma espécie de proto-realização do ideal de democracia rural propalado por André Rebouças, mas que esbarrava sempre (e inevitavelmente) no problema da atuação governamental para facilitar, socorrer e auxiliar os colonos nacionais: “mas todos se queixavam do que todos se queixam... da escassez dos meios para realizarem seus desejos de melhoramentos”.⁶¹⁴ O relato, no entanto, está incompleto, tendo a continuação publicada apenas no oitavo número. Na continuação, aparecem novas e reveladoras informações:

Do relatório apresentado pela Comissão da Diretoria enviada à Paraíba do Sul, composta dos Srs.: Dr. André Rebouças, Gustavo Trinks, Dr. Ennes de Souza, Dr. Américo dos Santos e Hugo Gruber e do qual foi relator o Dr. Ennes de Souza, continuamos a publicar o final da primeira parte que foi iniciada no Boletim n. 3.

A menção ao nome de Rebouças como membro da comissão indica também sua participação no relatório, ainda que o cabeçalho da notícia proponha que a autoria seja apenas de Ennes de Souza. Ocorre uma mudança sensível no formato do relato e na qualidade da escrita. Se na primeira parte publicada no número 3 tem-se a impressão da descrição de um caso curioso, um acontecimento sem maior destaque, na continuação do texto aparecem dados, termos jurídicos latinos e conceitos bastante apurados e caro à noção de democracia rural de Rebouças, tais como “engenho central” e “*fidei commissos*”⁶¹⁵. Indicativo da participação direta do engenheiro na redação e na interpretação do relato, visando uma seriedade, muito mais que uma simples narração do evento.

No artigo estão descritos com precisão a quantidade da produção, o tipo e a qualidade de produtos, as técnicas de manejo e cultivo, os equipamentos que possuem os colonos, as distâncias em que são comercializados e o tipo de instrução pública e religiosa que dispõem. O artigo deixa a clara impressão de que a colônia é sim uma experiência bem-sucedida e que se tiver o auxílio prestimoso dos governos, serviria de exemplo à nação.

⁶¹³ COLÔNIA DE LIBERTOS. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 1, nos. 1 a 4, 1884, p. 9-10.

⁶¹⁴ COLÔNIA DE LIBERTOS, op. cit., p. 10.

⁶¹⁵ COLÔNIA DE LIBERTOS (continuação). *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 2, no. 8, 1885, p. 6.

No entanto, à exceção deste artigo, todo o periódico muda significativamente de tom a partir do segundo ano. O número de manifestos cai drasticamente, enquanto os relatos de experiências (todas bem-sucedidas) de colônias italianas e alemãs, os números de imigrantes que chegaram ao país e os embates sobre a posse da terra para colonos e imigrantes ocupa praticamente todo o corpo do jornal. Um possível efeito do grande número de sócios destacados no número 6: 258 sócios no total, entre barões, viscondes e um expressivo número de sobrenomes estrangeiros; destacando-se alemães, ingleses e franceses.

Apesar de constar como diretor da Sociedade, André Rebouças parece perder espaço em pautar temas de seu interesse; com isso ganham cada vez mais relevo os relatos de “bem-sucedidos” empreendimentos de colonização estrangeira, especialmente alemães no Sul e italianos no Sudeste. Simultaneamente redobram os ataques aos chins, japoneses e *Coolies*⁶¹⁶.

Em ata de reunião de 11 de abril de 1885, reproduzida no periódico, vê-se uma fala categórica e desconcertante de Taunay, prelúdio de sua atuação como senador:

O Sr. Dr. Escagnolle Taunay propôs que na ata se inserisse um protesto contra as ideias apresentadas no senado pelo Sr. conselheiro Silveira Martins, lamentando que espírito tão lúcido e elevado viesse entre nós renovar as esperanças daqueles que dão como possível e até útil a introdução dos trabalhadores chins. Segundo o pensamento do nobre senador, deveria ser o Brasil dividido em zonas, conforme os climas e assim caberia a umas, como o Rio Grande do Sul, a melhor imigração possível [a alemã e italiana].⁶¹⁷

Os números 34 e 50, respectivamente de 1887 e 1888, são exemplos do paroxismo a que chegaram os debates sobre imigração alemã e asiática.

O primeiro artigo (anteriormente publicado em jornal *Gazeta de Campinas*), *A imigração alemã*, tratava sobre uma polêmica criada pelo discurso do republicano Ubaldino do Amaral no Clube Republicano, que alegava, segundo *A Imigração*, haver um plano de dominação do governo alemão, já que este enviava grandes ondas de imigrantes para a região sul do Brasil, em especial para a província do Rio Grande do Sul.

Segundo o periódico:

Neste caso poderíamos também suspeitar que a Itália tem os mesmos agressivos intuítos!
Seria fazer outra injustiça.
Em todo este negócio, a única questão é esta: precisamos ou não de colonização?
Precisamos de toda e qualquer colonização, menos a dos chins e japoneses.
Logo, a vinda dos alemães para o Sul do Império, em grande escala, deve ser recebida com agrado e esperança.

⁶¹⁶ *Coolie* (também grafado *cooly*, *culi*, *kuli*, *quli*, *koelie*) era um termo frequentemente utilizado para designar trabalhadores braçais oriundos da Ásia, especialmente da China e da Índia, durante o século XIX e início do século XX.

⁶¹⁷ SESSÃO DA DIRETORIA EM 11 de Abril de 1885. *A Imigração*, órgão da Sociedade central de Imigração. Ano 2, no. 11, 1885, p. 4.

O Rio Grande do Sul, com certeza, está satisfeíssimo com as suas grandes colônias, e os habitantes delas, os alemães, inquestionavelmente amam a sua nova pátria. Trabalham, lucram e dão a lucrar.

[...]

O alemão que forma sua família no Brasil e organiza os seus interesses, não pode ter em mira a desordem, a traição, o conflito, a agressão para mais tarde.

Dispondo da sua força e do seu patriotismo, saberá respeitar a força, a lei, e os direitos da sua nova pátria.

[...]

Que venham os bons estrangeiros trabalhar conosco e aumentar a população do Império, eis o que é absolutamente necessário.⁶¹⁸

Lugar-comum reiterado nas propagandas anti-imigração asiática nos Estados Unidos, era o aparente fato de que os trabalhadores chineses não formavam famílias, com isso não se ligavam à terra. A imigração asiática nesse país era, quase que exclusivamente masculina, feita por contratos com períodos determinados e para trabalhos de baixíssima remuneração. Em geral, os chineses viviam em comunidades herméticas nas quais mantinham seus costumes e línguas, o que gerou um forte sentimento de repúdio nos trabalhadores nacionais.⁶¹⁹

Vemos no artigo o elogio do imigrante alemão como elemento oposto desse estereótipo: “os imigrantes alemães amam a sua nova pátria. Trabalham, lucram e dão a lucrar. [...] O alemão que forma sua família no Brasil e organiza os seus interesses”. Problemas debatidos desde a fundação da sociedade: a não formação de comunidade herméticas no interior do país e a propriedade da terra para o imigrante.

O manifesto de outubro de 1888, diante das vozes que lentamente começavam a se erguer contra a sociedade, retoma debates anteriores e destaca a Abolição de 13 de maio. A retomada de manifestos faz reavivar o espírito combativo do grupo e, mais do que nunca, a erigir a retórica racista que marcaria a atuação de Taunay naquele ano enquanto senador.

Manifesto contra a introdução de chins, culis e proletários asiáticos

A 5 do Outubro do 1883 os fundadores da Sociedade Central do Imigração, reunidos em sessão preparatória no Liceu do Artes e Ofícios, encetaram os seus patrióticos e humanitários trabalhos, lavrando formal e enérgico protesto contra a nefanda tentativa de manchar o solo do Brasil com a importação de representantes de uma raça atrofiada e corrupta, incapaz de colaborar eficazmente com este povo neolatino, ávido de progresso e glorioso futuro, com sua grande evolução altruísta. [...]

Hoje, cinco anos depois, tem a Sociedade Central de Imigração o imperioso dever de reproduzir os mesmos esforços, para que tal atentado não se realize, tanto mais iníquo o desastrado, quanto a 13 de maio do 1888 esta bela pátria lavou a última mancha e entrou resolutamente no grêmio das nações da mais alta civilização.

[...] não intentamos trocar a escravidão negra pela escravidão amarela e substituir o mísero cativo, sujeito ao chicote e ao tronco, pelo mal-aventurado asiático, que, tangido da terra natal pela mais profunda miséria, curva-se resignado ao bambu e às

⁶¹⁸ REDAÇÃO. Imigração alemã. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 4, no. 34, 1887, p. 3.

⁶¹⁹ FARAGHER, John Mack. *Eternity Street: Violence and Justice in Frontier Los Angeles*. New York: WAV. Norton. 2017.

vilanias dos seus feitores, até ao momento em que o desespero e o ódio os levam ao suicídio ou aos mais atrozes crimes [...].

[...]

Que o trabalhador chinês é um perturbador de toda a economia social dos povos civilizados;

Que é um ente sem família, sem mulher, nem filhos;

Que trabalha por salários ínfimos exatamente porque não tem que amparar os seus parentes, que vestir a mulher, nem mandar os filhos à escola;

Que esse salário mínimo é o terror e o desespero de todos os imigrantes europeus e trabalhadores nacionais, gerando neles o ódio, o despeito e levando-os à explosão do paixões violentas.

Que não se coaduna a vida animal e crapulosa dos fumadores de ópio com os estímulos da civilização. [...]

Para longe o desgraçado cúlí!⁶²⁰

Dentre os que assinaram o manifesto está André Rebouças e, entre os participantes da reunião, José do Patrocínio fora um dos oradores:

Dessa importante conferência foi orador o ardente tribuno José do Patrocínio, o qual eloquentemente discutiu a questão por todas as suas faces, demonstrando claramente que é incompatível com a nossa nacionalidade, não só por muitos motivos étnicos e biológicos, como porque é um péssimo fator econômico, que virá complicar o nosso arruinado mecanismo do trabalho rural.⁶²¹

Excitado pelo clima da Sociedade, incluindo abolicionistas, e estímulo do Imperador, em 4 de outubro de 1888, Taunay propusera uma lei a partir da qual se seguiu calorosa discussão:

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Assim, pois sem fazer as considerações que poderia ainda aduzir como complemento de meu discurso de ontem, limito-me neste momento a apresentar o seguinte projeto de lei, que julgo digno da meditação do parlamento, dos pensadores e patriotas brasileiros.

É concebido nestes concisos termos (lê):

A Assembleia Geral resolve:

“Art. 1º É proibida a introdução de trabalhadores chineses em todo o Império.”

“Art. 2º São revogadas as disposições em contrário.”

“Sala das sessões, 4 de outubro de 1888. — Escragnolle Taunay.”

O SR. VIRIATO DE MEDEIROS: — Não apoiado.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Não devemos proibir a entrada de ninguém no país.

O SR. LEÃO VELLOSO: — Muito apoiado.

O SR. VISCONDE DE OURO PRETO: — Isto é barbarismo!

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Qual barbarismo! Isto é a imitação do que fizeram todos os países que fecharam seus portos a essa imigração e cujos parlamentos conhecem por experiência os horrores e os inconvenientes da introdução dos trabalhadores chineses. Isto está mais do que estudado; a medida está autorizada pelo exemplo de todos os parlamentos a que me refiro.

O SR. VISCONDE DE OURO PRETO: — Este projeto é um sinal do tempo, digno produto desta situação.

⁶²⁰ REDAÇÃO. Manifesto contra a introdução de chins, culis e proletários asiáticos. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 5, no 50, 1888, p. 1. Relata André Rebouças em seu *Diário*: “Redigindo com Taunay o Manifesto da Sociedade Central de Imigração contra Chins, *coolies* e proletários asiáticos. O Imperador aplaude nossa iniciativa com a frase: Deus lhes fale n'alma.” REBOUÇAS, *Diário...*, op. cit., p. 318.

⁶²¹ MEEETING DE INDIGNAÇÃO. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 5, no 50, 1888, p. 1.

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Sr. presidente, eu apresento à casa este projeto de lei e confio na sensatez dos poderes públicos do meu país.

O SR. VISCONDE DE OURO PRETO: — Deve ser reprovado.

O SR. VIRIATO DE MEDEIROS: — Rejeitado *in limine*.

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Por quê? Os parlamentos de muitos países do mundo proibiram a entrada de chineses.

O SR. VISCONDE DE OURO PRETO: — V. Ex. pensa que não há quem estude estas questões? Está se deixando levar por superfluidades! Neste século, proibir a entrada de uma nacionalidade, é um absurdo.

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Fez-se isto em toda a parte. A responsabilidade do projeto é minha, eu o mando à mesa, Sr. presidente, e V. Ex. faça o que entender.

O SR. PRESIDENTE: — O projeto fica sobre a mesa durante o tríduo marcado pelo Regimento para depois seguir o seu destino.

O SR. VIRIATO DE MEDEIROS: — Deve ser reprovado.

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Este negócio de chineses tem água no bico.

O SR. VIRIATO DE MEDEIROS: — Água no bico tem aqueles que querem por força que para aqui venham os alemães.

O SR. IGNACIO MARTINS: — Venham os alemães e todo o mundo.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Venham todos quantos quiserem.

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Esses que não quero que venham, só poderão ser trazidos por especuladores, como miseráveis carneiros.

O SR. VIRIATO DE MEDEIROS: — Como tem vindo outros.

O SR. VISCONDE DE OURO PRETO: — O nobre senador quer que se cerrem as nossas portas a esses miseráveis. (Há outros apartes.)

O SR. PRESIDENTE: — Atenção; não está nada em discussão.⁶²²

O discurso anterior a que se refere Taunay foi um nauseabundo rosário de preconceitos racistas e xenófobos que visavam preparar o Senado para a recepção de seu projeto de lei. No dia anterior, despejara o senador sobre os ouvintes os mais indiscretos e nauseantes adjetivos. Iniciado com a proposição de que a introdução de chineses no Brasil era um “crime de lesa-pátria” (argumento, como se viu, compartilhado por Rebouças) e que a permissão de “elemento tão pernicioso, tão indigno...” era um assalto ao país. O senador cearense Viriato Correia respondera, primeiramente, com certa cautela a Taunay, afirmando “Não apoiado; não é justo que se diga isto de uma nação que tem chegado ao ponto de civilização a que chegou a China.” Pouco disposto a ser contrariado, o Visconde então acirrou a retórica, pediu paciência ao colega, continuando: “Estudarei este ponto e todos os outros, que bem patenteiam os inconvenientes dessa detestável imigração, si assim se a pode chamar.” “Se o nobre senador pelo Ceará, com os seus entusiasmos por essa raça e sua civilização podre e estagnada, tem ideia de encaminhar chineses para a sua província natal, fique certo de que lhe presta um desserviço pavoroso, sem qualificativo até.”

O Ceará fora a província mais severamente atingida pela Grande Seca e pelo surto de varíola subsequente, com talvez mais de 120 mil vítimas e incontáveis migrações para as

⁶²² ANNAES do Senado do Império do Brazil. Senado. Primeiro 3ª Seção da 20ª Legislatura. De 1 de outubro a 20 de novembro de 1888. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 80.

províncias do Sul e Norte fugidos da catástrofe.⁶²³ Os objetivos do senador cearense, ao se opor ao Visconde de Taunay, soavam justos em sua tentativa de tentar recompor a população perdida e atrair força de trabalho, ainda que não permanente e para consecução de obras de infraestrutura como ferrovias e canais, para a província desolada e já vítima dos mais indiscretos e cruéis estereótipos e nascente xenofobia preditos, entre outros, por André Rebouças. Taunay e a Sociedade fortaleciam ainda mais as províncias do Sul com a atração de imigrantes europeus e desamparavam as combalidas províncias do Norte, em especial aquelas que formariam o que hoje se conhece por Nordeste brasileiro.

Afirmava Taunay em resposta ao senador cearense que:

Eu não lanço estigma sobre a China, que fica lá na sua Ásia. Admiro, como todos, o grau de adiantamento a que chegou aquele Império muitas dezenas de séculos antes de gozarem as nações europeias dos benefícios da civilização e do progresso; mas, Sr. presidente, a que me refiro é ao *trop plein*, que essa China, quando pode, faz transbordar sobre outros países pelo excesso de sua condensadíssima população e que tem dado de si a mais triste, a mais hedionda e deplorável cópia e exemplo.

O Visconde de Taunay fazia ouvidos moucos ao colega cearense que argumentava sobre a sobriedade dos chineses, seus hábitos de previdência e discrição, em contraposição aos estadunidenses e imigrantes europeus que exigiam salários cada vez mais elevados diante de seus arroubos de alcoolismo e jogos. Se os trabalhadores chineses exigiam menores salários por seus trabalhos nos Estados Unidos da América, argumentava Viriato Correa, era por sua moderação e previdência, não por um estado natural de escravidão e decadência. Taunay respondia que era bem sabido quanto é elemento inassimilável nos “organismos sociais de procedência europeia”. A influência dos chineses no modo de vida, composição da força de trabalho e aglomeração nos Estados Unidos, assemelhava-se, conforme o Visconde, a “uma pedra que o estômago do homem tivesse engolido sem poder nunca digeri-la.” Dizia ainda o senador por Santa Catarina em resposta ao senador do Ceará: “São os maus chineses, que vêm da China. Como é possível fazer essa discriminação?! Aliás a raça toda é fraca, imbele, levada a pontapés pelos europeus nas guerras em que se tem empenhado.”

O Visconde confrontava o adversário e afirmava que se o senador Viriato visse um chinês de perto “verificaria que é refugio de se atirar para bem longe os tais trabalhadores”.

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Convém, Sr. presidente, destruir totalmente do pensamento nacional esta ideia da introdução de serviçais chins. No tempo em que existia entre nós a detestável instituição da escravidão, podia enfim parecer a alguns

⁶²³ MOTA, Camilla Veras; COSTA, Camilla; TOMBESI, Cecilia. 500 mil mortos: a tragédia esquecida que dizimou brasileiros durante 3 anos no século 19. *BBC Brasil*, 18 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idd-5ef8617a-d045-4f5e-932d-d41d9292ee51>. Acesso em: 28/10/2025.

meio de transição entre o trabalho forçado e o livre, embora os tais livres de boamente se sujeitem à pancada, reconhecendo que é bom estimulante ao trabalho! Que magníficos exemplos! Mas no momento em que o Brasil está dando os primeiros e enérgicos passos na verdadeira senda do progresso, é, torno a qualificar assim, crime de lesa-pátria essa especulação que está em termos de reaparecer.

O SR. VIRIATO DE MEDEIROS: — De modo que se quiserem vir esses imigrantes, o nobre senador os porá à bala fora daqui.

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Que imigrantes! Todos sabem que o trabalhador chinês não tem liberdade de dirigir-se para onde queira, nem sabe até se existem outros países. Na miséria aniquiladora, profunda, em que jazem milhões e milhões de criaturas, naquela aglomeração enorme de população em país em que não há quase mais lugar para se viver, estes entes entregam-se como carneiros aos especuladores, deixam-se encaminhar por aqueles que movidos pela ganância os arrebanham, afim de tirarem da mercadoria humana o maior proveito.

Lembro-me perfeitamente, que, conversando um dia na Europa sobre este assunto com um peruano chamado D. Montis, homem rico e conhecedor das coisas de sua pátria, em termos enérgicos me aconselhou que quando se tratasse de tão fatal tentativa, procurasse eu por todos os modos combatê-la e destruí-la. “É o mesmo, dizia ele, que pegar conscienciosamente lepra do corpo de um morfético e colocá-la sobre a sua própria carne”

O SR. VIRIATO DE MEDEIROS: — É muito sentimentalismo.

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Não é. D. Montis falava assim, porque assistira àquelas cenas a que já me referi, em que a população da capital do Peru indignada, levantou-se em peso e fez uma horrível carnificina daqueles infelizes contaminadores. Reflitam bem os fazendeiros da província do Rio de Janeiro nos males que podem advir da introdução destes desgraçados auxiliares. Meu sogro, o barão de Vassouras, sempre citava o exemplo de um fazendeiro, que tinha introduzido 25 chins na sua propriedade, e que, a poder de muita paciência ia conseguindo deles alguma cousa, tendo em conta o seu modo especial de trabalho e a fraqueza de seus organismos, porque na verdade não se pode exigir do chim senão esforço correspondente à exiguidade da alimentação e aos seus hábitos de infrene e escandalosa luxúria. Pois bem. Um belo dia indo à senzala que habitavam, por não os ver sair, encontrou, voltados para o lado do Oriente, todos os seus 25 chins enforcados, uns ao lado dos outros. Imagine V. Ex. o espetáculo! Não haviam eles podido resistir à nostalgia pátria ou à mudança de costumes. Não, Sr. presidente, não é para este lado da Ásia e do obscurantismo que devemos olhar. Devemos cuidar da transformação das grandes propriedades, onde elas não se possam manter e para tanto já há belíssimo prenúncio. [...] Em questão de imigração, o ideal para todos deve ser a pequena propriedade. [...] O verdadeiro meio para atrair a imigração espontânea é a decretação de leis que têm de proteger a dignidade de todos os cidadãos; é organizar-se a propaganda em regra nos centros de boa emigração europeia e sobretudo montar uma repartição de terras, onde o trabalho seja constante, ativíssimo e rigoroso; onde os recém-chegados encontrem logo e logo o mais afável e pressuroso acolhimento e as mais claras, minuciosas e completas informações a respeito das zonas em que tiverem de estabelecer-se, de modo que todas as suas dúvidas e vacilações desapareçam. E tais informações devem não só referir-se a terras do governo, mas também às dos particulares que queiram transformar as suas propriedades. Mas nós aqui temos o contrário de tudo isto. Inércia e antipatia ao problema, em lugar de energia e entusiasmo pelo problema! Uma lastima! E isto no elemento oficial.⁶²⁴

Ao saber-se derrotado em seu projeto, Taunay acusara os colegas de terem interesses escusos na introdução de trabalhadores chineses no Brasil, ao que fora rapidamente acusado de também os ter em seus projetos de imigração alemã, amplamente facultados pela Sociedade.

⁶²⁴ Ibidem, pp. 50-52.

À derrota formal e evidente de sua lei restritiva aos trabalhadores chineses, Taunay faria um adendo no dia 05 de outubro para dar continuidade a polêmica:

Sr. presidente, julgo de necessidade retificar uma especificação, ementa ou que melhor nome tenha, que o Diário oficial deu hoje ao projeto por mim apresentado ontem, proibindo a introdução de trabalhadores chineses neste Império. O jornal da casa julgou-se autorizado, não sei se ingenuamente ou se com alguma malícia, a qualificar a minha ideia de projeto contra a imigração chinesa —; quando, Sr. presidente, a palavra imigração é aqui perfeitamente descabida e só costume aplicá-la à introdução da raça europeia, pois nela está subentendida a vontade e o conhecimento com que cada indivíduo sai da sua pátria para qualquer outro país de sua escolha ou seleção.⁶²⁵

A provocação de Taunay não passou incólume

Os chins, Sr. presidente, tangidos pela mais horrorosa miséria, trazem os seus dois magros braços para o trabalho nos países que são dirigidos na mais passiva obediência por aqueles que os contratam, mas ao mesmo tempo trazem os depravados hábitos provenientes da sua civilização podre de velha e os estigmas dos mais estupendos e hediondos vícios, que lhes depauperam as forças. A imigração europeia, Sr. Presidente, a imigração em geral traz seus braços robustos e vigorosos, traz a consciência e a inteligência, traz ideias, traz o estímulo, do progresso, exemplos de dignidade pelo trabalho, e grandes ensinamentos para a vida de um povo novo. A imigração europeia representa, não esses miseráveis e desgraçados autômatos da China, com que se quer infelicitar o Brasil restaurando a escravidão e os castigos corporais, mas os desalentados da vida da Europa, que procuram existência nova, digna e proveitosa para si e para a pátria de seleção.

O SR. PRESIDENTE: — V. EX. permita observar

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Não quero, Sr. presidente, que conspurquem esse vocábulo imigração, que representa um fato indispensável à grandeza da minha pátria, aplicando-o a outro bem diverso [...]

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Isto é retificação?

O SR. VISCONDE DE OURO PRETO: — O nobre senador está modificando sua ideia.

O SR. VIRIATO DE MEDEIROS: — Completamente.

O SR. VISCONDE DE OURO PERTO: — Consultou o travesseiro e veio fazer *amende honorable*.

O SR. ESCRAGNOLLE TANAY: — Amende honorable?⁶²⁶

Por fim, na seção, diante de tamanha insistência de Taunay, a situação atingiu o paroxismo da pessoalidade:

O SR. VISCONDE DE OURO PRETO: — Há cidadãos brasileiros que não falam senão alemão.

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Mas isso é prova de não assimilação? Vão ver que eles são bons brasileiros.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Não contesto; mas a imigração que nos serve é a latina, a dos belgas, dos italianos, dos portugueses, e até a dos chineses.

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Ah! V. Ex. conhece-os?

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Conheço-os, sim; não vou buscar inspirações na rua do Ouvidor.

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Eu também não vou; estudo nos livros e nos parlamentos que repelem o chim. V. Ex. não pode dizer isso de seus colegas.

⁶²⁵ Ibidem, p. 88.

⁶²⁶ Ibidem, p. 89.

O SR. PRESIDENTE: — Atenção!

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — Estudo nos parlamentos, que têm mais experiência do que o nobre senador.

O Sr. Visconde de Ouro Preto dá um aparte.

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: — V. Ex. pode produzir suas razões sem ferir a seus colegas.⁶²⁷

Na seção daquele dia, o tema foi redirecionado para o casamento civil e a tentativa de reformas de laicização da vida social.

Taunay não fez para si completa aceitação da derrota, seguiria ainda durante o período de atividade parlamentar daquele ano a depreciar os chineses e a levantar polêmica toda vez que a questão surgisse ou mesmo ele pudesse reavivá-la.

Na seção de 8 de outubro, no entanto, o Visconde de Ouro Preto rebateu de maneira exemplar Taunay, buscando escapar à ideologia por este propagada. Afirmava o senador abolicionista mineiro:

O que eu não quero é que encontrem fechados os nossos portos se cá vierem, porque seria isso inconciliável com todos os princípios da civilização e humanidade; o que eu não quero é que os repilamos como uma raça maldita, o que não desejo, sobretudo, é que fique em nossas coleções uma lei de execração e covardia [...]

Peço licença ao meu honrado colega e amigo para dar-lhe um conselho, como mais idoso que sou: leia os nossos anais; há aí muito que aproveitar. Pelo menos não cometerá muitas injustiças, que lhe escapam na tribuna, contra os que vieram antes de si.⁶²⁸

Os confrontos constantes modularam o tom do discurso de Taunay e produziram, por fim, um consenso sobre as categorias debatidas: imigração dizia respeito aos projetos de fixação de trabalhadores europeus e suas famílias, essencialmente rurais, para reocupação de terras brasileiras; os chineses não poderiam ser considerados imigrantes pois, conforme se compreendeu, não buscavam a fixação em um novo país, eram nacionalistas e se prestavam a trabalhos sazonais, especialmente urbanos ou obras de infraestrutura. Consequentemente, semeou-se a suspeita sobre aqueles fazendeiros ou agentes privados que buscavam a mão de obra chinesa, a ideia de introdução de trabalhadores chineses em trabalhos de lavoura passou a soar como uma tentativa de restabelecimento da escravidão, ou de um sistema de dívidas e baixos salários que resultaria, por fim, em débitos impossíveis de serem quitados.

A estratégia de Taunay ressoava muito semelhante àquela de Antônio Rebouças quando das discussões da reforma da guarda nacional (de fato Ricœur está correto: “Em matéria de política, cometemos sempre os mesmo erros, talvez porque temos que nos haver com questões muito repetitivas: o exercício do poder, o uso da mentira pelos que detêm o poder,

⁶²⁷ Ibidem, p. 90.

⁶²⁸ Ibidem, p. 111.

etc.”⁶²⁹), qual seja: lançar com grande efeito retórico um tema, espelhá-lo a partir de situações extremas e casos exemplares para, por fim, tentar modular o debate em termos mais favoráveis a si. Se no caso de Rebouças sua atitude era reativa e ele saiu derrotado, a de Taunay era propositiva e, embora seu projeto tenha sido arquivado, sua definição de imigração e de raça (com toda sua estereotipia, xenofobia e racismo) prevaleceu. Antônio Rebouças contemplava em projetos de exclusão racial, de privação de acesso por critérios de cor e/ou de origem, um mal capaz de mover profundas forças revolucionárias diante da injustiça; seus critérios eram liberais, de méritos e de trabalho próprio. Taunay, instruído diretamente pelo filho do Conselheiro, adotara uma perspectiva radicalmente contrária: a existência de características inatas, de associações inexpugnáveis entre raça e cultura.

A imigração europeia para André Rebouças e Visconde de Taunay fixaria os homens à terra e, a partir de novas relações sociais e técnicas de cultivo, modificaria a feição local, impondo à natureza brasileira um novo ritmo, rompendo aqueles laços já tradicionalmente vigentes seja nos grupos indígenas, seja nos já seculares latifúndios.

Se, por um lado, a imigração europeia conseguiria realizar o desejado objetivo dos autores de quebrar o elo entre latifúndio e trabalho escravo ao inserir massivamente um novo elemento na equação; por outro lado, esse deslocamento intenso de pessoas sem ligação com a nova terra, com as culturas, os poderes e a natureza locais produziria um mundo radicalmente novo, muito mais produtivo e muito menos tolerante às formas e cores nativas ou já ambientadas.

O imigrante ideal, o que melhor respondia aos anseios da Sociedade, era o europeu, especialmente de origem alemã e italiana, pois desde a fundação da instituição (marcada pela presença de alemães) se teve em vista um tipo de alocação e de integração com a comunidade nacional. A partir do entendimento do elo entre o latifúndio e o trabalho, os membros acreditavam que o incentivo à imigração deveria estar sempre acompanhado da posse da terra — da pequena propriedade rural — para que houvesse a fixação do imigrante no país e que, por fim, este servisse de bom exemplo aos nacionais tanto pelas formas de produção, quanto pelo comportamento morigerado.

Em um polo oposto, a Sociedade combateu de modo veemente a imigração asiática, estereotipada na figura do chinês, vista como corruptor e nocivo dos valores por eles pregados de fixação à terra e trabalho especializado. Fortemente influenciados pela propaganda e uma certa interpretação da experiência estadunidense, vê-se tanto em Rebouças quanto em Taunay

⁶²⁹ RICŒUR, *A ideologia e a utopia...*, op. cit., p. 233.

uma argumentação livresca, desconectada da experiência. A ideologia — aquela ideologia derivada do idealismo, como descreve Ricœur, quando as ideias “separadas do processo de vida, do processo de trabalho em comum tendem a aparecer como uma realidade autônoma”⁶³⁰ — guiou os dois autores de modo a perderem de vista as consequências da retórica empregada.

Taunay e Rebouças assemelham-se, na expressão de Marx e Engels, àquele “feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou.”⁶³¹

No entanto, antes de serem arrastados pela República para fora do mundo que ajudaram a transformar, Taunay pôde contemplar em Curitiba a realização de seu ideal:

Até quanto alcance a vista, campos acidentadas cobertos das mais viçosas plantações de trigo; aveia, centeio, linho, cânhamo e no meio delas trechos de milho, feijão, arroz, batatas de Demerara e cana-de-açúcar, enfim o tapete mais garrido e curioso com todos possíveis anenúbios da cor verde.

E aqui, e ali, majestosos pinheiros, uns isolados, outros em grupos de três ou quatro, a se erguerem do seio das culturas rasteiras e dando a tudo um cunho da mais poética perspectiva europeia.⁶³²

No Brasil rural sonhado pelos autores no Rio de Janeiro, materializado de relance na visão de Taunay, não se via densas matas complexas com flores e frutos, campos infinitos e monótonos que se assemelhavam ao mar, ora calmo, ora revoltado; não estavam presentes animais nativos de cores raras, nenhum pássaro sobrevoava os céus, nenhum um pio quebrava o silêncio verde das plantações quase todas exóticas e em tirânica simetria. Nesse novo país, com a mais poética perspectiva europeia, não havia escravos negros a carregar e negociar objetos, nem indígenas nus a colher frutos ou portando arco e flecha; apenas alguns pinheiros isolados, monumentos estéreis de um mundo em vias de superação.

⁶³⁰ Ibidem, p. 19.

⁶³¹ MARX; ENGELS, *Manifesto...*, op. cit., p. 45.

⁶³² TAUNAY, *Viagem philosophica...*, op. cit., p. 77.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da Independência do Brasil, José Bonifácio propusera que a “civilização brasileira” era parte daquele grande complexo chamado civilização ocidental, talvez um interessante apêndice, antes um laboratório do que algo terminado, mas ainda assim parte componente do Ocidente. Os elementos predominantes ou determinantes para esse autor nessa composição eram a religião, a língua, a predominância da raça europeia e a integração em um complexo econômico de trocas de mercadorias. Os velhos laços coloniais, excetuando o tráfico de africanos escravizados, não deveriam ser rompidos, deveriam ser reorientados para a construção de uma soberania nacional e uma aproximação independente com os outros países ocidentais.

Se o “patriarca” realizara o elogio da miscigenação racial, indicando que a grandeza do país residia justamente nessa característica — relembrando, inclusive, que o próprio Portugal, a antiga metrópole, era também fruto de combinações de raças —, ele jamais deixou de destacar que o elemento predominante na composição da brasilidade deveria ser a raça europeia, elemento de força capaz de aglutinar e ao mesmo tempo corrigir os defeitos das outras duas raças, indígenas e africanos, orientando o país para o futuro.

José Bonifácio entendia que a natureza brasileira era pródiga e generosa, que essas características eram simultaneamente um elemento prejudicial para o desenvolvimento, ao dar muito e exigir quase nada em contrapartida do engenho humano, mas também um grande trunfo e uma espécie de promessa para o futuro face a sua grandeza inigualável. Essa dupla face do mundo natural em sua interpretação, no entanto, confluía para a questão da devastação e do mau uso desses recursos naturais do país: sintomas do atraso colonial. Fazia-se necessário, portanto, civilizar os indígenas e os próprios brasileiros já acomodados às facilidades do meio, simultaneamente dever-se-ia romper os laços de atraso e ignorância herdados das más práticas coloniais, decorrentes, sobretudo, da escravidão que brutalizava e degenerava tanto aqueles que a esse comércio se dedicavam quanto aqueles que eram negociados. Os fazendeiros, ao disporem de força de trabalho quase infinita, com isso não careciam de aperfeiçoamento. Os libertos, por sua vez, não viam necessidade de desenvolvimento pessoal ou realização no trabalho particular, a escravidão tornava abjeto o trabalho e, com isso, irrelevante a necessidade de aprimoramento. Essa soma de fatores, aliados à prodigalidade da natureza local, fazia com que as fronteiras agrícolas avançassem sem critérios, abandonando-se as terras já exauridas.

Em outro aspecto debatido, o da “civilização dos índios”, José Bonifácio se mostrara essencialmente tutelar. Para o autor, os indígenas eram como crianças que necessitavam de

cuidado e paciência no longo e complicado o caminho da assimilação cultural e étnica. De sua proposição de “civilização dos índios”, será erigido duas décadas depois o chamado Regulamento das missões, texto legal que orientava a prática de assimilação e deculturação dos povos nativos, exercida, essencialmente, através de meios brandos e da não-violência direta, porém isso resultou na desterritorialização e tomada das terras.

Nesse aspecto, a formação de uma nacionalidade e de uma força de trabalho nativas, sem o uso do trabalho escravo, fizeram com que Antônio Pereira Rebouças atuasse diretamente enquanto o parlamentar na tentativa de promover reformas que, gradualmente, eliminassem a necessidade de escravos. Ao valorizar, a partir de um espírito liberal, a iniciativa e os méritos particulares, antes de toda e qualquer definição de raça ou origem, esse autor propusera mudanças legais (quase todas rejeitadas) que reorientariam a política imperial no sentido de estimar o indivíduo em suas potencialidades e o trabalho em sua realização.

Antônio Pereira Rebouças, um liberal histórico como era definido pela geração seguinte de políticos, produziu a si mesmo enquanto uma figura relevante e atuou constantemente com o objetivo de liberar as forças produtivas adormecidas no país; atuando, a seu modo, na tentativa de combater preconceitos de origem que pudessem cercear ou mesmo eliminar a iniciativa particular.

Em um aspecto bastante particular, qual seja, a autonomia produtiva de bens agrícolas e alimentícios, e a modernização da agricultura, Carlos Taunay transitou nos dois espectros políticos: de liberal e abolicionista passou a ideólogo escravagista.

Se em um primeiro momento esse autor argumentou em favor da imigração europeia como elemento central para modernização das relações sociais e produtivas no setor agrícola, a partir do chamado Regresso conservador, ele se transmutou em ideólogo da escravidão africana, provendo argumentos de cunho racista que justificavam tanto a prática quanto o latifúndio. Os argumentos do autor, sua retórica, transitam de forma bastante astuciosa entre a preservação ambiental, a ampliação da capacidade produtiva e a restrição aos meios de produção a partir de critérios raciais. Carlos Taunay associava diretamente a manutenção da escravidão como única forma possível de manutenção da soberania nacional. Para o autor, a abolição da escravidão redundaria no colapso do sistema produtivo brasileiro. Desse modo, defender a permanência das relações sociais e da produção escravista era também defender a Independência a soberania nacional.

Para Carlos Taunay, o Brasil era o país mais propício a todos os gêneros e culturas agrícolas praticadas pela humanidade. No entanto, uma série de precauções deveriam ser tomadas, a primeira delas, como se viu, era a manutenção do trabalho cativo, também a

segregação racial dos escravos e uma disciplina ferrenha que coibiria revoltas e, por fim, um cuidadoso exame da natureza brasileira em seu complexo equilíbrio, de modo a restabelecer sistemas degradados ou impedir o avanço de problemas já verificados.

Nesse sentido, vemos que o próprio Taunay já preconizava o reflorestamento de áreas de nascente, também o uso de arado, de máquinas, de fertilizantes e estrumes para recomposição do solo. Sua compreensão da agricultura era antes a da prática intensiva do que da extensiva, como se praticava. O dispêndio incorreto, o desperdício, eram os problemas centrais a serem combatidos. Em seu *Manual do agricultor brasileiro*, Taunay fazia apreciar com certo denodo as qualidades da natureza brasileira e seus frutos e cores, sem perder jamais de vista que o que importava eram os produtos de gosto europeu e de exportação. No entanto, ao associar diretamente raça e cultura, naquela fórmula que seria a base do racismo moderno que hierarquizava os seres humanos em graus de desenvolvimento, e fornecer o diagnóstico fatalista de que seria impossível abolir a escravidão sem que com isso o sistema produtivo colapsasse, o autor fortaleceu o grupo dos fazendeiros que souberam se representar politicamente em todas as esferas do poder monárquico.

A série de legislações que se seguiram ao golpe da maioria, a afirmação do poder monárquico e a promoção de institutos e centros de estudo nacionais lentamente preparavam terreno para a abolição da escravidão e a mercadorização da terra.

Nesse sentido, vemos, por exemplo, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, um polo de produção da História e da identidade nacional. O Instituto romantizava o país, seus habitantes, sua natureza. Simultaneamente, a historiografia produzida pelo Instituto a partir de figuras como Von Martius e Varnhagen firmara uma teleologia nacional, colocando definitivamente o país em uma grande narrativa civilizacional.

A guerra contra o Paraguai, a longa guerra contra o país vizinho, redefiniu dramaticamente o capitalismo brasileiro, abrindo duas frentes econômicas não relacionadas entre si: a cafeicultura em São Paulo que, lentamente, se desvinculava do trabalho cativo e uma certa industrialização no Rio de Janeiro.

Se no plano econômico essa realidade lentamente se consolidava, no plano administrativo a guerra revelou para o Visconde de Taunay e André Rebouças a enorme distância que separava a Corte e a franja litorânea de civilização do imenso interior do país. Praticamente todo o Brasil era desconhecido e desabitado; não existiam caminhos, estradas, pontes, ligações viáveis com praticamente todo o interior brasileiro. Essa revelação do Sertão enquanto realidade majoritária do país fizera com que esses dois autores se unissem em projetos

de imigração, de ocupação e reocupação territorial a partir de um imaginário essencialmente eurocêntrico.

Findada a guerra, Taunay e Rebouças encamparam cada um durante certo período questões que lhes eram caras e particulares.

Taunay se tornou político, deputado, presidente de província e senador. Também escreveu relatos de viagem, textos literários e sua famosa *Inocência*. Porém, a administração pública e a criação de leis e ordenamento social foram seu grande projeto de vida.

André Rebouças, por sua vez, tornou-se um grande capitalista, sócio na Companhia Florestal Paranaense, nas Docas Dom Pedro II, em ferrovias e tantos outros empreendimentos que lhe trariam prestígio e riqueza. A partir do final dos anos 1870 e começo dos anos 1880, André Rebouças se dedicou sistematicamente à causa abolicionista, sua grande luta. Também nesse período ele produziu seu grande tratado de *Agricultura Nacional*, uma resposta liberal, capitalista e abolicionista ao *Manual do agricultor brasileiro* de Carlos Taunay.

A partir da amizade que Taunay e Rebouças e de seus interesses convergentes, os dois amigos encamparam o grande projeto de imigração: a Sociedade Central de Imigração.

Durante mais de uma década, a Sociedade definiu e orientou o projeto de imigração nacional. A imigração deveria ser exclusivamente europeia, preferencialmente italiana e germânica, de fixação desses imigrantes na terra com suas famílias em pequenas propriedades rurais. Se André Rebouças entendia haver um elo entre o latifúndio e o trabalho escravo, sua atuação na Sociedade se deu a partir de um caráter liberal, excetuando a questão da imigração, ou melhor, em seus termos: da introdução de trabalhadores chineses. Neste tema, André Rebouças se informou exclusivamente a partir dos preconceitos propagados nos Estados Unidos, país em que estivera na década de 1870.

A Sociedade Central de Imigração propunha a implementação exclusiva de imigrantes europeus, a ponto de não poucas vezes ser acusada de tentar germanizar o país. A proposta de contratação de trabalhadores chineses foi por Rebouças vista como uma sorte de continuação do trabalho escravo no país, o tema se tornaria ainda mais premente depois da abolição em 1888, ano em que Taunay foi nomeado senador.

A partir do órgão oficial de comunicação da Sociedade, o jornal *A imigração*, percebe-se o caráter exclusivista e a orientação intelectual e regional dada ao tema da imigração.

A publicação de manifestos contra a introdução de trabalhadores chineses no Brasil tomou já desde o início uma expressão xenófoba e racista, que seria levada ao paroxismo por Taunay ao senado a partir da proposição de uma lei de proibição de entrada desses trabalhadores no país.

O preconceito forjado a partir de leituras e relatos bastante enviesados de autoridades estrangeiras sobre as características dos trabalhadores chineses levou Taunay e Rebouças a propagarem formas bastante agressivas de preconceitos. Diziam eles, por exemplo, que a China era uma civilização podre, que seus súditos eram corruptores da moral, fumadores de ópios, fedorentos e maltrapilhos, suicidas, que desintegravam os países em que trabalhavam, que produziam revoluções, que desestabilizavam a ordem social e que, no limite por virem desacompanhados de mulheres, violavam as nativas.

Dessa forma, opunham categoricamente os chineses aos alemães, afirmando que estes eram o tipo ideal de imigrante morigerado por se fixarem à terra, constituírem família e praticarem técnicas de cultivo agrícola modernas.

A violenta atuação contra a introdução de trabalhadores chineses, baseada em estereótipos e preconceitos raciais, teve os resultados por eles desejados. Foram poucas as tentativas de introdução desses trabalhadores no país; em contrapartida, a imigração alemã e italiana se espalhou por todo o sul e sudeste brasileiro de modo a redefinir a feição desses lugares e a própria política nacional ao longo do tempo com o acentuado desmatamento, a conversão da terra em mercadoria, a reorganização da estrutura fundiária e a gestão política de modo a acelerar transformações ambientais e legais relegando, muitas vezes, os próprios brasileiros nativos à coadjuvância.

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Francisco. Portugal e Brasil na crise das artes: da Abertura dos Portos à Missão Francesa. In: OLIVEIRA, Luís Valente de; RICUPERO, Rubens. *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Senac, 2007.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANNAES do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro Anno da Primeira Legislatura. Sessão de 1826. Tomo terceiro. Sessão em 19 de julho de 1826. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874.

ANAIS do Senado do Império. Assembleia geral legislativa sessão legislativa ordinária — 5ª Legislatura. Sessões de Março de 1843. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1978.

ANNAES do Senado do Império do Brasil. Senado. Primeiro 3ª Seção da 20ª Legislatura. De 1 de outubro a 20 de novembro de 1888. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: mapa do território. In: _____. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução, Paloma Vidal. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ASPREY, David. *Charles William Kitto*. Geanology.com, 19 de fevereiro de 2009. Disponível em: <https://www.genealogy.com/forum/surnames/topics/kitto/140/>. Acesso em: 31/07/2025.

AZEVEDO, Victor Romero. A lei de 7 de novembro de 1831 e a defesa do tráfico negreiro no Brasil (1831-1837), *Revista Cantareira*, edição 29, jul-dez, 2018.

BARRETO, Pedro Henrique. História — Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos. *IPEA*, ano 6, edição 48, 10/03/2009, s/p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:rep-ortagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 29/09/2025.

BARTHES, Roland. *Como viver junto: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos: cursos no Collège de France, 1976-1977; texto estabelecido, anotado e apresentado por Claude Coste*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos. A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos. 1807-1869*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2002.

BIGG-WITHER, Thomas P.. *Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos — 1872/1875*. Tradução de Temístocles Linhares. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Ufpr, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologie générale*, volume 1. Cours au Collège de France 1981-1983. Paris: Seuil, 2015.

BRASIL. *Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845*. Contém o Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos Índios. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1845. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>. Acesso em: 25/02/2024.

BRASIL. Lei 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 25/02/2024.

BUCK, Pearl S. *A boa terra*. Tradução de Oscar Mendes. São Paulo: Abril, 1974.

CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*. Tradução Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. 15ª edição. São Paulo: Ouro sobre azul, 2014.

CARREGA, Arthur Daltin. *Imigrantes para a pequena propriedade: o boletim e as ideias da Sociedade Central de Imigração (1883-1891)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017.

CARVALHO, Maria Alice Resende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008), vol. I*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional 1830-1889, volume 2*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COLÔNIA DE LIBERTOS. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 1, nos. 1 a 4, 1884, pp. 9-10.

COLÔNIA DE LIBERTOS (continuação). *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 2, no. 8, 1885, p. 6.

COSTA, Wilma Peres. O Império do Brasil: dimensões de um enigma. *Almanack braziliense*, nº01, maio, 2005.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. Tradução José Augusto Ribeiro; Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Índios do Brasil: história, direito e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. *Secretaria do Governo*. Ano XXXI, no. 151, Curitiba, 17 de janeiro de 1884.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. *Exterior*. Ano 54, n.º 230, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1871.

DOLHNIKOFF, Miriam. Introdução. In: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. (organização Miriam Dolhnikoff) São Paulo: Companhia das Letras/Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

D. PEDRO II. *Diário da visita ao Paraná*. Organização por Francisco Marques dos Santos. Ponta Grossa: Uepg, 2008.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, pp. 177-197.

ERICHSEN, Lucas Vinicius. *História Desanima(liza)da: os matadouros da cidade do Rio de Janeiro (1777-1881)*. Tese de doutorado (UFRJ). Rio de Janeiro, 2020.

FARAGHER, John Mack. *Eternity Street: Violence and Justice in Frontier Los Angeles*. New York: WAV. Norton. 2017.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FIORAVANTI, Carlos. O terror das doenças na guerra do Paraguai. *Revista Pesquisa FAPESP*, Edição 309, Nov. 2021, s/p. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-terror-das-doencas-na-guerra-do-paraguai/>. Acesso em 22/04/2025.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Tradução de João Pompeu. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.,

GADELHA, Regina Maria d'Aquino F. A Lei de Terra (1850) e a abolição da escravidão. Capitalismo e Força de Trabalho no Brasil do século XIX. *Revista de História da USP*. São Paulo, 1989.

GENI. *William Rodbard*. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Willian-Rodbard/>. Consulta em 1 de fevereiro de 2025.

GIAROLA, Flávio Raimundo. O povo novo brasileiro: mestiçagem e identidade no pensamento de Darcy Ribeiro. *Tempo e argumento*, v. 4, n. 1, jan/jun. 2012.

GLOBO. *Fazendeiro resgata a primeira raça de gado do Sul do país*: Gado Franqueiro, Globo Repórter. <https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2015/02/fazendeiro-resgata-primeira-raca-de-gado-do-sul-do-pais-gado-franqueiro.html>.

GONÇALVES, Paulo Cesar. O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.2, abr.-jun. 2018, p.515-53.

GRANZIERA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil*: moeda e vida urbana na economia brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1979.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, Keila. Fronteiras, escravidão e liberdade no sul da América. In: GRINBERG, Keila (org.). *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GURGEL, Cristina Brandt Friederich Martin. *Índios, jesuítas e bandeirantes. Medicinas e doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII*. Universidade Estadual de Campinas. (Tese de Doutorado). Campinas: 2009.

HALL, Michael M. Reformadores de classe-média no império brasileiro: a Sociedade Central de Imigração. *Revista de História*, nº 105, 1º trimestre de 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros*: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. Tradução de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2010.

JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: reforma & utopia no contexto do segundo império: quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil*: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da Fiocruz/Edusp. 2009.

LÉVI-STRAUSS, Raça e História. In: COMAS, Juan (et all). *Raça e Ciência*, I. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Por um rosário de penitenciárias*: ideário político de Nicolau Vergueiro, bacharel, parlamentar, fazendeiro e negociante de grosso trato (1811-1859). Curitiba: Editora UFPR, 2023.

LOUZEIRO, José. *André Rebouças*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1968.

MACHADO, Altamiro. “Ecologia sem luta de classes...”, o que realmente disse Chico Mendes?. In: <http://www.historiaenatureza.com/2024/08/ecologia-sem-luta-de-classes-o-que.html>. Acesso em 02/06/2025.

MARETTI, Maria Lúcia Lichtscheidl. *O Visconde de Taunay e os fios da memória*. São Paulo: Unesp, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MEEETING DE INDIGNAÇÃO. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 5, no 50, 1888, p. 1.

MOTA, Camilla Veras; COSTA, Camilla; TOMBESI, Cecilia. 500 mil mortos: a tragédia esquecida que dizimou brasileiros durante 3 anos no século 19. *BBC Brasil*, 18 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idx-5ef8617a-d045-4f5e-932d-d41d9292ee51>. Acesso em: 28/10/2025.

MOTT, Luiz. Um documento inédito para a história da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOREL, Marco. *O período das Regências, (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836), *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

NEVES, Raphael Lobato Prado. *Caracterização e avaliação de descritores morfológicos em acessos de Psychotria ipecacuanha (BROTERO) Stokes, Rubiaceae*. Universidade Federal Rural da Amazônia, Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Belém, 2016.

OLIVEIRA, Enio Sebastião Cardoso de. O paradigma da extinção: o desaparecimento dos índios puris em Campo Alegre, sul do Vale do Paraíba. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (org.). *O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. Curitiba: IPARDES, 2006.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e Sociedade no Brasil monárquico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume 3: 18708-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2008.

PEREIRA Cláudio Nunes. *Genealogia tropeira. Paraná. Séculos XVII, XVIII e XIX. Volume 1*. Coletânea de material histórico e genealógico. Edição do autor, 2008.

POMER, León. *Os conflitos da Bacia Platina*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PUNTONI, Pedro. O sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCÓS, István (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

REBOUÇAS, André. *Abolição imediata e sem indenização*. Rio de Janeiro: Tipografia Central, 1883.

REBOUÇAS, André. *Agricultura nacional, estudos econômicos: propaganda abolicionista e democrática*. Rio de Janeiro: A. J. lamoureaux e Co., 1883.

REBOUÇAS, André. *Cartas da África: registro de correspondências, 1891-1893* (organização de Hebe Mattos). São Paulo: Chão Editora, 2022.

REBOUÇAS, André. *Diário: a guerra do Paraguai (1866)*. Introdução e notas de Maria Odila Silva dias. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973.

REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas* (texto escolhido e anotado por Ana Flora e Inácio José Veríssimo). Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

REBOUÇAS, André. *Garantia de Juros. Estudos para sua Aplicação às Empresas de Utilidade Pública no Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

REBOUÇAS, André. Higiene. *Revista de Engenharia*, Rio de Janeiro, edição 180, 28 de fevereiro de 1888.

REBOUÇAS, André. *Socorros Publicos a Sêcca nas Provincias do Norte*. Rio de Janeiro: Typ.de G. Leuzinger & Filhos, 1877.

REBOUÇAS, Antônio Pereira. *Recordações da vida parlamentar*, volume I. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1870.

REBOUÇAS, Antônio Pereira. *Recordações da vida parlamentar*, volume II. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1870.

REBOUÇAS, Antônio Pereira. *Recordações patrióticas (1821-1838)*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger Filhos, 1879.

REDAÇÃO. Estatuto da sociedade. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 1, nos. 1 a 4, 1884, p. 1.

REDAÇÃO. Manifesto contra a introdução de chins, culis e proletários asiáticos. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 5, no 50, 1888, p. 1.

RIBEIRO, Wagner Costa. Shared use of transboundary water resources in La Plata river basin: utopia or reality? *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XX, n. 3, jul.-set. 2017, pp. 257-270.

RICÉUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp 2007.

RICÉUR, Paul. *A ideologia e a utopia*. Tradução de Sílvio Rosa Filho e Thiago Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

RODERJAN, Roselys Vellozo. *Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil meridional: séculos XVI a XIX*. Curitiba: Works Informática, 1992.

RODRIGUES, Gomercindo. Ecologia sem luta de classes é jardinagem. In: <https://jacobin.com.br/2020/12/ecologia-sem-luta-de-classes-e-jardinagem/>. Acesso em 30/06/2024.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. Escravos brancos no Brasil oitocentista: tráfico interno, distinções raciais e significados de ser branco durante a escravidão. *Afro-Ásia*, n. 64, 2021, pp. 51-94.

RUNDVALT, Darcio. *Para além do cenário, do palco ou do pitoresco: a paisagem dos Campos Gerais no Paraná nos relatos de viagem do século XIX — Auguste de Saint-Hilaire, Thomas P. Bigg Wither e Visconde de Taunay*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pela comarca de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. (Farol do Saber).

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume 1: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; NICODEMO, Thiago Lima. “Por onde deve começar-se a história do Brasil?”: eurocentrismo, historiografia e o Antropoceno. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 49, pp. 70-93.

SCHNEIDER, Louis. *A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Porto Alegre: Pradense, 2009.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SESSÃO DA DIRETORIA EM 11 de Abril de 1885. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 2, no. 11, 1885, p. 4.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Representação à assembleia geral constituinte e legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In: _____. *Projetos para o Brasil*. (organização Miriam Dolhnikoff) São Paulo: Companhia das Letras/Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2015.

SILVEIRA, Reynaldo Ribas. *Odisseia do tropeirismo (poesia tradicionalista)*. Irati: Irmãos Martins, 1965.

SLAVE VOYAGES CONSORTIUM. *Tráfico transatlântico de escravos*. Estimativas. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 05/06/2024.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações, volume 1*. Tradução de Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil, vol. I — José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal, 2018.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TAUNAY, Alfredo de Escagnolle, Visconde de. Notas — André Rebouças. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXVII (1914), Parte II, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916, pp. 115-124

TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle, Visconde de. *A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. Tradução de Sérgio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle, Visconde de. *Inocência*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

TAUNAY, Alfredo d'Escragno, Visconde de. *Memórias*. São Paulo: Iluminuras, 2004.

TAUNAY, Alfredo d'Escragno, Visconde de. *Recordações de guerra e de viagem*. Brasília: Senado Federal, 2008.

TAUNAY, Alfredo d'Escragno, Visconde de. *Viagem philosophica aos Campos Geraes e ao sertão de Guarapuava*. Londrina: Edel, 2016.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Algumas considerações sobre a colonização como meio de coadjuvar a substituição do trabalho cativo pelo trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. Coleção Retratos do Brasil. Organização de Rafael Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TAUNAY, Carlos. Reflexões sobre a escravidão e a colonização. *O auxiliador da indústria nacional*, no. 11, 1849.

TERCEIRO MANIFESTO — À PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 1, nos. 1 a 4, 1884.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TRABALHADORES CHINESES. *A Imigração, órgão da Sociedade central de Imigração*. Ano 1, nos. 1 a 4, 1884.

TRINDADE, Alexandre Dantas. *André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social*. Tese (Doutorado em Sociologia). UNICAMP: Campinas, 2004.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huma, 2016.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Visconde de Porto Seguro). *História geral do Brasil, antes de sua separação e Independência de Portugal*: Tomo primeiro. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial orgânico: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX)*. Brasília: FUNAG, 2016.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Tradução de Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000.

VON MARTIUS, Karl Friedrich Phillipe. Como se deve escrever a História do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

WALD, Arnaldo. *Curso de direito civil brasileiro*, 2: obrigações e contratos, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

WEHLING, Arno. Introdução: Varnhagen — História, Diplomacia e um projeto para o Brasil. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial orgânico*: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX). Brasília: FUNAG, 2016.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*: na história e na literatura. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo Companhia das Letras, 2011.